

PUCRS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO

ANGELO ARLINDO CARNIELETTO MÜLLER

**BRASIL POLARIZADO:**  
OS DISCURSOS DE INCITAÇÃO AO ÓDIO  
NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2014

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

ANGELO ARLINDO CARNIELETTO MÜLLER

**BRASIL POLARIZADO:  
OS DISCURSOS DE INCITAÇÃO AO ÓDIO  
NA CAMPANHA DE 2014**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg – PUCRS

Porto Alegre  
2019

## Ficha Catalográfica

C289b Carnieletto Müller, Angelo Arlindo

Brasil Polarizado : Os discursos de incitação ao ódio na  
campanha presidencial de 2014 / Angelo Arlindo Carnieletto  
Müller . – 2019.

208 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg.

1. Comunicação Política. 2. Discurso do ódio. 3. Polarização. 4.  
Metodologia. I. Alkalai Wainberg, Jacques. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

ANGELO ARLINDO CARNIELETTO MÜLLER

**BRASIL POLARIZADO:  
OS DISCURSOS DE INCITAÇÃO AO ÓDIO  
NA CAMPANHA DE 2014**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada, *com louvor*, em 29 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg (PUCRS) – Orientador

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristiane Mafacioli Carvalho (PUCRS)

---

Prof. Dr. Jairo Getúlio Ferreira (UNISINOS)

---

Prof. Dr. João Guilherme Barone (PUCRS)

---

Prof. Dr. Nythamar Fernandes de Oliveira (PUCRS)

Porto Alegre  
2019

*Para Fernanda, Aurora, Rafaela e Moa;  
e por dias melhores.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Capes, por ter possibilitado a realização deste sonho, que foi, durante os últimos quatro anos, viver da pesquisa e para a pesquisa.

À Clecy, minha mãe, por inspirar seus filhos a buscarem sempre o crescimento através da educação; e por ter sido, ela mesma, incansável na tarefa de nos proporcionar a melhor possível.

Ao meu orientador, Jacques Wainberg, pelas ideias, críticas e direcionamentos, mas também pela confiança e amizade, que levarei para sempre comigo. Essa pesquisa se espelha na grandeza de sua produção, professor.

Ao professor Antônio Hohlfeldt, pelo apoio, convivência e relevância de suas observações. O seu incentivo foi determinante para o resultado deste trabalho.

Ao meu orientador junto à Universidade da Califórnia, em San Diego, professor Daniel Hallin, bem como aos professores Scott Desposato, e Samuel Popkin, do Dept. de Ciência Política, pelo interesse no meu projeto e pela acolhida.

E aos queridos professores do PPGCOM da Escola de Comunicação, Artes e Design da PUCRS, Doris Haussen, Francisco Rüdiger, Cristiane Finger e Beatriz Dornelles, pela sempre pronta disposição e apoio.

A todos citados aqui, que ajudaram a me formar como acadêmico e indivíduo crítico, e que demonstraram, na prática, que o objetivo principal da aquisição e transmissão de nosso conhecimento é contribuir para que tenhamos uma sociedade mais justa e harmoniosa, a minha continuada inspiração.

Muito obrigado.

## RESUMO

Depois de 20 anos competindo pela preferência do eleitorado em campanhas presidenciais, os partidos PT e PSDB se reencontraram, em 2014, para mais uma disputa, em meio a um percebido processo de divisão política e radicalização dos discursos. Foi em meio a esse contexto, com uma forte presença das mídias sociais, que a expressão “Discurso de Ódio” passou a fazer parte do vocabulário dos formadores de opinião brasileiros, e a ser utilizada, de um lado e de outro da campanha, para acusar seus adversários de incentivarem a ruptura do corpo social. Esta tese posiciona o ódio político no mesmo patamar dos ódios de classe, raça, etnia ou religião, e analisa a presença da incitação ao ódio político a partir do método de medição do potencial de ofensividade dos discursos (POD), apresentado aqui para comparar os discursos das duas correntes que chegaram ao 2º turno naquela eleição. A pesquisa conclui que a incitação ao ódio foi utilizada sistematicamente pelas duas campanhas, e aponta as características que diferenciam esses discursos, bem como e as correspondências entre essas mensagens, utilizadas para fins eleitorais, e aquelas que fomentaram a ansiedade, a construção da imagem do adversário como inimigo, e contribuíram para o desencadeamento de eventos de violência de massa e genocídio.

**Palavras-chave:** Comunicação Política; Discurso do Ódio; Polarização; Metodologia.

## ABSTRACT

After 20 years competing for the preference of the electorate in presidential campaigns, the Brazilian Worker's Party and the Social Democratic Party met again in 2014 for another round, amid a perceived process of political cleavage and radicalization of speech. It was in this context, with a strong social media presence, that the expression "Hate Speech" became part of the vocabulary of opinion leaders, and started to be applied, by the both sides, to accuse their opponents of encouraging a social disrupture. The present thesis positions political hatred at the same realm of class, race, ethnicity or religion hatred, and analyzes the very presence of incitement of hate, by measuring the offensive potential of speeches (POD), a method presented here to compare the discourses of the two political streams that went for the second round in Brazil 2014. The research concludes that the incitement of hate was systematically used by the two parties, points out the characteristics that differentiate these discourses, and the

correspondences between these messages, used for electoral purposes, and those that fomented anxiety, represented the adversary as the enemy, and contributed to trigger events of mass violence and genocide.

**Key-words:** Political Communication; Hate Speech; Polarization; Methodology.

## RESUMEN

Después de 20 años compitiendo por la preferencia del electorado en campañas presidenciales, los partidos PT y PSDB se reencontraron en 2014 para otra disputa, en medio de un percibido proceso de división política y radicalización de los discursos. En este contexto, con una fuerte presencia de los medios sociales, que la expresión "Discurso de Odio" pasó a formar parte del vocabulario de los formadores de opinión brasileños, ya ser utilizada, por un lado y otro de la campaña, para acusar a sus adversarios de alentar la ruptura del cuerpo social. Esta tesis posiciona el odio político en el mismo nivel de los odios de clase, raza, etnia o religión, y analiza la presencia de la incitación al odio político a partir del método de medición del potencial de ofensividad de los discursos (POD), presentado aquí para comparar los discursos de las dos corrientes que llegaron al 2º turno en aquella elección. La investigación concluye que la incitación al odio fue utilizada sistemáticamente por las dos campañas, y señala las características que diferencian esos discursos, así como las correspondencia entre esos mensajes, utilizados para fines electorales, y aquellas que fomentaron la ansiedad, la construcción de la imagen del hombre, adversario como enemigo, y contribuyeron al desencadenamiento de eventos de violencia de masa y genocidio.

**Palabras-clave:** Comunicación Política; Discurso del odio; Polarización; Metodología.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Excerto do programa publicado no dia 21/08/2014, que apresenta uma fala do ex-Presidente Lula no HGPE da candidata Dilma Rousseff.....	149
FIGURA 2 – Comentário de seguidor do perfil de Dilma Rousseff na rede Facebook em resposta ao programa veiculado no dia 06/09/2014.....	153
FIGURA 3 – Comentário de seguidor do perfil de Aécio Neves na rede Facebook em resposta ao programa publicado no dia 06/09/2014.....	157
FIGURA 4 – Comentários de seguidores do perfil de Aécio Neves na rede Facebook em resposta ao programa publicado no dia 06/09/2014.....	158
FIGURA 5 – Excerto do programa publicado no dia 09/09/2014, que apresenta uma fala do candidato Aécio Neves no HPEG.....	159
FIGURA 6 – Excerto do programa do candidato Aécio Neves, que apresenta uma tela dividida do debate entre os candidatos a Presidente transmitido pela Record no 1º turno.....	161
FIGURA 7 – Excerto do programa da candidata Dilma Rousseff, publicado no dia 10/10/2014, que apresenta o narrador comparando os governos de PT e PSDB.....	165
FIGURA 8 – Comentários de seguidores do perfil de Dilma Rousseff na rede Facebook em resposta ao programa publicado no dia 16/10/2014.....	167
FIGURA 9 – Excerto do programa da candidata Dilma Rousseff, publicado no dia 20/10/2014, que apresenta o ex-Presidente Lula atacando o candidato Aécio Neves.....	168
FIGURA 10 – Excerto do programa da candidata Dilma Rousseff, publicado no dia 23/10/2014, que apresenta uma música que faz referência ao perigo do extermínio das classes desfavorecidas através de propostas como a redução da maioria penal.....	169
FIGURA 11 – Reprodução da capa da Revista Veja, publicada na semana do 1º turno, em que acusa a candidata do PT e o ex-Presidente Lula de terem conhecimento da corrupção na Petrobrás.....	170
FIGURA 12 – Captura de tela da reportagem exibida no Jornal Hoje (Rede Globo) na véspera do 1º turno, sobre o ataque realizado por apoiadores de Dilma Rousseff à sede da Editora Abril em resposta à publicação da revista Veja.....	172
FIGURA 13 – Excerto do programa do candidato Aécio Neves, publicado no dia 11/10/2014, que apresenta uma carta, assinada por Dilma Rousseff, em que elogia o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, acuando a candidata do PT de não falar a verdade.....	175

FIGURA 14 – Excerto do programa do candidato Aécio Neves, publicado no dia 11/10/2014, em que a apresentadora critica a equipe de Dilma Rousseff por sugerir que, em razão do alto preço da carne, o consumidor passasse a substituí-la por ovos.....	175
FIGURA 15 – Excerto de quadro publicado no programa do candidato Aécio Neves no dia 11/10/2014, que ridiculariza a sugestão da equipe de Dilma Rousseff de, em função do alto preço da carne, o consumidor deveria substituí-la por ovos.....	176
FIGURA 16 – Excerto do programa do candidato Aécio Neves, publicado no dia 15/10/2014, incitando o medo nos eleitores sobre uma vitória da candidata do PT.....	177
FIGURA 17 – Excerto do programa do candidato Aécio Neves exibido no dia 17/10/2014, apresentando trechos de um dos debates entre os candidatos a Presidente onde o candidato do PSDB acusa Dilma Rousseff de nepotismo.....	179
FIGURAS 18 E 29 – Excertos do programa do candidato Aécio Neves exibido no dia 21/10/2014, que mostram trechos da Ferrovia Norte-Sul .....	179
FIGURA 20 – Excerto do programa do candidato Aécio Neves exibido no dia 22/10/2014, em que acusa a campanha de Dilma Rousseff de manipular dados e mentir em suas declarações, mas que ele, Aécio Neves, não tem medo do PT.....	180
FIGURA 21 – Excerto do programa do candidato Aécio Neves exibido no dia 24/10/2014, em que apresenta a publicação da revista Veja que acusa Dilma Rousseff e o ex-Presidente Lula de saberem sobre o esquema de corrupção da Petrobrás.....	181

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Referência Medição do Potencial de Ofensividade dos Discursos (POD) .....	144
Tabela 2 - Modelo de Quadro de Análise.....	146
Tabela 3 – Quadro de Análise HGPE Dilma Rousseff 1º Turno.....	155
Tabela 4 - Quadro de Análise HGPE Aécio Neves no 1º Turno .....	162
Tabela 5 – Quadro comparativo entre Dilma Rousseff e Aécio Neves para a programação do HGPE de 1º turno.....	162
Tabela 6 – Quadro comparativo entre engajamento na rede Facebook dos seguidores dos candidatos de Dilma Rousseff e Aécio Neves no 1º turno.....	163
Tabela 7 - Quadro comparativo entre Compartilhamentos na rede Facebook em função do Potencial de Ofensividade dos Discursos observado.....	163
Tabela 8 – Quadro de Análise dos programas do HGPE da candidata Dilma Rousseff no 2º turno.....	173
Tabela 9 – Quadro comparativo entre os programas do HGPE de 1º e 2º turno da candidata Dilma Rousseff.....	173
Tabela 10 – Quadro de Análise dos programas do HGPE do candidato Aécio Neves no 2º turno.....	181
Tabela 11 – Quadro comparativo entre os programas do HGPE de 1º e 2º turno do candidato Aécio Neves.....	182
Tabela 12 – Quadro comparativo entre Dilma Rousseff e Aécio Neves para a programação do HGPE de 2º turno.....	183
Tabela 13 - Quadro comparativo entre engajamento na rede Facebook dos seguidores dos candidatos de Dilma Rousseff e Aécio Neves no 1º turno.....	184
Tabela 14 - Quadro comparativo entre Compartilhamentos na rede Facebook em função do Potencial de Ofensividade dos Discursos observado.....	184
Tabela 15 – Análise de Correlação de Pearson Aécio Neves .....	186
Tabela 16 – Análise de Correlação de Pearson Dilma Rousseff .....	187
Tabela 17 – Análise de Correlação de Pearson Geral (Dilma x Aécio) .....	187
Gráfico 1 – Gráfico POD x Intenção de Voto x Rejeição Dilma Rousseff 2º turno.....	184
Gráfico 2 – Gráfico POD x Intenção de Voto x Rejeição Aécio Neves 2º turno.....	185
Gráfico 3 – Gráfico POD Dilma Rousseff x Aécio Neves 1º e 2º turnos.....	185

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: O BRASIL PAÍS DIVIDIDO PELA POLÍTICA.....</b>	<b>12</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	12
1.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS .....	20
1.3 ESTADO DA ARTE .....	22
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ÓDIO E DISCURSO.....</b>	<b>49</b>
2.1 FENOMENOLOGIA DO ÓDIO .....	49
2.2 O ÓDIO NA PSICOLOGIA .....	57
2.3 O ÓDIO POLÍTICO IDEOLÓGICO.....	64
2.4 COMUNICAÇÃO POLÍTICA.....	80
2.5 CAMPANHAS POLÍTICAS E O NOVO AMBIENTE MUDIÁTICO.....	84
2.6 DISCURSO DO ÓDIO.....	92
<b>3 PARADIGMAS HISTÓRICOS: VIOLÊNCIA DE MASSA E GENOCÍDIO.....</b>	<b>104</b>
3.1 DO DISCURSO DE ÓDIO AO GENOCÍDIO.....	104
3.2 HOLOCAUSTO .....	107
3.3 RUANDA.....	116
3.4 ESTADO ISLÂMICO.....	120
3.5 POLARIZAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NO BRASIL.....	126
<b>4 METODOLOGIA E ANÁLISE.....</b>	<b>141</b>
4.1 O POTENCIAL DE OFENSIVIDADE DOS DISCURSOS.....	141
4.2 ANÁLISE .....	146
4.2.1 PRIMEIRO TURNO 2014.....	148
4.2.1.1 HGPE de Dilma Rousseff 1º turno.....	148
4.2.1.2 HGPE de Aécio Neves 1º turno.....	156
4.2.1.3 Comparativo Dilma x Aécio 1º turno.....	162
4.2.2 SEGUNDO TURNO 2014.....	164
4.2.2.1 HGPE de Dilma Rousseff 2º turno.....	164
4.2.2.2 HGPE de Aécio Neves 2º turno.....	174
4.2.2.3 Comparativo Dilma x Aécio 2º turno.....	183
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>195</b>

# 1 INTRODUÇÃO: O BRASIL DIVIDIDO PELA POLÍTICA

## 1.1 Justificativa

A expressão “discurso do ódio” somente começou a ganhar notoriedade no Brasil em 2014. Em linhas gerais, ela identifica uma estratégia de comunicação, ou escolha retórica, que tem sido utilizada com a intenção deliberada de reduzir o valor ou a dignidade, de pessoas ou grupos. Ainda que essa notoriedade tenha acontecido de forma tardia, em relação a países como Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Austrália, Canadá e Israel, tal forma de expressão sempre existiu por aqui. Mas, ao contrário desses países, onde a discussão tem raízes em processos raciais, étnicos, religiosos e de classe, no Brasil, o que popularizou o termo e nos colocou frente-a-frente com esse problema, foi um processo de crise política.

A partir de 2013, foi possível perceber uma forte presença do caráter de incitação ao ódio nos discursos políticos, fossem eles originários de interações ordinárias, que partiam das ruas e de pessoas comuns; ou de informações oficiais, representativas do pensamento por trás de instituições como governos, partidos, movimentos sociais, e, também, candidatos a cargos públicos. Pessoas que, anteriormente, evitavam ou, até mesmo, não se interessavam por esse tipo de discussão, se viram, de repente, cercadas por um ambiente de antagonismo, intolerância e ódio político, sem precedentes. Um estado de polarização profunda, que descortinava a fragilidade de relações estabelecidas virtualmente e abalava amizades construídas, por vezes, em décadas de convívio, enquanto colocava o posicionamento político, ou a falta dele, como fiel da balança, gerando um acentuado mal-estar.

Sabíamos, de antemão, que se tratava, inicialmente, de uma percepção. Mas a possibilidade de que estivéssemos vivendo realmente em uma sociedade mais polarizada, onde a intolerância precedia o diálogo, e onde o ódio havia se tornado a retórica dominante, deveria, ao menos, ser levada em consideração. E foi isso que fizemos.

No Brasil de 2014, a popularização das mídias sociais, dava um grande salto. Apenas a rede Facebook, passaria de pouco mais de 40 milhões de usuários cadastrados, em 2013, para mais de 100 milhões no ano seguinte (mais da metade da população do país). Destes, 89 milhões utilizavam a plataforma mensalmente e, 59 milhões, diariamente. Com o consequente aumento no número médio de interações diárias, e o uso também crescente da rede como plataforma de divulgação de informação de teor político, esses indivíduos passaram a ter uma exposição cada vez maior ao tema.

O clima de protesto, que já se espalhava pelo país em meados de 2013, fazia com que as discussões políticas transitassem, progressivamente, das redes para as ruas e das ruas para as redes. A argumentação civilizada, desenvolvida, também, por obra do constrangimento da presença física dos interlocutores, dava lugar, na internet, a discursos mais ousados e menos comprometidos com a ordem. A comodidade de não se precisar lidar cara-a-cara com as consequências daquilo que se dizia estimulou o radicalismo e, na medida em que a incivilidade e o extremismo escalavam nas redes, seus reflexos também começavam a ser sentidos fora delas.

O termo discurso de ódio aparece, pela primeira vez, em meados da década de 1990 (Matsuda, 1994) nos Estados Unidos e, até a eclosão das manifestações de 2013 e 2014, muito pouco se havia ouvido falar sobre ele no Brasil. Mesmo em um país com diferenças marcantes de naturezas econômica, cultural, racial, geográfica, religiosa e assim por diante; e mesmo essas diferenças já tendo resultado em incontáveis conflitos e manifestações de ódio, ao longo de toda a nossa história, a parte raras discussões acadêmicas, principalmente na área do Direito, tanto o intelectual, como o brasileiro médio, não tiveram sua atenção devidamente chamada para essa expressão. Essa realidade foi transformar-se, apenas, na medida em que houve o desenvolvimento de um novo ambiente midiático, que trazia consigo, características transformadoras do espaço social. E ainda assim, aliando-se a isso, apenas diante da presença crescente de um clima de insatisfação e polarização de ordem política.

Com a chegada de 2014 e da campanha presidencial, pela sexta vez consecutiva o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) apareciam como virtuais favoritos para essa disputa. As duas legendas, ao longo de 20 anos, haviam desenvolvido um antagonismo natural, e costumavam ser identificadas, popularmente, como representantes dos campos políticos de “esquerda” e “direita”. Tecnicamente, no entanto, essa denominação estava incorreta, uma vez que ambas surgiram e atuaram tendo por base o ideário político de esquerda e centro-esquerda, ainda que dialogassem, eventualmente, com políticas econômicas de direita, especialmente no caso do PSDB.

Enquanto não se pode ter certeza de que a mera identificação generalista, entre esquerda e direita, fosse suficiente para fundamentar as séries de argumentos radicais e discursos de incitação ao ódio que dominaram o processo político de 2014, é possível afirmar, com uma boa margem de segurança, que fora essa identificação a base para o estabelecimento das fronteiras do clima de ruptura e polarização política que escalaria em intensidade e se tornaria presente até o momento da conclusão desse trabalho, em 2019.

Naquele ano de 2014, os discursos de incitação ao ódio com motivação política, no Brasil, não eram novidade alguma. Na verdade, eles podiam ser facilmente rastreados até, pelo menos, o final do Segundo Império. Na época, Dom Pedro II foi alvo daquilo que, talvez, tenha sido uma das primeiras campanhas contra governantes levada a cabo pela imprensa nacional. Em idade avançada e representando um modelo de governo ultrapassado, especialmente para o Novo Mundo, o último imperador brasileiro foi repetidamente retratado nos jornais do país de maneira pejorativa. Isso fez com que, aos poucos, o respeito por sua posição e figura desaparecesse perante a opinião pública, o que ajudaria a pavimentar o caminho para a extinção do Império e a proclamação da República.

Porém, no que diz respeito à identificação dos discursos de ódio a partir da disseminação de seu conceito, isso sim, tratava-se de uma novidade. Através da ferramenta Google Trends Brasil, utilizando por base o intervalo entre os anos de 2012 e 2015, é possível perceber que o movimento de busca pelo termo “discurso de ódio”, na internet, começa a adquirir um padrão de frequência a partir do primeiro semestre de 2013, chegando ao ápice de ocorrências durante a eleição de 2014<sup>1</sup>. Mas enquanto esse dado nos permite afirmar que a que o interesse pela expressão “discurso de ódio” pode ter aumentado durante os anos de 2013 e 2014; ele, por si só, não tem a mesma validade no que diz respeito a utilização desse tipo de mensagem. A existência de um ambiente político polarizado, especialmente durante os períodos que antecedem as campanhas eleitorais, há muito tem sido a regra na política brasileira. E, por essa razão, a ocorrência de discurso de ódio, pode ter permanecido estável, ainda que o interesse pela expressão tenha aumentado.

Havia, no entanto, uma outra novidade no cenário sociopolítico. Esta sim, determinante para que tivéssemos a percepção aumentada sobre o clima de polarização e o aumento da circulação dos discursos de ódio: o ambiente proporcionado pela busca e circulação de informação nas mídias sociais. De forma inédita, a possibilidade de participação e disseminação das opiniões políticas, através de ferramentas como o Facebook foi potencializada (Guareschi, 2014; Ituassu, 2015; Vowe & Henn, 2016). Com a ajuda dessas mídias e da internet, a polarização percebida, entre aqueles que culpavam o governo de Dilma Rousseff e do PT pelos problemas do país, e aqueles que o defendiam, fez com que o discurso de ódio se tornasse cada vez mais aparente. De um lado da moeda, as redes democratizavam os canais de expressão e conferiram um poder maior aos indivíduos, quando permitiram com que difundissem, entre suas redes de contatos e páginas de discussão, seus posicionamentos e opiniões. De outro, esse

---

<sup>1</sup> Fonte: Google Trends.

mesmo sentimento de poder, aliado à ausência do constrangimento da presença física, oportunizou a manifestação do radicalismo ideológico, rompendo as tradicionais barreiras da seleção, retirando os guardiões do portão - os gatekeepers - e virtualmente, permitindo que qualquer forma de expressão fosse reproduzida e encontrasse seu público, acirrando o já existente clima de polarização, enquanto permitia a circulação de mensagens carregadas de intolerância, preconceito e ódio. Entre outros desenlaces, o resultado da potencialização da participação política pode ser retratado como um frenesi ideológico, onde os indivíduos conduziram-se, gradativamente, em direção ao afastamento das visões centristas e aglutinadoras, criando um vazio, justamente, no espaço onde, esperava-se, deveriam emergir e ser sustentadas as ideias de harmonia e consenso.

A história nos mostra que, quando se fizeram ausentes as ideias de entendimento, as pessoas buscaram o conforto nos grupos onde o pensamento seria mais semelhante. Tais grupos, apresentam como característica uma forte tendência para a validação dos valores associados ao pensamento de seus integrantes, enquanto, ao mesmo tempo, nega ou subestima os valores dos indivíduos externos a ele. Quando isso acontece, a sociedade, como grupo, já não existe. A própria ideia do retorno à sua unidade passa a ocupar uma posição menor, em uma escala de relevância, em relação à prevalência das ideias e a sobrevivência de cada grupo (Sartori, 1969; Lipset [1985], 1992). A polarização escala com a diminuição da interação entre indivíduos pertencentes a grupos distintos, a discriminação e a disseminação de mitos negativos sobre a figura do “outro” (Hamelink, 2011) e, quando os indivíduos mais radicais passam a cogitar, ameaçar e, até mesmo, praticar certos atos violentos, a ideia de um conflito entre os grupos se instala no imaginário coletivo. Nos casos mais extremos, basta um apelo das lideranças nesse sentido, para que as massas alienadas entrem em luta (Schumpeter, 1942).

Para o psicólogo social Gordon Allport ([1954]1979), essa escalada da violência poderia levar ao genocídio. Ela apresentaria, como primeiro passo no caminho do extermínio, o que o autor denominou de antilocução. Allport estava se referindo aos discursos derogatórios, onde enquadram-se as falácias, os preconceitos, a intolerância, o discurso incivil, ofensivo, enfim, todo o tipo de discurso, de alguma forma, inflamatório, e que trabalharemos, nesta pesquisa, a partir da perspectiva do discurso de ódio. Em 1942, o cientista político Joseph Schumpeter havia afirmado, em relação ao comportamento das massas, que elas seriam, de tal forma, suscetíveis aos chamados de seus líderes, que estes poderiam despertar, de uma hora para outra, daqueles, os seus instintos mais animais. Atualmente, cada vez mais pesquisadores (Judith Butler, 1997; Susan Benesch, 2012; Jeremy Waldron, 2012; entre outros) também preocupam-se com a força agitadora das mensagens que circulam no ambiente midiático, razão pela qual



consideramos justificada a observação os discursos de incitação ao ódio de caráter político, bem como a revelação de seus agentes e seus papéis no jogo eleitoral, tendo em vista a ameaça que representam.

Entre os casos observados, e que serviram de amparo paradigmático para o estudo, os discursos de incitação ao ódio foram incorporados às narrativas políticas através do uso massivo dos meios de comunicação, até que se tornassem comuns e banalizados. Foi assim durante a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933, quando a frustração moral e econômica serviu como pano de fundo para o surgimento dos discursos nacionalistas, ferozmente críticos ao governo de Friedrich Ebert e Paul von Hindenburg, bem como, para a escalada de violência contra os Judeus (Friedländer, 1997; Longerich, 2010; Kershaw, 2010; Mazower, 2013). Da mesma forma, a divisão que misturava elementos de classe, trabalho e etnia, em Ruanda, foi utilizada por décadas pelos políticos do país para sustentarem-se no poder, até que, diante de um quadro de instabilidade civil e do elevado estado de paralelismo político (Hallin & Mancini, 2004), onde a mídia estava completamente monopolizada pelo governo, as narrativas de ódio contra a minoria Tutsi passaram a transitar livremente em seus canais. Em 1994, a campanha propagandística ajudaria a perpetrar um dos maiores e mais rápidos genocídios da era moderna (Kane, 1995; Mamdani, 2001; Hatzfeld, 2003; Strauss, 2006). Mais recentemente, o grupo automeado ISIL (Islamic State of Iraq and the Levant), ou apenas, Estado Islâmico, também tiraria proveito da disseminação do ódio. Desta vez, tendo por objetivo conquistar o poder através do terror, o grupo Salafista, representante de uma corrente puritana do Islam Sunita, se designou pelo uso especializado da internet e das mídias sociais para conquistar adeptos ao redor do mundo, combater apóstatas (muçulmanos que não seguem o Alcorão de acordo com a interpretação Sunita), infiéis (pessoas de outras religiões), bem como o mundo ocidental - o “exército de Roma” - representado especialmente pela figura dos Estados Unidos e seus aliados (Sekulow, 2014; Wainberg, 2016). O discurso do ódio se mostra, portanto, uma ferramenta bastante comum nas crises conflituosas e disputas de poder, especialmente diante da existência de grupos antagônicos. E após as manifestações que ocorreram no Brasil, a partir de 2013, tanto a crise, quanto a disputa de poder, estavam postas.

No ano de 2014, o Brasil viveria a maior campanha política de sua história, tanto em volume de recursos dispendidos pelos competidores, quando superou-se a marca dos R\$ 5 bilhões<sup>2</sup>, quanto em relação ao número de eleitores cadastrados, mais de 142 milhões<sup>3</sup>. Também seria a eleição com o maior alcance e cobertura midiática: de acordo com o levantamento da

---

<sup>2</sup> Fonte: Estadão

<sup>3</sup> Fonte: TSE.

Pesquisa Nacional por Análise de Domicílios (PNAD) de 2014, 97% dos domicílios do país, naquele ano, possuíam, pelo menos, um aparelho de TV, enquanto, o número de telefones celulares, já era maior do que o de habitantes<sup>4</sup>.

O acesso à rede também teria crescido exponencialmente. No início do ano, havia 136 milhões de computadores em uso no Brasil - dois para cada três habitantes - e uma expectativa de que, em 2016, se atingisse a marca de um por pessoa. A PNAD 2014<sup>5</sup> também apontava que, pela primeira vez, o número de domicílios com acesso à Internet no Brasil já ultrapassava os 50%, e o acesso à rede, através de outros dispositivos, que não o computador, teria crescido 137% dentro de um período de apenas 12 meses. Destes, o telefone celular se constituía como o principal meio de navegação, contribuindo para que o total de pessoas conectadas superasse os 95 milhões (54,4% da população). A amostragem por região, no entanto, denunciava uma velha disparidade. Enquanto Sul, sudeste e Centro-Oeste, conectavam 58,2%; 61% e 60%, de seus habitantes, nas regiões Norte e Nordeste, este número era de 45,2% e 42,1%.

A tendência de crescimento de acesso à internet era mundial. Segundo o levantamento de Vowe e Henn (2016), naquele ano, o número de aparelhos celulares era quase igual ao número de habitantes. Ou seja, mais de 7 bilhões de aparelhos, sendo que, desses, 2 bilhões eram smartphones que permitiam o acesso móvel à internet. De acordo com os autores, esperava-se que esse número dobrasse entre 2013 e 2015. Esse crescimento no volume de acesso à rede transformou fundamentalmente a forma como a informação política passaria a ser acessada.

O número crescente de pessoas conectadas, que dedicavam uma cada vez maior parte do seu tempo às interações em rede - muito em função do surgimento de diferentes canais de mídias sociais, como Twitter, Facebook, Instagram, Pinterest e Whatsapp, além dos já usuais blogs e páginas – teria como resultado, naturalmente, um maior envolvimento nas discussões políticas e em determinados processos de tomada de decisão coletiva, como já apontavam pesquisadores do campo (Ituassu, 2015; Henn & Vowe, 2016).

Era de se esperar que, dos impactos dessa transformação, da ordem do engajamento político, houvesse reflexos, em número e intensidade, no surgimento de conflitos vinculados a questões políticas ou eleitorais. Na medida em que mais pessoas conviviam de maneira participativa com a política, as alegrias e frustrações desse universo passariam, também, a trazer maiores consequências e atingir estratos mais abrangentes das sociedades. Esse movimento de intensificação do processo de participação acontece, no Brasil, em meio a um contexto de

---

<sup>4</sup> Fonte: FGV

<sup>5</sup> Fonte: IBGE

instabilidade institucional e insatisfação social crescentes, completado pela iminência de um processo eleitoral e suas prováveis mudanças nos rumos do país.

Nosso objeto de estudo foi escolhido ao partirmos do princípio de que os posicionamentos sustentados, nas ruas e nas redes, teriam legitimado e potencializado o velho antagonismo entre PT e PSDB, partidos que vinham sendo protagonistas, àquela altura, há 20 anos, nas disputas pela presidência da República no país. Havia uma grande chance, portanto, de que os discursos veiculados nos programas do horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE), na campanha que se aproximava, tentariam tirar vantagem do ambiente político e das narrativas que eram reproduzidas pela sociedade para conquistarem um maior capital político. Assim, a observação de programas do HGPE poderia fornecer um retrato bastante aproximado do uso político do incentivo à polarização e incitação ao ódio em período eleitoral no Brasil de 2014.

O trabalho se desenvolveu na intersecção entre os campos de estudo da Comunicação e Ciência Política, trazendo consigo, segundo a tradição desta última, uma também marcada influência do campo da Psicologia. As primeiras observações do objeto de estudo, quando se aplicou o aporte teórico<sup>6</sup> para identificar o discurso de ódio, seus alvos principais e autores, revelaram que as complexidades envolvendo tema e objeto, por vezes, possibilitavam, por outras, demandavam, caminhos analíticos qualitativos e quantitativos. Em termos textuais, desvelar a incitação ao ódio e a ofensividade por trás das mensagens exigia continuadas releituras e perspectivas contextuais. Medir a periodicidade, ou seja, o quanto tais mensagens se fazem presentes nos discursos, demandava categorizações. Já os elementos que empacotam essas mensagens, como recursos de edição, áudio e vídeo, bem como as entonações e expressões faciais dos falantes, conferiam, por sua vez, rudimentos essenciais para essas concepções. Ficava claro que uma escolha metodológica inadequada poderia deixar de fora grande parte dos sentidos que compunham nosso objeto. E mesmo através das metodologias mais apropriadas, não se quedaria resolvida satisfatoriamente a matéria da intensidade, ou seja, do quanto de ódio e ofensividade poderia haver nessas mensagens.

Nosso desafio passou a ser a busca por um método que nos permitisse, além de revelar os emissores, alvos e expressões dos discursos de ódio político, quantificar a ofensividade desses discursos. Tendo no horizonte o problema de pesquisa, que era a incivilidade, a intolerância e incitação ao ódio que circulavam nas mensagens políticas, passamos a pensar

---

<sup>6</sup> Em boa parte, o aporte teórico desse estudo fora constituído previamente, exatamente sobre dois de nossos paradigmas históricos, o Holocausto e o genocídio de Ruanda. Estes casos aparecem frequentemente nas pesquisas quando as palavras-chave, discurso de ódio e conflito político, são utilizadas.

uma forma alternativa de análise, que pudesse apresentar um resultado mais tangível, e assim, permitisse que se colocasse em perspectiva dois ou mais discursos, emitidos por múltiplos atores, até mesmo, quando por intermédio de mídias diferentes ou realizados em tempos históricos diferentes. Os primeiros testes foram realizados no segundo semestre de 2015 e publicados nos anos seguintes (Müller, 2016; Wainberg & Müller, 2017). De lá para cá, ainda refinariamos este método, que chamamos, e utilizamos nesta pesquisa, de Medição do Potencial de Ofensividade dos Discursos (POD).

O método, que será explicado pormenorizadamente no capítulo III, parte de conceitos da Psicologia Social, Comunicação e Ciência Política, para estabelecer como ponto médio os discursos que incitam divisões do tipo “nós x eles”. Dessa forma, restam, num extremo, os discursos com menor potencial de ofensividade, como as discordâncias realizadas de maneira polida e respeitosa, e no outro, aqueles extremamente ofensivos, como os discursos de ódio capazes de provocar, direta ou indiretamente, a ideia do extermínio. Considerando, também, o tempo de duração dessas mensagens, além dos recursos de edição que concorreriam para sua comunicação, foi possível ter uma noção sobre o quanto cada programa empregou esse tipo de linguagem divisiva, e comparar os pronunciamentos de PT e PSDB - no contexto da eleição presidencial e diante de um quadro de polarização política como o que se apresentou em 2014 – além de avaliar os engajamentos dos seguidores de cada candidato na rede Facebook em perspectiva da ofensividade apresentada nos discursos, revelando que tipo de apelo essa linguagem teria sobre o público brasileiro usuário das mídias sociais.

O trabalho, que partiu do objetivo de identificar uma eventual presença, autores, alvos e expressões mais comuns do discurso de ódio no cenário político brasileiro, revela, mesmo que nem sempre seja facilmente percebida, devido à sutileza ou à trivialidade, foi constante a presença desse tipo de mensagem na propaganda eleitoral de 2014. Apresenta diferentes estratégias utilizadas na prática pela comunicação de partidos e candidatos, como as preferências por tempo ou ênfase para transmitir mensagens negativas sobre os oponentes, por públicos alvos - como público interno ou externo, apoiadores, opositores ou indecisos – bem como pelo tipo de polarização, política ou social, utilizada como subterfúgio para garantir a coesão e conquistar aqueles eleitores indecisos ou menos convictos. Também apontamos a correspondência entre essas mensagens e estratégias utilizadas com finalidade eleitoral e aquelas que fomentaram a divisão social, a construção da imagem da ameaça inimiga e a culpa pela adversidade em eventos onde os desencadeamentos foram a violência de massa e o genocídio. Defenderemos a tese de que, enquanto discurso de ódio, incivilidade e intolerância forem consideradas características legítimas da esfera de discussão política, estaremos

marchando em direção a um futuro de opressão ou conflito, e que nos defrontaremos, já durante o caminho, com graves consequências à democracia, pois os efeitos dessas manifestações odiosas são, da mesma forma que aquelas de caráter racial, religioso, étnico ou de classe, cumulativos e, frequentemente, extrapolam os limites dos processos eleitorais.

## 1.2 Estratégias Metodológicas

Por muito tempo, as pesquisas em comunicação política seguiram a tendência de se enquadrar em, pelo menos, uma das quatro seguintes perspectivas: a perspectiva do poder (ou dos efeitos da mídia); a perspectiva sistêmica; a perspectiva dinâmica (mudança no tempo); e a perspectiva normativa. Porém, a transformação do ambiente midiático fez com que essas perspectivas passassem a apresentar o risco de tornar suas pesquisas obsoletas, caso não fossem reconsideradas ou readaptadas. Esse é o ponto no qual os estudos de comunicação política se encontram atualmente (Blumer, 2015).

De acordo com Jay Blumer (2015), muito embora, teorias como a da construção social (Berger & Luckmann, 1966) e do interacionismo simbólico (Edelman, 1964) tenham dominado, por anos, o campo de estudos da comunicação política, ultimamente, suas fronteiras se tornaram mais elásticas, admitindo, cada vez mais, abordagens alternativas e interdisciplinares. Para Blumer (2015), mesmo que esteja intimamente relacionado com um vasto espectro de outras disciplinas, aquelas que mais se destacariam atualmente seriam a psicologia social, por sua relevância para a persuasão; e a ciência política, por sua relevância para a aquisição e manutenção do poder.

Durante o levantamento do estado da arte, percebemos que, na literatura de língua portuguesa sobre o discurso do ódio, havia um predomínio metodológico e uma tendência apontando para a utilização de revisão bibliográfica e Análise do Discurso (AD), ainda que, mais recentemente, uma outra forma de análise também passasse a aparecer com frequência: a Análise de Redes Sociais (ARS). Já os trabalhos produzidos na literatura estrangeira apontavam uma amplitude metodológica maior, especialmente na língua inglesa. Percebemos, que a Análise de Conteúdo se destacava como um dos métodos preferenciais e, para além dos formatos tradicionais, outros formatos de pesquisa, como as entrevistas em profundidade, análises estatísticas criadas *ad hoc*, além da própria ARS, convergiam como possibilidades para a interpretação do universo rede-socializado e seus fenômenos comunicacionais.

No entanto, nenhuma das propostas parecia suprir satisfatoriamente aos objetivos do presente estudo. A ideia de partir de uma análise comparativa de casos onde a disseminação do

ódio resultara em eventos de violência de massa, e a narrativa política divisiva, que incitava a ruptura e o ódio, durante a campanha presidencial de 2014 no Brasil, para caracterizar o discurso de ódio político no país, em termos de características linguísticas – como principais expressões e estratégias - e práticas – como principais emissores e alvos - foi lentamente revelando a necessidade de adaptação de métodos complementares, ou até mesmo a criação de um *ad hoc*. Confortado pelo fato de o pluralismo de métodos, ao contrário de se apresentar como um problema, ser uma característica comum nos trabalhos que envolvem comunicação política e ciências sociais (Vowe & Henn, 2016), dividi o trabalho em etapas que, recorreram, cada uma, a sua necessidade metodológica específica.

Assim, foi primeiramente realizada uma revisão bibliográfica, que contemplou a literatura científica disponível em português, inglês e espanhol, sobre os temas do discurso de ódio, comunicação política, ideologias e conflitos e psicologia. Para os casos do Holocausto, Ruanda e o Estado Islâmico, trabalhamos, além da revisão científica, com biografias, relatos históricos e documentos disponíveis na internet, em sites como o do *United States Holocaust Memorial Museum* (USHMM)<sup>7</sup>, *Genocide Archive of Rwanda*<sup>8</sup>, *The Clarion Project*<sup>9</sup>, *Al-Hayat Media Center*<sup>10</sup>, *Middle East Media Research Institute* (MEMRI TV)<sup>11</sup>, entre outros.

Depois de definidos os conceitos que orientariam o trabalho, partiu-se para a descrição dos eventos paradigmáticos, tendo por base a Análise Comparativa dos Sistemas Midiáticos (Hallin & Mancini, 2004). Essa etapa foi desenvolvida sob a orientação pessoal do prof. Daniel Hallin, durante o período de doutorado sanduíche realizado na Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD) em 2017. Além da orientação sobre a análise dos sistemas midiáticos, o período de estágio na UCSD ampliou substancialmente os fundamentos teóricos da pesquisa, o que fez com que seu resultado fosse inserido no corpo do trabalho, mesmo após de realizada a qualificação.

A última etapa do trabalho consistiu na análise dos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) que se encontravam publicados nas páginas oficiais da rede Facebook dos candidatos a presidente da república em 2014, Dilma Rousseff e Aécio Neves. Nossos objetivos eram caracterizar o uso do discurso de ódio político; identificar dos seus agentes ativos e passivos; além de medir o engajamento gerado pelo ódio nas redes dos candidatos. Para isso, entendemos que seria necessária uma análise que contemplasse a

---

<sup>7</sup> Museu do Memorial do Holocausto dos Estados Unidos

<sup>8</sup> Arquivos do Genocídio de Ruanda

<sup>9</sup> Projeto Clarion

<sup>10</sup> Centro de Mídia Al-hyat

<sup>11</sup> Instituto de Pesquisa do Oriente Médio

transcrição dos discursos (conteúdo), sua forma de expressão, além do uso de recursos de edição. E dessa necessidade, surgiu o método que chamamos Medição do Potencial de Ofensividade dos Discursos (Müller, 2016), ou POD.

Através do POD, estabelecemos uma escala de valores para a ofensividade, onde a pontuação varia de acordo com o uso dos elementos, forma, conteúdo e edição, e com a intensidade do uso desses elementos em cada discurso. Dessa maneira, além de identificar os atores e as expressões utilizadas para incentivar o ódio e a polarização política, foi possível identificar a variação da ofensividade ao longo da campanha, o engajamento gerado por essa ofensividade, e comparar esses resultados entre os dois candidatos.

### **1.3 Estado da Arte**

A etapa do levantamento de estado da arte dos estudos sobre o discurso do ódio político foi realizada, no primeiro momento, através da exploração do banco de teses e dissertações da Capes, do repositório Google Scholar e revistas científicas brasileiras com classificação A2 da área de Ciências Sociais. Procuramos por pesquisas e artigos que trabalhassem, nos últimos cinco anos, preferencialmente, com as palavras-chave: Discurso do ódio, Comunicação Política, Violência Política e Conflito. À época em que foi produzida esta etapa do trabalho (2016), a produção acadêmica do país ainda era incipiente sobre o tema discurso do ódio, com exceção de algumas publicações na área do direito.

Essa característica tornou necessário buscar na literatura internacional o aporte teórico para o desenvolvimento dessa pesquisa, tanto em termos de conceitos quanto em termos de metodologia. Por esse motivo, revisamos, durante um segundo momento, as publicações de acesso aberto e com classificação A1 listadas na plataforma Sucupira da área das Ciências Sociais Aplicadas.

Na literatura nacional, a dissertação de mestrado de Letícia Rafaela Rossignoli (2014), do PPG em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, mostra como a cadeia de símbolos associada ao ódio e repulsa se associaram para a construção de uma identidade judaica no contexto do antissemitismo moderno. Tal abordagem tem relação com este trabalho na medida em que os discursos da disputa eleitoral de 2014 apresentam elementos que apontam para o uso de mitos e símbolos, constituídos ao longo do tempo, com o objetivo de que sobre eles sejam constituídas as narrativas de ódio.

Já os conflitos políticos brasileiros foram alvo de estudo na tese de doutoramento em Letras de Gustavo Teixeira (2013). O autor trata da relação polêmica e antagônica entre dois

jornais de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, quando cobriram uma odiosa disputa política entre Conservadores e Liberais, que teria como desfecho um confronto armado no ano de 1930. Trabalhando com a Análise do Discurso de tradição francesa, Teixeira encontrou nos jornais, o que chamou de tentativas de produção de sentido sem nenhum apelo lógico, ou ainda, com uma lógica belicosa que era atribuída ao início do século XX. A mesma lógica também produzia, de acordo com o autor, um sujeito específico, que era o homem do início daquele século. Historicamente, parece não haver dúvidas que os anos 30 foram de elevada tensão política. Eles traziam ainda na memória grandes alguns dos grandes conflitos nacionais, como a Revolução Federalista (1893-1895), a Guerra de Canudos (1896-1897), a Guerra do Contestado (1912-1916), além do movimento Tenentista, que ocorreu no início dos anos 20, e da própria Revolução de 1930. Apesar de haver diferenças, principalmente na questão da produção dos sujeitos levantada pelo autor, é possível que a disposição para o conflito político tenha atravessado esses quase 90 anos que distanciam os acontecimentos de 1930 e a eleição presidencial de 2014 sem alterações significativas.

Na área do Direito, duas dissertações, defendidas em 2015, chamam a atenção por proporem diretamente uma relação da mídia com o discurso do ódio. A primeira delas, de Milene Dourado Pauly (2015), trata da cultura do medo e da influência midiática sobre os direitos fundamentais do cidadão, e sugere, através de uma análise dos desdobramentos do discurso do ódio no sexismo, racismo e homofobia, que a defesa dessas questões, através de movimentos de luta, é necessária, não apenas através de argumentos. A autora conclui que a propagação do medo, através da mídia, influencia na formação do ódio, e que o alegado mau uso das informações sujeita a mídia a uma efetiva regulação. Esse trabalho chama a atenção porque, originário da área do direito, atua como um chamado acadêmico ao conflito.

O conflito, como forma de resolução de problemas, tem apoio em autores como Bloch, Marcuse, Epstein, Ben Gurion, entre outros, que falam sobre a legitimidade do ódio quando direcionado de um “oprimido” para um “opressor” (Häsler, 1973). Apresentaremos essa abordagem mais adiante na fundamentação teórica, mas consideramos que ela não avança suficientemente sobre as causas do ódio. Ao contrário, nos parece haver um deslocamento de questões centrais para o segundo plano, enquanto a validade do ódio ou do conflito passa a depender de juízos de valor e sistemas de crenças específicos. Esse entendimento é fundamental, uma vez que na disputa política objeto de pesquisa, o elemento da divisão entre opressores e oprimidos ocupa papel é bastante recorrente.

A segunda produção que coloca em perspectiva a mídia e o discurso do ódio, sob a luz do Direito, é a dissertação de mestrado de Marco Aurélio dos Santos (2015), onde o autor



trabalha com os conceitos de Sociedade da Informação e intolerância nas redes sociais. Santos (2015) trabalha com revisão bibliográfica e aproxima bastante sua dissertação desse trabalho, uma vez que aborda a Internet e as redes sociais como fenômenos difusores de ódio. Para o autor, em consonância com nossa pesquisa, o ódio surge de questões de identidade e diferença, além de funcionar, em determinados discursos, como força incentivadora do compartilhamento e da comunicação de mensagens de ódio. Em sua dissertação, Santos aborda os conflitos sociais que se originam do discurso do ódio no campo da Ética, concluindo que eventuais crimes ocasionados por esse tipo de discurso são, hoje, uma questão de Estado, e que sua repressão é fundamental.

Pesquisas anteriores já se ocuparam do mesmo tema desse trabalho, porém em um momento midiático diverso, como é o caso da Tese de Doutorado de Afonso de Albuquerque (1996), que explorou os discursos do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral na campanha presidencial de 1989. Entre as pesquisas mais recentes sobre Comunicação Política, que guardam certa correspondência com o trabalho em curso, encontramos a dissertação de mestrado de Daniele Mei (2013), que aborda o poder de mobilização da comunicação na esfera política. Mei (2013) utilizou a revisão bibliográfica e entrevistas em profundidade para confirmar a hipótese de que o processo de comunicação intensivo, possibilitado pela internet, poderia gerar mobilização social e reflexos na sociedade. O resultado, entretanto, apontou que o objeto da pesquisadora, a Agenda 21, não foi capaz de gerar tal mobilização ou reflexo. Ainda que não tenha se confirmado no trabalho de Mei, acreditamos que o poder de mobilização, potencializado pelas novas tecnologias de comunicação, pode exercer papel determinante para a eclosão dos conflitos que antes não alcançariam esse tipo de desdobramento.

Também interessada no fator de mobilização social das novas tecnologias de comunicação, está a dissertação de mestrado de Leila Salim Leal (2013). Nela, a autora relaciona movimentos que surgem, principalmente através das redes sociais, com a constituição do sujeito político e o capitalismo na atualidade. Leal (2013) conclui que o tema da comunicação está cada vez mais ligado aos projetos de transformação política e que atua de forma central para a formulação de um projeto de contraposição ao capitalismo vigente no mundo contemporâneo.

Já a dissertação de Felipe Canova Gonçalves (2015) traz à luz um processo de elaboração da identidade nacional que ocorreu na Nicarágua, entre 1979 e 1990, através do Sistema Sandinista de Televisão. A dissertação de Gonçalves (2015) tangencia um dos casos paradigmáticos dessa pesquisa, que são os discursos da Rádio e Televisão Livre das Mil Colinas

(RTLMC). Assim como no caso da TV Sandinista, a RTLMC, em Ruanda, serviu como uma ferramenta de coesão social e criação de identidade, porém, não de maneira plural. No caso de Ruanda, essa identidade teria sido fortalecida em torno de um “inimigo comum”, a minoria Tutsi que seria dizimada no genocídio de 1994.

Valéria Ribeiro Franklin Almeida (2016) trabalhou, em Tese de Doutorado, a relação histórica entre política e comunicação e procurou apontar as alterações nas práticas políticas, de acordo com a adoção de cada novo meio: imprensa, cinema, rádio e televisão. Almeida (2016) não trabalha com novas mídias, mas aponta justamente para o histórico processo de transformação da política através da criação de novos ambientes e novas práticas. A autora apresenta, em sua conclusão, especial vínculo com nossa pesquisa, ao ressaltar o papel do cinema como instrumento de propaganda política e sua relação com a passividade da população alemã diante dos horrores da guerra durante o período do Terceiro Reich. Almeida (2016), que trabalha com base em teorias que centralizam o papel das tecnologias como instrumento de análise, associando-se assim à corrente determinista para o estudo da Comunicação Política, afirma que, atualmente, “a política que é consumida, reproduzida, e reinterpretada pela sociedade é apenas a que se dá no processo comunicacional conduzido pelos meios” (Almeida, 2016, p.411) e que à medida em que os meios passaram a aproximar o político da sociedade, há uma gradual suavização de suas figuras míticas.

A dissertação de Mestrado em História, de Renata Torres Schittino (2004), coloca sob perspectiva o terrorismo como forma de violência política e espetáculo, relacionando-se especialmente com nossa pesquisa, através de um dos paradigmas de estudo, os discursos do Estado Islâmico do Iraque e Levante (ISIL) e um de seus objetos de manifestação violenta, o terrorismo. Já a dissertação de Mestrado em Teoria Psicanalítica, de Fernanda Passarelli Hamann (2010), apresenta uma abordagem sobre violência, guerra e política a partir do pensamento freudiano e destaca o aspecto político como negação da guerra. Essa afirmativa interessa ao nosso trabalho, pois permite uma aproximação crítica a teses como a de Ernst Bloch ou de Herbert Marcuse (in Häsler, 1973) de que a violência e o ódio podem fazer parte da política como um elemento construtivo. A relação da dissertação de Hamann (2010) com nosso trabalho se dá também pela utilização do pressuposto teórico freudiano em relação à violência e ao ódio.

Gilberto Tedeia (2011), em sua Tese de Doutorado em Filosofia, reconhece a política como uma arena de conflitos, ao invés de uma prática em direção à resolução dos problemas sociais. O autor se filia à corrente de pensadores que pressupõem a violência como ação política legítima, e afirma que ela surge quando o Estado não permite outras alternativas

de contestação. Tedeia (2011) aponta para uma imanente condição de insatisfação nos sujeitos, que se fará presente conforme o tipo de governo que estiver no poder, e também sustenta, em suas conclusões, que deve haver uma formação, no sentido pedagógico, de indivíduos dispostos a utilizarem a violência como forma de fazer política.

Esse preparo para a luta política, essa consciência de conflito, também funciona como uma forma de opressão das vontades às quais seus interesses se contrapõem, além de criar um corpo social, intelectualizado ou não, mas familiarizado e disposto ao engajamento conflituoso. Isso nos permite dizer que a existência desse corpo, ora saído das universidades, ora dos movimentos sociais brasileiros, toma por pressuposto a inexistência de outras formas de enfrentamento político, especializando-se, assim, no controle das massas com o fim de promover o conflito, já sem olhar para outras alternativas, como a do consenso. É inegável, por outro lado, que há legitimidade na defesa de outros valores que não sejam aqueles pautados pela democracia ocidental. Mas sob o signo da diversidade, a luta, para ser legítima, não deveria propor o fim de um para a existência de outro tipo de governo, mas sim, a abertura de espaço para novas formas de comunidade. Quando sustentamos a tese de que o país vivia, em 2014, uma escalada de ódio político que poderia levar a extremos a já existente divisão da sociedade, a presença política de grupos que promovem o conflito é mais um elemento que atua na direção da violência.

Lançando o termo central, discurso do ódio, na plataforma do Google Scholar, a pesquisa preliminar em busca do estado da arte se deparou com uma realidade que se contrapõe em número à produção de teses e dissertações. Muitos trabalhos disponíveis nessa plataforma aproximam-se de nossa pesquisa, novamente com prevalência dos trabalhos na área do Direito. Entretanto, já é possível perceber um interesse maior nas áreas das ciências sociais aplicadas sobre o tema.

É o caso do artigo de Vera Chaia e Fabrício Brugnago (2014), que abordam a polarização política nas eleições daquele ano, propondo o que chamam de “polarização assimétrica”, onde a direita teria se radicalizado, enquanto a esquerda teria se fortalecido. O artigo se propõe a apresentar o cenário onde surge a polarização e os dispositivos que permitiram esse acontecimento e analisa a radicalização da ideologia de direita, com base em pressupostos que apresentam a violência conservadora da sociedade brasileira como resultado de uma incapacidade de compreensão e aceitação do outro. Os autores sustentam que a internet, através da formação de uma sociedade imediatista e impaciente, intensifica a radicalização.

O trabalho de Afonso de Albuquerque, Eleonora de Magalhães Carvalho e Marcelo Alves dos Santos Jr. (2015) explora a dualidade político-ideológica partidária brasileira,

concentrado no Ciberativismo pró e contra o governo do PT. Para os autores, a internet é um dos elementos que integram uma ampla arena comunicacional, também formada pelas mídias tradicionais e as instituições políticas, que permite a atuação de instrumentos contra-hegemônicos como forma de contrabalancear a “orientação majoritária da mídia *mainstream* contrária ao PT” (2016, p.92). Através de procedimentos metodológicos da Análise de Redes Sociais *online*, os autores estabeleceram relevância e laços de ligações entre diferentes plataformas que têm atuado no ciberativismo político nos últimos anos, constituindo um retrato das duas redes que atuam no universo virtual. Conforme Albuquerque et al (2015, p. 88), a rede de ativistas anti-PT, seria um “[...] agrupamento de páginas *anti-stablishment* criadas por usuários que compartilham conteúdo hostil contra o sistema político centrado no PT por meio de táticas de guerrilha *online* [...]” composta por um *cluster* central, formado pelos canais do político Jari Messias Bolsonaro; do entrevistador Olavo de Carvalho; o humorista Danilo Gentili; e dos jornalistas Paulo Eduardo Marins e Rachel Sheherazade; e mais cinco centros (*clusters*) dominantes: ultraliberal, anticorrupção, *troll*, antidemocrático e institucional. Já a rede de ativismo pró-PT seria uma rede que atua “pela lógica partidária, indicando fortes vieses partidários e a organização de um conjunto de agentes comunicativos que defendem o governo e criticam as corporações midiáticas tradicionais”, formada também por seis *clusters*: o central, de “prestígio” e que agrega os canais das revistas Carta Capital e Caros Amigos; além de sites como o “Carta Maior”, “Conversa Afiada”, as páginas oficiais da presidente Dilma e do ex-presidente Lula, e os também importantes *clusters* de jornalismo independente, governo, movimentos sociais, Partido Comunista do Brasil, e extrema-esquerda.

Pâmela Caroline Stocker e Silvana Copetti Dalmaso (2016) exploraram os comentários ofensivos na página do Facebook do jornal “Folha de São Paulo” contra a então presidente Dilma Rousseff, no período subsequente aos primeiros protestos pró-*impeachment* ocorridos em março de 2015. Analisam através de Análise do Discurso, mais de mil comentários e verificaram que o principal núcleo de sentido dessa mostra era o de desqualificações e ofensas de caráter profissional (44%), e o discurso do ódio, conforme conceituado pelas autoras, apareceu em 8% dos comentários. Outro artigo que nos chama a atenção é o do linguista Cláudio Márcio do Carmo (2016), porque trata da questão dos grupos minoritários e vulneráveis em exposição à intolerância, por um lado, e a questões ideológicas, de outro. De acordo com o autor, seriam, as últimas, as responsáveis pela emissão de discurso do ódio. Do Carmo (2016, p. 202) se associa à vertente de pesquisadores que estuda o discurso do ódio da chamada “direita”, construindo inicialmente seu argumento identificando esse grupo como deslocado da realidade brasileira, “um grupo que não se reconhece dentro da forma como foi constituído o

Brasil, em processos de miscigenação e hibridização sociocultural [...]”. Para Do Carmo (2016), o problema da intolerância nasce dessa necessidade de “suportar” a presença do outro, que estaria vinculada à “direita”.

A pesquisa nas revistas da área de comunicação com classificação A2 no Brasil, nomeadamente “Revista Famecos”; “Matrizes”; “Galáxia”; “E-Compós” e “Intercom”, reflete a mesma incipiência na publicação de trabalhos que tenham, como o tema central, o discurso do ódio. Quando o termo utilizado para a busca é comunicação política, entretanto, passamos a lidar com um amplo corpo de artigos publicados. A partir daí, selecionamos aqueles que trazem a comunicação política como elemento em transformação, em função das novas tecnologias de comunicação, ou ainda relacionada ao ódio e a violência política. Desta filtragem, guardam certa correspondência com a pesquisa em curso, artigos como o de Arthur Ituassu (2015) que apresenta uma proposta sobre a “e-representação” da comunicação política. De cunho teórico, seu trabalho analisa os potenciais impactos da Web para a representação política em regimes democráticos, com foco na análise do lugar da representação política nas teorias política e democrática, na relação entre representação e comunicação social, e nas possíveis contribuições da Web para a prática representativa em regimes democráticos. Já o pesquisador Pedrinho Guareschi (2014) trabalha a comunicação política a partir da ideia de mídia como novo espaço público substitutivo da àgora grega. Tem como objetivo identificar as relações presentes entre os políticos e os meios de comunicação na construção dos fatos políticos midiaticizados. É um artigo crítico e pretende gerar argumentos para a crítica do fenômeno comunicacional “[...] enquanto poder dissociado dos demais poderes constituídos legitimamente [...]”, ou seja, não considera o poder midiático como um poder legítimo. O autor aborda as manifestações de 2013 dizendo que elas só teriam alcançado a proporção que tiveram “[...] pelo efeito da visibilidade que os meios se obrigaram a dar” (Guareschi, 2014, p. 834). Sobre o uso do discurso do ódio ou da provocação, o autor deixa claro que isso não ocorre de maneira inocente, pois

Os políticos estão conscientes que suas ações e falas podem ser examinadas por jornalistas e ocasionalmente divulgadas nos diversos meios de comunicação, e que eles podem se tornar assim visíveis dentro do campo político mais amplo. Por conseguinte, os políticos tendem a monitorar de perto a cobertura da mídia sobre suas ações e falas, e, cada vez mais, buscam estruturá-las tendo cuidado com a informação e as imagens que se tornam disponíveis, e, fornecendo referências para a interpretação dos acontecimentos (Guareschi, 2014, p. 836).

Denis Fleurdorge (2014) define a representação política como o conjunto de formas de expressão através das quais o poder se revela diante dos diferentes cenários sociais. Para o autor, “o homem político, [...] por suas ações, permite uma simbolização não somente do poder que ele encarna, mas também de sua pessoa (de seu ser social)” (Fleurdorge, 2014, p. 792). Assim,

atribui uma responsabilidade do ator por seu discurso, porque ele poderia exercer, através dos seus próprios mecanismos de julgamento, a censura a determinados atos que julgasse demasiados.

Fleurdorge (2014, p. 793) também traz à luz o jogo de cena da política quando diz que “[...] de Shakespeare a Goffman, do dramaturgo ao sociólogo, o mundo social parece estar submetido às forças dos jogos de uma certa teatralidade. De fato, o homem político não escapa a esta constatação [...]”. O autor ainda reforça a ideia sobre as representações políticas serem mais dadas ao que chama “tirantias dos modos”, no que parece ser uma referência ao processo de imposição da normatividade. Portanto, o discurso do ódio poderia surgir, assim como as atitudes políticas, a partir da normatividade.

Camilo Aggio (2016) trabalha a interatividade nas campanhas eleitorais, a partir de 2010, interessando-se pelo uso que fizeram os candidatos dos recursos interativos como o *Twitter*. Uma de suas categorias de análise é a campanha negativa, ou seja, os *tweets* que promoviam sentimentos negativos em relação aos oponentes.

Jacques A. Wainberg (2012) apresenta os marcadores retóricos utilizados pela militância política e militar dos anos 60. Tomando como objeto 25 manifestos públicos, o autor selecionou os verbetes mais recorrentes e avaliou o uso desses termos ao longo da literatura inglesa, francesa, espanhola, alemã, russa, chinesa e hebraica, no período de 1800 a 2000, utilizando o programa de computador *cultoromics*. O trabalho de Wainberg (op. cit.) cita o ódio contra o *stablishment*, presente nos jovens dos anos 60, e a disputa ideológica pelo controle do imaginário social que derivava frequentemente para a violência política, como em parte resultantes das possibilidades inauguradas pela popularização da transmissão televisiva. Em 2013, o autor trabalha o discurso da rebeldia e as barreiras pragmáticas que se impõem em relação à sua intenção de persuasão. Para Wainberg (2013), o fato de a política ser uma atividade que não se submete à lógica estrita, mas sim à retórica, faz dos discursos políticos que pretendem persuadir novos adeptos sejam povoados por sofismas e tentativas não lógicas, mas emocionais, de fazer sentido. Conforme o trabalho de Wainberg (op cit, p. 44), a retórica política é predominantemente emotiva, e se utiliza de “palavras e expressões emotivas, muitas delas metafóricas”, que funcionam como “estímulos ostensivos que servem de atalho à mente e ao comportamento das pessoas”. O autor também propõe uma lógica de difusão dos sentimentos políticos através do que ele chama de “contágio mental”, que pode ser considerado como o objetivo maior da propaganda política que deseja a formação de um senso comum.

Francisco Rüdiger (2014), por sua vez, traz o pensamento de Eugen Hadamovsky sobre a propaganda totalitária, na Alemanha Nazista, e discorre sobre o desenvolvimento do

panorama da propaganda, no Terceiro Reich, destacando o entendimento sobre a esta expressar o poder das massas, “de sua predisposição em exercer o poder popular através da organização partidária e estatal” (Rüdiger, 2014, p. 58-59). O autor também pontua o papel organizador, para além de persuasor, como objetivo maior da comunicação política através da propaganda totalitária. De acordo com esse entendimento, as massas deveriam ser “domesticadas” e postas sob um certo controle, para a efetiva aplicação de planos que, se colocados em marcha mais cedo, correriam o risco de não serem aceitos. Conforme Rüdiger, mesmo ciente da força organizadora da propaganda mediada pelo rádio, cinema e jornais, Hadamovsky entendia que, ainda assim, nada poderia ser comparado à experiência coletiva e pessoal, à mente de massa que surgia diante do contato visual e da presença física em comunhão.

O dossiê do professor do Dept. de Media, Cognição e Comunicação da Universidade de Copenhague, Stig Hjarvard (2012), aborda a comunicação política ao lembrar que o conceito de midiaticização foi utilizado pela primeira vez em referência aos impactos dos meios de comunicação na política, onde os sistemas políticos seriam altamente influenciados pelas demandas dos meios de comunicação de massa que realizavam a cobertura política. A midiaticização também é o tema de estudo de Patrícia Pérsigo e Maria Ivete Fossá (2015), que analisam o escândalo político do “mensalão” sob a perspectiva da midiaticização no debate dos temas da comunicação pública, concluindo que a midiaticização dos temas de interesse público está ainda em estágio preliminar.

Derreck De Kerckhove (2015) procura relacionar tecnologia e psicologia através da exploração das condições envolvidas na criação e no desenvolvimento das emoções na Internet, descrevendo o sistema de interação das redes sociais a partir de uma metáfora com o sistema límbico humano, responsável por respostas emocionais, como a raiva e o medo. Na proposta de Kerckhove (op. cit.), a mídia em tempo real, como o rádio, TV e Internet, amplia e acelera a cadeia emocional dos sujeitos para a multidão. O autor, que considera as emoções fundamentais para o sistema de mídia social, alega que elas seriam transformadas e dispersadas pelas redes. “A mídia social atua como agente para transmitir e partilhar emoções” (De Kerckhove, op. cit, p. 54). Assim, movimentos como a Primavera Árabe, Occupy Wall Street (Nova York) e Los Indignados (Espanha) seriam emoções coletivas em conexão entre os povos. De acordo com a pesquisa desenvolvida por De Kerckhove (op. cit.), sentimentos como a raiva se propagam mais rapidamente do que sentimentos como a satisfação.

Já Eugênio Trivinho (2011, p. 114) trabalha com a conclamação midiática de nosso tempo à participação dos sujeitos, sob pena de a não participação nesse modelo descortinar o que chama de “insuficiência da existência *per se* em condições não-midiáticas”. Trata-se de um

*imperativo midiático*, conforme aponta o autor, ou um desejo de visibilidade - ao qual Nietzsche chamaria *vontade de visibilidade* – que conduz os sujeitos a almejam uma participação central nas mais variadas situações, desde que capaz de garantir uma aproximação com o que o Trivinho (op. cit.) nomeia por *foco midiático*, e daí para o decorrente lugar de destaque em relação a determinada audiência. Conforme Trivinho, a esse processo subjaz uma *melancolia cultural do único* que, mesmo sem ser estruturada no sentido dos mitos e heróis das sociedades arcaicas, está a eles relacionada e poderia ser explicada apropriando-se de Heidegger (Rüdiger, 2014) como a *essência* desse novo *ser* que nasce em meio à *armação* e à *metafísica* contemporânea. Essa essência, contida na melancolia do único geraria, de acordo com Trivinho, a violência invisível, uma violência que ocorre quando o sujeito se contrapõe àquele que domina a cena midiática, sua imagem, no desejo de conduzi-lo à sombra para dele ocupar o lugar.

Essas observações não evidenciam senão os pressupostos bélicos imperscrutáveis e inexpugnáveis da melancolia do único. O princípio da guerra – princípio de barbárie real ou simbólica que modula o processo civilizatório desde o nascimento técnico da humanidade – sobrevive intacto onde menos se suspeita: nos ares civis da vida cotidiana, a partir do avesso esquecido da subjetividade democrática (Trivinho, op. cit., p. 122).

Assim, o autor abre a porta para que se imagine, como parte da sociedade midiaticizada, que habita e se comunica no universo das redes sociais, uma predisposição para a violência (simbólica, é bem verdade) e o conflito, que se materializam diariamente nos comentários e postagens de toda a ordem.

Marco Antônio Assis Lima (2014), que estuda o ativismo nas novas mídias, aponta o gênero da *interferência cultural*, que seria marcado, de acordo com o autor, entre outras características, pelo uso de ironia, pela produção envolvendo poucos recursos financeiros e de pessoal, e pelo caráter intervencionista e colaborativo; uma tática central na comunicação política atual que, em função de suas características, tornou-se também um elemento comum da cultura popular. Essa aproximação entre tática de comunicação política e domínio popular é crucial para a formação do atual estado de engajamento e ativismo político nas redes. Em consonância com outros autores (Segurado, 2007), Henry Jenkins (2009) em seu tratado sobre a cultura da convergência, apontava para o nascimento de um tipo de ativismo político facilitado, não só pelo acesso às redes e à informação via internet, mas pela popularização do domínio técnico sobre as ferramentas que fazem parte desse ambiente virtual.

No ano de 2007, Fábio Malini escreveu sobre o impacto da atividade discursiva dos blogs na campanha eleitoral de 2006, com atenção especial para o que ele chamou de diálogos virais entre os autores. O autor cita o ciberativismo político da época como algo que era feito



por intermédio de listas e fóruns de discussão, que criavam uma rede de informação baseada no contágio. A eleição de 2006, portanto, registraria o primeiro momento no país onde, ao menos para a parcela da população com acesso à internet, teria ocorrido a “perda do oligopólio da opinião pelos veículos de imprensa e a forte participação dos internautas nas disputas sobre os sentidos das informações que circulavam sobre os seus candidatos” (Malini, 2007, p. 3). Com foco na disseminação da opinião, o autor cita os blogs e as redes sociais como plataformas potentes, e faz referência à prática de internautas de acessar e redistribuir materiais negativos zombando dos candidatos. Malini (op. cit.) apresenta dados divulgados pela plataforma de notícias G1, que reuniam informações sobre a rede social Orkut. De acordo com a informação divulgada, em outubro daquele ano, a maior comunidade anti-Lula reunia 205 mil integrantes, enquanto a maior comunidade favorável reunia 106 mil membros. Das 60 maiores comunidades, 34 eram negativas. Já o candidato da oposição, Geraldo Alkmin, possuía 21 comunidades negativas entre as 60 maiores que levavam seu nome. Com isso, podemos afirmar que, pelo menos desde 2006, a disseminação de ódio contra as duas correntes políticas, representadas por PT e PSDB, estava, mesmo que sem a pretensão de estabelecer uma ruptura, presente nas redes sociais brasileiras.

Gislene Moreira Gomes (2014) trabalha a emergência das redes sociais como suporte principal dos movimentos sociais a partir de uma revisão entre os paradigmas comunicacionais e as teorias dos movimentos sociais. Conforme Gomes (op. cit.), a busca pelo esclarecimento sobre o uso das redes, como fator de mobilização social e transformação política, gerou conceitos como “*wikirevoluções*”, de Castells (2011), que seria a capacidade de uso massivo das novas tecnologias para derrubar regimes autoritários, e identificou que a principal ferramenta dos *ciberativistas* é o domínio da técnica de comunicação *online*. Conforme Gomes (op. cit., p. 2), “fluidez, fragmentação, volatilidade das mobilizações, descentralização (ou horizontalidade) das lideranças, pluralidade de vozes e diversidade de objetivos e bandeiras” são características desses movimentos que têm por suporte a organização através das redes sociais. O ponto de relevância das pesquisas sobre movimentos sociais organizados via internet e redes sociais é confirmar a materialidade de seu objeto, ou seja, atribuir às redes um papel de fato na geração de movimentos que se concretizam, que transcendem o espaço virtual e se materializam no espaço físico.

Arthur Ituassu e Sérgio Lifschitz (2015) analisam o conteúdo das postagens marcadas com a *hashtag* “Eleições2014” no *microblog* Twitter durante a última semana do segundo turno da última eleição presidencial, inserindo sua pesquisa na tendência de literatura recente sobre o

agendamento, que considera o Twitter como fonte de opinião pública. O objetivo dos autores é identificar os atores dessas postagens como eleitores de Dilma Rousseff ou de Aécio Neves, a fonte do conteúdo das postagens e os temas que priorizam. O trabalho de Ituassu e Lifschitz (op. cit., p. 6) apresenta a hipótese desenvolvida por Shaw e Weaver (2014), Vargo *et al* (2014) de *agenda melding*, na qual “diferentes públicos misturam as agendas de várias mídias de modo distinto, isto é, se relacionam com diferentes leques de mídia e apresentam diferentes agendas de temas” e se pergunta “como equilibramos as agendas da nossa comunidade, nossas referências mais caras e nossas próprias convicções, a fim de criar uma visão confortável do mundo para nós mesmos”. No entanto, apesar de relevante, a hipótese não se confirma no corpo de análise dos pesquisadores, revelando ainda como fontes preponderantes dos conteúdos compartilhados pelos usuários da plataforma Twitter as informações distribuídas pela mídia tradicional (vertical). A pesquisa de Ituassu e Sérgio Lifschitz (op. cit.), de maneira similar a que pretendemos empreender, busca nas redes sociais um tipo de comportamento discursivo. A diferença é que nosso alvo é o discurso divisivo, de potencial ofensivo e de ódio.

Abordando a ofensividade nas redes, Regiane Lucas Garcêz e Danila Gentil Rodriguez Cal (2013) estuda de que forma o discurso politicamente incorreto, ou o que chamam de “deslizes morais” publicados pela mídia, reforçam preconceitos, geram lutas por reconhecimento e uma transformação das “gramáticas morais”, que seria o vocabulário normatizado como politicamente correto. Para Garcêz e Cal (op. cit., p. 13) os deslizes morais são “inescapáveis à mídia e fazem parte da imprevisibilidade decorrente das interações sociais”.

Através da justaposição de conceitos provenientes de diferentes autores comuns ao campo da comunicação (Sócrates, Platão e Aristóteles, Marx, Freud e Morin), Marcelo Bolshaw Gomes (2013) aborda aspectos como a matematização do conflito, os estágios subjetivos de uma escalada de conflito, as estratégias dialógicas adequadas a cada momento e o campo grupal como suporte e contexto do conflito, além da humanização dos padrões animais de liderança, em sua investigação sobre a lógica, a origem, os processos e a estrutura que dão suporte aos conflitos humanos. De natureza empírica, o ensaio de Gomes (op. cit.), revela que existem dois princípios universais de organização dos conflitos: a dádiva e a dívida. Ricardo Ferreira Freitas (2016) explora três textos escritos por George Simmel para a imprensa alemã, orientados para o público geral, mas que contêm a defesa de suas principais ideias desenvolvidas sobre a natureza do conflito. Ao avaliar os textos de Simmel, Freitas (op. cit.) reforça os estamentos do filósofo alemão que apontam, por exemplo, para o conflito como uma força preferível à

indiferença, um fenômeno capaz de criar unidade, que possibilita o diálogo, e que se constitui num elemento fundamental dos processos de comunicação.

Jacques Wainberg (2015) analisa a guerra comunicacional a partir da observação de 41 conflitos motivados por utopias políticas e religiosas que ocorreram ao longo do ano de 2013. Trata-se de enfrentamentos assimétricos, que têm, como objetivo principal, o controle da percepção do público e o domínio da agenda noticiosa. O autor traz os conceitos de *netwar* ou *cyberwar*, que se referem a conflitos de baixa intensidade, disputados na *web*, envolvendo terroristas e criminosos, mas também “autoridades governamentais, as corporações multinacionais, os extremistas e ativistas de movimentos sociais, entre outros atores” (Wainberg, 2015, p. 07), que têm por objetivo exercer influência sobre a opinião pública. O autor entende que, para os pequenos grupos que promovem esses conflitos nas redes, o controle da percepção coletiva passou a ser o objetivo a ser conquistado. É o que foi chamado de *Fourth Generation Warfare* (4GW)<sup>12</sup>, conceito que diz que a luta pode, no final, ser vencida por seus efeitos psicológicos sobre a opinião pública e que guarda semelhança com a estratégia política adotada nos últimos anos por candidatos em campanha eleitoral.

[...] Segundo este conceito, a luta pode no final ser vencida por seus efeitos psicológicos causados à opinião pública. Ou seja, o combate físico não é o primordial. O que interessa mesmo é o seu resultado propagandístico. Nesta visão, o disparo retórico é tão poderoso quanto o das armas, ou mais [...] (Wainberg, 2015, p. 09).

De acordo com Wainberg (op. cit.), as utopias que foram capazes de gerar mais conflitos, entre 1968 a 1997, foram as políticas. Já nos últimos anos, o autor acredita que a pregação virtual do Estado Islâmico tem se mostrado a mais eficaz. De acordo com os dados do “*Conflict Barometer*” de 2013, e do “*Heidelberg Institute for International Conflict Research*” (HIICR), mais de 60% dos conflitos que tiveram por base ideologias apresentaram desdobramentos violentos (Wainberg, 2015).

Até aqui, trabalhamos com as pesquisas publicadas no Brasil até 2016. Percebemos que o Discurso do Ódio era um tema sem tradição dentro do campo de estudos de Comunicação. Como objeto central, ele era predominantemente pesquisado nas áreas do Direito, aparecendo também em Psicologia, Letras, e, com menor frequência, nas áreas de História e Educação. A busca pelo termo, no Banco de Teses e Dissertações (BTD) da Capes, resultou em mais de 800 mil referências. Observando as 200 primeiras, em busca de trabalhos produzidos em programas

---

<sup>12</sup> Guerra de quarta geração (tradução do autor).

de pós-graduação em Comunicação, apenas quatro tangenciavam o discurso do ódio ou sua relação com a política.

Ao procurarmos por Comunicação Política, também no BTB, encontramos mais de 100 mil referências ao termo e um potencial de aproveitamento mais amplo, uma vez que o campo de conhecimento predominante é o mesmo de onde se origina esse trabalho. Notamos que os grandes temas pesquisados, que envolvem a comunicação política, são a construção da imagem política, os horários políticos gratuitos, e a comunicação política institucional. Na análise das 200 primeiras ocorrências, 20 foram realizadas a partir de 2013, o que aponta um volume pequeno de produção desses trabalhos. A expressão Violência Política teve 77 mil referências no BTB. Seguindo o processo de análise das 200 primeiras, chamou-nos especial atenção o número de pesquisas na área da filosofia e da psicologia social, trazendo casos contemporâneos à luz das ideias de Hannah Arendt. Entre as 200 primeiras ocorrências, 15 eram de produções recentes (a partir de 2013), porém afastadas do campo original de saber e do objeto de trabalho dessa pesquisa. Encontramos, outrossim, pesquisas nas áreas da sociologia, história, psicologia e filosofia, nos anos de 2004, 2010 e 2011, que passaram a fazer parte de nosso referencial teórico.

O discurso do ódio e sua relação com a política ou a violência, na comunicação, passa a ser objeto de artigos publicados em profusão, especialmente em 2016. Este é mais um dado que nos faz acreditar que houve, de fato, um período de silêncio dos trabalhos originários do campo da comunicação em relação ao estudo do discurso do ódio; enquanto Direito, Psicologia, Sociologia, História e Filosofia assumiram a vanguarda nesse tipo de pesquisa. É possível dizer que, apenas na medida em que esse tema literalmente salta aos olhos dos comunicadores, através da internet e das redes sociais, começa a acontecer um movimento significativo em direção à sua pesquisa na área da Comunicação. Colaborando com a validade dessa observação, está a recorrência de artigos apresentados em seminários, publicados nas diferentes áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas, e trabalhos de conclusão de curso que foram defendidos no ano de 2016.

A internet tem sido o grande ambiente de comunicação pesquisado atualmente, quando o assunto é discurso do ódio, comunicação política ou violência política. Tanto no campo das Ciências da Comunicação como em outras áreas, como o Direito, a Psicologia e a Linguística. Porém, especificamente em relação ao discurso do ódio político, a pesquisa evidencia uma forte carência de trabalhos produzidos, principalmente relacionando o discurso do ódio à divisão política e seus reflexos na sociedade. Nem mesmo os neologismos que surgiram para definir

alguns discursos que são discursos de ódio, como *flamings* e *hoaxes*, são trabalhados em artigos e conclusões de pós-graduação.

Em relação aos métodos de pesquisa, há um predomínio das análises realizadas através de revisão bibliográfica e análise de discurso. Alguns artigos já contam com metodologias como a Análise de Redes Sociais, baseada em programas como o *Netviz* e o *Gephi*, que apresentam resultados quantitativos em relação a compartilhamento e interatividade de conteúdo, o que pode significar uma nova tendência para este tipo de objeto.

Portanto, acreditamos que nosso trabalho se insere neste espaço e irá ajudar a preencher uma lacuna existente na comunicação política, através da abordagem do discurso do ódio político como prática que se tornou comum, encontrou um público ávido e um terreno fértil na internet, e que evidentemente traz consigo consequências na vida social. Já em relação à metodologia, nosso trabalho encontrou outros caminhos, diferentes daqueles observados pelo levantamento das publicações brasileiras sobre pesquisa de discurso do ódio.

Em nossa pesquisa exploratória através da literatura internacional de referência encontramos, além de uma profusão de artigos relacionados ao tema específico do discurso do ódio, em periódicos de conteúdo geral, nas Ciências Sociais Aplicadas, publicações especializadas sobre a temática do ódio e da violência, como o *Journal of Hate Studies*, um periódico que publicou uma edição anualmente desde 2002 até 2014, mas não circulou em 2015 e 2016, abrindo chamada para 2017, com uma média de dez artigos por publicação. Também encontramos o *Journal of Policing, Intelligence and Counter Terrorism*, que atua sem interrupção, desde 2006, com duas edições anuais e uma média de dez artigos publicados por edição. Fortemente relacionado ao nosso tema, destacamos os periódicos *Terrorism and Political Violence*, que atua desde 1989 e está *online* desde 2007, com quatro edições anuais e uma média de oito artigos por edição, além de edições especiais, ao longo dos anos, sobre violência política, discriminação, terrorismo e outros tópicos do gênero; e o *Journal of Genocide Research*, que, desde 1999, publica quatro edições anuais, com cerca de dez artigos, entre pesquisas e resenhas.

Um dos assuntos mais recorrentes, tratados nessas publicações, aponta para as tendências de crescimento do radicalismo *online* (McCauley & Moskalenko, 2008; Dalgaard-Nielsen, 2010; King & Taylor, 2011; Miller & Bartlett, 2011; Cole, 2012; Abbas, 2012; Edwards & Gribbon, 2013; Neumann, 2013; Lynch, 2013; Brown & Saeed, 2014), o que demonstra uma grande preocupação do meio acadêmico internacional com essa face da internet. Artigos que têm como foco a violência política também aparecem com frequência (Brownlow, 2012; Heger, Jung & Wong, 2012; Strauss, 2012; Xenakis, 2012; Hollander, 2013), assim como

genocídio (Harff, 2003; Valentino, 2007; Verdeja, 2010; Benesh, 2010; Straus, 2012), violência relacionada a eleições (la Calle & Sánchez-Cuenca, 2013; Brathwaite, 2013; Newman, 2013; Goldsmith, 2015) e outros temas, como os conflitos assimétricos (Arreguín-Toft, 2012).

Com foco nas possibilidades que o mundo virtual cria para o radicalismo, estão autores como James Cole (2012), que percorre comunidades virtuais do *Second Life*, através de um *avatar*, coletando informações que apontam para a facilitação do desenvolvimento de preconceitos e discriminação através da internet. Já o artigo de Carl Miller e Jamie Bartlett (2012) analisa comparativamente as similaridades entre o radicalismo violento e o radicalismo não-violento, através de suas ideologias, comportamentos e atitudes, em busca de uma melhor definição para o radicalismo, e sugere finalmente, em sua conclusão, que, além de uma decisão intelectual, racional e ou religiosa, o engajamento em ações terroristas, por exemplo, depende de questões sociais e emocionais.

Um estudo com 6020 pessoas, entre 16 e 24 anos, realizado na Bélgica, pesquisou a relação entre a exposição ao extremismo disponível nas novas mídias sociais (NSM) e a violência política (Pauwels & Schils, 2016). Nesse sentido, os autores afirmam que a associação entre a exposição ao extremismo e a violência política auto reportada pelos respondentes permanece constante, mesmo que haja o controle de variáveis externas à rede, como características individuais, valores morais ou influência dos pares. O resultado do estudo aponta que o impacto das NSM, em relação à violência, é mediado por associações com o mundo real e o ambiente *off-line*. Por consequência, também deve ser levado em consideração em trabalhos dessa natureza.

Ainda que a internet seja frequentemente definida como um elemento chave para a radicalização de grupos extremistas e terroristas, Charlie Edwards e Luke Gribbon (2013) acreditam que as pesquisas têm passado longe de explicar os mecanismos através dos quais esse radicalismo ocorre. Em busca de respostas para esse problema de pesquisa, os autores realizaram uma série de entrevistas com 15 indivíduos envolvidos com o radicalismo e apresentam, no artigo, os temas identificados a partir de cinco desses casos: a formação de terroristas no seio familiar, Google e Facebook como as principais ferramentas escolhidas pelos indivíduos que nutrem alguma espécie de radicalismo, o papel crescente das comunidades virtuais no radicalismo e os indicadores do radicalismo *online*. De acordo com o estudo, a internet se tornou o local principal a partir de onde está sendo organizado o radicalismo, e isso tem causado problemas para as autoridades para a identificação e a prevenção de eventos como ataques terroristas.

Notamos que, internacionalmente, as emoções, como tópico de análise, têm se tornado cada vez mais frequentes, não só na Comunicação, mas em diversos campos de conhecimento. Especificamente na área da Comunicação, a relação com a tecnologia digital é o que tem mobilizado os acadêmicos em busca da compreensão dos comportamentos e das alterações que ocorrem nesse novo campo de manifestação das emoções, que é a internet e as redes sociais. Para isso, as pesquisas têm apresentado diferentes metodologias, que vão da verificação da capacidade de eventos nomeadamente positivos, como o Oscar, de produzir um número maior de reações negativas do que positivas, em redes como o Twitter (Thelwall et al. 2010), ao uso de algoritmos próprios para o reconhecimento e detecção de emoções nas redes sociais, como o SentiStrength (Thelwall et al., 2011).

O desenvolvimento de métodos automáticos para a mensuração das emoções e opiniões *online* enfrenta uma série de barreiras linguísticas, como a incapacidade de medir conteúdos implícitos nos discursos, como o sarcasmo, por exemplo. Preocupado com essa característica, Samaranda Muresan et al (2016) desenvolvem um método para construir o corpus das mensagens sarcásticas no Twitter através da comparação de um conjunto de enunciados que expressa positividade ou negatividade sem sarcasmo e o conjunto de enunciados selecionados do Twitter. Os autores investigam o impacto de fatores lexicais e pragmáticos no aprendizado dos programas que medem emoções e opiniões e comparam a performance dessas máquinas com a capacidade de julgamento humano.

Com a intenção de avaliar o estado da arte das pesquisas em emoções, o professor da Facultad de Comunicación e investigador do Instituto de Cultura y Sociedad de la Universidad de Navarra (Espanha), Dr. Javier Serrano-Puche (2016), realiza um mapeamento do campo de estudos onde as emoções e a tecnologia digital convergem, especificamente, no uso da internet. A conclusão do autor é de que a internet desperta emoções em seus usuários, influencia a forma como essas emoções são moduladas e expressas, e assim, interfere nas questões de identidade dos usuários da rede.

Na Universidade da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, um estudo partiu da conhecida propriedade dos enquadramentos midiáticos produzirem emoções para testar a habilidade desses enquadramentos em produzir emoções coletivas (Walter *et al*, 2016) tendo como objeto o ataque à revista francesa Charlie Hebdo. Um artigo publicado na “Columbia Journalism Review”, por Lene Bech Sillesen, Chris Ip e David Uberti (2015) trata de uma pesquisa que está sendo realizada por esses autores, que coloca em perspectiva a forma como a leitura de artigos jornalísticos, via internet, está refletindo na capacidade de produção de empatia nos leitores. Os autores revisaram mais de 60 estudos psicológicos e neurocientíficos sobre empatia,

narrativas e leitura digital e reuniram seus principais resultados para fundamentar seu estudo. Nesse sentido, revelam que situações como a prática de multitarefas, por exemplo, podem alterar a forma como aprendemos ou lembramos das coisas tanto em nível comportamental como neurológico, sendo que pessoas que costumam realizar trabalhos em plataformas multitarefas não chegam a se desenvolver nisso ao longo do tempo.

A transmissão intencional de mensagens com extenso apelo afetivo, a partir do uso de símbolos, mitos, e da simplificação e comunicação de dogmas ideológicos, como forma de promover sentimentos de ódio, é o objeto do estudo de Joan Davidson (2006). A autora aponta para o uso cada vez mais frequente do ódio como ferramenta para a mobilização e conquista de simpatizantes de grupos ultranacionalistas e fundamentalistas religiosos.

Acompanhando o crescimento da Internet e conscientes do impacto que a rede pode causar no ambiente social, alguns Estados europeus têm se preocupado em estabelecer mecanismos de controle do conteúdo e dos comportamentos dos atores estatais, públicos e privados. Nesse sentido, a criminalização da propaganda de ódio e o processo dos indivíduos envolvidos têm sido promovidos especialmente para questões de disseminação de conteúdo racista e xenofóbico. Preocupado com a complexidade da regulação do discurso do ódio na internet, James Banks (2011) analisa de que forma o comprometimento norte-americano com a liberdade de expressão tem enfraquecido os esforços europeus para a construção de um sistema regulatório internacional sobre o tema.

A disseminação do ódio, na internet, e sua possibilidade de atingir um grande número de pessoas, vem sendo estudada pelo menos desde 2003, tendo como objeto o ciberativismo nos discursos dos grupos que alegam supremacia racial e separatistas (Gerstenfeld *et al*, 2003). Um estudo conduzido por Phyllis Berstenfeld, Diana Grant e Chau-Pu Chiang (2003), endereçou o ativismo desses grupos concluindo que, pelo menos um terço desses *sites* se diz contrário ao racismo e ao discurso do ódio, ainda que em sua maioria apresentem *links* para outras páginas que contêm conteúdo literário de supremacia, e que apenas uma pequena porcentagem especificamente promova a violência. Esse estudo nos mostra que grupos que negam o discurso do ódio e a violência podem, ao mesmo tempo, ser promotores de ideologias que levam ao rompimento, ao ódio e à violência.

Com foco na robusta ressurgência e transformação de comunidades racistas possibilitada pela consolidação do ciberespaço, Adam Klein (2012) procura analisar teoricamente o processo através do qual o discurso do ódio racial é legitimado por uma rede não muito clara de associações *online*. O autor constrói uma teoria que explica a possibilidade de ressurgimento dessas comunidades racistas em função da dinâmica das ferramentas de busca,



redes sociais e *blogs* políticos, que permitem que o ódio se infiltre nos espaços de discurso público.

Um outro estudo, conduzido na Universidade de Amsterdam, analisou as páginas oficiais do Facebook de sete partidos de extrema-direita, na Espanha, testando a hipótese de que o discurso do ódio e as práticas discriminatórias não são explicadas apenas pelas motivações e ações dos usuários, mas também formadas por uma rede de laços que envolvem a política da própria plataforma, suas possibilidades tecnológicas e os atos comunicativos dos usuários. Utilizando a análise de redes sociais e análise textual, Anat Ben-David e Ariadna Matamoros-Fernández (2016) chegam à conclusão de que redes sociais, como o Facebook, modificam a dinâmica das performances do ódio *online* e contribuem para que conteúdos de ódio sejam vistos como discursos comuns. Para os autores, o estudo do discurso do ódio, nas redes, não deve ser resumido à análise de conteúdo ou à busca pelas motivações dessas manifestações, mas utilizar as possibilidades que a plataforma oferece, como “curtir”, “compartilhar” ou “comentar”, para compreender a extensão da propagação do ódio. E essa é exatamente uma das observações a que se propõe a presente tese de doutorado.

Bem-David e Matamoros-Fernández (2016) utilizaram, para a coleta dos dados, o programa Netvizz (Rieder, 2013), que permite a contagem de termos, frequência, curtidas, comentários e compartilhamentos de *posts* em redes sociais como o Facebook. Entre as categorias analisadas pelos autores, estavam os insultos xenofóbicos, presentes nos comentários das páginas desses sete partidos de extrema-direita. Foi possível realizar uma contagem que, não apenas revelava o número total de palavras específicas, vinculadas a esses insultos, como a frequência com que apareciam nos comentários. O estudo comparou essas ocorrências em relação ao Partido Popular, representante da esquerda, para mostrar como havia diferenças entre as duas agendas. A análise de dados provenientes da internet interessa a autores preocupados com o comportamento político dos usuários das redes, e uma série de diferentes metodologias têm sido trabalhadas e apresentadas anualmente para tentar dar conta dessa nova realidade, a partir do aproveitamento dos dados registrados sobre os discursos e os comportamentos das pessoas no universo online (O’Halloran, 2016).

O uso do discurso do ódio como estratégia política também é conhecido na literatura internacional por *hate spin*, e é o tema da pesquisa apresentada por Cherian George (2016), da Hong Kong Baptist University. O autor analisa o uso do *hate spin* pelos grupos de direita, em países como Índia e Estados Unidos, e demonstra como esse fenômeno se materializa em campanhas do ódio, sem ser incomodado pela legislação. George (op. cit.) define o *hate spin* como uma estratégia política cuja face mais comum é a da incitação, por vezes através do

discurso do ódio, e a outra é a do fenômeno do reconhecimento de determinados discursos como ofensas. Para o autor, o discurso do ódio, nesses casos, é um meio de mobilização de simpatizantes ou de coerção de oponentes.

A violência política que emergiu na Grécia, em 2008, é o tema do artigo de Sappho Xenakis (2012), que compara 30 anos de lutas políticas, naquele país, para sugerir que três fatores foram preponderantes para o surgimento da violência política organizada: o tratamento de demandas radicais pelo sistema político, a dinâmica de violência entre grupos estatais e paraestatais e o ambiente socioeconômico.

Enquanto é praticamente um consenso a ideia de que um ambiente socioeconômico instável é um dos fatores que costumam estar presentes nas erupções de conflitos políticos violentos, o artigo de Carole Villiger (2013) observa como a divisão política, na Suíça, foi capaz de superar a estabilidade econômica e resultar em violentas manifestações políticas, entre os anos de 1968 e 1995, que resultaram em danos à propriedade e em pessoas feridas.

A participação dos intelectuais no Nazismo, comunismo e atualmente, no radicalismo islâmico, é o objeto de estudo da pesquisa de Paul Hollander (2013), que procura identificar como essas figuras deram suporte, ao longo dos anos, a movimentos que promoveram ideologicamente mudanças políticas, por vezes inalcançáveis, frequentemente através de atos violentos. O autor sugere ser necessária uma revisão sobre a concepção idealizada da participação política dos intelectuais nesses movimentos.

Trabalhando sobre a forma como a organização dos grupos modifica a letalidade de ataques com motivos políticos, Lindsay Heger, Danielle Jung e Wendy Wong (2012) sugerem que as organizações verticalizadas na forma de hierarquias são aquelas que tendem a produzir mais frequentemente esses efeitos. As autoras trabalham com evidências empíricas produzidas a partir de uma análise de mais de 19 mil ataques, além de complementar o estudo com um exame sobre a história do Euskadi Ta Askatasuna (ETA), o grupo separatista Basco. A pesquisa nos possibilita pensar no papel de grupos organizados nacionalmente e que costumam ganhar destaque durante crises políticas no Brasil, como o MST e outros movimentos sociais, que atuam ostensivamente para a defesa de suas posições políticas. A colaboração de atores não oficiais para a execução de planos de governo, que implicam no uso de violência de massa é o tema de pesquisa do professor da School of Public & International Affairs, na Virginia Tech, Ariel Ahram (2014). O autor acredita que há casos em que o Estado deve até mesmo promover o armamento de grupos minoritários como forma de protegê-los de eventuais ações genocidas.

Endereçando o tema da violência política e os períodos de eleições, Luis de la Calle e Ignacio Sánchez-Cuenca (2013) estudaram os hábitos terroristas do grupo separatista basco

ETA em relação à definição de seus alvos. De acordo com o estudo, a força do partido Batasuna, alinhado ao ETA, era levada em conta na definição dos ataques. Quando um município apresentava um alto índice de apoio ao partido, a probabilidade era maior que o ETA atentasse contra membros das forças de segurança norte-irlandesas nessa localidade. Em relação à civis, a situação era um pouco diferente, mas ainda assim, os atentados demonstravam ser um fator de influencia nas eleições na Irlanda do Norte. A força de um partido político, veremos mais tarde, também se provou fator decisivo em Ruanda, durando o genocídio de 1994 (Strauss, 2006).

Um estudo realizado na School of Business and Law, da Universidade do Leste de Londres, pelo professor John Morrison (2014), trabalhou com as declarações públicas de outro grupo separatista, o Exército Republicano Irlandês (IRA), utilizadas para justificar suas posições, táticas e estratégias. Avaliando a evolução de 126 declarações, entre 2007 e 2015, a pesquisa revela que elas foram utilizadas com dois focos principais: o primeiro, na construção da confiança em torno do grupo, principalmente através do argumento da posse de um mandato histórico originário dos fundadores da República; o segundo, tratava de desconstruir a credibilidade do nacionalismo constitucional, além de desprezar a atuação da polícia e do capitalismo como regime econômico.

A questão dos discursos e dos marcadores linguísticos relacionados com a violência radical, desta vez no ambiente das mídias sociais, faz parte de um estudo realizado na Universidade de Estocolmo (Kaati *et al*, 2014), que surgiu em função dos ataques de Anders Behring Breivik, no estilo lobo solitário, e que resultaram em 77 mortes no ano de 2011 na Noruega. Preocupados com a dificuldade para se prevenir esse tipo de ataque, Kaati *et al* (op. cit.) procuram encontrar traços deixados por esses indivíduos em fóruns de discussão de conteúdos extremistas da internet, na forma de marcadores linguísticos.

Os estudos que tratam especificamente sobre a propaganda de ódio, apesar do longo termo de sua influência nos eventos políticos em todo o mundo, são relativamente recentes (Tsai, 2012). A virulenta campanha de propaganda fascista italiana, lançada contra os soviéticos, durante a Segunda Guerra Mundial, exaltando uma visão maniqueísta da luta através de antigos estereótipos que denunciavam a falta de civilização, barbarismo e até mesmo características físicas indesejáveis, presentes entre os eslavos, é o tema de estudo de Marla Stone (2012). Para a autora, os discursos fascistas serviram como uma forma de defesa dos italianos à ameaça do Leste, contra a civilização ocidental, a família Italiana e a fé católica. Já o artigo de Robert Lanning (2012) aponta para a falta de racionalidade ou orientação filosófica, na base da propaganda de ódio, revelando que ainda há divergências em relação ao tema e que

novas propostas e novos objetos sendo investigados à luz do discurso do ódio podem contribuir fundamentalmente para esse campo de pesquisa.

Outro estudo, realizado por Lindsay Newman (2012), apontou, através da análise da incidência de ataques terroristas ocorridos entre os anos 2000 e 2005, em períodos de eleições, que os ataques tendem a aumentar à medida em que as datas dos pleitos se aproximam. É a mesma proposta que Arthur Goldsmith (2015) apresenta em sua pesquisa sobre a violência eleitoral na África. O autor revisa a ocorrência de conflitos sociais na região, entre 1990 e 2011, e períodos de eleições em todo o mundo, entre 1960 e 2010, para sugerir que, durante a proximidade de datas de eleição, ocorre o pico de violência eleitoral, com algumas variações entre alguns países.

A influência da mídia, especialmente as transmissões de rádio, na provocação e manutenção de conflitos em países que compõem a região africana dos Grandes Lagos, como Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo, foi o objeto de investigação da pesquisa de Johanna Vollhardt (Vollhardt *et al*, 2006), revelando a forma como essas rádios conhecidas como *hate radio stations*, reforçam sentimentos nacionalistas, aumentam e politizam questões étnicas, e promovem a violência, a tensão e o ódio, ao oferecerem visões e opiniões parciais sobre questões em disputa.

A atuação da Radio Télévision Libre des Mille Collines (RTLMC), de Ruanda, no genocídio de 1994, que resultou na morte de entre 500 mil e 800 mil pessoas, tem sido especialmente o objeto de estudo de autores que abordam a atuação da rádio sob os mais diversos pontos de vista. Meghna Rajadhyaksha (2006) é uma das pesquisadoras que abordam a demora do reconhecimento internacional sobre a incitação ao ódio que ocorria através da RTLMC. De acordo com Rajadhyaksha (op. cit.), a intervenção com base na aplicação dos estatutos de Genebra, sobre o genocídio, poderia ter evitado ao menos em parte os resultados da explosão de violência que tomou conta daquele país.

A preocupação com a identificação de fatores de risco para a ocorrência de genocídios cresceu em meados da década de 90, após o genocídio de Ruanda. Uma série de abordagens nesse sentido foram desenvolvidas, como a de Christian Scherrer (1999), ao sugerir que a pesquisa comparativa sobre genocídios seja elementar para a compreensão desse fenômeno. Scherrer (op. cit.) aponta para a distribuição regional dos eventos de violência em massa, que tendem a acontecer com menos frequência no Norte e no Oeste, mas fazem parte da normalidade no Sul e em alguns lugares do Leste do planeta, ainda que, em parte, a violência no Sul tenha sido possibilitada pelo apoio militar de países do Norte. O autor faz referência aos mais de 250 conflitos violentos que aconteceram desde o fim da Segunda Guerra Mundial

citando o fato de que dois terços dos eventos de genocídio apresentavam, entre suas características, o componente étnico.

Já o estudo de Barbara Harff (2003) aponta para o ambiente de agitação política como o fator imprescindível para a ocorrência de genocídios e politicídios (o assassinato em massa por motivos políticos). Ao endereçar esses dois eventos através das mesmas características, Harff (op. cit.) supera a barreira imposta pela Convenção de Genebra e assume a possibilidade da ocorrência de extermínio político. Na sequência de seu estudo, a autora apresenta como condição cinco características: o hábito ao assassinato em massa (países que tenham histórico recente desses eventos); ideologias de exclusão e governos autocráticos (por ideologias de exclusão, a autora sugere se entenda aquelas que promovem ideias de restrição, perseguição ou eliminação de certas categorias de pessoas); rupturas étnicas ou religiosas; baixo desenvolvimento econômico; e contexto internacional (no sentido da interdependência econômica ou política do país que está em análise em relação à comunidade internacional).

Já o estudo de Susan Benesh (2012), que trabalhou com a ideia de a dificuldade de um órgão internacional exercer o controle jurídico sobre um tema como o discurso do ódio, em função de suas várias possibilidades culturais e de interpretação, até mesmo dentro de um mesmo país. Identificando essa dificuldade, Benesh (op. cit.) propôs a criação de uma ferramenta que possibilitasse a identificação dos discursos que deveriam ser permitidos ou punidos, a partir da análise daqueles discursos que antecederam eventos de extrema violência. Na proposta da autora, os discursos capazes de levar a atos de assassinio em massa podem ser divididos em três grupos principais: o discurso que desumaniza (quando se refere a indivíduos através de animais, como porcos ou vermes); o discurso que relaciona os grupos ou indivíduos à doenças contagiosas (sugerindo a eliminação daquilo que contamina); e, por fim, a acusação refletida, que é quando o ator do discurso diz a seu grupo de pertencimento que ele corre risco, que será vítima e é melhor proteger-se de outro grupo externo (é um discurso que legitima a autodefesa e produz o pensamento genocida, não apenas como uma resposta, mas como uma ação necessária).

Além disso, a autora aponta para as metáforas de caça, comuns durante o genocídio de Ruanda, como “a caça a ser perseguida” e “perseguir” ou “perseguição”, que nestes contextos, funcionavam paralelamente como desumanizadores e como incentivadores, uma vez que carregavam duas ideias de violência ao mesmo tempo. No entanto, a autora lembra que nem todo o discurso que incita à violência pode ser caracterizado como discurso do ódio. Assim, Benesh (op. cit.) apresenta uma proposta para a análise de cinco fatores envolvendo os discursos (o falante, a audiência, o conteúdo, o contexto sócio-histórico e, por fim, o modo de

transmissão), que poderiam levar a atos violentos e ao genocídio, como forma de prevenir a ocorrência desses eventos. A proposta teórica de Benesh (op. cit.) foi apresentada à ONU e dela surgiu o Dangerous Speech Project, um centro de referência com apoio da Universidade de Harvard e dirigido por Benesh, para concentrar os estudos dos discursos incitadores de violência.

Um dos artigos que trabalham a proposta de Benesh é o de David Yanagizawa-Drott (2014). O estudo é uma amostra da pesquisa realizada pelo autor, sobre o genocídio de Ruanda e apresenta, entre suas constatações, dados como a relação entre a qualidade do sinal da RTLMC e os maiores focos de assassinatos ocorridos em 1994. O argumento de Yanagizawa-Drott (op. cit.) sustenta que, nas localidades com melhor recepção, o genocídio foi mais violento. Através de cálculos estatísticos, o autor afirma que 10% das mortes atribuídas aos civis tiveram ligação direta com as transmissões de rádio, bem como 30% das mortes atribuídas aos milicianos “interahamwe” (corpo paralelo do exército de Ruanda que coordenou o genocídio).

Uma revisão dos recentes artigos publicados pelos estudos de genocídio, para investigar a lógica desses eventos, revelou que há duas linhas teóricas predominantes que pretendem explicar as causas. Uma que dá conta das estratégias políticas utilizadas pelos perpetradores, e outra que se ocupa das condições ideológicas onde o genocídio foi colocado em prática (Straus, 2012). Scott Straus (2012) aponta que, ao invés do afastamento teórico a que tem se constrangido essas duas correntes, elas deveriam ser avaliadas como complementares nos estudos sobre genocídio. O autor sugere que, para a correta interpretação desses eventos, deve-se ter clara a diferença entre genocídio e violência de massa, onde um é seletivo, de larga escala e determinado ao extermínio, e o outro é indiscriminado, de menor escala e com propósito de repressão ou algum objetivo menor que a destruição de um grupo.

Straus (op. cit) sugere que há um espaço a ser preenchido nos estudos sobre o genocídio e a violência e que para isso os autores deveriam se questionar sobre os porquês da ocorrência de genocídios, ao invés de estudar padrões comuns entre casos dessa natureza e outras manifestações violentas. Outra forma que o autor sugere de inovar nesse tipo de pesquisa é a exploração das declarações dos atores, das negações e da desaceleração da violência, ao invés de investigar as fontes de escalada desses eventos. Em resposta ao que pode ser tomado como uma crítica anterior, que estaria já presente no artigo de Straus (op. cit.), sobre nosso estudo, argumentamos que até o momento, os artigos que se preocupam com o discurso do ódio ou com a violência política trabalham predominantemente de acordo com as definições clássicas para o tema, ou seja, que assassinatos em massa por fatores exclusivamente políticos não são

considerados genocídios, conforme reza a Convenção Internacional sobre Genocídio de Genebra (1948). Além disso, consideramos que a aproximação desses eventos, sob o ponto de vista das ciências da comunicação, tem validade por si, em função da origem do referencial teórico do campo, e principalmente, porque a transformação que a comunicação está sofrendo apresenta a possibilidade de novas abordagens.

Apesar de ser largamente vinculado a suas causas, o papel das ideologias, no desencadeamento de conflitos que envolvem violência em massa, como genocídios, ainda carece de fundamentação teórica. Preocupado em orientar a pesquisa nesse sentido, Jonathan Leader Maynard (2014), da Universidade de Oxford, propôs uma forma mais sistemática para se pensar o papel da ideologia nesses conflitos, a partir de algumas questões. Para o autor, o trabalho deve levar em consideração o conceito de ideologia, os indivíduos que podem ser relevantemente afetado por ideologias, nos casos das atrocidades, ou seja, suas vítimas imediatas, como as pessoas podem ser influenciadas por ideologias que justificam atrocidades e de que maneira a ideologia encoraja tais pessoas a se comprometer ou permitir a violência de massa. Outros autores (Rost, 2013) também apresentam quadros teóricos similares para a prevenção dos genocídios. Enquanto Jonathan Maynard (op. cit.) está interessado no papel das ideologias nos eventos de assassinatos em massa, Ernesto Verdeja (2010), concentra sua análise a partir de cinco fatores causais encontrados no contexto. Para o autor, uma sociedade profundamente dividida com rupturas políticas distintas; rápidas e profundas mudanças sociais; políticas ideológicas exclusivistas que dão proeminência a essas clivagens; capacidade do Estado para organizar ou encorajar o assassinato em massa e o vínculo internacional, que pode constranger ou não a colocação em marcha de um projeto genocida, são os pontos a serem analisados. O autor estabelece esses fatores a partir do estudo dos genocídios na Armênia (1915), no Camboja (1975-79) e em Ruanda (1994).

Ao examinar as propagandas genocidas Nazi e Hutu, através de interpretações psicanalíticas e teorias sociais críticas, David Deutsch e Niza Yanay (2016) estudam como o fenômeno da intimidade violenta e o desejo mimético funcionaram como estímulos para o genocídio. Os autores partem do princípio de que o conceito de intimidade não deve ser tomado apenas como referência do amor, mas também cumpre um papel importante em relação ao ódio e à violência. Também trabalhando com conceitos provenientes do campo da psicologia, Willa Michener (2012) propõe que espelhamos os ódios projetados contra nossos pares. Para a autora, o conceito de inimigo é uma categoria herdada enquanto a identidade dos grupos é uma categoria aprendida. Assim, quando o indivíduo de um grupo ao qual não pertencemos ataca alguém do grupo ao qual pertencemos, a nossa tendência é tomar indelevelmente o ataque como

se fosse contra nós mesmos e passamos a enxergar no grupo que nos atacou, a imagem do inimigo, inibindo a empatia em relação a indivíduos desse grupo.

Preocupado com o poder das percepções acerca de temas relacionados ao ódio e ao preconceito, e procurando compreender como essas percepções se tornam normativas ao longo do tempo, adquirindo poder maior que a própria lei de alguns países, Christian Green (2014) coloca sob perspectiva a liberdade de religião e o uso das mídias *online*, focando nos países que convivem com o discurso do ódio étnico, racial e religioso. De acordo com o autor, em países como Kenya, Ruanda e Tanzânia, essas características, além de serem historicamente responsáveis por conflitos violentos, tendem a estar fortemente ligadas a questões de representatividade do Estado. O autor cita o exemplo da erupção de violência que ocorreu durante as eleições presidenciais no Kenya, em 2007, quando um dos partidos promoveu o conflito em seus discursos de campanha, resultando na morte de mais de mil pessoas e no êxodo forçado de, pelo menos, outras 650 mil.

Através da leitura dos artigos, encontramos novas referências para a nossa pesquisa, como o caso do livro “Media and Conflict: Escalating Evil” (2011) em que o autor, Cees J. Hamelink, procura relacionar a atuação da mídia junto ao que chama escalada do mal coletivo. Ele explica esse conceito de mal coletivo através de exemplos de atrocidades que ocorreram ao longo do século XX, tendo por base declarações de indivíduos que participaram desses eventos. A preocupação de Hamelink (op. cit.) é entender a dinâmica dos processos que envolvem a escalada do mal, como são socialmente mediados e como a mídia pode ser posicionada nesse processo de mediação. Sob o mesmo título, o artigo de Emrys Schoemaker e Nicole Strelau (2014) trabalha com o que há de evidência nos argumentos que apontam para o papel da mídia nas situações de conflito. Os autores revisam a literatura sobre a contribuição da mídia para as transições guerra-paz e, da mesma forma, a literatura que estuda as contribuições da mídia para o surgimento de conflitos. Além disso, o artigo aborda como as novas tecnologias da comunicação (ICTs), como a Internet ou telefones celulares, podem atuar na liberalização ou na opressão em países em desenvolvimento.

Após a investigação da produção internacional sobre nosso tema de pesquisa, foi possível confirmar o seu pertencimento a uma tradicional linha de estudos formada por autores de países que apresentam históricos de conflitos regionais, como Austrália e África do Sul, ou envolvidos em questões internacionais, como os Estados Unidos. A questão é largamente explorada em busca de métodos para o reconhecimento e a prevenção de conflitos em potencial, e costuma receber um maior número de contribuições durante os períodos que sucedem a grandes manifestações de violência. Essa tendência pode ser observada pelo menos a partir do



final da Segunda Guerra Mundial e tem se repetido sistematicamente, o que nos leva a algumas argumentações a respeito do clima de ruptura social que tomou conta do Brasil, principalmente a partir de 2013.

Em primeiro lugar, acreditamos que deve haver, ao longo dos próximos anos, um aumento do número de trabalhos, artigos, teses e dissertações, que se ocuparão do clima de ruptura política e dos eventos que ocorreram nos últimos anos no Brasil. Por fim, acreditamos que o fenômeno do aparecimento desses trabalhos acadêmicos poderá ser uma evidência para comprovar a existência de um clima de ruptura de caráter radical, ou seja, do reconhecimento, por parte da academia, da existência de um clima propício para o desenvolvimento de explosões de violência com motivação política no país.

Nesse sentido, a produção dessa pesquisa se insere numa tradição de estudos internacionais sobre o tema do conflito, tendo como foco os discursos e o discurso do ódio, e contribuindo com o campo por se associar aos autores que apresentam, como motivação para o conflito e a ruptura social, o elemento da orientação político-ideológica. Enquanto em termos nacionais, contribuirá para a ainda incipiente formação de um corpo investigatório sobre o tema do conflito político e da dinâmica comunicacional das redes sociais.

Além da pesquisa reforçar o caráter da dissidência política como elemento capaz de produzir desdobramentos de extrema violência, nossa tese leva em consideração que a popularização do uso de novas tecnologias de informação e comunicação fez com que não apenas o radicalismo racial, religioso, de gênero, etc. tivesse um forte crescimento, mas também o radicalismo político. Temos, nesse sentido, a possibilidade de trabalhar a admissibilidade dos discursos políticos - admitidos como elementos mais carregados de extremismos e mais aceitáveis sob o ponto de vista da normatividade e do policiamento do politicamente correto - e as tensões sociais decorrentes desses contextos, que se elevam em países como o Brasil e se refletem automaticamente em uma maior probabilidade da erupção da violência em massa. Por outro lado, também fica aberto o campo para que se relacione esse tipo de permissividade presente nos discursos ao aumento de outras formas de violência já existentes.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ÓDIO E DISCURSO

### 2.1 Fenomenologia do ódio

A palavra portuguesa “ódio” se origina do latim *odiu*, ou *odisse*, conjugado *odi*, *odisti*, *odit*, *odimus*, *odistis*, *oderunt*, no presente do indicativo, como significado para “paixão que impele a causar ou a desejar mal a alguém; execração, rancor, raiva, ira”, ou ainda, “aversão a pessoa, atitude, coisa, etc., repugnância, antipatia, desprezo e repulsão” (Ferreira, 1986; Viana, s.d.). Seu vocábulo equivalente, em inglês, é *hate*, e tem origem na língua antiga em *hete*, como pronome, e em *hatian*, como verbo, ambos provenientes do proto-germânico *hatis* e *haton*<sup>13</sup>.

Assim como a maioria dos vocábulos ocidentais, a origem da palavra “ódio” é grega. *Odi* ou *hodi*, querem dizer “aborrecimento” e estão relacionadas com *aduné* (dor) e *odussé* (irar-se). *Odisse* também é *Ulisses*, em grego. Além de dar nome para o épico poema de Homero, está na base de palavras que utilizamos no nosso dia-a-dia, como “nojo” (*nodio*) e envolve, portanto, significados que nos são bem mais familiares do que imaginamos. O substantivo latino *odium* aparece como significado para “antipatia”, “asco”, “aversão”, “desconsideração”, “desdém” e “desprezo”<sup>14</sup>.

Alguns de seus sinônimos, na língua latina, são *invidia*, que significa “inveja” e “ciúme”; e *fastidum*, que significa “abominação”, “antipatia”, “dúvida”, “escrúpulo” e “repugnância”. De fato, a língua latina utilizou diversas expressões para categorizar sentimentos de desamor, rancor ou vingança, através do ódio (*Odium summum*; *odium acerrimum*; *odium capitale*; *odium inexpiabile*; *odium magnum*). Estes usos acabaram sendo transmitidos através das línguas modernas e, assim, a palavra ódio passou a ter sua representação universal como a conhecemos hoje, significando geralmente a antipatia por alguém, algum grupo ou alguma coisa, um rancor profundo, aversão, ira, repugnância ou desprezo.

No livro *Political Emotions – Aristotele and the Symphony of Reason and Emotion* (2006), Marlene Sokolon resgata o pensamento Aristotélico sobre as emoções políticas e cita a raiva (*orgé*) como aquela que teria recebido atenção mais sistemática por parte do filósofo. Uma emoção que, se não é propriamente o ódio, tem em comum com este o sentimento negativo em relação ao seu objeto. Em seu levantamento, Sokolon (Op. cit), lembra que a análise de Aristóteles, na obra *Retórica*, afirma que as emoções teriam o papel de interpretar e influenciar

---

<sup>13</sup> Fonte: Online Etymology Dictionary.

<sup>14</sup> Fonte: Globse.

a ação no ambiente político, estando por trás das avaliações, percepções ou julgamentos de determinadas circunstâncias sociopolíticas.

O *orgé* estaria, no pensamento de Aristóteles, na extremidade oposta do sentimento de ternura (*praos*) e seria, entre todas emoções, aquela de maior potencial motivacional. Ela seria uma emoção profunda e direcionada a objetos externos, fossem indivíduos ou grupos. Poderia vir na forma de um desejo, materializando, por vezes, na espera por vingança. Também poderia surgir motivada por eventos passados, pelo potencial de acontecimento de eventos futuros, ou ainda, como uma defesa. Seria suscetível à persuasão, porque surgiria da percepção de eventos externos, e estaria na origem do menosprezo, assim tido como a manifestação da opinião que pretende mostrar óbvia a falta de valor de algo. Além disso, a raiva se faria presente na forma de desprezo, rancor ou insulto, onde o desprezo seria a energia ou a opinião depreciativa, direcionada ao valor de algo ou alguma coisa que seria importante para o objeto, como a sabedoria, a opinião pública, etc.; o rancor seria o ato que surge com o objetivo de causar mal; e o insulto ocorreria quando a resposta à raiva fosse a motivação principal das atitudes do indivíduo, por meio do qual ele agiria, falaria, sentiria motivação e determinação para responder ao sentimento que lhe causara raiva. A raiva frequentemente ocorreria em resposta a julgamentos em relação aos bens sociais ou à honra ou desonra. Seria o julgamento emocional de uma ameaça social, que pode direcionar a atenção para algo perigoso ou para uma situação inesperada.

Presente nas principais tragédias gregas, o “ódio” foi um elemento que dominou as motivações das narrativas da antiguidade clássica. Fosse entre os deuses, semideuses, heróis ou homens vulgares, sempre houve espaço para que este tipo de emoção fosse compartilhado pelos personagens que fizeram parte do panteão mitológico clássico ocidental. O psicólogo Mário Viana (1945) resgata a relação do período clássico da filosofia com o ódio e afirma que, como na mitologia, os deuses e os heróis tinham o papel de apontar as falhas e virtudes humanas, os seus ódios deveriam ter origem também nos motivos que despertavam os ódios mundanos, fosse um evento traumático ou uma violência sofrida, uma derrota, a vingança, o ciúme passional ou a inveja. O autor lembra que Aristóteles, embora reconhecesse a existência de onze paixões humanas, dizia que elas poderiam reduzir-se a apenas duas: amor e ódio. Para o Filósofo de Estagira, o ódio seria a manifestação do rancor, contrário ao amor, e causado pelo ultraje e pela calúnia. Ensejava o mal, o extermínio da fonte causadora do sofrimento e não dava lugar para a compaixão (Viana, 1945).

O desenvolvimento do pensamento ocidental sobre a questão do ódio provavelmente seguiu uma linha bem clara que partiu, inicialmente, da mitologia antiga para a filosofia grega,

enquanto ainda era considerado uma característica natural de deuses e homens em meio à *physis*. Mais tarde, durante o Império Romano, já sob o domínio do ideário da Igreja Católica, o ódio passaria a ser excluído das características humanas consideradas desejáveis, que teriam sido herdadas diretamente de Deus. Se o ódio não fazia parte do Paraíso nem do mundo, enquanto criação divina, então só poderia estar relacionado ao pecado e à ideia de inferno. Ou ainda, como pontuou Hannah Arendt ([1958] 2014, p. 90), “a bondade em um sentido absoluto, em contraposição à ‘prestabilidade’ ou à ‘excelência’ na antiguidade greco-romana, tornou-se conhecida em nossa civilização somente com o advento do cristianismo”.

Na bíblia, são inúmeras as passagens que dão lugar à manifestação do ódio entre os homens, especialmente no Velho Testamento: “E os Egípcios odiavam os filhos de Israel, e os afligiam com insultos” (Êxodo, I, 13-14). Já no Novo Testamento, passaria a imperar a lei do amor, através da palavra de Jesus Cristo: “Amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos perseguem e caluniam [...]” (Evangelho de S. Mateus, V, 43-44). Além disso, uma série de estratégias podem estar relacionadas com a incitação ao ódio, como alguns juramentos do Velho Testamento: “Maldito o que der sua filha por mulher aos Benjamitas” (Livro dos Juízes, XXI, 15-18). Da mesma forma, os anátemas, ou as maldições lançadas contra outras pessoas - a própria palavra *maldição* tem origem em *mal dizer*; a imprecação, ou a invocação de poderes superiores contra o outro, pedindo por castigos, destruições e até mesmo o extermínio; a blasfêmia, que em função da origem da palavra (atentar contra a verdade sagrada e divina), significa a mentira; os insultos, que podem variar em questão de raça, nacionalidade, classe social, origem, profissão, cultura, gênero ou escolha sexual; além das calúnias, as injúrias e assim por diante (Viana, 1945).

O período do predomínio cristão sobre o pensamento Ocidental foi tão intenso que, mesmo passados mais de 500 anos do início da revolução científica, ainda é necessário considerar a atuante influência dos valores da Igreja Católica sobre o pensamento moderno. O gradativo afastamento que o conhecimento humano experimentou da teologia e da metafísica teve início por volta do século XVI e se estenderia até o século XVIII, resultando em uma reconfiguração do papel do homem, que seria definido pelo surgimento da antropologia como ciência. O ódio, entretanto, permaneceu durante muito tempo como um valor negativo e indesejado. No século XVII, Francis Bacon diria, ao analisar o indivíduo e seu papel na sociedade, que o homem deveria amar a seus inimigos e fazer o bem a quem lhe odiasse (McKnight, 2006). Tommaso Campanella, por sua vez, ao tentar fundir as novas e as velhas teorias astronômicas, diria que, enquanto os outros planetas se movimentavam em torno do Sol

como seu *centrum amoris* (centro de amor ou desejo) o sol, “o mais ardente e, portanto, o mais ativo, se move ao redor da Terra como *centrum odii* (centro de ódio ou repulsa)” (Anderson, 1962, p. 348).

No final do século XVII, o médico John Locke publicava seu *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, onde propunha que a mente do homem seria como uma folha em branco (“tábula rasa”), e que seu comportamento e suas ideias iriam surgir ao longo da vida através de suas experiências e do seu aprendizado. Locke ([1690] 2006) sugeria que, para que fosse possível a vida em comunidade, primeiramente houvera sido exigido do homem o gradativo controle de seus impulsos e o abandono do seu estado natural. De acordo o pensador inglês, tratava-se de uma assunção de princípios pacíficos em nome da vida, da propriedade e do bem comum. Como forma de promover a convivência pacífica nos grupos sociais - mas não apenas por essa razão - o homem precisaria então estabelecer e se conduzir de acordo com códigos de conduta, diretrizes que deveriam ser seguidas por todos aqueles que desejassem fazer parte desse corpo social. Preocupado com as reações que fugiam a esse padrão, Locke parecia buscar uma solução médica para o comportamento desviante e passional de seus pacientes mais temperamentais que, segundo ele, “às vezes amam acima da medida, e presentemente odeiam da mesma forma, sem qualquer razão” (Locke *in* Glausser, 1988, p. 52).

Análises sobre os filósofos da Revolução Científica e do Iluminismo apontam a referência ao ódio e à violência do homem a partir de diferentes abordagens. De acordo com Harrison (2003) Thomas Hobbes considerava o conflito, em qualquer associação humana, como algo inevitável, e que o estado natural do homem seria a guerra de todos contra todos. Para o filósofo inglês, havia uma relação do homem para com as coisas da ordem da necessidade e do desejo, onde tudo aquilo que fizesse parte do seu apetite ou vontade ele teria por bom, e tudo o que fosse objeto do seu ódio e aversão, por mal. Elencada entre as leis naturais, estaria a necessidade de o homem evitar todas as expressões de desprezo ou ódio em relação aos outros, “fosse por ações, palavras ou gestos” (Hobbes), de forma a permitir a vida em sociedade. Por sua vez, Rousseau propunha o mito do bom selvagem, e acreditava que nascíamos todos inclinados à paz e à bondade, mas aprendíamos com a sociedade as atitudes que condenamos.

O processo civilizatório, como entendido por Samuel Huntington (2010), pressupunha, não apenas a reunião de indivíduos associados em comunidades em busca da sobrevivência, mas o desenvolvimento de áreas como a ciência e a educação. De acordo com Huntington (2010), este conceito de civilização, ao surgir no século XVIII, pretendia exatamente que se diferenciasses as sociedades que viviam no estado considerado avançado, ou seja, tecnológicas, burocratizadas e sujeitas a regras, daqueles povos que não compartilhavam dos mesmos valores

e, portanto, eram considerados bárbaros. Para Huntington (2010, p. 54), “a sociedade civilizada diferia da sociedade primitiva porque era estabelecida, urbana e alfabetizada”. De onde poderíamos entender que o conceito de civilização está relacionado, ao menos durante o século XVIII, a uma ideia de maior controle dos impulsos provenientes da natureza humana, o que não resultaria necessariamente em menos ódio, mas certamente em menos violência do que estaria reservado ao conceito de bárbaro.

Hegel, assim como Rousseau, acreditava que havia uma marcada diferença de papéis a serem cumpridos entre homens e mulheres na sociedade<sup>15</sup>. Para o filósofo alemão, cabia aos homens dominar a luta, a inimizade e o ódio, enquanto a mulher deveria preservar a harmonia (Gay, 1995). Hegel e outros pensadores do século XVIII também criticariam a estética literária de Shakespeare, por entender que os personagens do autor inglês seriam demasiadamente movidos por paixões, dúvidas, medos, desejos e ódios (Knox, 1958).

Mais tarde, já no final do período que antecede à Era Vitoriana, Alexis de Tocqueville teria percebido, de acordo com Hannah Arendt (1976), que o ódio violento das massas contra a aristocracia francesa, durante a Revolução, se tratava de um ódio que surgia diante da existência de um poder injustificado. Para Arendt (Op. cit.), esse mesmo processo teria levado a um secular ódio contra o povo judeu. No entanto, é o século XIX que, talvez pela proximidade histórica, permite maior clareza para compreender o fenômeno do ódio na modernidade. Além de ter sido um dos períodos mais transformadores, onde se materializaram boa parte dos sonhos que o mundo ocidental viveu através do iluminismo, a Era Vitoriana viu florescer os produtos da democracia e do republicanismo, bem como da revolução industrial e do capitalismo. Na primeira metade do século, foram Augusto Comte e John Stuart Mill que executaram os acordos que serviriam de fundamento para o Positivismo e o utilitarismo, posicionando o homem em perspectiva aos avanços da ciência, dos valores democráticos e republicanos, e inspirando uma corrente de pensadores a olharem para o futuro com entusiasmo e otimismo.

Porém, da metade do século em diante a marca dos vitorianos passaria a ser o conflito. Foi a época em que Karl Marx e Friedrich Engels propuseram uma metodologia para o estudo das sociedades, que ficaria mais tarde conhecida como o materialismo histórico, evidenciando, no constante estado de conflito presente nas lutas de classes, o verdadeiro *leitmotiv* dos agrupamentos sociais. George Sorel, da mesma forma, acreditava que o conflito era responsável

---

<sup>15</sup> O posicionamento do filósofo francês sobre o sexo feminino era peculiar. Acreditava que o destino da mulher era ser subjugada. Que ao contrário de provocar, deveria ser agradável ao homem. Rousseau dizia que nem mesmo deveria estudar as verdades abstratas ou ciências difíceis, “mas permanecer em sua província” e focar em questões mais práticas, já que era observadora por natureza, enquanto o homem, este sim, raciocinava (Gay, 1995).

pela criação da identidade dos grupos e que a união da classe trabalhadora dependia do constante estado de conflito contra a classe média (Cosser, 1956).

Nas universidades alemãs, o conflito acontecia independentemente de classe. A prática de duelos, por vezes mortais, entre os estudantes, fazia parte da formação do caráter dos jovens. Chamadas de *Mensur*, essas lutas aconteciam clandestinamente, e eram travadas principalmente por meio da esgrima. As cicatrizes deixadas pelos confrontos eram troféus ardorosamente perseguidos por jovens de todas as classes, pois conferiam ao portador um fator de respeitabilidade para toda a vida (Hart, 1874; Gay, 1995). De acordo com o sociólogo Lewis Cosser (1956), ao confirmar a teoria de Georg Simmel, esses duelos serviriam como válvulas de escape, através das quais, a tensão deveria ser completamente dissipada e o conflito encerrado.

A era Vitoriana foi um período de marcadas ambiguidades. Conforme Gay (1995), a extrema moral e a sua total ausência poderiam andar de mãos dadas pelas grandes cidades. Foi assim que, no mesmo ano em que o mundo se reuniu para conhecer as mais recentes inovações, na Grande Exposição de Londres de 1851, Napoleão III assumiu o poder na França, através de um golpe contra o parlamento, iniciando o período de governo que daria nome à ideologia bonapartista, marcada pelo autoritarismo com apoio popular, e aplicada com louvor por Hitler, na Alemanha Nazista (Michels, 1949). Da mesma forma, se de um lado, consolidava-se uma sociedade ocidental decorrente da Revolução Industrial, nos porões dos sindicatos surgia o socialismo. E enquanto o avanço tecnológico fazia atravessar o primeiro cabo telegráfico unindo Estados Unidos à Europa; Alemanha, França, Holanda, Bélgica e outros países lançavam-se em um esforço neocolonialista sobre países da África, Ásia e Oceania, com a intenção de garantir matéria-prima e mercados para os seus produtos.

De acordo com o historiador e biógrafo Peter Gay (1995, p. 183), o século XIX teria sido “confuso, com sinais contraditórios e desejos não menos contraditórios, ansioso por um novo humanitarismo, mas ainda relutante em abandonar a velha severidade e os velhos prazeres”. O autor nos oferece um panorama onde justifica a sua interpretação sobre os impulsos agressivos do homem, pois aqueles teriam sido tempos propícios para a excitação e o culto ao ódio e à violência, ainda que não apenas isso.

Um dos pensadores de maior prestígio nesse período foi Herbert Spencer, que influenciaria o ocidente com seu livro *Estática Social*, de 1851, argumentando, entre outras coisas, sobre a sobrevivência dos mais capacitados. Spencer tinha por base o processo que chamara de “purificação natural”. De acordo com o autor, a própria natureza se encarregaria de eliminar aqueles que eram doentes ou mais fracos, tanto entre os humanos como no reino animal. Subjacente a essa ideia, restava o peso que os menos afortunados representavam para

uma sociedade em desenvolvimento. As ideias de Spencer se difundiram rapidamente pelos círculos científicos que, àquela altura, acolhiam com prazer as teorias que desafiavam a antiga ordem científica. Conforme Peter Gay (Op. cit.), nem mesmo a publicação de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, cerca de dez anos mais tarde, escaparia de ser rápida e forçosamente apropriada pelo conhecimento popular para se tornar uma fundamentação das ideias de Spencer, originando a corrente de pensamento que ficaria conhecida como darwinismo social.

De acordo com Gay (Op. cit.), o comportamento agressivo, os preconceitos, a violência e o ódio, no século XIX, podem ser justificados pela presença de três elementos fundamentais: a concorrência, a construção do outro conveniente e o culto da masculinidade. Para o historiador, na dinâmica desses elementos, havia um fator de identificação coletiva muito forte que, ao reunirem as pessoas em grupos com interesses comuns,

[...] revelavam – muitas vezes inventavam - um mundo de estranhos para além das paliçadas, indivíduos e classes, raças e nações, que era perfeitamente adequado contradizer, tratar com superioridade, ridicularizar, explorar ou exterminar. Todas as três justificativas tinham o mesmo efeito; cultivavam o ódio, em ambos os sentidos do termo: ao mesmo tempo o estimulavam e o continham, fornecendo argumentos respeitáveis para seu exercício e, simultaneamente, obrigando-o a fluir dentro de canais de aprovação cuidadosamente demarcados (Gay, 1995, p. 43).

A análise do autor, sobre o século XIX, não se interessa por diminuir o impacto dos séculos anteriores sobre a cultura do ódio e da violência. Ao contrário, Gay (Op. cit.) sugere que, individualmente, cada período seria capaz de apresentar seu conjunto de fatores preponderantes para justificar a presença do ódio e da violência. Enquanto o desenvolvimento da indústria, do capitalismo e das grandes metrópoles teria sido o combustível da concorrência na era vitoriana, o modo de vida que levava o novo homem do século XIX era relacionado, na literatura a grandes virtudes masculinas em obras como *Os Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas; *Moby Dick*, de Herman Melville, e até mesmo *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, quando apontara o destino trágico da mulher adúltera.

Por sua vez, o desenvolvimento da ciência passaria a providenciar explicações para o ódio e o desprezo, mesmo que estas não passassem de “noções mutuamente contraditórias e especulações biológicas ou históricas” (Gay, 1995, p. 77). O argumento da raça se tornou um dos preferidos desses cientistas e passaria a ter boa aceitação entre o crescente público leitor da época, interessado cada vez mais pelas maravilhas de ciência<sup>16</sup>. Desde o início do século,

---

<sup>16</sup> O interesse do público leitor pela ciência tinha crescido de tal forma que alguns romancistas, antes reunidos em companhias como a de Alexandre Dumas, especializaram-se e passaram a produzir literatura que explorava os



começando por Geoffrey de Saint-Hilaire, houve uma verdadeira corrida pela explicação racial para o mundo e a fabulação de suas teorias, passando Thomas Carlyle, Friedrich Max Müller - que traria à luz a ideia de “raça ariana”, por volta de 1860 - até Thomas Huxley e Ernst Haeckel, que se alternavam, sugerindo números e tipologias que identificassem os homens racialmente<sup>17</sup> (Gay, op. cit.).

Culturalmente, a demonstração de agressividade tem sido tomada como um valor negativo, especialmente no ocidente. Porém, a radical falta de decoro, nos discursos políticos, que teve em Bismark um de seus ícones, em meados do século XIX (Gay, 1995), mostrou que, por outro lado, a violência também apresenta um forte papel agregador. Depois de Bismark, Hitler reunificou a Alemanha utilizando um discurso nacionalista que, enquanto exaltava a raça ariana, fomentava o ódio ao estrangeiro, especialmente contra o judeu, mas também contra russos e outras minorias, como homossexuais e ciganos. Ainda assim, sobretudo no ocidente, a despeito da tradição histórica de conflitos que remonta ao mito de sua fundação - o fratricídio que originou Roma – o discurso violento é normalmente associado ao sujeito que não é capaz de dominar seus impulsos, portanto, àquele a que faz falta a característica da civilidade.

No Brasil, este seria o século das revoluções. Já na chegada da corte portuguesa, em 1808, com a elevação do Brasil à condição de Reino, a divisão social, antes calcada sobretudo na posse e no trabalho, passaria a ser também uma questão de títulos de nobreza. Com isso, até mesmo os grandes donos da riqueza do país passaram a ter uma nova classe para chamar de inimiga. Ao longo desse período, de norte a sul do país, movimentos separatistas, comunidades alternativas, republicanos e federalistas encontraram os motivos para se lançarem em confrontos ferozes. No plano internacional, o Brasil liderou uma aliança contra o Paraguai, no conflito mais mortífero da história sul-americana, que dizimou quase a totalidade da população masculina do país de Solano López (Nabuco, 1975).

Fato é que a sociedade decorrente do contrato social proposto por Locke só foi possível porque limitou, ainda que razoavelmente, a execução das vontades humanas. E com a ajuda da educação, as sociedades civilizadas - e desenvolvidas – foram suprimindo cada vez mais o ódio

---

recentes avanços da ciência. Entre eles, autores do calibre de Júlio Verne, que sob essa influência, escreveu o clássico *20 Mil Léguas Submarinas*.

<sup>17</sup> Em 1865, um fato colocou em feroz divergência cientistas e pensadores ocupados de alguma forma com o tema racial. Após uma rebelião entre os negros jamaicanos, o inglês que governava a ilha, Edward Eyre, condenou à morte, sem julgamento, quase 450 nativos, além de um importante magistrado, mulato e local, Willian Gordon, acusado de ser o responsável pelo levante. O fato atingiu em cheio uma Grã-Bretanha que se dividia entre aqueles que apoiaram a conduta do governador da ilha caribenha, então colônia inglesa, e aqueles que o condenaram. Determinado a levar Eyre a julgamento por assassinato, John Stuart Mill teve o apoio de Charles Darwin, Thomas Huxley, Spencer e outras personalidades influentes da época, enquanto entre os defensores estavam nomes como Charles Dickens, Tennyson e Thomas Carlyle (Gay, Op. cit.).

como manifestação das contrariedades e reação às diferenças, fazendo com que esta emoção fosse perdendo gradativamente seu lugar, antes reconhecido entre os atos humanos naturais, para ocupar um lugar na periferia de seus discursos. Ainda que suprimidos, o ódio como emoção - ou discurso - e a violência - como manifestação - permaneceram elementos latentes na mente humana.

## **2.2 O ódio na Psicologia**

É inegável que questões religiosas, étnicas, raciais, de gênero, de classe e orientação sexual, que sempre estiveram na origem de processos de ruptura ou clivagem social, obtiveram avanços importantes, nos últimos 50 anos. Hoje, há leis que protegem minorias, foram estabelecidos sistemas de quotas, reconheceu-se o casamento gay e penalizou-se o racismo. Mas, o que explicaria a escalada de radicalismo e intolerância que percebemos, não apenas entre indivíduos de diferentes culturas, mas entre cidadãos nascidos e habitantes do mesmo país, da mesma cidade, que compartilham da mesma formação educacional, status social e, por vezes, até mesmo, das experiências de vida bastante semelhantes?

Justamente quando nos deparamos com o enfraquecimento das fronteiras, possibilitado pelos avanços da comunicação, e quando imaginávamos estar caminhando, a passos largos, em direção à consumação da ideia de um mundo globalizado e mais pacífico, países como a Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, além do Brasil, se viram em meio a profundas crises de polarização. No centro do debate, dessa vez, colocaram-se política e governo.

Mais do que nunca, nesses países, os posicionamentos liberal e conservador passaram a representar pacotes fechados de visões de mundo. E a convivência, respeitosa e verdadeira, entre indivíduos de posições diferentes, algo cada vez mais raro. A tolerância, que estaria vinculada à nossa adaptação para a convivência em sociedade e ao processo de controlar, reprimindo ou substituindo, nossas reações instintivas, se tornou o principal artigo que está em falta no livre mercado de ideias.

Tomando por base o posicionamento político, no Brasil, amizades se desfizeram, e as pessoas parecem mesmo estarem se afastando, procurando grupos mais homogêneos, onde não seja preciso pagar um preço tão alto para suportar as diferenças encontradas nos outros. Enquanto fomos nos encerrando nesses grupos, as chamadas bolhas de relacionamento, uma série de processos mentais foram acontecendo. Ganhamos segurança, reforçamos nossas crenças e, eventualmente, acabamos direcionamos nossas angústias e frustrações em forma de ódio aos grupos externos. Por isso, nas próximas páginas, destacaremos algumas teorias da

psicologia sobre o sentimento de ódio e a dinâmica da mente grupal, que podem contribuir para a compreensão da formação e exteriorização do ódio político.

Ainda antes do surgimento da psicologia como campo de estudo, cientistas sociais vinham tentando decifrar os traços físicos que seriam capazes de evidenciar emoções como a fúria e o ódio (Viana, 1945). Em meados do século XIX, processos de manifestação de ódio eram considerados reações fisiológicas a estímulos internos ou externos, e poderiam ser constatados por sinais físicos como “a expressão de olhar, dura ou alucinada; o rosto contraído; testa enrugada; lábios crispados ou trêmulos” (Viana, 1945, p. 156). Mas as manifestações internas das emoções, individuais ou coletivas, somente passariam a ser investigadas nos últimos anos da Era Vitoriana.

Especialmente, em relação às suas formas básicas, o amor e o ódio, as primeiras teorias do campo da psicologia prevaleceram. A ideia de alteridade foi um dos primeiros pressupostos propostos por Freud (1915), para explicar a relação entre a consciência da existência outro, a relação objetal do homem com o mundo, e as manifestações de ódio. Trata-se de um princípio fundamental para o trabalho psicanalítico, e está na base de algumas das principais teorias sobre o conflito (Cosser, 1956; Lipset, 1992). Mas muito antes de explicar a relação do homem com os outros, a ideia da alteridade já havia ganho aplicação prática. Na religião, na política, e em inúmeros exemplos de nossa vida, o ódio vem sendo, há séculos, promovido com o objetivo de valorizar um indivíduo ou grupo em relação a outro. E, como já vimos, essa estratégia de construir a imagem de um “outro conveniente” (Gay, 1995), seria uma forma de justificar a hostilidade direcionada a tais indivíduos ou grupos.

Mas por que o ódio? Freud (1915) sustenta, a exemplo de Hobbes, Locke e Rousseau, que, para o surgimento dos agrupamentos sociais, teria sido necessária a assunção de princípios pacíficos, não apenas em nome de valores como a propriedade e o bem comum, mas em nome da segurança dos indivíduos. Ao aprofundar seu pensamento sobre o estado natural, o autor afirma que a experiência humana *ab origine*, teria sido, sobretudo, pautada pelo desprazer e pela necessidade. Por isso, o caráter belicoso dos sujeitos seria um viés de comportamento, uma programação natural de reconhecer o outro como ameaça, baseada na experiência milenar de privação e necessidade.

Já o amor, explica o psicólogo, apenas teria dado entrada no mundo quando os objetos passaram a ser vislumbrados como possíveis fontes de satisfação e prazer, e assim, amados narcisicamente. Na medida, porém, em que os indivíduos experimentam frustrações em relação a tais objetos, afirma Freud (1915), acontece o que chama de repulsão, um fenômeno que concederia, novamente, lugar ao ódio e à agressividade:

O *eu* odeia, abomina e persegue, com intenção de destruir, todos os objetos que constituem uma fonte de sensação desagradável para ele, sem levar em conta que significam uma frustração, quer da satisfação sexual, quer da satisfação das necessidades de autopreservação (Freud, [1915] 1980, p. 160).

Amor e ódio, para Freud (1915), seriam intenções, estímulos que ele representou na forma pulsões, de vida, e de morte. Funcionariam como os impulsos imanentes da psique, responsáveis por guiar os sentimentos e as atitudes, especialmente diante da vida em sociedade. Diz o autor que, mesmo submetidos à supressão, reprimidos em nome da vida em comunidade, ódio e violência nunca teriam desaparecido verdadeira e totalmente, mas permanecido represados como agressividade latente na mente dos indivíduos. De um lado, a pulsão da vida estaria vinculada aos laços, segurança, associações e demais trocas que aproximam os seres; de outro, a pulsão de morte estaria vinculada às frustrações dos desejos, insatisfações, insegurança e medo daquilo que pudesse fugir ao controle.

O quê de realidade por trás disso, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para tortura-lo e matá-lo (Freud, [1930] 1980, p.49).

A ideia de que as pulsões de vida e de morte fariam parte da mente humana, estava de acordo com filosofias e religiões muito antigas, como o Yin e Yang e o hinduísmo, que promovem a buscar pelo equilíbrio. Carl Jung (1976), mais tarde, também diria que, para compreender o indivíduo, seria necessário considerá-lo a partir de sua dualidade. O autor afirma que a alma humana – *anima* - seria a síntese dos seus lados bom e mau, ambos em busca de realização: “[...] porque a anima quer vida, ela quer o bom e o mau [...]” (Jung, [1976] 2006, p. 37).

A dualidade se coloca, sob o ponto de vista interno, ou seja, daquilo que está dentro do indivíduo, como uma das principais contribuições que a psicologia nos oferece para a compreensão do fenômeno do ódio. Voltando à questão da alteridade, já vimos que os indivíduos, quando se deparam com a presença de um outro, apresentariam um viés de comportamento que não é necessariamente acolhedor. Mas as diferenças percebidas por esses indivíduos, afirma Freud (1915), também dariam origem a atitudes hostis, originadas do estranhamento (o não reconhecimento do que lhe é exterior) e do egocentrismo (o indivíduo visto e delimitado por ele mesmo).

Partindo do nível do indivíduo para as questões dos grupos, outra teoria de Freud (1930, p. 52) que poderia contribuir para a compreensão do clima de polarização e o discurso de ódio político no Brasil de 2014 é a que fala sobre o “narcisismo das pequenas diferenças”. O psicólogo, ao analisar as animosidades entre comunidades europeias vizinhas - como portugueses e espanhóis, e ingleses e escoceses - notou que os processos discursivos, através dos quais essas animosidades eram externadas, geravam uma “cômoda e inócua satisfação da agressividade” (Freud, Op. cit.). A teoria, que faz referência a uma característica muito comum entre tradicionais grupos rivais, poderia também ser aplicada há uma vasta gama de situações, como entre torcidas de clubes de futebol (Internacional e Grêmio), fãs de estilos musicais (rock e sertanejo) e, da mesma forma, entre apoiadores de diferentes partidos políticos.

Mas ao satisfazer a agressividade, mesmo que de forma homeopática, o narcisismo das pequenas diferenças a mantém viva. São comuns, por exemplo, os casos de violência entre torcedores no Brasil. Os casos estudados por Freud, da mesma forma, mostram que a mera satisfação da agressividade não impediu a ocorrência de grandes explosões de violência, tanto na Espanha, com a Guerra Civil e a participação de Portugal; como no Reino Unido, com o terror provocado pelo grupo IRA. E a lista só aumenta. Mário Gonçalves Viana (1945), também verificou este fenômeno entre algumas nações, onde haveria um ódio potencial, menos evidente, mas cultivado através dos discursos e das narrativas. Nestes casos, diz o psicólogo português, “atiçam-se histericamente, ódios entre países vizinhos ou não-vizinhos, criando situações ultra explosivas” (Viana, 1945, p. 200). De acordo com Viana (1945), a manutenção dessas animosidades poderia provocar ou exacerbar o ódio e a psicose coletiva, gerando conflitos que seriam “fruto de lentas estratificações do ódio, às vezes obscuro e fluido, na alma dos povos, ódio esse alimentado por declamações ou exortações de natureza diversa” (Viana, 1945, p. 117).

Portanto, há uma agressividade latente que é culturalmente enraizada através do narcisismo das pequenas diferenças. É possível dizer que esta teria sido, ao menos em parte, a dinâmica que cultivou o preconceito em relação aos Judeus, em quase toda a Europa, antes do Holocausto. Da mesma forma, no conflito entre Tutsis e Hutus, em Ruanda, especialmente em suas fases pacíficas, quando se mantiveram vivos os discursos preconceituosos que seriam mais tarde utilizados como palavras de ordem para a execução do genocídio em 1994. E não seria exagero dizer que esse mesmo processo também ocorreu no Brasil, por mais de 20 anos, enquanto disputaram como favoritos para ocupar a presidência da República, os partidos dos Trabalhadores (PT) e da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ambos cultivaram imagens negativas de seus opositores, mesmo fora dos períodos eleitorais, por vezes com leveza e

humor, mas sempre disseminando e consolidando repertórios de expressões e símbolos carregados de valores negativos, para referirem-se a um ou outro partido. A tal ponto, que esses discursos belicosos se tornaram a retórica predominante, como vimos em 2014 e, novamente, em 2018.

A psicologia dos grupos é alvo específico de Freud em 1921, quando avança sobre os estudos anteriores apresentados por Gustav Le Bon (1895), Willian McDougall (1920) e Wilfred Trotter (1916). Basicamente, Freud afirma que os indivíduos, quando reunidos em grupos, apresentariam uma espécie de mente coletiva, que os faria sentir, pensar e agir de maneira muito diferente do que aconteceria em estado de isolamento. Nessas situações de coletividade, afirma Freud (1921) a tendência seria para que as individualidades se apagassem, enquanto emergiria o que os indivíduos teriam em comum: “[...] todas as suas inibições individuais caem e todos os instintos cruéis, brutais e destrutivos, que neles jaziam adormecidos, como relíquias de uma época primitiva, são despertados para encontrar gratificação livre” (Freud, 1921, p. 89).

Seguindo o trabalho de Le Bon (1895), o autor elenca e discorre sobre os motivos que levariam os indivíduos, reunidos em grupo, a comportarem-se de tal maneira diferente. Entre eles, Freud chama a atenção para a perda do sentido de responsabilidade, decorrente do sentimento de potência aumentado e do anonimato garantidos pelo grupo; o contágio mental, uma espécie de transe que levaria o indivíduo a sacrificar seu interesse pessoal em nome do interesse coletivo; e, por fim, a sugestionabilidade, estado semelhante ao de fascinação, capaz de levar o indivíduo a realizar atos com irresistível impetuosidade.

O grupo é extremamente crédulo e aberto à influência. Não possui faculdade crítica e o improvável não existe para ele. Pensa por imagens, que se chamam umas às outras por associação, e cuja concordância com a realidade jamais é conferida por qualquer órgão razoável. Os sentimentos de um grupo são sempre muito simples e muito exagerados, de maneira que não conhece a dúvida nem a incerteza (Freud, 1921, p. 88).

Tais características da mente em estado grupal, se transformam o ódio em algo realmente tentador, porque se trataria de dar vazão à pulsão de morte, reprimida e em busca de realização; também fazem com que o seu incentivo seja algo extremamente fácil de ser realizado, porque os indivíduos ávidos pela satisfação de seus instintos, aceitam de plano tudo aquilo que confirmar o poder do grupo. E como vemos, nas palavras de Freud (1921, p. 89), para produzir esse efeito, nem mesmo haveria necessidade de argumentação lógica, bastando ao incitador “pintar nas cores mais fortes, ... exagerar e repetir a mesma coisa diversas vezes” (Freud, 1921, p. 89). Se grandes oradores e grandes discursos, considerados em termos de suas

influências sobre as massas, de fato não se caracterizam pela complexidade de seus argumentos, o que chama mais a atenção na declaração de Freud (Op. cit.) é que parece ter sido exatamente esse o tipo de discurso que predominou nas últimas campanhas presidenciais no Brasil, contribuindo para um profundo e crescente estado de polarização.

Citando Le Bon, Freud ainda afirmaria que, nos grupos, a verdade seria irrelevante, enquanto a ilusão seria essencial, e que haveria, assim, constante precedência do irreal sobre o real. Essa predominância da vida da fantasia e da ilusão, ou o que Freud (1921, p. 91) chama de “realidade psicológica”, seria o fator dominante da psicologia das neuroses. Talvez, por isso, promover a neurose e proporcionar ilusões, através da retórica do medo e das *fake news*, constitua uma eficiente estratégia de controle das massas, como comprovaram Hitler e Goebbels na Alemanha nazista; Donald Trump, nos Estados Unidos; Nicolás Maduro, na Venezuela; e, da mesma forma, como foi utilizado nas campanhas presidenciais de 2014 e, em grau ainda maior, 2018, no Brasil.

Apoiado no trabalho do psicólogo americano Willian McDougall (1920) Freud (1921) passa a discorrer sobre o conceito de homogeneidade mental, traduzido como o compartilhamento de interesses ou inclinações emocionais por indivíduos que fazem parte de um determinado grupo. De acordo com McDougall (in Freud, 1920, p. 95), quanto maior fosse o grau de homogeneidade, “mais notáveis seriam as manifestações da mente grupal”.

O conceito de McDougall parece atuar de maneira complementar ao de realidade psicológica de Le Bon. Vamos estressá-lo, então, para além do compartilhamento de interesses e inclinações emocionais. É possível imaginar que a exposição às mesmas narrativas e o uso dos mesmos operadores sintáticos, constituindo um repertório linguístico específico de combate (Tarrow, 2013), contribuiriam da mesma maneira para a força da mente grupal. Assim, os dogmas, os mitos e as palavras de combate despertariam emoções de maneira uniforme nos indivíduos, galvanizando o sentido de unidade e aumentando a possibilidade de controle sobre esse grupo.

Esse tipo de incentivo à unidade mental seria muito comum no jogo político. Estaria presente nas narrativas compartilhadas pelos partidos e seus líderes, que são reproduzidas mais tarde por seus simpatizantes, e, também, nas palavras de ordem, durante manifestações e comícios. Com a popularização da internet, tem aparecido em profusão nas páginas oficiais de candidatos e sites interessados em política, especialmente, quando há menos controle sobre a atividade informativa, como nos blogs, páginas pessoais e redes sociais, visando, justamente, a sua disseminação de forma viralizada. E se para Freud (1921, p. 111) “o ódio contra uma determinada pessoa ou instituição poderia funcionar exatamente da mesma maneira unificadora

e evocar o mesmo tipo de laços emocionais que a ligação positiva”, fica claro que o ódio poderia atuar como elemento de coesão fundamental em determinados grupos.

Enquanto para Wilfred Trotter (1916), o homem seria um animal gregário, que busca a comunidade por instinto, Freud (1921, p. 131) afirma que ele é, “de preferência um animal de horda, uma criatura individual numa horda conduzida por um chefe”. O líder do grupo, continua Freud (1921), ainda seria visto como um temido pai primevo, que conquistaria o grupo por sua força irrestrita e sua paixão extrema pela autoridade. A psicologia nos ensina, portanto, sobre uma natural predisposição humana para o conflito, tanto em termos individuais, como grupais, quando abandona-se as amarras do inconsciente e o apelo capaz de gerar realização mais imediata é o chamado do líder para o conflito.

Essa seria uma das características mais marcantes de civilização contemporânea, de acordo com Mário Viana (1945) já na metade do século XX: o conflito “baseado essencialmente, no choque de identidades individuais ou coletivas” (Viana, 1945, p. 127). Tais conflitos, continua o psicólogo português, seriam frequentes em períodos de crise econômica, política, religiosa e social, que funcionariam como catalisadores para as grandes erupções de ódio. Instalados, a crise e o ódio, os sujeitos seriam levados a um estado de psicose coletiva, afirma Viana (1945), onde a insatisfação social e o estado de exasperação e disseminação de ódio seriam capazes de direcioná-los, mesmo que inconscientemente, a eventos como as guerras civis.

Essa psicose coletiva é, aliás, característica dos períodos confusos ou revolucionários. Todos desconfiam de todos e todos procuram satisfazer, inicialmente, os seus rancores ou despeitos, mediante denúncias sucessivas e contínuas, absurdas ou iníquas [...] (Viana, 1945, p. 181).

Freud (1930) ainda contribuiria para a compreensão do ódio político com a teoria da projeção, que seria, para o autor, um mecanismo de defesa da mente humana, relacionado com a alteração do ego e, em certa medida, até mesmo com a paranoia. Mas duas autoras, Klein e Rivière (1975, p. 25), levam adiante esse fenômeno e o conceituam como “a primeira e mais fundamental dentre as garantias ou medidas de segurança contra sensações de sofrimento, de ser atacado, ou de desamparo”. Através da projeção, afirmam, as sensações ou sentimentos negativos e desagradáveis, presentes na mente, seriam expulsos e projetados nos outros indivíduos. E as autoras citam como exemplo, justamente, as disputas entre partidos políticos:

Podemos constatá-lo (*o fenômeno da projeção*) com clareza, por exemplo, nos sentimentos do homem comum acerca da crueldade e agressividade de outras nações, nunca, porém da sua; ou ainda, no seu ponto de vista, sobre o partido político em oposição ao seu. O que os outros fazem é perigoso, destrutivo e interesseiro ao máximo, ao passo que as intenções e motivações de seu próprio



partido são tão puras e justas quanto a imaginação é capaz de torna-las. (Klein e Rivière, 1975, p. 26).

O mecanismo da projeção funcionaria, para as autoras, como uma forma de confirmação dos sistemas de crenças individuais e de liberação da agressividade reprimida. Ela atuaria na identificação dos grupos como bons - aos quais tenderíamos a nos aproximar com amor - e maus - aos quais tenderíamos a nos aproximar com ódio. Com a externalização desses sentimentos agressivos através da projeção, continuam, nos sentiríamos internamente gratificados sem correr o risco da exposição a nenhum dano ou exame de consciência, pois assim, “[...] munimo-nos de objetos que podem, sem risco, ser transformados nos alvos de nossa agressividade e de nosso ódio [...]” (Klein e Rivière, 1975, p. 28).

### **2.3 O ódio político-ideológico**

Como vimos no anteriormente, os indivíduos tendem a se organizar em grupos a partir do critério de afinidade. É uma forma de diminuir os custos da vida em sociedade. Na política, essa afinidade normalmente gira em torno de ideias centrais dos partidos sobre temas como a defesa do livre-mercado ou a maior atuação dos Estados na economia; imigração; meritocracia; regime de cotas; liberdades comportamentais ou conservadorismo.

Mas as afinidades políticas podem ser ainda mais amplas, como no caso das ideologias. Estas, podem ser compreendidas como estruturas de pensamento, baseadas em sistemas de crenças que, por sua vez, são definidos como a reunião daqueles elementos em que o indivíduo acredita profundamente e que fornecem os parâmetros para o raciocínio ou até mesmo para o desencadeamento de algumas emoções individuais e coletivas. Revisando artigos publicados nas principais revistas internacionais da área das Ciências Sociais ao longo do século passado, Kathleen Knight (2006) chegou a conclusão que, uma ideologia compreenderia pelo menos três elementos: a *coerência* entre seus argumentos, a *estabilidade* ao longo do tempo, e o *contraste* em relação às demais ideologias. Para John Guerring (1997), embora a palavra *ideologia* não apresentasse um significado concreto e fechado, os termos que com ela se confundiram costumavam enfatizar laços mantidos por elevados graus de apreço, acordo e adequação. Mas o autor também ressalta a importância dos elementos apresentados por Knight:

[...] Frequentes e repetidas mudanças de perspectiva política, em outras palavras, são normalmente consideradas boas evidências da falta de comprometimento ideológico. Sob tais circunstâncias isso pode ser interpretado como o grupo ou o indivíduo estar respondendo a demandas não ideológicas (interesses, conveniência, coerção) ou simplesmente não possuir mesmo crenças desenvolvidas e valores políticos (Guerring, p. 975, 1997).

No mundo democrático, as ideologias são o fundamento de diversas agremiações partidárias. Em países como o Brasil, onde a quantidade de partidos políticos é muito grande, tais instituições costumam unir forças, normalmente, sob o guarda-chuva ideológico, em momentos como o de disputas eleitorais - através de coligações – ou ainda, durante o exercício dos mandatos nas Câmaras Federais ou Assembleias Legislativas – formando as “bases de sustentação” dos governos. Mas há um guarda-chuva ainda mais amplo que o ideológico, que se trata da orientação política de acordo com o eixo imaginário esquerda-direita. A noção tradicional do eixo esquerda-direita tem origem na França, ao final do sec. XVIII, quando os apoiadores da monarquia e conservadores, na Assembleia Francesa, sentavam-se à direita da mesa diretora, enquanto os opositores, críticos do *status quo* e revolucionários, sentavam-se à esquerda (Jost, Federico & Napier, 2009). Desde então, o conservadorismo tem sido associado à “direita” e as ideias liberais à “esquerda”.

A divisão de uma sociedade entre os de “esquerda e direita”, ainda que tentadora, não é simples, justamente por tratar de conceitos mais amplos, menos precisos e generalizadores. Mesmo assim, esquerda e direita têm se constituído como os termos preferenciais, ao menos no Brasil, para se identificar politicamente os indivíduos que participam mais ativamente das discussões políticas. E como adjetivos, passaram a carregar um significado autoexplicativo. *Ser* de esquerda ou *ser* de direita diz muito sobre cada indivíduo que assim se define.

Durante a década de 1990, ganharia força o posicionamento político que partia de uma leitura sobre um percebido desinteresse crescente em política, verificado principalmente nas sociedades ocidentais, em razão do descontentamento com suas lideranças. Esse posicionamento estaria baseado na suposta crise institucional da democracia, e resultou na ideia da Terceira Via (Giddens, 1998):

A crise da democracia vem de ela não ser suficientemente democrática. Embora... a proporção de pessoas que expressam confiança nos políticos tenha despencado nas últimas três décadas, a fé na democracia como tal não o fez [...] (Giddens, [1998], 2005, p. 81).

Para Anthony Giddens, a terceira via deveria ser orientada pela reforma do Estado e do governo, em um processo de aprofundamento e ampliação da democracia. Na estrutura dessa, por assim dizer, orientação política, haveria: um “centro radical” (Giddens, 2005, p. 80), um Estado sem inimigos, economia mista, inclusão e igualdade, investimento social, nação e democracias cosmopolitas, *welfare* positivo, entre outros ajustes que deveriam ser feitos para se colocar em prática essa nova proposta. Em relação ao *welfare state*, Giddens considerava sua implementação desafiadora porque trazia consigo a ideia do “perigo moral”, um elemento

amplamente utilizado nos debates sobre riscos em companhias de seguro, que se refere ao mal-uso que as pessoas fazem da proteção que este oferece, modificando seus comportamentos e redefinindo os riscos pelo qual estão seguradas. Ou seja, o problema do *welfare state* para ser totalmente implementado, seria evitar que esbarrasse na acomodação de parte da sociedade.

Não é tanto que algumas formas de provisão de *welfare* criem culturas de dependência, mas que pessoas auferem vantagens lógicas das oportunidades oferecidas. Os benefícios destinados a se opor ao desemprego, por exemplo, podem de fato produzir desemprego se forem ativamente usados como uma proteção contra o mercado de trabalho (Giddens, [1998] 2005, p. 125).

Apesar de coerente e apoiada em pressupostos alinhados com a ideia democrática, a terceira via de Giddens perdeu força, talvez influenciada pelo fim do bloco socialista. Em 1996, Giddens já havia proposto uma visão alternativa para uma democratização que chamara de ortodoxa do mundo, algo que levasse mais em conta as mudanças sociais e que seria conduzido por partidos menos radicais. Ele previa, assim, um paulatino abrandamento do radicalismo político, e referia-se aos eventos de 1989 como diferentes das revoluções anteriores do século XX, não apenas porque teriam acontecido contra o socialismo, mas porque não teriam sido liderados por partidos revolucionários organizados, além de terem sido “pacíficos em sua maioria”, e porque o poder do Estado teria sido dissolvido “sem precisar ser diretamente derrubado” (Giddens, 1996, p. 127). Além da previsão sobre o fim do radicalismo partidário, Giddens (1996) trouxe à discussão a ideia de democracia dialógica, em contraste à democracia deliberativa. Nessa visão, a primeira “opõe-se aos fundamentalismos de todos os tipos” (Giddens, 1996, p. 133), enquanto a segunda representa o domínio político formal. Para Giddens (op. cit), o diálogo se tornaria possível diante do reconhecimento da integridade dos sujeitos, e deveria ser o princípio através do qual se buscasse um entendimento sobre as questões sociais.

Infelizmente, tanto o entendimento de Giddens sobre a Terceira Via, quanto sobre a valorização do diálogo na busca da solução das questões sociais, até hoje, são raridades no pensamento intelectual e acadêmico *mainstream* sobre a ideologia. Por outro lado, diversos autores se debruçam sobre o tema do conflito, a partir de uma abordagem ideológica, encontrando nesse fenômeno um agente de transformação.

Talvez o autor que tenha exercido a maior influência sobre o pensamento ideológico, em toda a história, seja Karl Marx. O pensador alemão, opondo-se à intelectualidade que emergia em seu país, durante o século XIX, propôs, em conjunto com Friedrich Engels, uma série de ideias que colocavam a ideologia como resultado do conflito de classes e versavam sobre temas como o surgimento de classes sociais, do Estado, da divisão do trabalho e dos

meios de produção, e também sobre o materialismo histórico e o conceito de classe dominante (Marx e Engels, [1845-1846] 2007). A ideologia, para Marx e Engels, não poderia ser compreendida fora de um contexto onde estivessem relacionados as lutas de classes e os meios de produção. Apenas o acesso a esses meios possibilitaria, de acordo com os pensadores, o raciocínio e a crítica capazes de desenvolver uma nova proposta de sociedade. Para Marx e Engels, as ideias poderiam servir como arma de dominação e combate em lutas de classe, e grande parte dos pensadores do movimento socialista passou a assumir isso como algo necessário para o atingimento de objetivos políticos.

A questão dos regimes de governo e da tendência para o conflito seria explorada pelo economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter (1942). Segundo o autor, democracia seria um sistema institucional de gestão das decisões políticas, o qual visava o bem comum e permitia ao povo definir suas prioridades, mediante a eleição dos indivíduos que o representassem. Para Schumpeter (1942, p. 322), a pressuposição de existência do bem comum era problemática. Segundo o autor, não haveria tal bem, principalmente porque para distintos indivíduos e grupos, o bem comum haveria de significar necessariamente coisas diferentes. Mais alinhado com Freud, o autor argumentava que a ideia sobre a personalidade humana constituir uma unidade homogênea e motivada por um ideal superior já vinha se desvanecendo, especialmente no campo das ciências sociais, “onde cada vez mais recebem atenção os elementos extra racionais ou irracionais da nossa conduta”. (Schumpeter, 1942, p. 328).

O autor entendia que a política não poderia ser considerada um jogo lógico, pois nem mesmo a razão seria obrigatoriamente o último nível de consciência dos atos e do comportamento dos indivíduos. Ao contrário, cada contexto, submetido a diferentes pressões, seria capaz de alterar as correntes de pensamento e gerar resultados imprevistos. Schumpeter (1942, p. 329) se referia, como exemplo, às reuniões de conselhos de guerra, ainda que compostas por generais experientes, apresentavam reduzido sentido de responsabilidade sobre seus atos, bem como menores níveis de energia intelectual em favor de influências afastadas da razão, o que revelaria claramente os traços característicos próprios, não de um conselho sexagenário, mas de uma “turba”.

Além disso, esses fenômenos não ficam limitados a uma multidão, no sentido de uma aglomeração física de muita gente. Os leitores de periódicos, os rádio escutas, os membros de um partido, ainda que quando não estejam reunidos fisicamente, têm uma enorme facilidade para transformarem-se em uma multidão psicológica e para chegar a esta situação de frenesi em que uma intencionalidade de argumentação racional não faz mais do que avivar os espíritos animais (Schumpeter, 1942, p. 329).

Nutrindo um interesse especial pelo que dizia respeito à questão da opinião pública, o autor afirmaria ainda que “a vontade do povo é o produto, e não a força propulsora do processo político” (Schumpeter, 1942, p. 336). Portanto, a opinião pública seria algo fabricado, possibilitado pela fragilidade de raciocínio lógico presente no processo de formação da opinião, e comandado por alguns grupos de interesse. Da mesma forma, o poder presente na atividade midiática, sobretudo a que atinge grandes públicos, seria de interesse essencial para a política, e de certa forma nela se reconheceria, na medida que mídia e política trabalham com a “produção de vontades em seu público” (Schumpeter, 1961).

Os procedimentos para fabricar os problemas que apaixonam a opinião e a vontade popular sobre estes problemas são similares exatamente aos que se empregam na propaganda comercial. Neles encontramos os mesmos esforços para chegar a um contato com o subconsciente. Encontramos a mesma técnica de criar associações favoráveis e desfavoráveis, que são mais eficazes quanto menos racionais sejam [...] (Schumpeter, p. 336, 1961).

Por outro lado, o pensador austríaco acreditava que seria muito difícil difundir, entre o público, uma informação imparcial sobre os problemas políticos e as inferências logicamente corretas sobre essa informação “porque essa informação e os argumentos sobre questões políticas tão só ‘se tomam em consideração’ quando concordam com as ideias preconcebidas do cidadão” (Schumpeter, 1942, p. 337). Schumpeter, assim, relativizava o processo de comunicação política, alertando para a fragilidade dos conceitos duros e deterministas, uma vez que levava em consideração variáveis subjetivas, como os impulsos, o comportamento grupal, a diferença essencial entre os homens, e principalmente, os aspectos psicológicos.

O enviesamento presente na comunicação política poderia ser justificado, como o fez, de fato, Schumpeter (1942), pela própria conceituação de comunicação e democracia. O autor acreditava que as duas ideias poderiam ser fabricadas e, assim, “a argumentação política eficaz implicaria quase inevitavelmente no intento de moldar as premissas de valor” (Schumpeter, 1942, p. 337), e não apenas em uma vontade benevolente de ajudar o cidadão a formar sua própria opinião.

Schumpeter (1942) acreditava na sobrevivência da teoria clássica da democracia porque, apesar de suas evidentes falhas, havia um caráter mítico em jogo. A doutrina democrática, de acordo com o autor, resultava e apresentava características essenciais da fé da cristandade protestante, e teria sido o refúgio dos intelectuais que haviam abandonado a religião, e o complemento daqueles que a haviam mantido. Ele se referia especificamente ao paradigma da igualdade, presente fortemente no Cristianismo. Para Schumpeter (Op. cit), além disso, a fé na democracia condicionaria a atitude do crente diante da crítica, no sentido de que deixar de

acreditar estaria relacionado ao pecado. Além disso, o autor criticava a falta de reconhecimento da teoria clássica sobre o papel e a influência do líder caudilho. Ao contrário, de acordo com Schumpeter (1942, p. 344), a teoria atribuía ao eleitorado um grau de iniciativa que praticamente anulava o papel da liderança, quando na verdade deveria reconhecer uma força especial de ação, na medida em que a atuação da massa se daria em função da aceitação da caudilhagem, e que este seria o mecanismo essencial de toda ação coletiva que rompesse a barreira do simples reflexo.

A psicologia da direção de um partido e a propaganda de um partido, os slogans e as marchas musicais não são simples acessórios. São elementos essenciais da política. Também o é o ‘boss’ (cacique) político (Schumpeter, 1942, p. 360).

Em Joseph Schumpeter, a comunicação e o poder do líder político ganham destaque no jogo democrático, bem como as características da psicologia de massa e o papel da ideologia em relação à propaganda. O pensador, de um lado, deixou claro que as multidões influenciadas por argumentos políticos seriam capazes de entrar em um transe frenético incontrolável e, que o uso da mensagem política tinha como objetivo a formação da opinião pública.

Apesar de Karl Marx ter rompido a linha de pensamento que se baseava em princípios religiosos e filosóficos, e ter vinculado seu raciocínio à realidade, arregimentando legiões de leitores e pensadores, isso não garantiu que o autor escapasse de críticas. Por exemplo, Marx acreditava que a igualdade de acesso aos bens materiais seria a solução para uma sociedade pacífica. Esse argumento seria rechaçado com o surgimento da Psicologia de Sigmund Freud (1930), que via outros elementos atuando sobre o indivíduo além do materialismo e, mais tarde, por Hannah Arendt ([1958] 2014), que questionaria o pressuposto marxista sobre a necessidade de acesso aos meios de produção para o exercício do pensamento.

Arendt talvez tenha sido a principal crítica de Marx que o século XX produziu. Em *A condição humana* ([1958] 2006), ela dedica um capítulo inteiro à desconstrução das argumentações marxistas propondo uma distinção entre os conceitos de *obra* e *trabalho*. Para a autora, a primeira, mais ampla, estaria relacionada com cadeias produtivas e o lucro decorrente dos empreendimentos, diferentemente do segundo. A autora também critica firmemente alguns dos pressupostos que ajudaram a construir o sistema de crenças liberal, como quando compara as Revoluções Americana e Francesa, apontando que, sobre a primeira, teria recaído uma espécie de pragmatismo voltado para a libertação do indivíduo das amarras do Estado; enquanto que sobre a segunda, mesmo havendo um pensamento original, esta questão teria ficado de lado e dado lugar à busca pela libertação do indivíduo das amarras da *necessidade*.

De acordo com Arendt (1963), teria sido assim que os revolucionários franceses conseguiram justificar a emergência de seus atos – e da violência: em razão da emoção gerada pela compaixão que sentiam pelos indivíduos em necessidade. Teria sido, portanto, uma revolução que partira do princípio de que o homem era: bom por natureza; e que a necessidade e a pobreza experimentada pelos cidadãos franceses era ultrajante, a ponto de gerar os sentimentos irrefreáveis, aos quais chamou de “caráter ilimitado dos sentimentos dos revolucionários” (Arendt, [1963] 2014, p. 129). De acordo com Arendt (1963), os pressupostos que ganharam força durante a Revolução Francesa foram em grande parte responsáveis pela complexidade do pensamento liberal moderno. Entretanto, a autora questiona veementemente a coerência de algumas dessas ideias, como a de Robespierre, que apontava para a bondade como uma característica restrita ao pobre. Para Arendt, Robespierre havia elaborado um esquema onde o rico teria se transformado em um ser insensível ao sofrimento alheio, por não saber o que era o estado de necessidade. Esse pensamento, disseminado no imaginário popular, personifica as classes, e deposita a pretensa bondade natural do homem sobre uma única classe, enquanto a maldade natural, em outra.

De acordo com a fenomenologia do pensamento revolucionário, elaborada por pela filósofa alemã, haveria, sobre o fim do estado de necessidade, um caráter emergencial, de onde nasceria a justificativa para o uso da violência. “[...] Era como se apenas a violência tivesse a força e a rapidez suficientes para socorrer o povo” (Arendt, 1963, p. 130). Ou seja: não fosse a necessidade um problema de caráter emergente, se poderia resolver o assunto com mais tempo - e através de outros métodos. O resultado desse sofrimento pela miséria do outro - que seria insuportável e demandaria o imediatismo e a drasticidade nas ações violentas - direcionaria o ódio contra a classe poderosa, justificando a violência e o desprendimento a qualquer tipo de ordem em nome de que se atingisse o objetivo de eliminar a miséria.

[...] Hoje, diríamos que nada pode ser mais obsoleto do que tentar libertar a humanidade da pobreza utilizando meios políticos; nada seria mais inútil e mais perigoso. Pois a violência que ocorre entre homens emancipados da necessidade é diferente, menos terrível, embora muitas vezes não menos cruel, do que a violência primordial com que o homem se lança contra a necessidade, e que só apareceu pela primeira vez à plena luz dos acontecimentos políticos historicamente registrados nos tempos modernos (Arendt, [1963] 2014, p. 157).

Em seus primeiros apontamentos, a autora resgata a atividade política primordial, lembrando que tratava-se de uma atividade que exercia grande fascínio nos corpos sociais. Constituíam-se em uma *técnica* que envolvia um discurso, enquanto o homem era considerado um ser que se realizava, além de, através da ação, mas também, por intermédio de seu discurso (Arendt, [1958] 2006). O argumento de Arendt, ao contrário daquele decorrente do pensamento

de Marx, localiza a política, preferencialmente, no campo dos argumentos, ainda que sua atividade seja profundamente motivada pela questão da potencialidade de poder. Este acesso ao poder seria um dos fatores do exercício da política - ou do desejo desse exercício - além dos desejos altruístas por justiça, por fazer o bem ou por escapar de uma situação de necessidade. Ainda que para acessar o poder fosse necessário destruí-lo, como acontecera nas revoluções, e que a violência fosse um dos meios para alcançar essa destruição, para Arendt (1958) a segunda jamais poderia substituir o primeiro. A autora afirmava, assim, que o resultado da tentativa de substituir o poder pela violência ou pela olocracia (o governo da multidão), resultaria sempre em uma tirania. Nesse sentido, a vontade política de poder, ou seja, do exercício ou execução de uma política ideológica, estaria mais para um vício do fraco do que para uma característica do forte:

“[...] O veemente desejo de violência, tão característico de alguns dos melhores artistas criativos, pensadores, estudiosos e artífices modernos, é uma reação natural daqueles de quem a sociedade tentou furtar o vigor (Arendt, 1958, p. 31).

Ainda sobre o equilíbrio entre poder, violência e política, em *As origens do totalitarismo* (1968), Arendt sugere que a estabilidade de um poder é capaz de exercer uma força tão grande, que até mesmo a proteção os indivíduos e grupos do ódio de grupos externos pode resultar dela. A autora faz, então, uma alusão a Alexis de Tocqueville sobre a Revolução Francesa, e cita o caso dos Judeus na Alemanha de Hitler, que, ao perderem seus cargos e negócios, ou seja, seu poder e acesso ao poder, se tornaram mais suscetíveis ao ódio e à indiferença – que é a ausência de afeto em Freud (1930).

Para Arendt ([1965] 2006), as grandes ideologias oitocentistas, como o nacionalismo e o internacionalismo, o capitalismo e o imperialismo, ou o socialismo e o comunismo, apesar de permanecerem sendo invocadas pelos agentes políticos, em meados do século XX, como causas para o desencadeamento dos conflitos, desde há muito já vinham perdendo contato com a realidade do mundo moderno. Deveria se diferenciar, segundo Arendt, o que seriam as ideologias e o que seria o idealismo:

O idealismo, tolo ou heroico, nasce da decisão e da convicção individuais, mas forja-se na experiência. O fanatismo dos movimentos totalitários, ao contrário das demais formas de idealismo, desaparece no momento em que o movimento deixa em apuros os seus seguidores fanáticos, matando neles qualquer resto de convicção que possa ter sobrevivido ao colapso do próprio movimento (Arendt, 1958, p. 357)

Conforme o pensamento de Hannah Arendt, o movimento dependeria da sua estrutura ideológica. Quando essa estrutura fosse forte ou não estivesse comprometida – questionada,



provada falha, incoerente, ou incapaz de se colocar em contraste diante de outras – ela ainda seria capaz de exercer o poder de agir sobre seus membros fanatizados os tornando “inatingíveis pela experiência e pelo argumento” (Op. cit).

Arendt afirmava ainda que a ideia política de promover a divisão entre campos inimigos seria um dos dogmas básicos dos regimes totalitários. Para ela, esse tipo de afirmação tornaria possível que se abrisse o caminho para a agressividade indiscriminada ou o aumento da tensão, pois “mesmo quando a violência não irrompe nestes regimes, o risco de que ela apareça está sempre presente” (Arendt, 1958, p. 417).

[...] Nas poucas vezes em que os esquemas utópicos foram concretizados, logo ruíram sob o peso da realidade, não tanto da realidade de circunstâncias externas, mas sobretudo das relações humanas reais que não conseguiam controlar [...] (Arendt, 1958, 251).

Ainda que Hannah Arendt tenha criticado as ideias de Karl Marx e proposto novas aproximações para as questões políticas levantadas pelo autor alemão, o pensamento que desafiava a forma como o capitalismo e os regimes democráticos se desenvolviam já havia se disseminado durante quase um século, apontando suas fragilidades e levando os indivíduos a escolherem um posicionamento político de contestação. O desenvolvimento das ideias Marxistas não seria aceito na Alemanha, terra do pensador, mas geraria frutos na Rússia inspirando ideologicamente a Revolução Bolchevique.

À parte a forma violenta como fora conduzida a revolução, com a perseguição e o extermínio dos inimigos políticos - eventos que permaneceram ocultos da sociedade europeia e mundial durante tempo suficiente para que seu impacto fosse reduzido – a ascensão de Lênin foi o grande marco político do Marxismo, que chegaria para o mundo como uma novidade que se opunha às mazelas decorrentes do capitalismo, conquistando adeptos e modificando o panorama ideológico que vinha sendo constituído ao longo do final do século XIX e dominado pelo neocolonialismo. Essa influência, acabaria refletindo nos sindicatos de trabalhadores por toda a Europa e América, mas especialmente na Alemanha.

Durante a primeira metade do século XX, enquanto a democracia se consolidava entre o pensamento intelectual ocidental como regime de governo, ocorria, também, a expansão do socialismo como ideologia alternativa e capaz de preencher as lacunas expostas pelo avanço do mundo capitalista. Um dos autores que se colocaram na posição de questionamento ao *status quo* político, relacionando a violência com a ideologia e o descontentamento decorrente do confronto entre sistemas de crenças, foi Philip Converse (1964).

Para que se compreendesse a forma como a ideologia e o descontentamento político atuavam sobre o imaginário dos indivíduos, Converse (1964) propôs que os elementos dos

sistemas de crenças estariam organizados hierarquicamente em torno de uma ideia central, que seria a mais forte. Segundo o autor, elementos ligados a uma finalidade lógica seriam mais centrais do que aqueles ligados a processos paralelos ou secundários em relação a tal finalidade. Assim, a *centralidade* seria uma espécie de fator de constrangimento, de orientação para a ação política. Por decorrência, a finalidade estaria acima dos métodos através dos quais os partidos buscavam atingir seus fins.

Em relação à maneira através da qual os sistemas de crença funcionavam sobre o público, Converse (1964, p. 209) afirmava que as fontes de constrangimento seriam “bem menos lógicas no sentido clássico do que psicológicas... e ainda menos psicológicas do que sociais”. O autor queria dizer com isso que as decisões políticas dependiam mais de estímulos ideológicos ou emocionais, baseados na vida em sociedade, do que em raciocínio lógico. Além disso, o autor acreditava que o pensamento ideológico poderia servir tanto para simplificar e generalizar um entendimento sobre determinado tema, permitindo uma fácil compreensão, como para “eliminar inconsistências estritamente lógicas definidas a partir de um ponto de vista específico” (Converse, Op. cit). Ou seja, a ideologia poderia sobrepor-se a eventuais obstáculos oferecidos pela lógica ao pensamento político-ideológico.

Converse foi um dos primeiros autores a abordar a questão dos sistemas de crença e dos elementos que formavam esses sistemas sobre a ideologia. Em sintonia com Karl Marx, o autor acreditava que as elites teriam maior capacidade de tomada de decisão política consciente porque podiam pensar com mais frequência sobre os elementos de seus sistemas de crença do que o público massivo. Conforme o autor, isso serviria para justificar a presença de inconsistências lógicas, predominantemente, entre indivíduos de classes menos favorecidas. Converse (1964) não queria dizer que o público de massa pensava de maneira incorreta, mas que seu pensamento dependia de orientação por estar ligado a elementos mais centrais em termos de importância, deixando eventuais inconsistências em segundo plano. Para Converse (1964), o estímulo social, por sua vinculação direta com a finalidade, seria aquele que desencadearia o constrangimento mais definitivo. Ele faria com que os elementos dos sistemas de crença fossem acessados pelos indivíduos através de ligações “quase-lógicas”, relacionadas a visões de mundo amplas, dando origem a pensamentos, atitudes e comportamentos que poderíamos chamar mais de ideológicos do que de lógicos ou psicológicos.

O autor acreditava que muitos grupos de ideias seriam acessadas como dogmas, independentes de verificação, por grande parte da população. Mas que a verdadeira sofisticação política, compreendida como o pensar e refletir sobre os dogmas ou as ideias presentes na argumentação política, somente poderia ser atingida através da idade e da educação. Ao analisar

o comportamento do público que sustentou a escalada ao poder do Partido Nazista na Alemanha do início do século XX, Converse (1964) entendeu que essa escalada teria acontecido em função dos jovens eleitores, que pela primeira vez ganhavam o direito ao voto, e em função dos eleitores mais velhos, especialmente nas áreas rurais, que teriam modificado suas escolhas e apoiado o Partido Nazista. Em outras palavras, o argumento de Converse (1964) apontava para a falta de sofisticação política em função da pouca idade, de um lado, e da falta de educação, de outro, como responsáveis pela tomada de poder que conduziu à Segunda Guerra Mundial.

Como vimos anteriormente, o cientista político florentino Giovanni Sartori (1969) também acreditava na força da ideologia como propulsora de conflitos. Para o autor, a falsificação do real e do imaginário seriam métodos de atuação política presentes em todas as correntes e não uma prerrogativa de um ou outro partido. Ideologia teria uma relação com as “ideias, crenças, opiniões, mitos, utopias, éticas e outros conceitos similares ou derivados” (Sartori, 1969, p. 398), mas não exclusivamente, nem exaustivamente. A relação entre ideia e ideologia, para o autor, levaria adiante a gênese das doutrinas ideológicas, desde que se sob o pressuposto de que estas não estivessem mais sob a jurisdição da lógica e da verificação. “Crenças são acreditadas, não exploradas, testadas e realizadas sob os holofotes da consciência” (Sartori, 1969, p. 403)

O autor argumentava que, ao considerarmos a ideologia, estaríamos nos confrontando com uma conversão do conceito de *ideia* em *alavanca social*, ou seja, estaríamos falando em tratamentos persuasivos, e não lógicos, que levariam a ações orientadas por essas ideologias em questão. Para Sartori (1969, p. 402), enquanto as opiniões estariam nos níveis de discurso mais superficiais, as ideias seriam uma dimensão de discurso da consciência individual, usadas para os arazoamentos e a teorização.

O autor propõe que a questão que determinaria tanto o conflito como o consenso seria a relação entre dois sistemas de crenças. Para Sartori (1969), os sistemas de crenças apresentariam elementos comuns e distintos, com variados graus de importância ou profundidade em cada um, onde a intensidade da crença daria a medida do afastamento ideológico entre dois sistemas. Conforme o autor, essa relação poderia acontecer entre elementos *flexíveis*, o que resulta em ajustamentos comportamentais; ou chegar no seu grau extremo, onde os elementos distintos seriam fixos, *fechados*, imutáveis, resultando em dois sistemas de crença completamente incompatíveis e exclusivos.

[...] De um lado, se os elementos distintivos não são apenas fechados, mas apaixonadamente mantidos, nós podemos ter a “guerra ideológica”, a relação de incompatibilidade e o conflito fora de controle. [...] (Sartori, 1969, p. 409).

Nesse ponto, um próximo elemento entra em questão, que seria o tipo de mente que acessa a informação: *fechada* ou *aberta*. A mente fechada, por sua vez, poderia ser definida como um estado cognitivo no qual a pessoa não discriminaria informação substantiva de informação sobre a fonte. Logo, quanto mais fechados fossem os sistemas de crença, mais o indivíduo teria dificuldade em avaliar as informações relevantes a partir de seus próprios méritos. Para Sartori (1969), a mente fechada acreditaria na absoluta autoridade, e estaria dificilmente numa posição de selecionar e checar sua autoridade. Enquanto isso, a mente aberta atuaria inversamente. Para o autor, não havia dúvidas de que, quando o analista associa a mentalidade ideológica a mentes fechadas, o que pode estar acontecendo é uma tentativa de representação de um viés anti-ideológico. Sartori lembra, no entanto, que o fechamento ideológico pode ser constituído como algo positivo, da mesma forma que a abertura pragmática. Isso dependeria apenas da medida intelectual de cada indivíduo.

Já quando entre em questão a eficácia, tal avaliação poderia ser revertida. Sartori (1969, p. 406) afirmava que o ideólogo não poderia ter as duas coisas, a “primazia intelectual e prática”. Para o autor, a mentalidade ideológica representaria uma aproximação da política tipicamente dogmática, rígida e impermeável, e por isso mesmo, estruturas cognitivas fechadas falhariam em justificar sua típica resolução doutrinária.

A partir daí, Sartori (1969, p. 407) passaria a focar num conceito que propôs como cultura ideológica, que estaria relacionada ao sentido antropológico, e que significaria que os indivíduos das classes sociais menos favorecidas não teriam total acesso a essa cultura e, conseqüentemente, a uma “compreensão contextual do sistema”, a ponto de reconhecer como deveriam agir conforme os estímulos externos sem que precisassem ter seu comportamento ditado pelas “elites que detêm sua confiança”. Por fim, o autor afirma que a ideologia teria se constituído em “uma variável importante na explicação do conflito, consenso e coesão”, decisiva na “explicação da mobilização de massa e manipulação” (Sartori, 1969, p. 409), e que as ideologias seriam as “alavancas cruciais à disposição das elites para a obtenção de mobilização política e maximização das possibilidades de manipulação de massa” (Sartori, 1969, p. 411).

A relação entre ideologia e conflito também esteve presente no pensamento de Willard Mullins (1972), quando o autor afirmava que os sistemas de crenças incompatíveis entravam em conflito porque a ideologia exercia um “poder de comunicar crenças, avaliações, ideais e propostas entre membros de grupos” (Mullins, 1972, p. 509). O que o autor estava dizendo é que a ideologia funcionava, muitas vezes, em um plano dogmático, quando os valores nela contidos não se sujeitavam a avaliações nem críticas, mas eram aceitos de plano. Qualquer

argumentação contrária a esses valores seria ardentemente rechaçada, ainda que carregasse os melhores arrazoamentos. Mais que isso, os indivíduos que seriam fontes dessas argumentações, ao confrontarem um único dogma, estariam automaticamente desafiando todo um sistema, uma ideologia ou um grupo, e passariam a serem vistos como elementos externos ou, até mesmo, como inimigos.

Em 1973, o autor Alfred Häsler organizou e compilou uma série de entrevistas realizadas com proeminentes pensadores da sociedade da época, tendo como objeto central a questão do ódio e da ideologia. Quase a totalidade dos entrevistados defendia a legitimidade desse sentimento em uma única situação: quando estivesse direcionado do fraco para o poderoso. Um desses pensadores era Ernst Bloch, que via, no ódio de classe, uma categoria diferente, por exemplo, do ódio racial. Para ele, havia um aspecto filosófico no ódio de classes, que estaria fundamentado por autores “desde Espártaco até Karl Marx”, que atribuía a este sentimento uma qualidade desejável: “o positivo, o que liberta o homem e também o que lhe sacia... se aceita por princípio” (Bloch in Häsler, 1973, p. 14). E ainda, que “o ódio que vem de baixo tem razões de ser superiores” (Bloch in Häsler, 1973, p. 15).

Em acordo com o pensamento marxista, o autor diria ainda que a incapacidade do pequeno burguês de pensar sobre o que seria evidente produziria um ódio que levaria às generalizações: “onde melhor prospera a generalização é onde domina a estupidez” (in Häsler, 1973, p.15). É interessante perceber que, na corrente de pensamento marxista, o sentido reducionista e simplificador, que está presente nas generalizações, tem aparecido como uma característica na gênese do ódio dos desfavorecidos através da utilização do dogma a respeito da “incapacidade do pensar”, rebatida por Freud e Hannah Arendt (Op. cit). A “incapacidade do pensar” sugerida originalmente por Marx, é ela própria uma generalização, quando não, um preconceito. Além disso, está longe de ser uma característica que possa ser vinculada a uma única classe social, composta por indivíduos intelectualmente desfavorecidos. Prova disso, alerta o próprio Häsler, são as generalizações e simplificações comuns no pensamento da esquerda que tratam toda o grupo de apoiadores dos partidos conservadores como “os capitalistas” ou “os exploradores”.

Para Bloch (in Häsler, 1973), o ódio, em situações revolucionárias concretas, se constituiria um instrumento cujo emprego se poderia permitir, pelo menos durante um certo tempo. O ódio justificado, aquele que apresentava motivos superiores para existir, se transformaria em ira, e a diferença entre um e outro seria, de acordo com o pensador, que a ira levaria a ações mais impulsivas, como as que resultaram na queda da Bastilha, enquanto no

ódio “o desgraçado pequeno burguês nazista” (Bloch in Häsler, 1973, p. 16) adotava todas as precauções possíveis para a realização do seu ódio.

Da mesma forma, Herbert Marcuse, filósofo que estudara com Martin Heidegger, e que teria sido influenciado por Sigmund Freud, quando descreve o ódio, afirma que determinados tipos desse sentimento poderiam ser construtivos. Para ele, se trata de uma “[...] espécie de paixão e emoção, que leva a uma ação que, ao fim, e se trata de um fim não muito distante, será útil para a humanidade” (in Häsler, 1973, p. 126).

Ernst Fischer (in Häsler, 1973), também acreditava num caráter positivo do ódio, quando originário de sentimentos como a aversão à injustiça, à crueldade e ao abuso do poder, por exemplo. Para o autor, no entanto, enquanto o ódio positivo seria capaz de gerar frutos, a violência não trazia nada de novo. Já Max Frisch (in Häsler, 1973), por sua vez, afirmava que o ódio direcionado a determinadas instituições poderia transformar o próprio ódio em uma outra instituição, duradoura, e que se definiria como crença. Esse sentimento agiria como uma força impulsionadora da história. Segundo o pensador suíço a queda da Bastilha jamais teria acontecido sem o ódio dos oprimidos porque “a apelação ao amor, e não digamos à humanidade, não acabou com nenhuma tirania” (Frisch in Häsler, 1973, p. 44).

Herbert Luthy (in Häsler, 1973) iria direto ao ponto, dizendo que o ódio seria um meio político, e nas situações oportunas, seria o que melhor funcionaria para manipular as massas.

[...] Hoje em dia, uma guerra com tudo o que acarreta – mobilização geral, exploração máxima de todos os recursos diretos e indiretos, imposição de enormes sacrifícios, etc. - apenas pode ser levada a cabo fazendo do adversário uma encarnação diabólica do mal. A isso chamamos ideologização da guerra, institucionalização do ódio como instrumento da política. (Luthy in Häsler, 1973, p. 116).

Para Luthy (Op. cit), o ódio coletivo seria produto da intenção de criar-se um inimigo da coletividade. Tal habilidade seria como uma arte política, reservada para as “grandes cabeças” (Luthy, in Häsler, 1973, p. 115). O autor lembra, no entanto, que o ódio surgiria com maior facilidade quando tais coletividades se encontrassem em meio a dificuldades vitais, em crise profunda ou sofrendo agitações. Esses fatores teriam a propriedade de acumular energia potencial até que, diante do surgimento de um elemento onde se pudesse descarregar o mal-estar coletivo, haveria uma explosão de ódio que, entre outras coisas, uniria fortemente os indivíduos de um grupo.

Lythy é um dos autores que apresenta o contraponto ao pensamento hegemônico sobre o ódio justificado:

[...] Parece que, precisamente entre os intelectuais, quiçá como compensação de certa anemia em sua vida cotidiana, se desenvolve uma espécie de ânsia de

sensações fortes e, particularmente, uma inclinação irresistível por incentivar a violência em nome dos humilhados e ofendidos. Em nome próprio, claro, não podem (Luthy, in Hassler, 1973, p. 119).

O autor afirmaria que Hitler seria um exemplo desses casos, e que por isso mesmo teria conseguido transformar seu ódio em ideologia. Para Luthy (Op. cit) não teria sido o antissemitismo do ex-premiê alemão que arrebatara as massas, mas o ódio contido em suas mensagens.

Seymour Martin Lipset (1992) em sua obra clássica, *Consenso e Conflito*, salienta a profunda diferença entre os modos de observar e interpretar a sociedade, sugeridos, de um lado, pela análise marxista, e de outro, pela sociologia funcionalista. O autor afirma que as duas correntes, para serem mais realistas, deveriam considerar as mudanças, revoluções e colapsos sociais, e, da mesma forma, não poderiam conceber as sociedades como um eterno conflito hobbesiano. Para Lipset (1992, p. 34) as sociedades modernas seriam capazes de “suportar sérias contradições crônicas ou fontes de tensão sem quebrarem ou fazerem grandes ajustes para aliviar a tensão”.

O autor lembra que, em meados do século XX, autores como Otto Kirchheimer e Herbert Marcuse sustentaram a ideia do declínio ou do fim da ideologia na sociedade ocidental, ao afirmarem que os partidos de integração das massas estariam se transformando em partidos do tipo *catch all*, ou seja, partidos que buscavam o voto indiscriminado, independente do alinhamento ideológico. Para isso, esses partidos teriam se tornado mais flexíveis em relação aos seus fundamentos e sistemas de crença. No entanto, em decorrência do surgimento de uma nova esquerda e do crescimento de movimentos de massas de excluídos e minorias, a partir do final dos anos 1960, a ideia do fim da ideologia perdeu força. Assim, ao contrário das clivagens políticas das sociedades industriais, que ocorreram até a metade do século XX, as novas rupturas e polarizações políticas estariam mais vinculadas a “valores mais intangíveis da participação e da libertação da repressão” (Lipset, 1992, p. 52), à aversão às instituições tradicionais, do que a conflitos econômicos ou de interesse.

Para Lipset (1992) quanto maior for o número de cidadãos envolvidos nestas oposições diretas, que ele chama de amigo-inimigo, maior será o perigo de ruptura total do corpo político. O autor afirma que, nos Estados nacionais mobilizados, a linha de ruptura está na ascensão das novas elites, sejam elas religiosas, burocratas, industriais ou empresariais, e nos movimentos nacionalistas, compreendidos como aqueles que “aceitam e veneram a nação historicamente legada e a respectiva cultura, mas rejeitam o sistema de tomada de decisão e de controle

desenvolvido através do processo de mobilização democrática e de negociação” (Lipset, 1992, p. 196).

As condições estruturais para o conflito teriam se desenvolvido depois da revolução francesa como resultado do crescimento do comércio mundial e da produção industrial durante o século XIX, afirma Stefano Bartolini (2000), professor do departamento de Política e Ciências Sociais do *European University Institute*, em Florença, enquanto a história da mobilização eleitoral coincidiria com a das primeiras rupturas de classe. Para o autor, o conflito de classes teria sido o principal responsável pela similaridade da paisagem partidária na Europa e o único conflito social a ser politicamente mobilizado em todos os países europeus, contribuindo para a standardização dos sistemas partidários. Bartolini (2000) afirma que os cidadãos foram mobilizados, progressivamente, em várias esferas não políticas através do capitalismo, da industrialização, e de suas decorrências na esfera econômica; na esfera militar; e na esfera cultural, através de roteiros e outros meios de massa em movimentos ideológicos, religiosos e etnolinguísticos. Mas a primeira mobilização política teria sido o processo em que os sujeitos individuais foram inicialmente recrutados e passaram a ser participantes ativos nas atividades organizacionais e eleitorais com o propósito de influenciar as tomadas de decisões políticas em nível nacional.

Conforme afirma Bartolini (2000), a ruptura política, que é parte natural desse processo, poderia ser analisada levando-se em conta a geração de oposições, devido às diferenças de interesses; a cristalização de linhas de oposição em conflitos; o surgimento das alianças; a escolha da estratégia de mobilização dos partidos envolvidos nas alianças; e a escolha da arena para o confronto, se por votos, elegendo representantes, apoiando ou recusando projetos de lei nas assembleias, ou por ação direta, como através de greves e revoluções. Já a militância seria influenciada por aspectos de consolidação organizacional, diferentemente da mobilização eleitoral, combinando o voluntarismo e a adesão ativa - mais profunda que no voto - e o afastamento dos interesses específicos e funcionais, se tornando mais abstrata em motivação e incentivos que a participação sindical (corporativa), por exemplo. Assim, a mobilização partidária seria mais fortemente afetada por incentivos ideológicos e organizacionais do que as mobilizações corporativas e eleitorais.

Enquanto para Angelo Panebianco (2005, p. 37), os partidos teriam modificado sua vocação revolucionária, caminhado, ao longo dos últimos anos, de uma estratégia agressiva e dominadora do ambiente, característica das organizações em formação, para uma forma adaptada de política, onde teriam muito “a perder com uma política agressiva e aventureira”; a defesa do ódio como ferramenta política permaneceu ativa durante o século XXI. Autores como



John Lukacs (2005), ainda que acreditem que ódio pode ser comparado a uma fraqueza moral, ao mesmo tempo, veem nesse sentimento uma fonte de força. E para o autor, esse fenômeno não seria restrito aos extremistas:

Esse é um triste, mas inevitável, elemento da condição humana: a atração do mal nos corações humanos que nunca é puramente física, mas espiritual – a maldição da condição humana, a sempre presente condição do pecado original (Lukacs, 2005, p. 214).

Lukacs (Op. cit, p. 215) acredita ser indispensável reconhecer que “é o ódio que une as pessoas. Enquanto o amor é mais individual do que coletivo” e que todos deveriam ter consciência, não apenas da sua existência, mas de sua presença latente entre aqueles que desejam chegar ao poder.

Durante esse capítulo, vimos que a ideologia tem sido, desde a metade do século XX, um dos principais responsáveis pelo impulsionamento do ódio no campo político. E que, mesmo com o surgimento de uma corrente alternativa aos conceitos de esquerda e direita, com Anthony Giddens e, mais tarde, com autores como Angelo Panebianco, essa divisão prevaleceu. Em boa parte, graças aos pensadores e aos próprios partidos, que enxergaram a ideologia a partir de uma ótica funcionalista, onde ela deixa de ser uma visão de mundo e passa a ser uma ferramenta para a consecução de objetivos.

## **2.4 Comunicação política**

A política é a prática da negociação de interesses entre partes, realizada por intermédio de alguma forma de comunicação. Na prática, vivemos e fazemos política o tempo todo. Algumas vezes, até mesmo, a má política. Por isso, toda a comunicação é, em alguma extensão, comunicação política. Tecnicamente, no entanto, a comunicação política pode ser considerada como a troca de informação que apresente: entre seus atores, candidatos, detentores de cargos públicos, membros ou representantes de partidos e instituições públicas; entre suas mensagens, conteúdos que envolvam seus atores, bens ou interesses públicos.

Darren Lilleker (2006), em *Key Concepts in Political Communication*, afirma que a comunicação política apresenta três atores principais: a esfera política propriamente dita, com o estado e seus atores políticos cumprindo o papel de comunicar suas ações para a sociedade para ganharem legitimidade e confiança das pessoas; os atores não-estatais, que são as organizações de motivação política, os grupos e os eleitores, e que se comunicam com a esfera política na esperança de terem algum nível de influência; e, por fim, os mecanismos de mídia, através de comunicados sobre política, que influenciam o público e a esfera política. Já Jay

Blumler (2015), escrevendo sobre o conceito para a *International Encyclopedia of Political Communication* (2015), afirma que há dois tipos de mensagens no universo da comunicação política: aquelas que vem diretamente de uma fonte e são destinadas a uma audiência específica; e aquelas que são mediadas, selecionadas, filtradas e interpretadas por jornalistas. Sua função seria vista por muitos autores, simplesmente, como ganhar o máximo de votos possível dos eleitores (Benoit, 2007; Lilleker, 2006; Moloney, 2001). No entanto, não se pode esquecer que ditadores e tiranos também utilizam a comunicação política para ganhar o amor das pessoas, que grupos de pressão a utilizam para ganhar atenção e poder, e o público, para manifestar seu poder.

Considerando a política como a arte da negociação – e, que fique claro, onde seus agentes podem ser péssimos artistas – nos interessam, nesse trabalho, aqueles processos que se dão entre atores políticos e sociedade. Um tipo de comunicação que, veremos mais adiante, se valorizou muito com o advento das novas formas de circulação de mensagens. E um dos conceitos que nos interessa nesse tipo de comunicação, é o do espetáculo político.

Em termos gerais, o espetáculo político pode ser definido como a dramatização da atividade política que tem por objetivo impressionar as pessoas, apelando mais para a emoção do que para a razão. Políticos fazem uso do espetáculo em todas as partes do mundo em busca de legitimidade, ou, até mesmo, para reforçar sentimentos variados sobre amigos e inimigos. De acordo com Emmanuel Taïeb (2015, p. 03), em sua dimensão prática, o espetáculo visa “obter suporte, amedrontar um inimigo, ou canalizar a violência latente”. Nesse sentido, o discurso de ódio não deixaria de ser uma forma de espetáculo. Enquanto críticos sobre a espetacularização da política sugerem que seu triunfo representa um processo degenerativo para a democracia e a sociabilidade, por outro lado, ele também é visto como uma parte inerente e necessária da política:

Se o espetáculo político continua, é porque ele reúne as pessoas em celebrações, as mobiliza, e porque ele está preocupado com a correspondência entre o mundo político e a sociedade que ele representa (Taïeb, 2015, p. 7).

Mesmo que alguns elementos pudessem constranger a continuidade e a intensidade do espetáculo político, como a urgência ou gravidade de um tema, por exemplo, que prejudicariam a elaboração espetacular, dificilmente essa comunicação não poderia ser enquadrada como parte de um grande espetáculo. O domínio do espetáculo é a realidade, também da vida política. Para Nora Leibold (2000, p. 320), que parte dos estudos linguísticos de Olbrechts-Tyteca e Perelman, os argumentos da comunicação política são sempre estratégias pragmáticas, ou “esforços do falante para transmitir significado além da sentença”. A linguagem utilizada pelos agentes

políticos para conversar com os eleitores, portanto, não é casual nem desprovida de intenção. Ao contrário, as palavras são escolhidas para exercer influência nos processos cognitivos e emocionais da audiência. Uma das características desse tipo de discurso, afirma, seria o fato de que eles estão menos preocupados com a lógica do que com a razoabilidade. Consagrando a lógica do espetáculo, basta ao discurso político que ele seja razoável, e não, irrefutável.

Para Jarvis e Stephens (2015), o uso da linguagem política – o espetáculo – teria como principais características: Estar vinculado ao exercício ou busca do poder. Isso ocorre quando atores políticos representam negativamente indivíduos ou instituições, lhes dando nomes de conotação negativa, através dos quais serão cognitivamente acessados; ou quando enquadram determinados assuntos pela primeira vez, criando a imagem inaugural sobre a qual a audiência irá se basear para pensar futuramente sobre determinado tema. Da mesma forma, a linguagem política pode limitar ou modificar significados, tornando mais agudas as implicações de certos tópicos, aguçando medos e gerando ansiedades. E por fim, ela tem o poder de unir e dividir, que é exercido quando os atores utilizam a linguagem para reconhecer ideias, pessoas e grupos como importantes, marcar pensamentos, indivíduos e situações como intoleráveis e inaceitáveis, ou mobilizar e manter certas alianças e movimentos em andamento.

Esse tipo de linguagem foi chamado por Sidney Tarrow (2013) de linguagem de combate, e teria o poder de modificar realmente a forma como as pessoas agem coletivamente. O autor define o termo como aquelas palavras ou expressões, consagradas em um repertório, e utilizadas nas disputas políticas. O autor ainda afirma que, na linguagem de combate, algumas palavras e expressões seriam mais eficientes que outras, dependendo do seu grau de “ressonância simbólica e modularidade estratégica” (Tarrow, 2013, p. 16). O autor está se referindo à ambiguidade, ou ao potencial que uma palavra ou expressão teria para ser utilizada em diversas outras situações, mesmo fora do ambiente político e com outros significados. O que importa, é que o uso da palavra ou expressão também possa ser reconhecido, fazer sentido, trazer à mente a disputa política, garantindo que a narrativa proposta, ou o seu enquadramento, mesmo que em segundo plano, se reproduza e permaneça em evidência.

O entendimento desse caráter provocativo, belicoso – ou incivil - presente no discurso político como algo que é inerente à atividade é encontrado em autores como Patrick Charaudeau (2015), que considera, por exemplo, que a política é apenas o meio para uma finalidade última, que é a conquista do poder. Diz Charaudeau (2015, p. 23) que a política é o “lugar de uma luta discursiva na qual muitos golpes são permitidos, estando em jogo a conquista de uma legitimidade por meio da construção de opiniões”. Os políticos, acostumados e especializados com os meios modernos de difusão da palavra, triam total ciência dos efeitos de seus discursos,

razão pela qual, deveríamos considerá-los atos conscientes e intencionais. Chama a atenção o caráter compreensivo que dispensa ao discurso político, mesmo quando constata, como no excerto a seguir, que a verdade nesse tipo de mensagem é o que menos importa:

A exemplo do discurso publicitário – e talvez também do midiático –, o discurso político mostra mais sua encenação que a compreensão de seu propósito: os valores de *ethos* e de *pathos* terminam por assumir o lugar de valores de verdade (Charaudeau, 2015, p. 46).

O caráter de incitação e performático do discurso político foi abordado pela professora Judith Butler (1997), titular do Instituto de Pesquisas em Humanidade da Universidade da Califórnia, Irvine, a partir de entrevistas com indivíduos em que perguntava o que eles faziam quando afirmavam terem sido alvo de discursos de ódio. As respostas levaram Butler (1997) a confirmar o caráter de agência à linguagem, como sugerido anteriormente por Matsuda (1994). Butler (1997) afirma que o insulto seria uma das primeiras fórmulas que aprendemos para que possamos ferir através do uso da linguagem, apoiando-se no pressuposto de *interpelação* de Althusser - o ato de sermos chamados por um nome - como uma das condições através das quais os sujeitos se constituem através da linguagem.

Ao se deter sobre o discurso injurioso, a autora levanta o problema da definição sobre quais os tipos de palavras que poderiam realmente ferir, e quais poderiam ofender. Nos estudos sobre discurso do ódio, a tentativa de formar um léxico apresentando as palavras ou expressões que configurariam tais mensagens tendem a falhar, justamente, porque a linguagem é um fenômeno em constante transformação, variando geograficamente, cronologicamente e culturalmente. Além disso, continua, na busca pelas palavras ofensivas, o pesquisador deveria focar nas palavras pronunciadas e explícitas, mas também na forma com que tais palavras foram proferidas.

Para Butler (1997, p. 04), “o uso de um termo como ‘ferir’ sugere que a linguagem pode agir por caminhos que são paralelos ao ato de infligir dor física e ferimento”. Nesse sentido, a autora afirma que o discurso racista seria um tipo de ataque verbal, com efeito instantâneo, e que poderia ser comparado a um golpe na face. Para ela, algumas formas de ataques verbais produziriam sintomas capazes até mesmo de incapacitar suas vítimas, e por isso, haveria uma similaridade entre o ferimento físico e o ferimento linguístico. Além disso, continua, é comum que, quando o ator fala, ele também movimente seu corpo. No discurso injurioso, esse movimento em direção ao outro, exporia o corpo deste outro como vulnerável:

Como um ‘instrumento’ de uma violenta retoricidade, o corpo do falante excede as palavras que são ditas, expondo o corpo do destinatário como não mais (e nem mesmo totalmente) em seu próprio controle (Butler, 1997, p. 13).

O discurso do ódio, para Butler (1997) constitui o seu objeto em uma posição subordinada. Estruturas sociais seriam enunciadas no momento da fala odiosa, e o discurso do ódio reivindicaria uma posição de dominância: “[...] aquele que fala o discurso do ódio é imaginado gritar um poder soberano [...]” (Butler, 1997, p. 16).

Por outro lado, o nível de combate que atingiu a deliberação política, incentivado, não só por uma demanda midiática pelo espetáculo, mas também pela resposta positiva da audiência ao estímulo espetacular, que muitas vezes percebe na disputa política um sentido faltante em sua vida, fez surgir uma contra corrente, preocupada com a polarização que marca o momento político em muitas sociedades, especialmente ocidentais. Conceitos como ética do discurso (Rehg, 2015), argumentação política (Wodak, 2015) e discurso civil (Black & Wolf, 2015), aparecem cada vez mais como alternativas desejáveis nesses ambientes de polarização e radicalismo. Pesquisadores da teoria moral desenvolveram a ética do discurso - ou comunicativa - apoiados no pressuposto de que “práticas morais e resoluções de conflitos válidas devem resultar de processos de diálogo e argumentação que exibam respeito mútuo, razoabilidade e solidariedade” (Rehg, 2015, p. 1). A argumentação política, por sua vez, é concebida como toda a linguagem política não-violenta. E discurso civil, como definido por Black e Wolf (2015) seria todo aquele que surge em um ambiente potencialmente conflituoso, e apresenta, como características, o respeito demonstrado às diferentes perspectivas através da atenção e consideração pelos argumentos e relações sociais envolvidas nas discussões; além da promoção da responsabilidade pelas opiniões emitidas; e, finalmente, da ausência de atos como gritos, ofensas ou ataques vazios.

## **2.5 Campanhas políticas e o novo ambiente midiático**

É de se esperar que, em campanhas políticas, o uso, tanto do espetáculo, como dos discursos de incitação, atinja o seu máximo. Se tratam, afinal, dos momentos mais dramáticos da atividade política e democrática. Via de regra, para os políticos, está em jogo a sua atividade, o rendimento financeiro, o acesso a meios de distribuição de recursos públicos, além de sua reputação. Para os cidadãos, está em jogo o futuro. Por isso, o tema das campanhas é um dos que mais se repete quando tem por objeto de pesquisas a comunicação política. E vale destacar aqui, que o campo de conhecimento da comunicação deve muito ao estudo das campanhas políticas.

Algumas das grandes teorias da comunicação tiveram origem no estudo dos períodos eleitorais. Em 1948, Lazarsfeld et al. constataram que os eleitores teriam mais tempo de envolvimento em discussões políticas do que exposição à mídia, ainda antes do boom da televisão. Desse estudo, surge o modelo do “*two step flow*”, que considerava o papel dos líderes de opinião, como aqueles que recebiam a informação dos mídia e repassavam para outros eleitores nas discussões. Na época, embora os autores tenham concluído que as campanhas poderiam influenciar as decisões dos eleitores, argumentam que se tratariam de efeitos mínimos.

Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948), além de Berelson, Lazarsfeld e McPhee (1954), também apresentaram estudos que apontavam dois dos principais efeitos das campanhas políticas: a ativação, que se trataria de trazer à tona as atitudes políticas latentes; e o reforço, que se trataria de fazer os eleitores ouvirem o que eles gostariam de ouvir, e que hoje é mais conhecido através das teorias da consistência e dissonância cognitivas. Haveria ainda um terceiro efeito possível, o da conversão, mas ele seria pouco notado pelos pesquisadores.

Campbell, Gurin e Miller (1954) apontam, mais tarde, os três elementos primários que exerceriam influência sobre a decisão dos eleitores: o partido, as questões do momento, e as avaliações dos candidatos. Seriam elementos que poderiam variar seu peso de eleição para eleição, assim como de eleitor para eleitor. Em 1960, Campbell, Converse, Miller e Stokes escrevem o artigo “*The American Voter*”, quando definem a identificação partidária como uma atitude de longo-prazo, e relativamente imutável, fornecendo a base epistemológica para o radicalismo que veríamos tomar conta da política até o final do século XX.

Ainda nos anos de 1960, chega-se à conclusão que os meios de comunicação de massa estariam mais propícios a reforçar as atitudes do que a converter os eleitores de um ponto de vista para outro. Esse efeito limitado dos meios de comunicação se deveria, em parte, à exposição, percepção, e à retenção seletivas (Klapper, 1960). Esses fenômenos marcariam, desde então, o comportamento do eleitorado identificado politicamente, e atravessariam o surgimento das novas tecnologias comunicacionais. Hoje, podemos observar, com bastante clareza, esse tipo de acontecimento, através do que convencionou-se chamar por bolhas ideológicas. A dificuldade encontrada para se atingir a conversão do discurso em voto, estaria no fato de que os eleitores mais propensos a serem influenciados pelas campanhas políticas seriam, justamente, aqueles com menos informação política, que apresentam o menor interesse e prestam menos atenção às campanhas políticas; enquanto os eleitores mais interessados seriam aqueles menos abertos à persuasão (Campbell, 2000).

Entre os autores que acreditam no poder das campanhas políticas sobre o voto, há um consenso sobre suas principais formas de discurso. Seriam elas, os debates e os spots de televisão (Benoit, 2007). De acordo com Popkin (1994), a exposição à mídia e aos spots de campanha aumentaria substancialmente a acuidade das percepções do eleitor. Percepções menos precisas seriam encontradas apenas nos assuntos que são periféricos. Em relação aos debates, que atraem milhões de telespectadores, além de gerar conhecimento para os eleitores, eles também cumprem um papel de espetáculo, quando eleitores que já têm seu voto decidido, assistem o debate torcendo para que o seu candidato se sobressaia em relação ao outro. Sem contar a possibilidade sempre presente de uma troca de farpas mais forte, que também poderia atrair um público significativo.

De acordo com a teoria funcional dos discursos políticos de campanha (Benoit, 1999; Benoit et al., 1998, Benoit et al., 2003), a intenção desses discursos seria sempre a de atingir o objetivo de vencer a eleição. Naturalmente, haveria casos onde candidatos de partidos menores realizam seus discursos como forma de trazer à tona algumas discussões pontuais, ao invés de ganhar a eleição. O autor da teoria, Willian Benoit (2007), enumera uma série de regras para o discurso de campanha, até chegar na que fala sobre os candidatos normalmente estabelecerem sua preferência por uma das três estratégias seguintes: aclamações, ataques ou defesas. Por aclamações, Benoit se refere às declarações que apontam para os benefícios ou vantagens que o candidato representa. Podem ser atos administrativos, políticas de Estado ou características pessoais. Por exemplo, o candidato pode dizer que ele irá reduzir os impostos, aumentar as vagas nas universidades, que ele é o mais honesto, e assim por diante. Ataques, da mesma forma, também teriam a função de aumentar a preferência pelo candidato. Eles apontariam os atributos indesejados de um oponente, ou os seus erros políticos. Apesar de haver estudos que relacionam negativamente os ataques em campanha ao sucesso eleitoral, eles podem ser considerados saudáveis para a democracia, porque, quando realizados com acuidade, provêm os constituintes de informações úteis para a escolha do voto. Por outro lado, afirma o autor, “ataques falsos, ou ataques de tom malicioso, não são justificáveis” (Benoit, 2007, p. 38).

Mesmo sabendo que os eleitores normalmente expressam desgosto pelos ataques de campanha, os candidatos podem escolher a estratégia do ataque a partir do cálculo sobre quem sairá mais prejudicado. Ainda assim, variações no tópico do ataque podem apresentar resultados diferentes. Nos Estados Unidos, por exemplo os eleitores tendem a considerar mais os ataques contra as políticas do que os ataques contra a personalidade dos candidatos (Johnson-Cartee e Copeland, 1989). Outros estudos (Pfau & Burgoon, 1989; Roddy & Garramone, 1988), indicam que os ataques contra as políticas podem ser mais persuasivos que os ataques contra o caráter

dos candidatos. E por fim, o estudo de Benoit (2004), ao analisar múltiplas formas de mensagens em 50 anos de marketing político, aponta que os ganhadores das eleições tendem a ser aqueles que atacam mais as políticas do que as características pessoais dos oponentes.

A campanha negativa não é novidade. O que pode ser novidade, e que ainda não está claro, é se há mais campanha negativa agora do que havia antes (Fridkin & Kenney, 2012). Nos últimos dias das campanhas negativas, especialmente nos Estados que são campo de batalha durante as eleições presidenciais, as mensagens são frequentemente exclusivamente negativas (Teinowitz, 2008). Sabe-se que a informação negativa tem mais probabilidade de ser percebida e processada. Ela se destaca por exemplo, porque a maioria das pessoas vivem em um mundo positivo, no sentido de relativamente satisfeitos com suas famílias, vizinhos e trabalho. Ela pode ser mais memorável, porque reverbera entra as motivações dos indivíduos, e ser mais forte, devido ao interesse dos mesmos em perder menos e ganhar mais. Isso sugere que, em termos eleitorais, as informações negativas têm mais influência sobre as atitudes das pessoas do que as informações positivas.

Um estudo de Iyengar e Ansolabehere (1995) identificaria, por sua vez, que os eleitores independentes seriam aqueles mais reagentes à propaganda negativa. Se levarmos em consideração que nenhum partido tem a maioria dos eleitores, e que aqueles que não se identificam com nenhum partido compõem a maioria do eleitorado e decidem a eleição, logo, a campanha negativa pode ser muito eficiente e decidir uma eleição.

Como já dissemos durante a abertura do capítulo, esta tese se ocupou de uma comunicação que ocorria de forma direta entre atores políticos e sociedade. Ou seja, tratava-se de uma comunicação sem a intermediação dos *gatekeepers*. Desta forma, lidávamos com mensagens que não passavam pelos processos de seleção e edição jornalísticas, ainda que estas mimetizassem, frequentemente, e em busca de legitimidade, a forma consagrada pela prática noticiosa.

A mídia deveria preencher uma função pública. Comunicação política é contribuir para a consolidação e desenvolvimento de uma ordem liberal democrática básica, em termos de cognições (conhecimento sobre fatos políticos), ordem autocrática (identificação com o sistema democrático), e comportamentos (votação e participação) [...] (Henn et al in Vowe & Henn, 2016, p. 20).

A cobertura política realizada pelos meios de comunicação sempre foi uma forma de fornecer para a sociedade informações essenciais para que os cidadãos possam fazer escolhas mais conscientes. Para a maioria das pessoas, de fato, essa ainda é a única possibilidade de obter tais informações. Durante muito tempo, considerou-se o papel dos meios de comunicação,



numa democracia, como sendo da maior importância. Porque, sem eles, as únicas informações seriam aquelas produzidas, por exemplo, por órgãos oficiais do governo. Por outro lado, o monopólio da propriedade dos meios de comunicação também pode ser considerado nocivo, porque a chance de que toda a sociedade esteja representada por um único grupo de comunicação, ou de interesse, seria muito pequena.

Especialmente quando a mídia é acusada de utilizar seus produtos para perseguir objetivos políticos ou para apoiar aberta e intencionalmente partidos ou candidatos, ela se transforma em ator político (Eberwein et al, 2015). Esse tipo de participação política pode ser descrito através do conceito de paralelismo político, que atualmente é interpretado como a situação na qual uma organização midiática apoia um partido, ou, em como as diferentes mídias refletem orientações políticas distintas em seus noticiários e reportagens (Hallin & Mancini, 2004).

Conflitos entre grupos políticos e a mídia tradicional, no Brasil, sempre fizeram parte do ambiente político. Uma realidade que, aparentemente, ainda não se alterou com a chegada das mídias digitais. Durante a campanha de 2014, por exemplo, algumas denúncias, que atingiam diretamente a candidatura de Dilma Rousseff, foram publicadas por jornais, revistas e televisão. Um desses veículos, a Revista Veja, por anos a revista de maior tiragem e número de assinantes do país, foi responsabilizada pela propaganda eleitoral da candidata do Partido dos Trabalhadores e teve, horas mais tarde, sua sede atacada por manifestantes.

No início dos anos 2000, a internet era vista como uma forma possível de proporcionar acesso não mediado aos líderes políticos e candidatos (Schultz, 2000), fazendo com que a audiência pudesse escapar, assim do que ainda era visto como pouco substancial na cobertura política. O desenvolvimento das telecomunicações, tanto a internet como também as conexões via satélite de televisão, o e-mail, etc. eram vistos como possibilidades de criação de “avenidas para a entrada direta dos cidadãos e a redução do poder político dos especialistas” (Schultz, 2000, p. 66).

O assunto já vinha sendo tratado, no entanto, com um certo ceticismo, no sentido de que, apesar de o uso da Internet refletir no aumento da vertente participativa e no desejo crescente das pessoas em ter mais palavra nas decisões políticas, alguns pontos negativos deveriam ser considerados. Em primeiro lugar, já se alertava para uma possível diminuição da qualidade das discussões e deliberações políticas. Em segundo, argumentava-se que o imediatismo poderia levar os cidadãos a tomar decisões tendo por base emoções primárias e, não, a reflexão razoável. Além disso, o relativo anonimato proporcionado pelas mídias digitais, daria espaço para um aumento do volume de diálogo incivil, o que poderia “transformar nossa

democracia em um encontro de gritos entre grupos cada vez mais polarizados” (Brinkley et al., 1997; Davis and Owen, 1988; in Schultz, 2000, p. 67). Em boa parte, foi exatamente isso, um encontro de gritos, o que constatamos na análise dos comentários postados na rede Facebook sobre os vídeos dos programas do horário eleitoral gratuito reproduzidos na página oficial dos candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves.

Atualmente, não está em disputa o fato de que as novas tecnologias oferecem ferramentas baratas para o recrutamento, financiamento, mobilização e distribuição de informação política, “permitindo a expansão no alcance da ação coletiva em favor de atores políticos organizados, de partidos a (alguns) movimentos sociais” (Eberwein et al, 2015, p. 6). O paradigma discursivo tradicional das grandes redes de TV, jornais diários e cadeias de rádio, que já tinha dado lugar para a TV a cabo, foi completamente substituído, desta vez, pela internet, blogs, Twitter e Facebook. O poder de impacto de mídias como o YouTube, já compete com a mídia tradicional (Guiora, 2014). Também presenciamos uma mudança fundamental na forma como o discurso passou a ser expressado e recebido, e o poder de organização das redes sociais, como demonstrado durante a Primavera Árabe, se mostrou capaz de gerar eventos de proporções históricas (Davis, 2015).

O número de canais de acesso à informação política cresceu dramaticamente nos últimos anos, trazendo mudanças fundamentais para a forma como a comunicação política passou a ser acessada. Especialmente se compararmos com os anos de 1980, quando os canais de televisão eram dominantes e recém havia sido lançado o vídeo cassete e surgido a CNN na TV a cabo (Shaw, 2001). Hoje, o número de canais disponíveis com as novas mídias (a internet), é indiscutivelmente maior. Enquanto em 1982, 200 computadores no mundo inteiro estavam conectados através da internet (Benoit, 2007), em 2016, havia mais de sete bilhões de telefones móveis no mundo, aproximadamente um celular para cada habitante do planeta, sendo que, desses sete bilhões, dois bilhões eram smartphones, o que permitia o acesso à internet de qualquer lugar que tivesse uma rede disponível (Vowe & Henn, 2016). A velocidade dessa transformação também é impressionante. Esses números, conforme o levantamento de Vowe e Henn (2016) teriam quase dobrado, entre 2013 e 2015; e o crescimento das empresas como Apple, Facebook, Google, Microsoft e Amazon - as Big Five – que, em maio de 2015, tinham um valor combinado de 1,7 trilhão de dólares, as transformou em fatores de poder político em escala internacional.

E as mudanças não param. Estudos mostram que, nas democracias avançadas, os cidadãos estão participando menos do que é considerado política tradicional, e engajando mais em comportamentos políticos alternativos. “[...] As novas tecnologias parecem estar afetando

quando e como as pessoas participam, bem como, o tipo de orientação das pessoas em relação aos assuntos públicos” (Bimber, 2012, p. 2). Um dos principais motivos para isso seria o comportamento dos jovens ocidentais, especialmente daqueles que se tornaram cidadãos com direito a voto durante os últimos 15 anos. De acordo com Vowe & Henn, (2016), os jovens passaram a incluir mais de quatro horas por dia *online*, o que representa o dobro do tempo que a mesma faixa etária gastava assistindo televisão há cinco anos.

Enquanto na primeira geração da mídia digital, a web 1.0, havia uma tendência de comportamento onde os mais interessados e informados eram também aqueles que utilizavam de maneira mais atuante a internet; na web 2.0 entrou uma geração de usuários diferente, que teria crescido utilizando a internet enquanto a primeira geração teria se acostumado com ela (Bimber, 2012). Essa nova geração de usuários trouxe para a política uma efetiva mudança geracional (Inglehart, 1997; Bennet, 1998; Dalton, 2008; Bimber, 2012; Semetko, 2015) que tem sido considerada fundamental. De acordo com Bimber (Op. cit.), as tecnologias flexíveis e descentralizadas das novas mídias foram dominadas politicamente por gerações de cidadãos que eram avessos à orientação política elitista, institucional, e foram atraídos para formas mais ativas e autônomas de exercer a atividade política.

A nova mídia facilita os atos políticos que são expressivos, nos quais os cidadãos dão voz às suas preocupações cívicas em seus próprios termos, e não nos termos dos partidos ou grupos de interesse (Bimber, *in* Semetko & Scammell, 2012, p. 11).

Os primeiros experimentos de candidatos a cargos eletivos com a mídia digital começaram na década de 90, nos Estados Unidos (Bimber, 2012; Gibson, 2015). Ao final daquela década, na maioria dos países democráticos já haveria partidos utilizando a internet, ainda que de forma bastante incipiente. Menos de uma década depois, as primárias americanas assistiram a um espetacular crescimento e, posterior, queda do candidato Democrata Howard Dean, que colocariam a mídia digital na “vanguarda das inovações de campanha” (Gibson, 2015, p. 1). Mais tarde, já nos anos 2000, era possível perceber um razoável avanço em relação a mobilizar ou persuadir cidadãos, mesmo que ainda sem ter certeza sobre seus reais efeitos (Bimber, 2012). Em 2008, a campanha de Barack Obama posiciona, finalmente, as ferramentas digitais como decisivas para a gestão eleitoral. Até que, em 2012, o interesse da campanha de Obama sobre as mídias digitais muda, do potencial de participação, para a colheita de dados associada ao uso integrado e combinado desses dados com outros esforços de segmentação (Gibson, 2015).

Dos mais de um bilhão de dólares gastos em campanhas eleitorais na eleição presidencial norte-americana de 2012, 100 milhões foram para campanhas online (Vowe & Henn, 2016). Esse número foi ainda maior em 2016, especialmente no lado Republicano (Williams & Girish, 2018). E essa mudança para o *online* levanta uma importante questão sobre como a comunicação política em geral está mudando dentro desse novo ambiente e quais consequências politicamente relevantes estão envolvidas nessas mudanças para a comunicação política.

Hoje é possível afirmar que o uso da mídia digital está associado com a maior participação política. A mídia digital possibilita aos cidadãos interessados um número ilimitado de alternativas para aprender sobre política, além de criar oportunidades para a ação, reduzindo os custos associados à participação política e modificando o cálculo de participação favorável (Bimber, 2012, Gibson, 2015). A mídia digital também criou um denso ambiente de comunicação política, onde os cidadãos podem comunicar mais facilmente mensagens de mobilização, de forma horizontal, ou seja, entre eles mesmos, principalmente através das mídias sociais. Do mesmo modo, elites políticas passaram a produzir mensagens de mobilização bem específicas, para grupos-alvo, produzindo o essencialmente necessário enquanto mantêm um fluxo contínuo de comunicação.

Em termos de ação coletiva, uma das possibilidades que são trabalhadas, tendo em vista as mídias digitais, trata da perda do protagonismo das organizações para mobilizar ou comandar a ação coletiva. A nova geração de usuários da mídia digital, arredia às instituições, não aceitaria tão facilmente o chamado para a ação em nome de terceiros, e parece preferir exercitar a política em seus próprios termos, e em seu nome. Assim, as organizações ainda atuariam, mas no sentido de criar ou promover os fluxos de informação que poderiam despertar a ação coletiva, ainda que dando um passo atrás no momento da ação, permitindo com que as pessoas se manifestassem como e quando quisessem:

O mesmo cidadão está exposto a uma rica variedade de organizações formais e informais, e pode entender que não pertence a nenhuma delas, enquanto permanece aberto para interação e participação em qualquer delas (Bimber 2015, p. 14).

Uma das grandes críticas sobre o uso da mídia digital para a participação política, entretanto, orbita em torno da exposição seletiva, que trata do controle de um maior controle do usuário sobre o que ele consumirá de informação. Aliada a teorias como a da Consistência Cognitiva, e potencializada pelos algoritmos, haveria como resultado a fragmentação política e a polarização da esfera política.

Da mesma forma, aconteceria com anonimato virtual. Embora positivo porque permitiria às pessoas se expressarem mais livremente, seria negativo, por outro lado, porque tornaria as pessoas menos responsabilizáveis por suas palavras e atitudes, facilitando as interações incivis. Johnson e Kaye (in Shculz, 2000) apontam dados sobre o número de mensagens que envolvem os chamados *flaming*, nas discussões políticas via internet, que representam os insultos a outros participantes. De acordo com as autoras, estes dados ficariam entre 20% a 30%: “A maioria das mensagens reflete mais as visões partidárias pré-estabelecidas dos usuários do que a discussão aberta entre aqueles que sustentam diferentes sistemas de crença” (Johnson & Kaye, 2000, p. 214).

Ao mesmo tempo que a mídia digital possibilitou um aumento dos níveis de participação política, tornando as democracias mais saudáveis, elas também criaram um ambiente muito eficiente para a promoção do ódio político. Não há dúvida de que essa ferramenta se tornou essencial para os extremistas, que conseguiram aumentar o alcance de suas mensagens, contando com um público que se mostra, cada vez menos, disposto a dialogar. E se tornou evidente que os extremistas entenderam bem essa realidade (Guiora, 2014).

## 2.6 Discurso de ódio

De acordo com o *Oxford English Dictionary*, (OED) por “discurso do ódio” poderíamos considerar todo aquele que expressa o ódio ou a intolerância por outros grupos sociais. como nos casos com base em raça ou sexualidade. Ainda que o ato em si possa ser tão antigo quanto a própria linguagem, o termo “discurso do ódio”<sup>18</sup> é relativamente novo. Ele surgiu no final dos anos de 1980, nos Estados Unidos, possivelmente vinculado ao aparecimento de outra expressão: “crime de ódio”<sup>19</sup>. A expressão definiria os crimes motivados por preconceito, onde o autor selecionava as suas vítimas em função do pertencimento a um determinado grupo (Joseph, 2006). Normalmente, os principais alvos dos crimes de ódio nos Estados Unidos eram os grupos raciais, étnicos, religiosos, de orientação sexual, deficiência física ou mental, nacionalidade e identidade de gênero.

A autora responsável por cunhar a expressão “*hate speech*” – discurso de ódio - é Mari J. Matsuda, professora de Direito da Universidade do Havaí, nos Estados Unidos. Em 1989, ela defendeu, em seu artigo *Resposta pública ao discurso racista: considerando a história da*

---

<sup>18</sup> *Hate speech.*

<sup>19</sup> *Hate crime.*

*vítima*, publicado pela revista *Michigan Law Review*, a necessidade de responsabilização legal dos autores de discurso de ódio, justificando seu argumento a partir de exemplos de ódio racial.

Em sua argumentação, a autora sustenta a ideia de agência da linguagem, na qual os discursos, ou atos de fala, são capazes de causar danos de fato, físicos e perceptíveis em suas vítimas. Entre as reações que o discurso do ódio poderia causar, diz Matsuda (1989), estariam o medo, o aumento da pulsação cardíaca, a dificuldade em respirar, pesadelos, estresse pós-traumático, hipertensão, psicose e até mesmo o suicídio. Além disso, haveria efeitos de médio ou longo prazo sobre a constituição social da vítima, que levaria ao abandono de empregos, da busca pela continuidade na educação, de locais de moradia, lugares públicos, bem como a restrição do próprio direito de fala. A criação desse ambiente, que confirmaria, tanto a superioridade do ofensor, como a insegurança da vítima, se daria, em parte, graças à tolerância do Estado a disseminação dessas mensagens, e teria um efeito devastador na autoestima e no senso de segurança pessoal.

O que, a partir do final da década de 80, convencionou-se chamar de discurso de ódio, já existia e causava preocupação no ambiente jurídico e acadêmico, mesmo que reconhecido por outros nomes. Blasfêmias, juramentos, palavrões, praguejamentos, ataque verbal, linguagem opressiva e palavras de combate (Delgado, 1982; Butler, 1997; Dixon, 2013) foram alguns dos termos que as cortes jurídicas norte-americanas empregaram enquanto apreciavam a legalidade ou não dessas mensagens. Os magistrados tinham por base a Primeira Emenda da constituição dos Estados Unidos, que, entre outras determinações, proíbe o Congresso de atuar no sentido de limitar as liberdades de imprensa e de expressão. O texto tem conquistado defensores e críticos desde que entrou em vigor, em 1791 e, até hoje, é a origem de fervorosos debates. Isso porque, em sua interpretação absoluta, garantiria a plena liberdade de expressão, deixando a descoberto discursos como os de ódio<sup>20</sup>.

Nos regimes democráticos, é comum o entendimento de que o governo não deveria regular os discursos – salvo limitadas exceções – por discordar ou por não apoiar certas mensagens, conteúdos ou ideias básicas de tais discursos. Por trás desse entendimento, estaria a aberta, pública e livre troca de ideias, tida como fundamental para a expressão política e a saúde dos governos democráticos. A metáfora cunhada por John Stuart Mill sobre o “livre

---

<sup>20</sup> Entre os favoráveis a uma interpretação flexível da Primeira Emenda, argumenta-se a proteção do direito à dignidade das vítimas de discursos injuriosos. Já entre os defensores de uma visão absolutista, utiliza-se o argumento *slippery slope*, ou “declive escorregadio”, no qual alega-se que a regulamentação sobre tais discursos seria uma tarefa subjetiva e que, uma vez concedido esse poder de censura a um órgão, há o risco de ele ser utilizado para outros fins, que não apenas a defesa dos oprimidos (Waldron, 2012).

mercado de ideias” (2010 [1859]), é utilizada frequentemente pelas cortes americanas quando avaliam a legalidade ou a necessidade de regulação da expressão. O conceito reconhece o ideal básico democrático como produto de um balcão de negociação de ideias – razão pela qual os discursos não deveriam ser regulados - onde a verdade deve “emergir do encontro e do choque entre discursos desfavorecidos e os demais discursos que competem em oposição” (Dixon, 2013, p. 289).

Depois de muitos debates, a justiça americana se encarregou de dar à Primeira Emenda uma interpretação não absolutista. Certas e bem definidas classes de discursos passaram a ser restringidas, especialmente, aquelas consideradas obscenas, injuriosas, difamatórias ou, nos casos em que constituem as chamadas *fighting words*, ou palavras de combate (Dixon, 2013). A expressão foi utilizada pela primeira vez em 1942, pela Suprema Corte, no caso *Chaplinsky v. New Hampshire*, e se enquadra sem dificuldade na definição de discurso de ódio político. Na ocasião, o cidadão de sobrenome *Chaplinsky* foi acusado de violar a ordem pública ao chamar um político local de “maldito peregrino e fascista” em frente a uma multidão agitada (Marcus, 1996; Bertazzoni & Judson, 2000). O réu foi condenado com base no entendimento de que a Primeira Emenda não garantiria proteção para aqueles que usam determinadas categorias de palavras, incluindo as palavras de combate, bem como a linguagem sensual, difamatória ou obscena. Na ocasião, a corte americana definiria as palavras de combate, como aquelas que, pelo próprio ato de fala, seriam capazes de causar injúria ou de incitar a violação imediata de um pretense estado de paz. (Bertazzoni & Judson, 2000). Fato interessante é que todos os estudos verificados, onde há referência ao surgimento do termo “palavras de luta” e ao caso *Chaplinsky v. New Hampshire*, passam ao largo da motivação política que teria levado *Chaplinsky* a proferir as palavras que proferiu. Ou seja, há, na vertente das definições contemporâneas sobre discurso de ódio, uma relação, quando não, direta, ao menos muito estreita com o ódio de motivação política.

Em 1949, um novo caso envolvendo as palavras de combate traz à luz uma nova interpretação da Suprema Corte Americana, que passa a entender esse tipo de discurso, embora passível de restrição, como parte essencial da democracia. Em 1971, no processo *Cohen v. Califórnia*, o réu, que fora preso e acusado de incitar a desordem porque, durante um protesto contra a Guerra do Vietnã, vestira uma jaqueta com os dizeres “Fuck the draft” (no que poderia ser traduzido como “foda-se o serviço militar obrigatório”) foi absolvido pela Suprema Corte com base no argumento de que o discurso poderia ter uma qualidade emotiva que também mereceria a proteção da Primeira Emenda, não se tratando apenas de uma questão cognitiva, mas, portanto, emotiva também (Bertazzoni & Judson, 2000). Até que, finalmente, em 1994, o

congresso americano define o crime de ódio através do *Violent Crime Control and Law Enforcement Act of 1994*<sup>21</sup> como aquele onde o réu intencionalmente escolheria o seu alvo “em razão da raça, cor, origem nacional, etnia, gênero, deficiência ou orientação sexual”.

O debate nas cortes americanas sobre a definição e regulação do discurso do ódio em instituições de ensino nos Estados Unidos também tem sido constante. Em escolas secundárias, atualmente, há uma restrição maior à Primeira Emenda, o que, aparentemente, garantiria o direito dos alunos de se sentirem seguros e deixados em paz. Já nas universidades, parece haver um entendimento maior pelo respeito ao mercado de ideias, sob o argumento de que seria fundamental para a evolução do conhecimento. Foi durante esses debates que, em 2011, a Suprema Corte americana cunhou um termo novo, *hurtful speech*, ou o “discurso que fere”, para restringir formas de discurso ou expressividade que acompanhariam violência ou que intimidam os outros (Dixon, 2013). De acordo com a interpretação desses debates, o perigo do discurso do ódio estaria na transmissão de mensagens de inferioridade sobre aqueles que são os alvos de tal discurso, afirma Rob Dixon (2013), e isso poderia forçar as vítimas, que pretendem escapar ou evitar tais mensagens, a limitar ou restringir suas próprias liberdades pessoais, através de atos como mudar de escolas, ir mal no trabalho, mudar de residência e, talvez, em casos extremos, até mesmo cometer atos de violência contra elas mesmas ou contra outros.

O caráter de agência atribuído aos discursos, como vemos, vem sendo, há anos, amplamente difundido e compartilhado, tanto no ambiente acadêmico, como no ambiente jurídico internacional. Esse tipo de linguagem ofensiva e perigosa é alvo de uma série de tratados e convenções internacionais sobre direitos civis e racismo, atualmente assinados ou ratificados por mais de 150 países - incluindo o Brasil. Entre esses textos, o Artigo 20 da *Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos* (CIDCP), de 1966, sugere a proibição por lei de toda a propaganda de apelo à guerra, bem como, de toda a advocacia de ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, hostilidade ou violência. A mesma convenção afirma, em seu Artigo 19, que a liberdade do discurso, fundamental a todos, deve estar sujeita a certas restrições para proteger os direitos e as reputações dos outros, e, para a proteção da segurança nacional, da ordem pública, bem como, da saúde e moral públicas. Note-se que, antes mesmo da popularidade da hipótese da agência da linguagem, já havia a preocupação com a “saúde e moral públicas” ameaçadas pela liberdade irrestrita de discurso. Os países signatários da CIDCP se comprometem a estabelecer suas próprias legislações para observar os princípios nele contidos. Mas Reino Unido, Austrália e Estados Unidos, ao

---

<sup>21</sup> Controle de crimes violentos e aplicação da lei de 1994 (tradução do autor).



assinarem com reservas, especificaram que não submeteriam a sua legislação aos termos da Convenção. Estes países estão entre aqueles com maior tradição na regulação do discurso de ódio, juntamente com Canadá, França, Dinamarca, Alemanha, Nova Zelândia e os países escandinavos, proibindo declarações do tipo que ameacem, insultem ou degradem grupos de pessoas em razão de sua raça, cor, origem nacional ou étnica (Waldron, 2010).

No caso do Brasil, fazemos parte do Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos, que tem como órgãos centrais a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. São órgãos que regulamentam a liberdade de expressão e oferecem, através de suas convenções, certas formas de proteção contra a opressão proveniente dos discursos. Além desses dois marcos reguladores, o Brasil ratificou, ainda que tardiamente - em 1992 - a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da ONU (1948), garantindo, especificamente em seu Artigo XIX, a liberdade de opinião e expressão, além da liberdade de “procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. O país também ratificou, em 1992, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que apresenta um texto bastante parecido com a DUDH; e assinou, mas ainda não ratificou, a Convenção contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Segundo Gilberto Schafer (2015), pesquisador do Direito que trabalha com o discurso de ódio no Brasil, essa última convenção seria a mais completa, tanto em relação aos efeitos provocados pelo discurso do ódio, quanto à oferta de proteção a grupos vulneráveis. Em seu artigo quarto, inciso II, a Convenção se compromete a prevenir, eliminar, proibir e punir a

[...] publicação, circulação ou difusão, por qualquer forma e/ou meio de comunicação, inclusive a interna, de qualquer material que: a) defenda, promova ou incite o ódio, a discriminação e a intolerância; b) tolere, justifique ou defenda atos que constituam ou tenham constituído genocídio ou crimes contra a humanidade, conforme definidos pelo Direito Internacional, ou promova ou incite a prática desses atos... [...] (OEA, 2013).

Vemos que Schafer (2015) já faz menção ao elemento da “opinião política” como relevante para o debate sobre o discurso do ódio<sup>22</sup>. De acordo com o autor, seria possível incluir a proteção contra o discurso do ódio político no sistema jurídico brasileiro vigente, considerando o discurso do ódio como uma

[...] manifestação de ideias intolerantes, preconceituosas e discriminatórias contra indivíduos ou grupos vulneráveis, com a intenção de ofender-lhes a

---

<sup>22</sup> Veremos, mais adiante, que o motivo dessa ausência tem raízes na definição do texto final da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, motivado por um pedido que partiu da então União Soviética e seus aliados, de retirar o quesito identidade política do *roll* dos elementos que caracterizariam assassinatos em massa e estariam, a partir da publicação da Declaração, sujeitos à intervenção internacional (Benesch, 2012).

dignidade e incitar o ódio em razão dos seguintes critérios: idade, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idioma, religião, identidade cultural, opinião política ou de outra natureza, origem social, posição socioeconômica, nível educacional, condição de migrante, refugiado, repatriado, apátrida ou deslocado interno, deficiência, característica genética, estado de saúde física ou mental, inclusive infectocontagioso, e condição psíquica incapacitante, ou qualquer outra condição (Schafer, et al, 2015, p. 149-150).

Em seu texto, o autor elenca uma característica considerada como fundamental para a tarefa de definir o discurso de ódio: a questão da intencionalidade. Presente no debate internacional, que ainda busca uma definição válida e geral para o conceito de discurso de ódio, a intenção parece ser mesmo um dos poucos elementos incontroversos. Assim, os atos de fala que, mesmo através de uma linguagem indireta, apresentam a intenção de atingir os indivíduos ou grupos em sua dignidade ou segurança, podem ser considerados discurso do ódio. De acordo com Schafer (2015), a intenção se caracterizaria pela estigmatização, a marcação de um indivíduo ou grupo como inimigo; e também, pela tentativa de modificar ou consolidar um estado de coisas que é do interesse do autor em relação ao seu alvo. Diz o autor, também, que a manifestação da intenção pode ser disfarçada através de uma fala sedutora, que articularia, através dela, os meios necessários para a opressão.

Entre os autores brasileiros que trabalham objetivamente com o discurso de ódio, Raquel Leal da Silva *et al* (2011) afirma que se trata de uma manifestação segregacionista, baseada na diferença entre um ser superior (emissor) e outro inferior (o alvo). Para que se configure a sua existência, afirma Silva (2011), seriam necessários pelo menos dois elementos: a externalidade - que seria a transposição das ideias do plano mental (abstrato) para o plano fático (concreto); e a discriminação - que seria a manifestação, em algum grau, de discriminação ou desprezo por indivíduos ou por grupos de indivíduos que compartilhem de alguma característica. Mesmo tendo deixado de lado a intencionalidade, a autora elenca como elementos, para a presença do discurso de ódio, a criação de estereótipos, a substituição de nomes, a seleção de fatos favoráveis a determinado ponto de vista, a criação de inimigos, o apelo à autoridade e a repetição. Além disso, tais mensagens seriam transmitidas com o apoio de apelos emocionais e da ausência de contraposição direta e imediata.

O destaque que Silva (2011) dá para as características do discurso de ódio está na sua veiculação através de um meio comunicacional. Esse meio, afirma a autora, deve ser escolhido de acordo com a disponibilidade e as condições aquisitivas e de acesso às tecnologias, e com o público alvo. E quanto maior o poder de abrangência e difusão do meio escolhido para a divulgação do discurso, maior será o seu poder nocivo.

Se há alguns séculos a propagação de ideias se restringia ao círculo exíguo daqueles que sabiam ler e tinham acesso a livros, hoje essa divulgação alcança um espectro bem mais amplo de pessoas, dada a democratização educacional e a evolução dos meios comunicacionais. Tal evolução, que passa pelo rádio e pela televisão, atinge seu auge com o advento da internet (Leal da Silva et al, 2011, p. 449).

Entre os autores internacionais que procuram justificar a necessidade de regulação dos discursos de ódio, Jeremy Waldron (2010; 2012) parece ser aquele que conseguiu definir mais amplamente seu conceito<sup>23</sup>. Segundo ele, o discurso do ódio apresenta como característica o enfraquecimento do sentido de liberdade, de segurança e do sentimento de pertencimento, cruciais para os indivíduos que vivem dentro de sociedades ou comunidades. Ele ameaça, assim, a estabilidade que seria esperada em um dia normal:

[...] Ele (*o discurso do ódio*) cria algo como uma ameaça ambiental para a paz social, uma forma de veneno de atuação lenta, que acumula aqui e ali, palavra por palavra, até que, eventualmente, se torna mais duro e menos natural até mesmo para os membros de bom coração da sociedade atuar em seus papéis mantendo este bem público (Waldron, 2012, p. 4).

Além disso, segundo o autor, o discurso do ódio ataca a dignidade da pessoa em seu *status*, uma das mais básicas e fundamentais reputações, que faz dos homens, dignos de serem tratados como iguais diante de uma sociedade. Ele ocorreria como um gesto calculado para enfraquecer, justamente, os aspectos que asseguram aos indivíduos a dignidade. Para ele, assim como para Matsuda (1989) e Delgado (1982), o que mais importa nesta questão é o mal que pode ser evitado às vítimas do discurso do ódio. Assim, a regulação desse tipo de discurso estaria vinculada à proteção de certos bens públicos que considera preciosos, como a segurança decorrente do fato de se pertencer a uma sociedade, que deveria indicar ao indivíduo membro que ele não seria alvo de abuso, difamação, humilhação, discriminação ou violência de qualquer tipo vinculada a raça, religião, gênero e, em alguns casos, orientação sexual. E para que fosse possível identificar tais discursos e regulá-los, as mensagens de ódio deveriam ser selecionadas a partir de algumas características comuns, como o tom acusatório, a transmissão de uma ideia de desvalia, e a presença de “epítetos viciosos” (Waldron, 2012, p. 117) que são as imagens criadas, reproduzidas e reverberadas, associadas a determinados grupos deles referenciais - todas elas, abundantes nos discursos analisados nesta pesquisa.

Enquanto o autor afirma que a maneira como nos referimos a um assunto revela algo sobre as nossas atitudes em relação a este mesmo assunto: como nos sentimos, como reagimos,

---

<sup>23</sup> A ausência de um conceito definitivo estaria entre os motivos pelos quais, passados quase 20 anos do nascimento da expressão “discurso de ódio”, ainda seja preciso sustenta-se a necessidade de regulação de mensagens com tal caráter ofensivo.

e que tipo de resultado pode ocorrer a partir dessas reações, Waldron (2012) também chama a atenção para a intencionalidade, como Schafer (2015), e acredita que é característico do discurso do ódio, a vontade de causar, sobre determinados grupos, uma sensação de que não são dignos de igualdade de tratamento. Porém, Waldron (2010), assim como Silva (2011), acredita que há uma importante diferença entre os discursos falados pessoalmente e aqueles impressos, gravados e, de qualquer forma, midiáticos. A presença durável da palavra publicada, afirma, seria justamente o que confere a esse tipo de mensagem sua particularidade mais danosa. O autor está especificamente preocupado com esse tipo de mensagem de ódio, porque a publicação potencializaria o poder dos discursos, fazendo com que eles fossem vistos várias vezes, percebidos, analisados, interpretados e, no caso da internet, replicados.

Para Waldron (2012), o discurso do ódio ameaça, além da dignidade da pessoa ou do grupo, o ambiente, a atmosfera que faz com que o indivíduo se sinta seguro e em paz para prosseguir com sua vida. O discurso do ódio político, ainda que não seja elencado pelo autor, se enquadraria na sua definição, pois apresenta o caráter intencional, coloca em risco o ambiente democrático, e ameaça esse bem maior, que é o espaço público de convivência, pensado para ser um espaço de liberdade. E quando o autor afirma que o discurso do ódio tenta estabelecer um espaço público rival, onde os indivíduos atingidos pelo discurso se sintam temerosos e enfraquecidos, enquanto os indivíduos apoiadores se sentem empoderados, a relação com o discurso político fica ainda mais evidente.

Waldron (2012), que aceita um certo grau de incivilidade no discurso político, afirma que atacar ou ridicularizar crenças faz parte do jogo, desde que seus integrantes sejam membros respeitados, e que se leve em consideração a preservação do decoro e do respeito. Diz o autor que: “[...] em todos os aspectos da sociedade democrática, nós distinguimos entre o respeito acordado para um cidadão e a discordância que podemos ter a respeito de suas convicções políticas”. Mas, se o respeito às convicções é a premissa de Waldron para que se aceite certo grau de incivilidade no jogo político, as últimas seis campanhas presidenciais brasileiras apresentaram como característica justamente o contrário, ou seja, a completa intolerância em relação ao oponente.

O autor também fala sobre os perigos da política de identidade, relacionando a identificação de um indivíduo a suas crenças religiosas com a identificação dos indivíduos a suas crenças políticas. Ao criticar o posicionamento identitário, atribui este a uma estratégia, que os indivíduos que o proclamam utilizam, para se beneficiarem, alegando um senso de intocabilidade em determinados princípios. O argumento está de acordo com as ideias de conflito ideológico analisadas anteriormente (Converse, 1964; Sartori, 1969; entre outros),

como choques entre sistemas de crenças incompatíveis. Para Waldron (2012, p. 133), as crenças políticas seriam formadas por listas de interesses, negociáveis ou não, “mas se a lista de interesses não negociáveis é muito exigente, então a política irá encarar um impasse enquanto cada decisão alternativa irá parecer violar os direitos de alguém.

Ainda que argumentos apoiados pelo ideário de autores como Herbert Marcuse, Ernst Bloch e Harold Luthy (in Häsler, 1973), possam clamar na direção de que o que estaria por trás da polarização e dos discursos ofensivos, no Brasil, seria uma questão social e de classe, nosso argumento é feito no sentido de que a ruptura também pode ser verificada internamente em todos os estratos sociais e de classe da sociedade brasileira.

Assim como características raciais ou religiosos podem ser utilizadas como indicadores da desvalia, uma vez que fazem menção a características ou crenças profundamente enraizadas nos indivíduos alvo desses discursos, questões ideológicas, como as que se desenvolveram durante a Guerra Fria, também seriam capazes de criar esses sentimentos. Os discursos políticos capazes de incitar o ódio, dessa forma, apresentam seu próprio vernáculo. Na esteira da divisão mundial entre capitalistas e socialistas, uma série de expressões foram cunhadas com a intenção de gerar, sentimentos de supremacia nos membros dos grupos, e desvalia nos membros de fora dos grupos, ambos relacionados com seus posicionamentos políticos. Em todo o mundo, os termos “capitalismo”, “comunismo” e “neoliberalismo” foram utilizados com conotações extremamente negativas, variando apenas nos seus contextos (Benjamin, 2013; Rodeghero, 2002; Paro, 1999). Por isso, ao associar um indivíduo a alguma dessas correntes ideológicas, em um ambiente político polarizado como o brasileiro, se está utilizando uma estratégia incitatória de conflito, quando, não, um discurso de ódio.

Se o campo político, nos sistemas democráticos, está caracterizado pela busca do poder, e não, do consenso (Carr, 1981; Huntington, 2010), ao invés de apresentar uma tendência de união, comum ao convívio social, ele apresenta uma vocação marcadamente direcionada para o conflito. No Brasil, é comum observarmos discursos que não estão relacionados com competência e probidade, características desejáveis em um administrador público, mas que atacam a integridade moral de atores políticos. Embora exista uma corrente de analistas dos discursos políticos que consideram as provocações, falácias e estratégias retóricas como elementos próprios do jogo da persuasão (Goffman, 2013; Charaudeau, 2015; Van Dijk, 1997), existe também uma outra série de autores que se interessam, justamente, pela polarização resultante de tais práticas políticas, conferindo aos discursos um papel fundamental na formação das opiniões e dos conflitos (Busch, 2006; Baldassari & Berman, 2007).

Para Karina Korostelina (2014) discursos que envolvam o engajamento de grupos político-ideológicos polarizados têm o poder de gerar reações desproporcionais, como abalos da autoconfiança ou, até mesmo, o comportamento violento. Tais discursos, afirma a autora, também poderiam funcionar como “gatilhos para transformações sociais e mudanças radicais, incluindo revoluções” (Korostelina, 2014, p. 4). Da mesma forma, Robert Michels (1925) e Joseph Schumpeter (1942), já haviam ressaltado essa vocação política e ideológica para a violência. O primeiro, em sua construção sobre a ideologia do *Bonapartismo*, afirmara que tal ideologia admitiria o *exterminio* de todos aqueles que se colocassem contra o governo, pois, “em nome da soberania do povo, é (*seria*) razoável e necessário que os adversários do governo sejam (*fossem*) eliminados” (Michels, [1925] 1982, p. 123).

Tal apelo ao extermínio de adversários políticos, presente na ideologia Bonapartista, é digno de nota justamente porque lança sobre a política, tão e somente, independentemente de questões raciais ou religiosas, a possibilidade do genocídio. Na verdade, tal prática foi verificada entre mais de 250 conflitos violentos ocorridos desde o final da Segunda Guerra Mundial, sendo tipificada na literatura acadêmica como *Politicídio* (Scherrer, 1999; Harff, 2003). Joseph Schumpeter (1942), através de seus escritos, também possibilita que se faça uma relação entre a incitação presente nos discursos políticos coléricos, transmitidos através da mídia, e pelo menos um caso de genocídio como o que aconteceu em Ruanda<sup>24</sup>. O autor entende que os discursos políticos atuam da mesma forma que os discursos publicitários sobre as massas, criando nelas necessidades e, sobretudo, paixões.

Esse potencial para a existência de uma irracionalidade política capaz de levar ao conflito também apresenta relação com outro argumento levantado por Schumpeter (Op. Cit.) quando o autor se refere a Democracia como um “ente” capaz de substituir a fé Cristã. Conforme o argumento do autor, a fé na democracia seria capaz de condicionar a atitude dos indivíduos diante das críticas aos seus sistemas de crenças, no sentido de que eventuais ameaças às suas visões políticas pudessem ser tomadas como tão ultrajantes e ofensivas como se houvessem sido feitas em relação a uma crença religiosa. Assim, questionar uma ideologia, em certos ambientes políticos, estaria relacionado à ideia pecado. E a defesa da dignidade ameaçada por essas críticas deveria ser realizada com o mesmo fervor que a fé religiosa demanda.

Para Gordon Allport (1979, p. 57), a erupção da violência seria sempre um resultado crescente a partir de estados mentais suaves, onde, sob certas circunstâncias, haveria “[...] uma

---

<sup>24</sup> Em 1996, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda condenou pela primeira vez na história um indivíduo por incitação ao crime de genocídio. Ele era diretor da Rádio e Televisão Livre das Mil Colinas (RTLHC) (Akhavan, 1996).

progressão gradual da agressão verbal para a violência, do rumor para o motim, e da fofoca para o genocídio”. O autor defende, em seu trabalho seminal sobre o preconceito, que, na dinâmica dos grupos, para que se chegue na condição do ataque físico, se passaria necessariamente por uma fase inicial, que seria a da antilocução.

Entendida como uma locução negativa, a *antilocução*, é compatível com a proposta de Waldron (2012) para o discurso do ódio, devendo ser compreendida como a verbalização de preconceitos, insultos e ideias que associem, predominantemente, um grupo alvo a uma condição de inferioridade (que pode ser física, ética, moral, etc.). Allport (1979) afirmava que certos graus de antilocução poderiam estar presentes em brincadeiras amistosas, mas, no entanto, graus mais elevados dessa animosidade poderiam ser percebidos quando os indivíduos atribuíam nomes aos indivíduos ou grupos alvo dos discursos<sup>25</sup>.

Se o uso e a criação de expressões derogatórias denotam um alto grau de animosidade, de acordo com Allport (1979), fato ainda mais importante se dá quando elas são enunciadas por pessoas com um nível cultural elevado. Para o autor, o uso das expressões e epítetos carregados de incitação ao ódio e ao conflito, teria menos força ao ser originada por pessoas de nível cultural inferior, do que quando são ditas por indivíduos com vocabulário suficiente para evitar o seu uso.

O problema dos discursos coléricos e de incitação ao ódio acaba se tornando ainda maior quando quem baliza a esfera discursiva é o Estado ou algum de seus representantes oficiais (Butler, 1997; Harff, 2010; Benesch, 2012). Disso temos exemplos extremos na Alemanha nazista, ainda que não se possa dizer que a totalidade da população alemã tenha apoiado o plano da Solução Final contra os Judeus<sup>26</sup> (Longerich, 2012; Mazower, 2012; Friedlander, 2012), e no Genocídio de Ruanda (Keane, 1995; Mamdani, 2001), quando o governo, através do apoio à RTLMC, deixou claro a necessidade de exterminar a ameaça Tutsi. E quando o discurso oficial está por trás de discursos de incitação ao ódio, por mais sutis que eles possam parecer, eles passam a carregar um caráter de verdade última, de pressuposto a partir do qual as realidades são construídas (Allport, 1979).

Um outro aspecto que Allport (1979) trabalha é o da incorporação de tais expressões no vocabulário comum. Para o autor, “quanto mais irrelevante e espontânea for a antilocução, mais forte a hostilidade que haveria por trás dela” (Allport, 1979, p. 50), ou seja, na medida em

---

<sup>25</sup> O autor utiliza como exemplos as expressões em inglês: “nigger”, “kike” ou “wop”, que se referiam a negros, judeus e italianos.

<sup>26</sup> Ao contrário, esse foi um plano arquitetado nos bastidores do NSDAP e da cúpula do Gabinete de Guerra de Hitler para evitar justamente a oposição da opinião pública nacional e internacional.

que a antilocução se consolida no léxico de uma sociedade, estaria se consolidando também a animosidade representada por ela. E quando as antilocuções atingem elevados graus de intensidade, as probabilidades para que tais comportamentos estejam relacionados com elevados graus de preconceito e violência também aumentam.

O papel dos rumores também seria relevante na dinâmica dos sentimentos de animosidade. Eles cumpririam, de maneira similar, uma das funções do discurso de ódio propostas, mais tarde, por Jeremy Waldron (2012), no que diz respeito à criação de uma atmosfera propícia para o desenvolvimento de sentimentos de animosidade. Nesse sentido, é preciso considerar as novas mídias e a transformação do processo de transmissão e produção da informação, ao abrirem os portões antes guardados pela figura dos *gatekeepers* (Vowe & Henn, 2015). Com essa liberdade de publicação característica da internet, não só a repercussão dos *take-off issues* políticos, mas a produção de informação com potencial para o incentivo aos conflitos proliferou significativamente (Aggio, 2016), fazendo com que os rumores - transmitidos por blogs, tuítes, compartilhados nas redes sociais ou viralizados através dos *memes* - passassem a competir com mais força com as informações geradas pelas mídias tradicionais (Malini, 2007).



### 3 PARADIGMAS HISTÓRICOS: VIOLÊNCIA DE MASSA E GENOCÍDIO

#### 3.1 Do discurso do ódio ao genocídio

Talvez a melhor forma de chamarmos a atenção para o processo de polarização política que percebemos no Brasil seja através da vinculação que existe entre a cultura do discurso incivil, derogatório e de ódio, a intolerância, e eventos extremos de violência de massa como os praticados nos genocídios. Um vínculo que está documentado em praticamente todos os estudos que tratam desses eventos. Conforme afirma Gordon Allport (1979), embora não se possa dizer que todo o discurso ofensivo leve à violência e ao genocídio, podemos estar certos de que toda a violência política e social, todo o genocídio registrado até hoje na história, apresentou, em seu desenvolvimento, quadros marcadas pelo teor divisivo, pelo ódio e pela incitação ao conflito.

De acordo com o *The Oxford Handbook of Genocide Studies* (2013), os genocídios são resultados de processos, e não de eventos pontuais. “[...] Eles (*os genocídios*) e as pessoas que atuam neles, são um fenômeno em evolução constante, sujeitos a uma multiplicidade de influências externas” (Bloxham & Moses, 2013, p. 6).

O termo genocídio foi criado pelo advogado polonês Raphael Lemkin, através da união da antiga palavra grega para raça ou tribo, *genos*, com a latina equivalente para assassinato, *cide*. Estudioso dos crimes contra grupos, Lemkin (1944, p. 81), o utilizou, pela primeira vez, em seu livro *Axis Rule in Occupied Europe* (1944)<sup>27</sup>, onde o descreve, inicialmente, como uma “técnica de ocupação, voltada para conquistar a paz, mesmo que a guerra propriamente dita estivesse perdida”. Essa técnica, em última análise, consistiria na eliminação ou destruição de uma nação ou um grupo étnico, garantindo a superioridade numérica, física e econômica da Alemanha mesmo em caso de derrota.

Depois de uma cruzada internacional, onde Lemkin tem participação determinante, a Assembleia Geral da ONU de 1946 reconhece o genocídio como o crime que “nega o direito de existência a grupos humanos inteiros, assim como o homicídio é a negação do direito de viver aos indivíduos humanos”. E, dois anos mais tarde, a ONU publica o texto da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, que entraria em vigor em 1951, onde caracteriza o genocídio como o crime cometido com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupos nacionais, étnicos, raciais ou religiosos.

---

<sup>27</sup> O Domínio do Eixo na Europa Ocupada, sem tradução em português.

No entanto, o autor, quando cunhou o termo, não tinha apenas em mente a questão física. Lemkin, que caracterizava o genocídio pela a intenção criminal de destruir ou danificar permanentemente um grupo humano, acreditava que esse processo ocorreria em duas fases distintas: a destruição do padrão nacional do grupo oprimido, e a imposição do padrão nacional do grupo opressor. Nas palavras de Lemkin (em Bloxham & Moses, 2013, p. 34), “os genocídios físicos e biológicos ocorreriam sempre precedidos do genocídio cultural, ou por um ataque nos símbolos do grupo, ou pela interferência violenta na religião ou nas atividades culturais”. Em *Axis Rule*, Lemkin demonstrara que o assassinato em massa seria apenas um dos muitos métodos empregados para a destruição dos grupos. O fenômeno, em sua totalidade, apresentaria técnicas políticas, sociais, culturais, econômicas, biológicas, físicas, religiosas e morais, e a não inclusão do genocídio cultural nos textos das Nações Unidas seria uma de suas grandes frustrações.

O legado de Lemkin, no entanto, é extenso. A partir de seus conceitos, a discussão sobre os elementos que poderiam estar vinculados a esses processos de tentativa de extermínio de grupos se amplia. Entra em pauta o papel dos líderes autoritários, os contextos de conflito, características das vítimas (Shaw, 2013), ou o uso do aparato do Estado (Horowitz, 1976) que, por exemplo, faria da destruição algo menos aparente, que poderia ser colocado em modo automático, mascarando um processo de genocídio em andamento. Para Bloxham e Moses (2013), uma das principais contribuições, ocorridas a partir do reconhecimento do conceito de Lemkin pelas Nações Unidas, estaria relacionada aos tipos de clivagens sociais através das quais a violência do tipo genocida poderia ser perpetrada.

Em 2003, Barbara Harff apresenta o termo politicídio, para definir o extermínio de grupos políticos nos mesmos moldes dos genocídios étnicos, religiosos e assim por diante. A autora, que estudou mais de 250 casos de extermínio ocorridos no mundo desde a II Guerra Mundial, afirma que o cenário perfeito para um genocídio ideológico apresentaria uma nova elite chegando ao poder, principalmente através de um golpe ou revolução, com uma visão radical de uma nova sociedade purificada de seus elementos indesejáveis, e também, a existência de ideologias exclusionárias. Para Harff (2003), genocídios e politicídios jamais ocorreriam sem a aprovação do poder do Estado ou daqueles que se julgam representantes a autoridade do Estado.

Scott Strauss (2006), que estudou em profundidade o genocídio ocorrido em Ruanda no ano de 1994, contestaria o argumento da ideologia racial, utilizado largamente para explicar o Holocausto, sustentando a tese de que boa parte dos Hutus envolvidos nos assassinatos eram pessoas comuns, que tinham relações de vizinhança, amizade e, até mesmo, familiares com

Tutsis. Para ele, o elemento que teria sido determinante para o assassinato em massa fora a disputa pelo poder político. O autor junta-se, assim, a corrente de pesquisadores (Benesch, 2009; Shaw, 2013; entre outros) que considera que os grupos políticos deveriam ser enquadrados na lista dos elementos que poderiam sofrer a ação do genocídio.

Como paradigmas históricos para este trabalho, selecionamos três casos onde a disseminação do discurso do ódio fez parte de estratégias que buscavam legitimar o assassinio ou a condescendência em relação ao assassinio em massa do tipo genocida. Como já vimos até aqui, a mensagem de ódio é um fenômeno em transformação constante. Tira proveito de características específicas dos grupos ou indivíduos a quem é direcionada, dos períodos históricos nos quais ocorre, bem como das tecnologias disponíveis para sua propagação. Da mesma maneira, pode resultar em reações muito diferentes, que vão desde o sentimento de exclusão até a erupção de uma revolução social, passando pelo comportamento violento (Korostelina, 2014). Nesse sentido, partir de exemplos históricos para construir um quadro composto de palavras ou expressões específicas, através das quais, se manifestariam os discursos de ódio, poderia não ter o mesmo efeito prático e produtivo quanto trabalhar com base nas intenções e características gerais dessas mensagens, bem como de seus contextos e meios de transmissão.

Partindo do estudo de Daniel Hallin e Paolo Mancini (2004), nossa análise sobre o Holocausto, o genocídio de Ruanda e o surgimento do Estado Islâmico, procurou estressar algumas das dimensões que caracterizam seus sistemas políticos e midiáticos. Uma das dificuldades enfrentadas para essa tarefa, esteve no fato de tratarem-se contextos históricos separados por um extenso espaço de tempo. Por isso, seguindo a sugestão de Daniel Hallin (2017)<sup>28</sup>, estabeleceu-se, como objetivo para a apresentação dos casos, a atenção às dimensões elencadas no seu modelo de análise - indústria jornalística, paralelismo político, profissionalização e papel do Estado no sistema midiático; história política, padrões de conflito e consenso, pluralismo partidário, papel do estado e autoridade.

Em relação às dimensões midiáticas, nos três casos, os perpetradores da violência são os detentores ou representantes da autoridade do Estado e o complexo midiático, existente ou criado por essas autoridades, foi completamente dominado pelo interesse político. O poder de censura, sugestão de pautas, patrocínio, propriedade dos meios e assim por diante, somou-se à inexistência de uma oposição e o conseqüente alto grau de paralelismo político, para tornar

---

<sup>28</sup> Daniel Hallin foi o orientador desse estudo durante o meu período de Doutorado-Sanduiche junto à Universidade da Califórnia, San Diego, no ano de 2017. Diante do problema do contexto histórico, em uma de nossas reuniões, Hallin sugeriu que eu fizesse a análise dos casos paradigmáticos observando as dimensões utilizadas em seu estudo.

secundária as eventuais condições de mercado. O jornalismo e a atividade midiática foram, guardadas as devidas proporções, exercidos com o maior profissionalismo possível, evidente nas atividades propagandísticas contra os grupos alvo dos discursos.

Em relação às dimensões políticas, nos dois primeiros casos, Holocausto e genocídio de Ruanda apresentam a presença marcante do elemento das economias em crise, onde o Estado capitalizava sobre um grupo específico, ao se colocar como interessado em ser o provedor do bem-estar social. A crise e as privações pelas quais passavam os povos germânico e ruandês, eram atribuídas pelo Estado a grupos específicos – Judeus e Tutsis. No caso do Estado Islâmico, a crise explorada pelos detentores da autoridade é moral, encontrando similaridade também no discurso nazista contra os judeus. Da mesma maneira, o bode expiatório é o grupo inimigo - neste caso, as minorias Xiitas, Yazidin, e o ocidente.

Em termos de sistema partidário, somente é possível fazer uma analogia se considerarmos o ISIS como um partido político. De fato, como vimos, o comportamento do Estado Islâmico no mundo jihadista muçulmano é similar ao de um partido em um sistema democrático, quando compete por recursos e apoiadores. Até mesmo, quando tenta escalar ao poder através de um golpe ou da figura de líderes, de alguma forma, carismáticos. Nos três casos, Nazismo, Ruanda e ISIS, há opções políticas distintas, mas o poder é exercido com mão de ferro. Nos três casos, os inimigos políticos são perseguidos e atacados.

Nas próximas páginas, veremos que o Holocausto, o mais bem documentado caso de genocídio na história, irá nos oferecer uma visão mais detalhada da apropriação e exploração do aparato midiático por um governo. Com genocídio de Ruanda, perceberemos como o governo e representantes mantiveram ativos, por décadas, o ódio e o preconceito racial, e utilizaram esses elementos como pretexto para eliminar uma ameaça política. E com o exemplo do grupo Estado Islâmico (ISIS), temos uma ideia sobre outra face do poder da internet, diferente da mídia democrática capaz de derrubar regimes autoritários, mas aquela que potencializa a disseminação do radicalismo, terror e conflito.

### **3.2 Holocausto**

O Holocausto foi o produto de uma política iniciada pelo estado alemão que pretendia, e que de fato resultou, na eliminação da comunidade judaica de quase toda a Europa. No total, ela pode ter sido responsável por mais de 18 milhões de mortes, sendo que dessas, calcula-se, dez milhões foram de soviéticos (sete milhões de civis e três milhões de prisioneiros de guerra), 1,8 milhão de poloneses civis, 300 mil sérvios, 250 mil deficientes físicos ou mentais, 2000

testemunhas de jeová, 70 mil criminosos, um número indeterminado de inimigos políticos (30 mil apenas na Polônia) e seis milhões de judeus, de acordo com os dados do *United States Holocaust Memorial Museum* (USHMM).

O papel do discurso de ódio no Holocausto foi reiteradamente considerado, por autores como Gordon Allport (1979), Michael Blain (1995) entre outros, como fundamental para a implementação do programa de extermínio. A presença dessa narrativa derogatória, no dia-a-dia do povo e do exército alemão, permitiu o afrouxamento de todos os impedimentos morais em relação à industrialização da morte dos judeus. Tal sentimento de ódio teria sido resultado da exacerbação de um preconceito, comum em toda a Europa e na América, sobre a comunidade judaica. A perseguição contra o povo judeu foi, provavelmente, o preconceito mais duradouro em toda história da humanidade. Do Império Romano a Hitler, foram incontáveis os casos de massacres ocorridos, principalmente, com o consentimento ou a partir de atos de ofício dos governantes.

Quando chega a segunda metade do século XIX, as perseguições aumentam, principalmente na Rússia. Entre 1881 e 1884, a palavra *pogrom* (destruição; como um trovão) é adotada internacionalmente para se referir os atos de perseguição violenta e massacre contra os judeus que varreram o sul daquele país e que aconteciam, ocasionalmente, em todo o mundo. O século XX inicia sob o mesmo panorama de perseguições e preconceito, e, àquela altura, milhões de judeus já teriam fugido do território russo, principalmente, em direção ao oeste e América.

Em 1905, o livro intitulado *Os Protocolos dos Sábios de Sião* é publicado na Rússia. A obra de ficção culpa os judeus por toda a sorte de mazelas que acometiam o mundo, além de acusá-los de conspirar secretamente, junto com os maçons, pelo domínio mundial, que seria conquistado através da manipulação da economia, do controle da mídia e da promoção do conflito religioso. No início da década de 1920, esse livro já havia sido traduzido e publicado em diversos países, entre eles a Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra (Friedländer, 1997), e se tornaria, mais tarde, a principal e mais difundida obra antisemita de toda história. Somente entre 1919 e 1939, o partido de Hitler, o NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*)<sup>29</sup> publicaria, pelo menos, 23 edições do *Protocolos*, e o livro chegaria a ser introduzido no currículo escolar (USHMM, 2019).

A partir de 1914 os alemães viveram uma série desastrosa de acontecimentos sociais: uma guerra prolongada que levou à disseminação da fome e acabou com uma derrota militar

---

<sup>29</sup> Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.

inesperada, um tratado humilhante de assentamento, hiperinflação, e finalmente, o desemprego avassalador provocado internacionalmente pela grande depressão. Diante de tantas dificuldades, a sociedade alemã se encontrava cada vez mais fragmentada e polarizada. A representação antissemita, que já se fazia timidamente presente no parlamento alemão ainda antes da virada do século, começa a ganhar força a cada eleição. Até que no ano de 1919, quando surge o DAP, partido precursor do NSDAP, Hitler entra em cena. De acordo com o biógrafo, Ian Kershaw (2010), Hitler, aos 31 anos, era um frustrado estudante de arquitetura, obcecado leitor de revistas e livros antissemitas, que vivia da mesada da mãe em Berlim. Desprovido de qualquer projeto de vida aparente, afirma Kershaw (2010), o palco para o antissemitismo de Hitler se torna sua grande motivação.

Teria sido a visão que o austríaco formara da imprensa durante a adolescência que o levaria a procurar por artigos contra os judeus. Ao chegar em Viena, vindo do interior do país, Hitler ainda não se interessava pelo antissemitismo. Mas, a subserviência da imprensa dominante no tratamento da corte dos Habsburgos, além da difamação do Kaiser alemão, acabaria lhe aproximando do jornal sensacionalista *Deutsches Volksblatt*, famoso pela disseminação de seu preconceito contra o povo judaico (Mazower, 2013). Mais tarde, o futuro líder nazista se transfere para Berlim, para estudar arquitetura, e abrevia sua carreira estudantil para lutar pelo exército alemão na I Guerra Mundial.

Após o final do conflito, ainda no exército, Hitler descobre seu talento para a oratória ao participar, como instrutor, de um curso antibolchevique que tinha por objetivo inculcar sentimentos nacionalistas e antibolcheviques em antigos prisioneiros de guerra:

[...] (*Hitler*) descobriu imediatamente que era capaz de sensibilizar sua plateia e que o modo como falava tirava os soldados da passividade e do cinismo. Hitler estava em seu habitat... Quase que por acaso, descobrira seu talento maior. Como ele mesmo disse, era capaz de falar” (Mazower, 2013, p. 108).

Se o traço central de seu arsenal demagógico era o antissemitismo, em seus ferozes ataques aos judeus, entretanto, não fazia mais do que refletir sentimentos que na época já estavam disseminados entre os cidadãos alemães. A retórica do discurso nazista representava os judeus como um povo que teria se beneficiado da derrota militar e que tirava proveito da crise que a Alemanha enfrentava no pós-guerra.

Preso em 1923, envolvido na tentativa de golpe de Estado contra o governo, Hitler começa a escrever seu livro *Mein Kampf* (Minha Luta), que seria publicado em 1925, com o apoio do partido. No livro, estão alguns dos primeiros registros escritos do seu ódio contra os Judeus. Em seções como “O Povo e a Raça”, Hitler compara o povo judaico a “ratazanas ferozes” (Hitler, 1925, p. 287) e dispara: “Se os judeus fossem os habitantes exclusivos do

mundo, morreriam sufocados em sujeira e porcaria” (Hitler, 1925, p. 286). Em *Minha Luta*, o, a essa altura, líder nazista conclama os alemães a unirem-se contra aqueles que seriam os maiores inimigos da raça ariana, e alertava que o futuro de seu movimento dependeria do fanatismo da intolerância.

O apelo nacional-socialista pela recuperação econômica, prosperidade, restauração do orgulho nacional, poder, e o retorno à uma unidade nacional mítica que havia se estabelecido antes da I Guerra Mundial, aliado às alianças estabelecidas com os conservadores e com setores chave de elite, levaria Hitler ao poder em 1933 (Friedländer, 1997; Browning, 2013). “Os nazistas simplesmente combinaram os elementos discursivos que já estavam lá, prontos para o uso” (Blain, 1995, p.53).<sup>30</sup>

Foi a singular combinação da crítica racial alemã de Hitler sobre a modernidade aliada à necessidade de disciplina militante e organização, a recombinação de uma mística de sangue e solo alemães com movimentos modernos de massa e de técnicas militares que pavimentaram a estrada para a mobilização das massas e a realização da Solução Final (Blain, 1995, p 53).

Ao final de 1933, seu primeiro ano como Chanceler Alemão, as vendas de *Mein Kampf* já haviam ultrapassado os 920 mil exemplares e fizeram de Hitler um escritor milionário. O novo líder político estabelece, em um de seus primeiros atos, o Ministério de Esclarecimento Público e Propaganda do Reich, que seria capitaneado por Joseph Goebbels, antigo aliado e fã da oratória de Hitler. O ministério de Goebbels tinha o objetivo de reproduzir a mensagem nazista através da arte, música, teatro, filmes, livros, rádio, educação e jornais (Longerich, 2010; USHMM, 2019).

Na época, os comícios de massa eram peças fundamentais da propaganda nazista. Profundo admirador da oratória de Hitler e propagandista nato, Goebbels acreditava que “o motor de um movimento ideológico” não era “cognitivo, mas sim confessional” (Longerich, 2010, p. 90). Para ele, a essência da propaganda seria a simplicidade e a repetição, instrumentos que adotaria em larga escala, além de slogans marcantes e da concentração dos meios de propaganda em campanhas do tipo publicitárias, para disseminar as ideias de seu líder.

Logo na primeira semana em que Goebbels assume o ministério, faz uma série de reuniões com o objetivo de orientar sobre os novos rumos da mídia alemã. Primeiramente, reúne-se com os trabalhadores do rádio, para dizer que a principal tarefa de seus funcionários seria a “mobilização espiritual” (Longerich, 2010, p. 212). Ao falar para os representantes da

---

<sup>30</sup> Michael Blain, "Chapter 4: Group Defamation and the Holocaust," in *Group Defamation and Freedom of Speech: The Relationship between Language and Violence*, ed. Monroe H. Freedman and Eric M. Freedman (Westport, CT: Greenwood Press, 1995),

indústria cinematográfica, ele teria dito que a crise espiritual que se abatia sobre a indústria poderia ser superada através de uma reforma profunda, que trouxesse contornos étnico-nacionais mais fortes. Quando recebe a Associação de Imprensa Alemã, no dia 29 de março de 1933, ele diz que ela seria “[...] na mão do governo, uma espécie de piano que o governo pode tocar” (in Longerich, 2010, p. 214). No mesmo dia, é publicado no jornal do partido, o *Völkischer Beobachter*, um texto incitando a população a boicotar todos os comerciantes, médicos e advogados judeus, assim como suas mercadorias. A primeira série do tratamento de choque da chancelaria em relação à mídia seria finalizada com um discurso de Hitler para os correspondentes da mídia alemã, que seria compreendido, de acordo com o biógrafo de Goebbels, como um verdadeiro adeus à liberdade de imprensa.

Goebbels, que contava com relatórios de opinião pública semanais desde antes da chegada de Hitler ao governo, monitorava o avanço da campanha anti-judaica que envolvia todo o aparato do Estado. Professores judeus ou de pensamento dissidente foram sumariamente demitidos, substituídos e muitos, enviados para campos de concentração. O mesmo aconteceria com os intelectuais. No dia 10 de maio de 1933, depois de incentivar os estudantes a livrar os acervos das bibliotecas públicas de toda a literatura considerada “sórdida e infame”, ocorre a queima de parte desses livros em Berlim, enquanto Goebbels anunciava o fim do que chamaria, era do intelectualismo judeu. Nessa noite, em frenesi, os jovens atearam fogo a obras de Karl Marx, Leon Trótski, Heirich Mann, Erich Kästner, Sigmund Freud, Emil Ludwig Cohn, Theodor Wolff, Erich Maria Remarque, Alfred Kerr, Kurt Tucholsky e Carl von Ossietzky (Longerich, 2010).

Goebbels faria uma série de demissões nas emissoras de rádio, e enviaria, ainda em 1933, seus antigos diretores para campos de concentração. Assim como os professores e demais inimigos políticos, estes seriam os primeiros a serem mandados para essas prisões, onde muitos acabariam assassinados, ainda antes da implementação do extermínio judeu. Dispondo dos instrumentos legais, concedidos pelo governo, o Ministério também passou a controlar a atividade dos jornalistas da imprensa.

Em 1935, os judeus são primeiro impedidos de pertencer a Associação de Jornalistas Alemães e, depois, de ocuparem cargos como editores de jornais. Com isso, a voz judaica é calada na imprensa aberta alemã, ficando restrita ao âmbito da imprensa declaradamente judaica (Friedländer, 1997; Longerich, 2010). O controle de Goebbels contra os dissidentes faz com que, dos 3 mil jornais que havia na Alemanha ao iniciar o período de Hitler como Chanceler, 500 fossem fechados até 1936.



Mas as principais mídias dos anos que antecederam o Holocausto e a II Guerra Mundial, na Alemanha, eram o Rádio e o Cinema, e seus papéis são considerados fundamentais para o controle político e a disseminação da ideologia de Hitler (Bullock, 1962; Koepnick, 2002). O ministro via nelas, instrumentos para trabalhar o espírito e a moral da sociedade, e enquanto os comícios eram os principais meios de propaganda da ideologia nazista, se empenhou para tirar delas o máximo proveito. Um amplo sistema de alto-falantes, que alcançava praticamente todo o território alemão, seria instalado para reproduzir ao vivo o sinal das rádios que transmitiam os discursos de Hitler. Além disso, o ministério também fomentaria a disseminação do *Volksempfänger*, um aparelho de rádio grande e barato, que tinha por objetivo aumentar o número de ouvintes dessa mídia<sup>31</sup>. Até o final do ano de 1933, o Ministério da Propaganda alcançaria o controle total das empresas regionais de radiodifusão. Essas estações foram liquidadas e transformadas em emissoras do Reich.

Em junho de 1933, Goebbels cria o Banco de Crédito do Cinema, que passa a financiar os filmes selecionados pelo Ministério da Propaganda, e a Câmara Nacional do Cinema, que obriga todos os agentes da indústria cinematográfica a pertencer e obedecer a regulação que o órgão propunha para a atividade. O ministro, que passou a ser o censor de todos os filmes produzidos na Alemanha, havia manejado entrar de tal forma no ciclo de produção, que logo passa também a distribuir papéis, indicar diretores, avaliar roteiros e proibir filmagens. Filmes como *O Triunfo da Vontade* (1935), *Festival das Nações* (1938) e *Festival da Beleza* (1938), dirigidos por Leni Riefenstahl, são produtos desse esforço de Goebbels para glorificar Hitler e o Nacional Socialismo, além de promover o orgulho nacional e o sucesso do regime nazista nos Jogos Olímpicos de Berlim daquele 1938. Por outro lado, filmes como *O Eterno Judeu* (1940), dirigido por Fritz Hippler, representavam o ódio ao povo judeu, os apresentando como criaturas sub-humanas, parasitas ambulantes consumidos pelo dinheiro e pelo sexo.

A transformação do sistema midiático alemão em uma plataforma de transmissão das mensagens nazistas ainda contaria com a criação de um departamento de política externa, através do qual, Goebbels comandaria a propaganda do governo de Hitler no exterior. Além disso, os poderes de Goebbels possibilitariam que estendesse seus domínios, transmitindo as exigências da liderança nacional-socialista para o setor cultural. Diria ele em seu diário:

A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou não será nada (Goebbels, *in* Longerich, 2010, p. 219-220).

---

<sup>31</sup> Estima-se que, de 1933 para 1937 o número de ouvintes teria saltado de 4,5 milhões para 8,5 milhões (Longerich, 2010).

Dessa forma, o ódio propagado contra os judeus desestrutura completamente a sociedade alemã. Depoimentos de vítimas como Martha Appel (in Friedländer, 1997, p. 72-73) apontam que “a cada dia transcorrido sob o regime nazista, o abismo entre nós e nossos vizinhos aumentava. Amigos com quem tínhamos relações calorosas por anos não mais nos conheciam. De repente, descobrimos que éramos diferentes”. Há não ser por um breve intervalo, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Berlim, quando, por ordem de Hitler, a questão judaica seria refreada para não causar mais problemas com a mídia internacional, a campanha antissemita foi apartando cada vez mais a comunidade judaica dos alemães. Em 1937, ao falar sobre a guerra civil espanhola, Goebbels diria:

[...] Sem medo, queremos apontar o dedo para o judeu como o inspirador, o autor, e o beneficiário dessa terrível catástrofe: olhem esse é o inimigo do mundo, o destruidor de culturas, o parasita dentro das nações, o filho do caos, a encarnação do mal, o fermento da decomposição, o demônio visível da decadência da humanidade (in Friedländer, 1997, p. 247).

Entre 1933 e 1939, as políticas de emigração forçada haviam diminuído em mais da metade a população judaica da Alemanha, que caíra de 503 mil para 240 mil. (Mazower, 2013). No último ano antes da invasão da Polônia, a campanha antissemita é intensificada. No final de janeiro de 1939, Hitler afirma, em discurso transmitido para todo o país pelo rádio e pelo sistema de alto-falantes que, no caso de haver uma nova guerra mundial, os judeus da Europa seriam aniquilados (Mazower, 2013).

O clima ainda mais radical contra a comunidade judaica marcaria o início da investida bélica do Reich. No início da guerra, a imprensa divulga um decreto do Conselho de Ministros sobre medidas extraordinárias no rádio, onde escutar emissoras estrangeiras passaria a ser passível de punição, e disseminar essas notícias poderia levar até mesmo à pena de morte. Goebbels intensifica o trabalho de propaganda, concentrando as produções cinematográficas na temática do orgulho alemão e nas peças derogatórias sobre judeus. A propaganda promoveu como nunca o ódio contra as raças consideradas inferiores, especialmente os judeus, mas também os eslavos. Pouco antes de invasão da Polônia, a propaganda nazista dissemina notícias sobre atrocidades que os poloneses teriam infligido aos alemães moradores do país, “[...] sendo que, na maior parte dos casos, tratavam-se de histórias de terror inventadas ou extremamente exageradas” (Longerich, 2010, p. 404). Durante a invasão, o ministro da propaganda é orientado por Hitler a provocar o sentimento de ódio contra os poloneses de dentro do aparelho do Estado e também na própria população.

Dentro do Reich, Goebbels vinha insuflando sentimentos anti-poloneses, contando histórias assustadoras sobre o sofrimento dos alemães étnicos. Em 11

de agosto, ele declarou aos editores de jornais que ‘a partir de agora, a primeira página deve conter notícias e comentários sobre as ofensas da Polônia ao *Volksdeutsche* e todos os tipos de incidentes que mostrem o ódio dos poloneses a tudo o que é alemão’ (Mazower, 2013, p. 107).

O ministério de Goebbels, sempre com o apoio de Hitler, a partir daquele ano, investiria ainda mais em campanhas como as que se destinavam a fomentar o ódio aos inimigos da Alemanha, como a Inglaterra e os Estados Unidos (Longerich, 2010), vinculando sempre as supostas associações entre esses países e a comunidade judaica. A propaganda alemã ultrapassava as fronteiras germânicas. Letões, lituanos, ucranianos, romenos e poloneses, já cheios de ódio pelos bolcheviques, punham a culpa por seu sofrimento em seus vizinhos judeus.

No fim de março de 1941, entusiasmado com o resultado parcial do conflito, Hitler falaria aos seus mais altos comandantes sobre uma “guerra de aniquilação” – uma guerra “entre duas ideologias” – em que as regras normais já não mais se aplicariam. (Mazower, 2013, p. 186). A escalada do ódio e do antissemitismo começava a entrar em seu momento mais macabro.

Finalmente, no dia 12 de junho, menos de quinze dias antes da invasão, saíram as ‘Diretrizes para a Conduta das Tropas na Rússia’, segundo as quais a guerra era apresentada como uma luta de vida ou morte contra uma ideologia, não um Estado. O bolchevismo era descrito como ‘o inimigo mortal do povo nacional-socialista alemão’, e a luta contra ele ‘exige medidas cruéis e enérgicas contra os agitadores bolcheviques, os irregulares, os sabotadores e os judeus, e a erradicação total de qualquer resistência ativa ou passiva’ (Mazower, 2013, p.189).

O avanço alemão sobre a Rússia demonstrou o extremismo com o qual os nazistas haviam decidido tratar a questão racial. De acordo com Mazower (2013), a violência com que as tropas alemãs entram em território russo não poderia ser comparada a nada do que houvesse acontecido até então, nem mesmo à Polônia. A imagem que os alemães faziam dos soldados do Exército Vermelho era confusa e irremediavelmente racista. Às vezes a culpa era da pernicioso influência dos judeus, mas com frequência, especialmente nas primeiras fases da guerra, era também dos “mongóis”, dos “tártaros” e de outros representantes das hordas “asiáticas” das quais os nazistas acreditavam estar salvando a Europa (Mazower, 2013, p. 207).

Com o início da guerra na Rússia, já em 1941, Goebbels teria instruído a imprensa a fazer da frase “A culpa é dos judeus” o lema da imprensa alemã. O conjunto de mídia do país passaria a divulgar com ainda mais veemência o ódio antissemita, agora sob pena de pesadas represálias.

A identificação dos judeus com a estrela de Davi, que também deve ser considerada como um ato de ódio, foi ideia de Goebbels e está registrada, em seu diário, do dia 12 de agosto

de 1941. Não que os judeus ainda não possuíssem um cartão de identidade próprio, e isso já acontecia desde 1933, mas a identificação apartaria definitivamente o sentimento de pertencimento que ainda podia restar entre os judeus sobre a pátria alemã. Menos de duas semanas depois, aprovada por Hitler, a estrela é implementada e os judeus são destituídos moralmente do que lhes restava de sentimento de dignidade (Friedländer, 1997; Longerich, 2010; Mazower, 2013).

A partir da invasão da Rússia, a guerra acabaria tomando outros rumos e o fracasso das tropas alemães passa a ser escondido pelo aparato de propaganda. A frustração e a incerteza sobre o futuro do conflito funcionam como pólvora sobre o sentimento de ódio antissemita. No dia 6 de abril de 1943, Goebbels escreve em seu diário: “Nós vamos agitar de tal modo a propaganda antissemita que, como no tempo da luta, a palavra ‘judeu’ voltará a ser pronunciada com o tom devastador que merece” (Longerich, 2010, p. 533). Naquele ano de 1943, a mídia alemã passaria a transmitir a ideia de que seria preciso exterminar os judeus, para não ser exterminado por eles. *Der Angriff*, em 4 de maio publica uma matéria afirmando que o objetivo dos judeus era o aniquilamento da Alemanha. Cinco dias depois, é a vez de um artigo de Goebbels ser publicado na revista *Das Reich*, que marcaria o auge da campanha antissemita e deixaria claro o objetivo alemão sobre o extermínio:

Pode ser que tenhamos que tomar decisões sérias, mas isso é irrelevante em comparação com tal ameaça. Pois esta é uma guerra de raças. Foi iniciada pelo judaísmo e, à sua maneira e conforme o seu plano, não persegue senão o objetivo de aniquilar e exterminar o nosso povo (in Longerich, 2010, p. 534).

O Holocausto marca um terrível encontro de elementos. Deles, sem dúvida, a ideologia racista foi o mais determinante. Mas a apropriação ideológica do aparato de comunicação disponível por parte do governo, e a sua exploração dedicada e pragmática, também foram fundamentais para os resultados que a campanha de disseminação do ódio de Hitler obteve. Através do trabalho de seu ministério de propaganda, Hitler conseguiu destituir o povo judeu de sua dignidade frente aos cidadãos e ao exército alemão; potencializou o nacionalismo, baseado na mítica da superioridade racial, que unificaria os alemães em torno da ideia de reconquistar seu pretensível lugar no mundo; e foi capaz de levar seu devaneio antissemita às últimas consequências.

### 3.3 Ruanda

Em 7 abril de 1994, um dia depois do avião onde viajava o presidente do país, Juvenal Habyarimana ser derrubado, alegadamente, por integrantes da Frente Patriótica de Ruanda (RPF), teve início o genocídio mais intenso da história moderna. Em cem dias, estima-se que entre 850 mil e 900 mil tutsis tenham sido assassinados, em uma faixa de terra equivalente à soma da região metropolitana de Porto Alegre com o Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul<sup>32</sup>.

Cercada por Zaire a oeste, Burundi ao sul, Tanzânia a leste e Uganda ao norte, Ruanda, um dos menores e mais pobres países da África, havia sido colônia alemã até o final da I Guerra Mundial, quando então passaria para o domínio Belga. Durante esse período, as duas principais castas do país estiveram estabelecidas da seguinte maneira: os *Hutus* formavam a maioria da população, cerca de 80%, e eram essencialmente agricultores; e os *Tutsis*, em menor número, 15 %, eram criadores de gado e pertenciam à casta do Rei, também, por isso, considerados a “elite” Ruandesa. Ainda havia uma pequena minoria, cerca de 5% da população, pertencente à tribo *Twa* (Keane, 1995; Mamdani, 2001; Hatzfeld, 2005; Strauss, 2008). A maioria dos estudos sobre o genocídio de Ruanda aponta para o fator racial como determinante para o desencadeamento dos assassinatos. No entanto, os estudos de Strauss (2008) e Mamdani (2001), sugerem que essa racionalização tenha sido precipitada e imprecisa. Para ambos, o que teria determinado a ocorrência do genocídio teria sido o uso do fator racial pelos agentes políticos interessados em manter o poder.

De acordo com Fergal Keane (1995), jornalista da BBC e um dos primeiros repórteres a chegar em Ruanda, já nos últimos dias dos assassinatos, a divisão racial de Ruanda tem origem controversa e não traduziria com exatidão o processo de formação social. Segundo o autor, os verdadeiros habitantes nativos da região seriam os *Twas*, caçadores e coletores pigmeus que viviam do que a floresta lhes provia. Tanto *Hutus*, quanto, *Tutsis*, somente teriam chegado ao país depois de sucessivas ondas migrações, como também ocorreu com os vizinhos Burundi e Uganda. Assim como nesses países, os *Tutsis* de Ruanda tinham na pecuária sua atividade tradicional, enquanto os *Hutus* se ocupavam da agricultura.

Essa divisão de culturas, aos poucos, teria favorecendo os pecuaristas, afirma Keane (1995). Eles tinham, no gado, uma moeda de maior valor, capaz de ser trocada pelo trabalho na terra dos *Hutus* e, com isso, passaram a dominar boa parte do território do país. O autor lembra,

---

<sup>32</sup> O Estado do Rio Grande do Sul é territorialmente mais de dez vezes maior que Ruanda, com 280 mil km<sup>2</sup> contra pouco mais de 26 mil km<sup>2</sup> do país africano.

no entanto, que essa divisão não era estática. Ao longo dos anos, afirma, muitos tutsis perderam seus negócios e se transformaram em agricultores, adquirindo a identidade hutu, enquanto muitos hutus conseguiram entrar no ramo da pecuária e adquiriram a identidade tutsi. Da mesma forma, os casamentos entre esses dois grupos eram bastante comuns, o que demonstra a pouca importância da questão racial na era pré-colonial (Mamdani, 2001; Strauss, 2008).

No entanto, com o passar do tempo, estabeleceu-se uma distinção social entre pecuaristas, detentores das maiores riquezas, e os agricultores. E um dos elementos que seria explorado nessa distinção foi a questão racial. Assim, as características da maioria passaram a representar o todo para ambos os casos. Assim, a maior altura, o nariz mais afinado e a pele levemente mais clara dos Tutsis, passaram a ser associadas à elite econômica, enquanto os Hutus seriam representados pelas características opostas.

Por muitos anos, esses elementos atuaram na sociedade de Ruanda, até que o Império Alemão “conquista” o país na segunda onda de colonização europeia, durante o século XIX. O *status quo* não interessava ser alterado pelos colonizadores. Assim, o rei Tutsi e a elite pecuarista receberam tratamento diferenciado dos Hutus, enquanto o distanciamento e a tensão entre as duas classes foi se conformando em algo mais pernicioso. Até que, com o fim da I Guerra Mundial, os espólios da Alemanha foram divididos, e Ruanda, então ocupada pelas tropas Belgas, caiu na mão daquele império. Da mesma forma que os alemães, os belgas não se interessaram em alterar a ordem política. Ao contrário, algumas medidas, ainda mais segregacionistas, foram tomadas. Entre elas, a emissão de carteiras de identificação, onde os indivíduos passaram a ser classificados de acordo com a casta a qual pertenciam. Esse tipo de situação acabou acentuando os sentimentos de inferioridade e superioridade em ambos os lados da população e aumentando a tensão já existente até que a onda de democratização chega ao continente africano, no final dos anos de 1950. Quando os Belgas entendem que, no caso da implementação de um processo eleitoral democrático, a vitória esmagadora seria dos Hutus, eles mudam de lado, abandonam a elite tutsi e passam a organizar o processo de transição junto da Igreja e da elite Hutu.

Após a morte do rei Tutsi Mutara Rudahigwa, em 1959, uma violenta revolução Hutu toma proveito do desequilíbrio político e dá início a um grande êxodo, onde a antiga elite tutsi, fugindo da violência causada pelos anos de segregação, parte em massa para países como Tanzânia, Burundi, Congo e Uganda (Keane, 1995; McDoom, 2013). Em 1962, Ruanda se tornaria oficialmente uma República, elegendo seu primeiro presidente, o hutu Gregoire Kayibanda. Os exilados tutsis, no entanto, não deixariam barato a perda do poder, e lançariam, entre 1962 e 1967, uma série de ataques contra a nova república Hutu. Em resposta, o governo

Kayibanda organiza comitês locais de defesa, que passam a atacar, em represália, civis da minoria Tutsi que ainda moravam em Ruanda (Hatzfeld, 2005).

Durante a década de 60, quase trinta anos antes do genocídio de 1994, um jovem Ruandês fora perguntado sobre a luta entre Tutsis e Hutus que acontecia no país. Em resposta, afirma que os elementos das duas etnias não deveriam ter contato porque haveria muita tensão entre eles, além de um sentimento de que o outro, a outra etnia, não deveria existir (Schmidt, in Häsler, 1073). Para o entrevistador, Carl Schmidt (in Häsler, 1973, p. 170), a rivalidade e a hostilidade não poderiam ser comparadas ao ódio verificado na resposta do ruandês, porque permitiriam sempre um mínimo de coexistência humana, ao passo que “[...] o ódio aponta para o extermínio”.

Em 1973, a repercussão sobre o país vizinho, Burundi, que era dominado pela elite tutsi, ter colocado em marcha, no ano anterior, um processo de “limpeza” intelectual, onde, estima-se foram mortos de 100 mil a 200 mil hutus, entre empregados do governo, comerciantes, mas principalmente, professores, estudantes universitários e de ensino médio, leva os Hutus de Ruanda a protestarem em todo o país exigindo a expulsão dos Tutsis das universidades e escolas de ensino médio. A segregação se espalha para os setores público e privado, vários Tutsis são assassinados, e, aproveitando-se da instabilidade criada, oficiais do exército de Ruanda do norte e sul do país, derrubam o governo Kayibanda e colocam em seu lugar o General Juvenal Habyarimana (Keane, 1995; McDoom, 2013).

Com ele na liderança do país, a perseguição e o assassinato de Tutsis foram reduzidos, mas a discriminação e o uso da imagem da casta como bode expiatório para explicar os problemas pelos quais passava o Ruanda tornaram-se cada vez mais frequentes (Keane, 1995). Enquanto o general, sua família e seus amigos desviaram recursos provenientes de ajuda humanitária para contas no exterior, o ódio contra a minoria Tutsi aumentava cada vez mais entre a população.

De economia tradicionalmente agrícola, Ruanda sofreria um duro golpe em 1989, com a queda dos preços internacionais da sua principal commodity, o café. Aliado a isso, havia uma já economicamente desgastada comunidade rural, intolerante em relação à minoria Tutsi e a ameaça, não mais de milícias, mas de um exército formado por Tutsis exilados e treinados em Uganda chamado “Frente Patriótica Ruandesa (RPF)” (Strauss, 2008). Em 1990, esse exército finalmente invadiria Ruanda, iniciando uma guerra civil que duraria três anos e gerando, como resposta, o sistemático aumento da propaganda de ódio contra os Tutsis, além da criação da milícia *Interahamwe* (aqueles que permanecem juntos), para somar-se ao efetivo militar do país em defesa do governo Hutu.

Em 1991, enquanto a RPF avançava, os comícios políticos em Ruanda passaram a consistir basicamente de ameaças à população tutsi (Strauss, 2008). Nas universidades, professores escreviam histórias sobre horrores atribuídos à minoria (Hatzfeld, 2003). Para Fergal Keane (1995), a propaganda de ódio que então passou a circular em rádios e jornais do país constituiu um verdadeiro processo de lavagem cerebral, destinado a acostumar os cidadãos com a ideia de um extermínio dos tutsis do país. O discurso do ódio entra na ordem do dia nos principais meios de comunicação do país, as rádios “Rwanda” voz oficial do governo, e, principalmente, da *Radio e Television Libre de Miles Colines*, a RTLMC. Além dos comunicadores e dos programas ao vivo, as músicas também carregavam mensagens de ódio.

Como a maioria dos habitantes de Ruanda, um país pobre e educado precariamente, praticamente não tinha acesso a televisão, e pouco dinheiro tinha para comprar jornais. Ainda assim, aqueles impressos que circulavam nas principais cidades também reiteravam a propaganda de ódio. Entre os epítetos mais utilizados para se referir aos inimigos dos hutus, inicialmente, estavam adjetivos desumanizantes, como “baratas”; enquanto anunciantes utilizavam-se de *jingles* e *cartoons* bem-humorados para pedir abertamente a destruição da minoria tutsi (Hatzfeld, 2003). É o que diz o depoimento de um dos sobreviventes do genocídio, Innocent Rwililiza:

Aqueles senhores eram artistas famosos, grandes cômicos virtuosos. O que eles disseram era tão inteligentemente colocado, e repetido tão frequentemente, que nós, Tutsis, da mesma maneira, achávamos graça em ouvi-los. Eles clamavam pelo massacre de todas as baratas, mas de forma divertida. Para nós, Tutsis, aquelas palavras espirituosas eram hilárias. [...] Nós ficamos tão acostumados àquelas coisas que nós não percebíamos mais as suas horríveis ameaças (in Hatzfeld, 2003, p. 50).

Em 1993, o acordo de Arusha foi selado, estabelecendo a paz entre Ruanda e Uganda, que apoiava a RPF. Forma-se um governo de transição, composto por Tutsis e Hutus, ainda tendo à frente Habyarimana. Entretanto, a tensão entre as duas castas permanecia altíssima e a propaganda nas rádios era cada vez mais forte. A RTLMC transmitia não apenas os jingles bem-humorados, mas listas de nomes de pessoas que deveriam ser mortas e incentivava abertamente o extermínio de Tutsis. (Keane, 1995). Até que, em 6 de abril de 1994, o avião do presidente é abatido.

De acordo com Scott Strauss (2008), há vários mecanismos que podem ter contribuído para o uso do elemento racial como pretexto para o genocídio em Ruanda. Entre eles, a desumanização; a antipatia; o comprometimento ideológico e os efeitos midiáticos. Além disso, afirma, é preciso considerar a relação entre necessidade e violência, que justificaria que indivíduos em estado de extrema privação buscassem dignidade a qualquer custo.



Mas depois de analisar diversos trabalhos, como o de Yanagisawa-Drott (2014), que estressa o papel das rádios no genocídio ao contabilizar as mortes em regiões divididas de acordo com o alcance das transmissões, Strauss (2008) sugere que o principal fator que poderia ser relacionado, termos cronológicos e geográficos, pelo desencadeamento do genocídio, seria o apoio ou a filiação ao partido do governo. “No mínimo, os resultados sugerem que, de alguma forma, os comprometimentos políticos e alianças levaram à participação imediata” (Strauss, 2008, p. 61).

Esse argumento foi confirmado por entrevistados de sua tese de doutorado, Hutus e Tutsis, que afirmaram ter tido contato com a notícia do início da matança como uma violência entre partidos. As entrevistas conduzidas por Strauss (2008, p. 123) revelam também, que antes do genocídio, nas disputas políticas do país africano, era comum que jovens atirassem pedras nos líderes dos partidos opositores, rasgavam bandeiras, “e como as rivalidades políticas escalavam, ocasionalmente, para brigas e assassinatos”.

Da mesma maneira que Scott Strauss (2008), Mohamed Mamdani (2001), acredita que o fator determinante para o genocídio tenha sido político, e não racial. Depois de analisar profundamente a história do país, o autor sugere que a construção das identidades Hutu e Tutsi fora uma questão política. Mamdani (Op. cit.) sustenta seu argumento a partir de elementos históricos da era pré-colonial, como a existência de mobilidade social, em que os indivíduos “trocavam” de casta ao moverem-se para cima ou para baixo da pirâmide; a taxa de casamentos inter-raciais, que apontava para não haver restrição alguma por parte dos dois grupos, e assim por diante.

Em relação à linguagem, como veremos em nossa análise dos discursos da campanha presidencial no Brasil de 2014, não existe uma prerrogativa racial para o uso de propaganda de ódio a partir de epítetos desumanizadores, como chamar os oponentes de baratas, ratos, cobras, burros ou antas, por exemplo. Tais epítetos, de fato, se reproduziram, nos discursos, nas rádios, nas músicas e jornais de Ruanda, ainda que, de acordo com Strauss (2008, p. 158), suas entrevistas tenham revelado que “a linguagem de ameaça, perigo e guerra foi muito mais prevalente que qualquer metáfora sub-humana”. O que estava em jogo, portanto, nem de longe se tratava de supremacia racial, mas de poder político.

### **3.4 Estado Islâmico**

Por quase 1300 anos, governos Islâmicos lideraram Estados de proporções que variavam, desde cidades fortificadas, até nações continentais. No início do século XX, essa

influência ainda era bastante sentida, e o Império Otomano exercia a liderança do mundo Islâmico na pessoa do Califa Abdul Mejid II. Derrotado na I Guerra Mundial, o Império teria dividido seus domínios entre França e Inglaterra. O novo governo turco, estabelecido na região da Anatólia, declarou-se secular e pôs fim ao Califado. “Em ambos os termos, simbólicos e práticos, o Estado Islâmico morreu em 1924” (Noah Feldman, 2008, p. 2).

Noventa anos depois, em junho de 2014, surgiu, no Iraque, a ideia de um novo Califado, que iria reunificar as terras que um dia estiveram sob domínio do Islã e devolver a supremacia político religiosa perdida para o ocidente e o Cristianismo. Seu exército era dissidente da al-Qaeda, seus métodos de atuação consistem no uso da violência e na divulgação de vídeos de decapitações, apedrejamentos e crucificações, e seu financiamento era obtido através do domínio de poços de petróleo e da venda da matéria prima no mercado negro, além do roubo de bancos e doações particulares.

O grupo de jihadistas, formado por um exército de entre 15 e 20 mil homens, passou a perseguir ferozmente os muçulmanos xiitas, Cristãos iraquianos e outras minorias, entre elas os curdos e os yazidis. Em agosto daquele ano, os Estados Unidos anunciam uma ação contra os insurgentes para devolver o controle da região ao governo Iraquiano. Por meio de ataques aéreos, passaram a bombardear as linhas do Estado Islâmico, enquanto a ONU reconhecia oficialmente o risco de genocídio contra a minoria yazidi, e lançava um alerta para a comunidade internacional. Uma coalizão liderada pelos americanos foi formada, incluindo Inglaterra, França, Austrália e Bélgica, além de estados árabes como Arábia Saudita, Jordânia, Barein e Catar.

Surgido a partir de uma reorganização de grupos jihadistas no Iraque, e estendendo, mais tarde, seus domínios para a Síria, o grupo Estado Islâmico - ISIL, ISIS ou *Daesh* - é considerado, atualmente, a maior ameaça terrorista em todo o mundo. Dois fatores são chave para justificarem esse status: o primeiro, é a arrecadação e o financiamento: o grupo domina regiões onde estão localizados produtivos poços de petróleo, que é contrabandeado e vendido no mercado negro, gerando, em média, US\$ 2 milhões por dia para os combatentes. O segundo, é a maestria com que explora as possibilidades midiáticas surgidas com a internet: atuando em dois eixos principais, o grupo dissemina, de um lado, o ódio e o terror, e, de outro, a ideia utópica de uma vida revolucionária comum, normalizada, que tem por objetivo conquistar apoiadores através das mídias sociais. Para isso, explorava alguns fatores que estão associados ao envolvimento das pessoas em atividades terroristas, como a alienação ou privação de direitos; insatisfação e percepção de que a atividade política convencional não tem utilidade

para melhorar sua própria vida; identificação com grupos vítima; e a crença de que engajar em violência contra o Estado não é imoral (Lieberman, 2017).

O grupo acreditava que o mundo estaria cada vez mais dividido entre dois campos, um que seria do Islã e da fé, e outro, o dos infiéis. Decapitações, execuções em massa de prisioneiros, mulheres tomadas como escravas sexuais e estupradas, crianças na linha de combate, além da destruição de sítios históricos, foram as manchetes sobre os primeiros meses de existência do Estado Islâmico. De junho a dezembro de 2014, o grupo causaria a migração de quase 2 milhões de pessoas, além da morte de mais de 20 mil iraquianos, entre soldados do exército, prisioneiros de guerra e infiéis. Explorando as frequentes execuções por decapitação de seus prisioneiros, que eram distribuídas na internet em vídeos com captura e edição profissional, o grupo ganhou notoriedade, inicialmente, pela crueldade com que tratava os inimigos.

Essa característica, que se tornaria uma das marcas registradas do grupo, teria sido herdada do fundador do Estado Islâmico do Iraque, Abu Musab al-Zarkawi. O líder costumava decapitar seus inimigos quando lutava pela Al-Qaeda, no início dos anos 2000. Mas a crueldade não estava restrita aos infiéis ou representantes do mundo ocidental. Al-Zarkawi teria sido influenciado pela doutrina do Wahabismo, uma radical, exclusionista e puritana interpretação dos fundamentos do Islamismo, que permitia com que muçulmanos fossem executados, quando considerados infiéis ou apóstatas, por suas opiniões não estarem de acordo com as do Califa (Gattes & Podder, 2015).

Procurando estabelecer o Isis como o grupo mais importante do cenário jihadista, além de conquistar legitimidade perante uma parcela jovem e desiludida da comunidade muçulmana, a aplicação do *Takfir*, uma declaração de remoção do muçulmano da comunidade islâmica (Sorenson, 2014), e sua posterior execução, seria implacável e constituiria um dos principais pilares de atuação do grupo. A lista desses apóstatas era encabeçada pelos Xiitas, que foram ferozmente perseguidos no Iraque e, quando capturados, tinham como opção a conversão ou a morte – enquanto, para os católicos, por exemplo, havia uma terceira possibilidade: o pagamento de taxas para que permanecessem nos territórios dominados pelo grupo jihadista. Conforme o pesquisador Daniel Byman (2015, p. 171), o Isis considera os grupos muçulmanos dissidentes “piores que os infiéis e acredita que a luta contra os não-muçulmanos deve esperar até que as minorias religiosas sejam purgadas do corpo muçulmano”.

A intolerância, ainda maior, dentro do universo muçulmano, revela uma atenção especial para a necessidade de diferenciação do ISIS em relação a grupos jihadistas similares, como a al-Qaeda e o Hamas (Sorenson, 2014; Gates & Podder, 2015). Essa necessidade lembra,

em parte, a competição entre partidos, sob o guarda-chuva do mesmo campo ideológico, em democracias ocidentais, como no Brasil. Da mesma forma que os partidos políticos, o grupo buscava a conquista de apoiadores e a legitimação como a nova liderança política - muçulmana - para as tradicionais fontes de patrocínio que, no caso das atividades da jihad, era proveniente de países do Golfo Pérsico como Kuwait, Catar e Arábia Saudita (Byman, 2015).

O primeiro grupo jihadista a utilizar a internet foi a Al-Qaeda, mas não com a maestria apresentada pelo ISIS. O Estado Islâmico, quando surge, já havia desenvolvido um efetivo e eficiente sistema de propaganda virtual. Através de seu braço midiático, o *al-Hayat*, gerenciava sua própria estação de rádio, a al-Bayan, baseada em Mosul; uma estação de TV via satélite, a Tawheed, baseada na Líbia; editava e publicava na internet a revista Dabiq; além de abastecer websites e produzir e distribuir vídeos de qualidade profissional. Baseado na Síria, o Al-Hayat empregava jornalistas, cineastas, fotógrafos e editores que trabalhavam com a mais alta tecnologia e com a ajuda de operadores qualificados.

Nos primeiros meses de atuação, a estratégia midiática adotada pelo Estado Islâmico dizia muito sobre seu objetivo. Grande parte de suas publicações utilizavam como língua oficial o Inglês, com tradução para outros idiomas como o Francês, Alemão, Russo e Árabe. O conteúdo dessas publicações apresentava atualizações sobre o campo de batalha, relatórios administrativos, comentários religiosos, tinha o claro objetivo de legitimar o grupo como maior representante Islâmico na jihad (Gambhir, 2014). Ao contrário de publicações da al-Qaeda, que incentivavam terroristas que já viviam no Oeste a praticarem atos do tipo lobo-solitário, a Dabiq, conclamava todos os Muçulmanos a apoiar o grupo e, principalmente, emigrar para o campo de batalha para fazer parte das fileiras de combatentes. O uso da internet e de linguagens nativas do ocidente confirma que o grupo estava em busca de uma base de apoiadores que pudesse ser formada além das fronteiras do mundo árabe (Gambhir, 2014; Gates & Podder, 2015). Uma estratégia que deu resultado. Ao final de 2014, o grupo contava com aproximadamente 31 mil soldados, sendo que, destes, 14 mil vinham de países de fora da Europa, e mil, tinham nacionalidade europeia. Em agosto de 2015, o número de combatentes estrangeiros já chegava a 20 mil (Gates & Podder, 2015) e, de acordo com o governo americano, em março de 2017, esse número havia ultrapassado a faixa de 40 mil indivíduos, provenientes de mais de 110 países (Blanchard & Humud, 2018).

A Dabiq teve 15 edições e durou de junho de 2014 a julho de 2016. Em suas primeiras publicações, apresentava o Isis como uma instituição política, um verdadeiro Estado em formação, e sustentava sua argumentação através de uma lógica característica ao Islamismo, que mistura ideologia e religião (Gambhir, 2014). Somente mais tarde passaria a estimular a

ação terrorista do tipo lobo-solitário no exterior (Byman, 2015). Além do conteúdo gráfico e da diagramação cuidadosa, o tipo de discurso utilizado pela revista era articulado e bem elaborado, denotando um cuidado especial com o raciocínio lógico do leitor, mostrando que a produção de conteúdo era feita por indivíduos de intelectualidade bem desenvolvida, e se destinava a atingir pessoas capazes de acompanhar esse tipo de racionalidade. Ainda que uma das formas de ataque do grupo, encontrada nos textos da Dabiq, fosse a ridicularização dos seus adversários (Gambhir, 2014), “a maioria dos produtos de propaganda são sobre o Estado Islâmico fornecendo governança, justiça e nova construção” (Gates & Podder, 2015, p. 109).

A segmentação de conteúdo era uma das estratégias de propaganda ISIS. De um lado, estava a face do terror, com crianças segurando cabeças decapitadas; de outro, imagens mais amigáveis ao ocidente, como militantes segurando potes de Nutella. Os filmes, com o uso de truques de produção e efeitos especiais no estilo Hollywood, enquadravam os terroristas como heróis, vivendo uma vida desejável, e utilizavam todos os argumentos possíveis para conquistar os jovens, até mesmo passando a ideia de que lutar pelo Isis seria como jogar um vídeo game na vida real (Lieberman, 2017). De fato, o ISIS chegou a apresentar uma versão para o famoso jogo de vídeo game, *Grand Thief Auto*, onde a ação era realizada por combatentes do ISIS contra os infiéis e os cruzados.

Muitos dos comandantes e recrutas do Estado Islâmico são experts em tecnologia. A linguagem de códigos, utilizada para escrever programas de software ou colocar informação na html “é familiar para eles como o seu idioma materno” (Atwan, 2015, p. 15). Como resultado, o sucesso que o grupo fez no mundo online foi muito grande. A maioria das pessoas atraídas pela mensagem do grupo estavam na faixa dos 20 anos, gente que chegava a ficar, em média, mais de 19 horas por semana na Internet (Atwan, 2015).

O uso de websites protegidos pelas redes virtuais privadas (VPN's), que escondem os endereços IP e criam localizações falsas para a hospedagem, era uma preocupação constante para manter o anonimato. Quando acessados por navegadores anônimos como o *Tor*, desenvolvido pela inteligência da Marinha americana, a tarefa de controlar ou encontrar os indivíduos que publicavam ou acessavam esse conteúdo, se tornava praticamente impossível. Um dos aprendizados que o ISIS trouxe da militância online da al-Qaeda, depois que o seu *Youtuber* de maior sucesso, Anwar al-Awlaki, responsável pela postagem de milhares de vídeos que incentivavam o terrorismo, foi identificado, localizado, e morto por um ataque de drones, em 2011 (Lieberman, 2017).

A forma como o grupo utilizava as mídias sociais era bastante similar a dos ocidentais. Posts no Tweeter, Instagram e Whatsapp, principalmente, procuravam mostrar uma vida

ordinária para os padrões ocidentais. Valores modernos, como a diversão com jogos de vídeo game, o cuidado de animais de estimação, fotos de culinária, dividiam os *feeds* dos integrantes do grupo com imagens do campo de batalha e reproduções do Alcorão. A máquina de propaganda do ISIS ainda produz cerca de 90 mil posts no Twitter, YouTube, Facebook e outras plataformas de mídia social, por dia. O Twitter é a principal plataforma, com algo em torno de 46 mil contas que são utilizadas pelos apoiadores do grupo.

Para Stern e Berger (2015) através do uso das mídias sociais, o ISIS tem dois objetivos principais: potencializar a moral dos seus apoiadores e espalhar o terror entre seus adversários. Em uma de suas ações, os websites do grupo junto com as principais fontes de conteúdo das mídias sociais jihadistas, coordenadamente, publicaram pedidos explícitos para que seus seguidores utilizassem todas as mídias possíveis, para divulgar seus testemunhos sobre a vida em contato com as mensagens do ISIS, como forma de gerar um movimento mundial para a intimidação dos infieis. Hoje, é comum que combatentes compartilhem vídeos chamativos nas mídias sociais, as vezes diretamente do campo de batalha, e engajem em sofisticadas campanhas de relações públicas – até mesmo ‘sequestrando’ hashtags como #WorldCup2014 e outras (Atwan, 2015; Byman, 2015) para propagar suas mensagens. O conteúdo é rapidamente compartilhado por uma legião de seguidores, que realizam, dessa forma, o *crowdsourcing* da jihad.

Além da militância de mídia social, o ISIS tem um braço de inteligência hacker chamado *Cyber Caliphate*, que já conseguiu invadir, até mesmo, as plataformas sociais administradas pelo Comando Central do Governo Americano, que supervisionam operações militares no Iraque e na Síria. Esse comando chegou a ter mais de 110 mil seguidores no Twitter, pouco antes de ter sua conta fechada, em 2015. As ações do *Cyber Caliphate* levaram o governo da França a divulgar um comunicado, também em 2015, que teria sido alvo de, pelo menos, 25 mil ataques digitais, originados de 27 grupos de hackers que se diziam representantes do Estado Islâmico (Lieberman, 2017). Para Lieberman (Op. cit.), essa expertise confere uma grande vantagem, no campo de batalha, para os combatentes do grupo, que conseguem antecipar movimentos, possibilitando a evasão ou realização de emboscadas; além de se apresentar como uma perigosa ameaça à proposta de guerra cibernética que o governo americano e os seus aliados propõem, especialmente na questão dos controles de *drones* e mísseis teleguiados.

### 3.5 Polarização político-partidária no Brasil

A divisão e o conflito não são nenhuma novidade na política e na mídia brasileira. Ao contrário, acompanham o desenrolar de nossa história, pelo menos, desde os tempos do Império. Campanhas negativas, por parte de políticos de oposição, e uma imprensa tomando partido, são constantes durante os últimos anos de reinado de Dom Pedro II (Lira, 1977; Barman, 1999; Schwarcz, 1999; Carvalho 2007).

Mas é com o fim da II Guerra Mundial, quando entram em disputa pelo poder, Estados Unidos e União Soviética, que a moderna polarização ideológica começa a ser percebida por aqui. Os anos de 1947 e 1948 marcam o posicionamento do país pelo lado americano, com a declaração de ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética. Os dois atos aconteceram sob a presidência do Marechal Eurico Gaspar Dutra, que havia sido eleito em 1946. Segundo Élio Gaspari (2014), tais ações deveriam significar um duro golpe na organização da esquerda nacional, mas o socialismo, com o apoio dos trabalhadores e dos sindicatos, fortaleceu-se e começou a influenciar com maior força a opinião pública. Em contrapartida, o pensamento da direita Gáspari (2014, p. 211) chama a atenção, se construía como “uma utopia planejadora, centralista, acompanhada por uma visão catastrofista da desordem administrativa e do caráter errático do voto popular”.

Quando Getúlio Vargas assume a presidência em 1951, desta vez eleito pelo voto popular, passaria a enfrentar a dura oposição de seu antigo inimigo político do tempo do Estado Novo, o conservador e anticomunista Carlos Lacerda. Quando o então Ministro do Trabalho, João Goulart, concede um aumento de 100% para o salário mínimo, em fevereiro de 1954, os militares, apoiados por Lacerda, respondem com um manifesto à nação, gerando a crise que levaria à demissão de Goulart. A pressão política – e midiática – sobre o governo de Vargas culmina com a abertura do processo contra o presidente, acusado de ser o mandante de uma tentativa de assassinato contra Lacerda, e que levaria ao seu suicídio.

Após a morte de Vargas, um novo momento de conflito político-ideológico iria acontecer quando o Presidente Jânio Quadros, na tentativa de estreitar os laços entre o Brasil e Cuba, recebe o revolucionário argentino Che Guevara e o condecora com uma medalha de mérito brasileira por sua luta pelos países da América Latina. Em plena Guerra Fria, esse gesto gerou forte indignação na direita, especialmente entre os militares, enquanto, na sociedade, pairava o medo sobre a iminência de o Brasil se tornar comunista. O tema passa a dominar a política nacional e, quando Jânio renuncia, os militares, com apoio de parte da sociedade, não aceitam

a posse do vice, o ex-Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e líder do PTB, João Goulart (Jango).

Segundo Gáspari (2014), dentro das forças armadas, era ponto pacífico que o governo de Goulart pavimentaria o caminho do Brasil em direção ao comunismo. Militares como Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, viam em Jango a possibilidade de “jogar o Brasil, semissatelitizado, nos tentáculos do imperialismo soviético” (Gaspari, 2014, p. 212). No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola se opõe aos militares em defesa de João Goulart e, através de uma rede de rádio, alimenta a opinião pública nacional com a ideia de resistência obtendo resultado positivo. A Campanha da Legalidade, como ficou conhecida a resistência de Brizola, leva à instalação de um regime parlamentarista, que possibilita a Jango assumir a presidência em 1961.

No início de 1963, um plebiscito decide pelo retorno ao Presidencialismo e, um ano mais tarde, Jango passa a sofrer duras críticas sobre seu plano de governo. Estados Unidos e União Soviética, que por pouco não haviam iniciado um conflito nuclear provocado pela instalação de mísseis em Cuba, a essa altura, acompanhavam com interesse estratégico a crise Brasileira. De acordo com Gaspari (2014), não se pode ter ideia exata da extensão desse interesse, mas sabe-se que uma série de dossiês, envolvendo o governo de inclinação socialista de Jango, circulavam em Washington, e também, que governo americano considerava, como uma das alternativas para a crise, a possível derrubada do governo Jango através de uma intervenção militar (Gaspari, 2014; Villa, 2014).

A queda de Jango acontece em um momento de grande divisão política no país. O golpe de 1964 põe fim às ideias reformistas do governo e à democracia, iniciando o período de 20 anos de governo militar. Ocorre o aumento da confiança de instituições conservadoras tradicionais, como a Igreja Católica e a família, bem como a retomada de um sentimento nacionalista que se colocava em oposição ao socialismo soviético (Reis Filho, 2000). Os ideais socialistas e comunistas, por outro lado, são reprimidos. Dissidentes são perseguidos, presos, enviados para o exílio, torturados ou assassinatos. A imprensa é censurada. O governo militar, observador da crise internacional entre os blocos capitalista e socialista, apresenta uma extrema preocupação com tudo aquilo que pode ser considerado subversivo, e, qualquer manifestação contra o regime, passaria a ser considerada pró soviética (Gaspari, 2014).

Centros universitários que, havia anos, eram o berço do pensamento de esquerda no Brasil, sofreram verdadeiras devassas, à procura de professores opositores ao regime. Encontrados, esses acadêmicos e intelectuais foram perseguidos e presos às centenas. Os próximos alvos foram os estudantes, com a extinção da União Nacional dos Estudantes, a UNE,



e demais organizações estudantis (Villa, 2014). O efeito imediato desses atos, foi um relativo controle da esquerda acadêmica. Ao entrar na clandestinidade, explica Élio Gáspari (2014, p. 226), o movimento estudantil acabaria se aproximando, ainda mais, de outros movimentos radicais, como os “partidos comunistas, o radicalismo brizolista e, sobretudo, as centenas de sargentos e suboficiais que haviam sido expulsos das Forças Armadas”. O resultado, no longo prazo, foi o seu fortalecimento.

Quando os militares passam a focar no que chamariam de terrorismo cultural da classe artística, criam definitivamente as bases para a marginalização política de uma parcela importante do pensamento de nossa sociedade. E isso iria se refletir na organização e no surgimento dos grupos que fizeram a mais intensa oposição ao regime militar, como a Ação Libertadora Nacional (ANL) de Carlos Marighella; o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) (Villa, 2014; Gaspari, 2014).

Durante os anos em que durou a ditadura, o conflito ideológico, travado pela esquerda contra o regime militar, reuniu intelectuais, artistas, estudantes, políticos, igreja e ex-militares, e lançou mão de diferentes estratégias, como a produção artística e intelectual, o terrorismo e a luta armada (Villa, 2014). Do outro lado, os militares investiam na propaganda anticomunista, e no controle da sociedade através da perseguição, censura e tortura de dissidentes (Gaspari, 2014). Ambos foram responsáveis pela morte de pessoas inocentes, além daqueles diretamente envolvidos nos conflitos. Já “para a grande maioria da população, aquela *guerra*, como a chamavam os revolucionários e a polícia política, era algo que não conseguiam compreender, quanto mais, participar” (Reis Filho, 2000, p. 28). O período de perseguição, terror e conflito, nem derrubou os militares, nem silenciou a esquerda. Os únicos resultados palpáveis desse extremismo foram o aumento das convicções internas em cada grupo, a criação de mitos heroicos, e a normatização do radicalismo.

Quando a abertura política começou a ser arquitetada, durante o governo de Ernesto Geisel, iniciou-se, também, um gradativo processo de redemocratização, que seria efetivamente colocado em marcha durante o governo de João Figueiredo. O relaxamento do regime militar veio através do abrandamento da censura, da anistia de políticos e artistas que viviam exilados, e da reorganização do sistema partidário (Silva, 2003; Gaspari, 2014). A partir de 1980, a Arena se tornaria Partido Democrático Social (PDS), o MDB se tornaria Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) seria refundado, e surgiriam o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), e o Partido Popular (PP), que logo seria incorporado pelo PMDB. A redemocratização teria como

ponto alto a campanha pelas “Diretas Já”, que percorreria o país, em 1984, defendendo eleições diretas já na próxima eleição presidencial. Essa campanha marcou o ápice de um movimento de união política e social em torno do fim do regime militar e da retomada da democracia (Rodrigues, 2003; Villa, 2014).

Mas a abertura política teria, como último capítulo, a escolha do presidente da república através de uma eleição indireta. Em janeiro de 1985, o mineiro Tancredo Neves, do PMDB, vence a disputa contra o paulista Paulo Maluf, do PDS e candidato da situação. A vitória de Tancredo Neves é amplamente comemorada no país. Mas um dia antes de receber a faixa presidencial, Tancredo é internado, acometido pela doença que lhe tiraria a vida no mês seguinte. Impossibilitado de comparecer à cerimônia de posse, quem assume a presidência, em seu lugar, é o seu vice, José Sarney, um tradicional político da base da Arena, que havia migrado, no ano anterior, do PDS para o PMDB, ainda antes da criação do Partido da Frente Liberal (PFL), a dissidência do PDS que reuniria os opositores de Maluf.

Em 1985, Sarney convoca eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, e legaliza os partidos de esquerda que viviam na clandestinidade desde o regime militar: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Eleita em 1986 e empossada em 1987, a Assembleia Constituinte passa a ser o centro das atenções e das disputas no campo político ideológico brasileiro. Seus principais protagonistas são o bloco da esquerda, formada por parlamentares de PT, PDT, PSB, PCB e PCdoB, e a corrente que ficou conhecida como “Centrão”, reunindo parlamentares de PDS, PFL, PMDB, PTB, PDC, PL além de um dissidente do PDT (Marcelino et al, 2010, p. 259). Em 1988, ainda antes de ser finalizada a nova Constituição, a ala mais à esquerda no PMDB se reorganiza em torno de uma nova sigla, criando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). As forças políticas que atuaram na Assembleia Constituinte, ainda que tenham divergido durante o processo, acabaram dando origem a um texto moderno, que ficaria conhecido como a Constituição Cidadã.

A campanha presidencial de 1989 é fundamental para que se compreenda a polarização política que ocorrerá a seguir no Brasil (Conti, 1999). Depois de quase 30 anos, o Presidente da República voltaria a ser escolhido democraticamente. E a esquerda, reprimida e perseguida durante o regime militar, tinha, finalmente, a chance de tomar as rédeas da história pelo voto popular. Entre os candidatos, alguns dos maiores nomes em toda a história política nacional, como Lula, Leonel Brizola e Ulisses Guimarães, faziam parte de uma lista, que chegou a conter 28 presidenciáveis, mas que terminou apresentando 22 nomes, no dia 15 de novembro, para a disputa pela preferência de mais de 82 milhões de eleitores.

Nessa disputa, os 50 dias de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) no rádio e na televisão, foram considerados a ferramenta mais importante pelas equipes dos candidatos, mesmo que o histórico dessa ferramenta apontasse para uma baixa taxa de conversão de votos em função do horário político (Veja, 20/09/1989). Ainda assim, o HGPE concentrava a maior parte dos recursos arrecadados em campanha, usados, sobretudo, para a produção de programas de televisão, que tinha um alcance potencial de de quase 70% do eleitorado do país<sup>33</sup>.

Um outro ator político e midiático, também debutava em eleições presidenciais na campanha de 1989: a Rede Globo<sup>34</sup>. A maior rede de comunicação do país havia se transformado em alvo preferencial do líder do PDT, Leonel Brizola, depois do escândalo da Proconsult<sup>35</sup>, em 1982, e da cobertura da campanha pelas Diretas, em 1984<sup>36</sup>. O ex-governador dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro havia iniciado o ano à frente nas pesquisas e pregava o fim do que considerava um monopólio da comunicação no Brasil. Ainda em 1987, a Rede Globo produziria e levaria ao ar, três edições do programa Globo Repórter, apresentando um problema que até então era muito comum no funcionalismo público brasileiro: os funcionários fantasmas, também conhecidos como “marajás” (Palha, 2013). Nesses programas, um dos políticos que representavam a luta contra os marajás era o, recém-eleito, Governador do Estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello. A visibilidade que Collor viria a ganhar, por consequência de suas ações para acabar com a prática do funcionalismo fantasma, principalmente na TV Globo e na revista *Veja*, faria seu nome ser conhecido de norte a sul do país, e transformaria o alagoano em um potencial candidato a presidente na eleição que se avizinhava.

Quando começa a campanha, segundo Mário Sergio Conti (1999), Collor já contava, mesmo que informalmente, com a consultoria de comunicação de um alto diretor da Rede Globo, Alberico Souza Cruz. O diretor teria sido desimpedido de ajudar Collor, diretamente por Roberto Marinho. Ainda que esse fato fosse tratado com toda a discrição pelos envolvidos, e só fosse se tornar público depois da eleição, a alegada preferência demonstrada pela Rede Globo e revista *Veja* por Fernando Collor era elemento suficiente para a esquerda,

---

<sup>33</sup> Revista *Veja*, “A última Chance”, 20/09/1989. Fonte Acervo *Veja*. Acessado em 04/11/2016. Disponível em <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/33449?page=46&section=1>>.

<sup>34</sup> A Rede Globo, maior empreendimento de comunicação do país pertencente à família Marinho, surgira durante o regime militar e, mesmo com o fim da censura, mantinha uma atitude “moderada” e que não ameaçava à ordem estabelecida durante o período ditatorial.

<sup>35</sup> Em 1982, durante a apuração da eleição para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Rede Globo foi acusada pelo candidato do PDT, Leonel Brizola, de estar envolvida com a Proconsult, empresa responsável pela contabilização dos votos, em um esquema que pretendia fraudar a eleição a favor do candidato do PDS, Wellington Moreira Franco (Conti, 1999).

<sup>36</sup> Em janeiro de 1984, a Globo deu como notícia a comemoração do aniversário da cidade de São Paulo na Praça da Sé quando o que acontecia lá era, na verdade, um comício pela campanha das Diretas (Conti, 1999).

principalmente na figura de Brizola, atacar sistematicamente a Rede Globo. Considerado pela *Veja* (25/10/1989, p. 46) como “proprietário de uma das mais eficazes retóricas da sucessão presidencial”, o candidato do PDT acusava Collor de ser produto da mídia e porta-voz dos interesses econômicos internacionais, um “rato que fugiu do navio da ditadura”, “politiqueiro da pior espécie”, “farsante”, “impostor” e “filhote da ditadura”. Estes eram alguns dos epítetos forjados por Brizola para se referir ao adversário político<sup>37</sup>. Os ataques de Brizola contra Collor também continham expressões como “burro que não presta é vendido longe”, que vinha a ser o título de um dossiê do PDT, em referência à situação do Estado de Alagoas e à passagem de Collor pelo governo. Em reportagem especial, a revista *Veja* de 28 de junho de 1989<sup>38</sup> afirma que Brizola não seria o candidato mais à esquerda da campanha porque perderia neste quesito para Lula, mas, “em compensação, é um candidato muito mais agressivo que seu rival”.

Esse tipo de discurso divisivo, adjetivo e de ódio, que fez de Brizola um personagem folclórico na política brasileira, seria levado ao pé da letra por parte da sua militância no dia 09 de agosto daquele ano, quando a caravana de Fernando Collor de Mello, ao passar por Niterói, no Rio de Janeiro, foi ameaçada, insultada, perseguida e atacada violentamente com paus e pedras<sup>39</sup>. Dois dias depois, em Foz do Iguaçu, no Paraná, seria registrada uma manifestação extremada por parte de imigrantes de origem árabe contra Collor e sua postura em relação ao Estado de Israel. No mesmo dia, em Maceió, berço eleitoral de Fernando Collor, a violência explodiria em um choque entre partidários do PRN e do PT, durante um comício de Lula (*Veja*, 16/08/1989). A relação da violência com os discursos dos candidatos não era direta, ou seja, não havia a palavra de ordem para orientar a militância no sentido do confronto, mas o volume de ofensividade era tal que, conforme a audiência, poderia ser entendido como um chamamento ao conflito.

O PT, por sua vez, levava ao ar, durante o HGPE, um programa sob o título de “Rede Povo”, em clara referência de oposição à Rede Globo. Nos programas Lula explorava, como tema principal de suas falas, a eventual escolha que os eleitores fariam, através do voto, entre ricos e pobres. Um discurso altamente divisivo, baseado na divisão de classes. Em entrevista à revista *IstoÉ*, Lula chegaria a dizer que, apesar de os brasileiros terem ódio reprimido, não deveriam confundir ódio com consciência política<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> Revista Istoé, abril de 1989 Especial 25 anos de Eleições.

<sup>38</sup> Revista *Veja*, 28/06/1989.

<sup>39</sup> Revista *Veja* de 16/08/1989. “O Veneno de Niterói”

<sup>40</sup> Revista Istoé Especial 25 anos de eleições.

Fernando Collor, por sua vez, colocava-se como o candidato inimigo do *status quo* da política brasileira, apelando da mesma forma para o discurso politicamente divisivo. Sua postura, durante boa parte do primeiro turno, foi a de ignorar seus adversários e atacar apenas o governo Sarney, a quem acusava de governar cercado de assassinos. Com a proximidade da eleição, quando sua popularidade já começava a cair, a equipe de Collor prepara os primeiros ataques contra quem considerava seus principais concorrentes: Brizola, do PDT, e Afif Domingos, do PL (Veja, 27/09/1989)<sup>41</sup>. Muito embora seus discursos no HGPE fossem mais comedidos, as falas de Collor nos comícios eram tão ou mais incisivas quanto as de Brizola e Lula.

Depois de dada a largada no HGPE, a candidatura que mais se beneficiou, em oposição a Collor, foi a de Lula. Faltando um mês para o primeiro turno, a intenção de votos em Brizola estava estagnada em torno dos 14%, enquanto o Ibope registrava Lula com 12%, o dobro do que apresentara no mês anterior. A artilharia de Brizola se volta contra o candidato do PT, que já via no ex-governador do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul o seu adversário imediato (Veja, 18/10/1989)<sup>42</sup>. Esse aumento de tensão entre as duas candidaturas se reflete no dia 18 de outubro daquele ano, quando um veículo da campanha de Leonel Brizola foi atacado com paus e pedras por metalúrgicos na região do ABC paulista<sup>43</sup>. Na edição do dia 15 de novembro, dia da eleição, a revista *Veja* (15/11/89, p. 49)<sup>44</sup> afirmaria, sobre a violência daquela campanha, que “depois de ensaiar alguns passos iniciais e ser vigorosamente denunciada, não foi maior do que a que ocorre rotineiramente nos campos de futebol”.

Quando o país finalmente vai às urnas, Collor confirma sua vantagem e Lula bate Brizola por uma diferença de 1%, tornando-se o candidato da esquerda que disputaria o segundo turno. O estado de divisão política em que o Brasil se encontrava, na campanha de 1989, pode ser avaliado a partir dos resultados de primeiro turno. Dos dez primeiros colocados, que obtiveram juntos mais de 95% dos votos, quatro eram representantes de direita ou centro-direita – PRN, PDS, PL, PFL – e seis eram de esquerda ou centro esquerda, PT, PDT, PSDB, PMDB, PCB e PSD. Enquanto a direita/centro-direita havia conquistado 45% dos votos, a esquerda/centro-esquerda conquistara 51%, segundo os dados do TSE (Singer, 1999).

O segundo turno seria o momento de alianças para Lula e Collor (Singer, 1999). Mario Covas, o candidato do PSDB que chegara em quarto lugar no primeiro turno, apesar de anunciar

---

<sup>41</sup> Revista *Veja*, 27/09/1989

<sup>42</sup> Revista *Veja*, 18/10/1989

<sup>43</sup> Revista *Veja*, 25/10/1989

<sup>44</sup> Revista *Veja*, 15/11/1989

prontamente que votaria em Lula, vê internamente seu partido dividido em torno de um impasse, anunciado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (FHC) à *Veja* do dia 22 de setembro: “Politicamente, é mais difícil nos aliarmos a Collor, mas poderá ser mais difícil ainda governar com Lula”<sup>45</sup>. A aliança do PSDB com Lula seria fechada apenas há poucas semanas da decisão do segundo turno, não sem antes apresentar muitas críticas ao programa de governo do Partido dos Trabalhadores. Da mesma forma, Leonel Brizola apenas adere à campanha de Lula depois de exigir do candidato do PT o comprometimento com parte de seu programa de governo.

Os embates entre os dois candidatos finalistas na programação de TV têm início e logo no primeiro programa Collor vai ao ataque referindo-se ao programa de Lula como “estrito” e dizendo que o PT queria tomar o poder no país através de um “derramamento de sangue” (*Veja*, 29/11/89, p. 46). No dia seguinte, Lula contra-ataca, dizendo que “Collor de Mello é um imbecil”<sup>46</sup>. A tônica dos dois candidatos passa a ser a da confrontação. Para Collor, as alianças de Lula significavam que, se o candidato do PT fosse eleito, “teria que governar para os políticos”. Já Lula, acusava Collor de ser um “desequilibrado do ponto de vista psicológico”<sup>47</sup>. A troca de insultos alcançara o ponto onde a intolerância seria maior que a disposição para o diálogo, o que encurtava significativamente o campo disponível para a troca de ideias. O impacto maior desse tipo de insulto era, naturalmente, nas próprias militâncias de Lula e Collor. O que é dito, nesses casos, costuma ser sempre o ponto de partida, e não o limite para o embate entre militantes.

Quando os políticos fazem uso de estratégias para elevar o nível de tensão entre os militantes, eles estão, na verdade, agendando o conflito. Essa ideia de conflito, mesmo remota, passa a povoar a mente do militante com cada vez mais frequência. O indivíduo fica, assim, predisposto a considerar o conflito como um desdobramento possível. Esse estado de agendamento não ocorre necessariamente apenas com a militância engajada. A sociedade como um todo, ao calcular a tensão resultante desse tipo de insulto, irá agendar o conflito e entrar em estado de alerta.

Essa alteração do estado de ânimo pode até mesmo extravasar a arena política. Na tarde do dia 24/11/89, em Porto Alegre, uma onda de saques e quebra-quebra na rua mais movimentada da cidade acabou em violência entre populares e a polícia militar. Conforme apurado pelas equipes de reportagens e pela polícia, a motivação inicial não teria sido política.

---

<sup>45</sup> Revista *Veja*, 22/11/1989

<sup>46</sup> Revista *Veja*, 29/11/1989.

<sup>47</sup> Revista *Veja*, 06/12/1989.

Mas há poucos metros dali, no mesmo momento em que ocorreu o tumulto, se encontrava, em visita, o candidato Fernando Collor de Mello. Não se pode isolar por completo esse incidente do nível de tensão que a campanha tinha produzido. O Rio Grande do Sul também seria o cenário de outro incidente, na semana seguinte, quando militantes do Partido dos Trabalhadores rasgaram e queimaram bandeiras e cartazes de Collor, impedindo a realização de um comício programado para acontecer na cidade de Caxias do Sul (Veja, 06/12/1989, p. 49)<sup>48</sup>.

O ponto alto do confronto, no segundo turno, seria a transmissão ao vivo de dois debates, marcados para os dias 03 e 14 de dezembro. Depois do primeiro, o instituto Ibope divulga uma pesquisa que apontava a queda de Collor, de 52 % para 49% e o avanço de Lula, de 37% para 40% (Singer, 1999), aumentando a expectativa para o último debate, que ocorreria às vésperas da eleição. Collor, que não havia participado dos debates no primeiro turno, deveria melhorar a sua performance para garantir a estabilidade dos números. E foi o que aconteceu. Ao final do debate, até mesmo os eleitores de Lula reconheceram que seu candidato havia sido derrotado por Collor (Conti, 1999; Singer, 1999)<sup>49</sup>. Entretanto, essa vitória seria eclipsada pela última grande polêmica da eleição, causada pela interferência de Roberto Marinho na edição do resumo do debate, levada ao ar no Jornal Nacional, da Rede Globo, no dia seguinte (Conti, 1999).

Mesmo tendo o melhor desempenho no debate, Collor não conseguiu frear a evolução da intenção de voto em Lula. No dia anterior ao pleito, o instituto Ibope apontava um empate técnico entre os dois candidatos: Collor, 47%; Lula 46% (Singer, 1999). No dia 17 de dezembro, 35 milhões de votos vão para Collor, e 31 milhões para Lula, fazendo do ex-Governador de Alagoas o novo Presidente da República.

A eleição de 1989 e seus desdobramentos marcaram a história política brasileira por uma série de fatores. Além da possibilidade de voto aos 16 anos, do Presidente mais jovem da história, o congelamento das poupanças, escândalos, caras-pintadas, impeachment e a renúncia de Fernando Collor, esta foi a eleição que alavancou, definitivamente, o Partido dos Trabalhadores ao status de força de abrangência nacional e de concentração do voto da esquerda. Nela, fica claro que o poder de aglutinação, demonstrado pelo PT, durante o segundo turno, seria uma condição essencial para um projeto vitorioso nos próximos pleitos. Também é a partir dessa eleição que Lula ultrapassa Brizola e se transforma no grande nome político da esquerda.

---

<sup>48</sup> Revista Veja, 06/12/1989

<sup>49</sup> Pesquisa do instituto Vox Populi apontou que 44% dos entrevistados deu a vitória à Collor e 32% à Lula (Conti, 1999).

A queda de Collor, em 1992, tem impacto positivo sobre Lula. Para uma legião de jovens que entrava no mercado eleitoral, a experiência com um presidente de direita havia sido um desastre. Na oposição, os nomes de Lula e do Partido dos Trabalhadores ganham legitimidade como depositários da vontade política de orientação de esquerda no Brasil e se transformam nas forças a serem batidas numa próxima eleição presidencial. Um trabalho que seria realizado pelo antigo aliado de Lula, Fernando Henrique Cardoso.

Os dois políticos, vinham se afastando desde a campanha para prefeito de São Paulo, em 1985, quando Fernando Henrique Cardoso era o candidato que concorria pela situação para ocupar a cadeira do então prefeito, Mário Covas. Líder do governo e do PMDB na Câmara Alta, em Brasília, FHC, que já havia sido apoiado por Lula em sua campanha pelo Senado, desta vez encabeçava uma aliança formada pelo PMDB e os dois partidos comunistas, PCB e PCdoB, e que tinham o apoio do presidente José Sarney (*O Estado de São Paulo*, 27/06/85, p. 5)<sup>50</sup>. A arma da direita contra essa aliança comunista era Jânio Quadros, que concorria pelo PTB, e que dividia a liderança das pesquisas de opinião com FHC. Enquanto isso, o PT de Lula havia lançado candidatura própria, apresentando como candidato, Eduardo Suplicy. Durante a campanha, Lula criticaria a candidatura de Fernando Henrique, chegando a compará-lo a Jânio Quadros (*O Estado de São Paulo*, 21/08/1985, p. 5)<sup>51</sup>. Enquanto isso, Fernando Henrique buscava angariar o voto útil, justamente no PT, para tentar superar Jânio. A eleição é vencida por Jânio, com uma diferença de pouco mais de 2% dos votos (141 mil).

Já na eleição presidencial de 1989, o que deveria ser um apoio natural do PSDB para o candidato do PT no segundo turno, foi freado pelos líderes do partido, entre eles, Fernando Henrique. A aliança, que é oficializada somente nas últimas semanas da campanha, se daria na forma de um apoio crítico. Isso não impede FHC de subir no palanque ao lado de Lula e Mário Covas, mas deixa evidente que o afastamento entre os dois, havia se tornado mais forte<sup>52</sup>.

O afastamento entre Lula e Fernando Henrique Cardoso não é o único, nem o mais importante, mas é um dos elementos que contam a história da polarização política brasileira. Teria se tornado ainda mais pronunciado após o impeachment de Collor, quando o líder do PSDB aceitou o convite para fazer parte do governo de Itamar Franco, substituto de Collor, e foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Mais tarde, em meio a uma grave crise, FHC se tornaria o Ministro da Fazenda que comandaria o lançamento do Plano Real e estabilizaria a economia brasileira, lançando as bases para sua candidatura à Presidência da República. A

---

<sup>50</sup> Fonte: Acervo Estadão..

<sup>51</sup> Fonte: Acervo Estadão.

<sup>52</sup> Fonte: Acervo Estadão..



compatibilidade ideológica que uma vez existira entre Lula e FHC, àquela altura, já havia desaparecido, e os dois políticos jamais voltariam a dividir um palanque.

Em 1994, teve início a sequência de seis eleições em que PT e PSDB disputaram, como favoritos, a presidência da República<sup>53</sup>. Partindo do princípio consagrado do marketing político que atesta que, em uma campanha, a primeira coisa que os candidatos ou partidos devem fazer é estabelecerem as suas diferenças (Benoit, 2007, e outros), a competição entre PT e PSDB, ambos com origem no campo político de esquerda, exigia um esforço maior. Soma-se a isso, também, a opção por uma retórica mais combativa por parte de Lula e do PT, provavelmente influenciada pela ferocidade dos discursos de Leonel Brizola.

A disputa entre FHC e Lula foi logo representada pela competição entre o sociólogo e o metalúrgico, o intelectual e o semianalfabeto, a elite paulista e o explorado nordestino. A metáfora da divisão social, geográfica e, até mesmo, cultural, era tão forte, que se tornaria um dos pilares das disputas entre PT e PSDB, pelos próximos 20 anos. As diferenças entre os dois candidatos, bem como entre os programas de governo dos dois partidos, também seriam utilizadas como argumento, a partir de interpretações que se adequavam às narrativas propostas pelos competidores. Assim, a apresentação de Fernando Henrique, durante a eleição de 2014, como “professor”, “experiente” e “equilibrado” (Muller, 2016), também tinha por objetivo oferecer uma imagem negativa de Lula.

A eleição de 1994 se decide no primeiro turno: FHC, 54%; Lula, 27%. O governo de Fernando Henrique enfrentaria quatro anos de feroz oposição por parte do PT, especialmente depois que consegue passar, no Congresso, uma emenda constitucional permitindo a reeleição. Os quatro anos de governo tucano teriam como uma de suas principais marcas, a diminuição do tamanho do Estado, a quebra do monopólio estatal nas áreas dos combustíveis e telecomunicações, além da privatização de empresas como a Vale do Rio Doce. Eram políticas defendidas pelo programa do PSDB já em 1989, e ponto chave de divergência entre os dois partidos. Por isso, mesmo com o lançamento de programas sociais, reformas no ensino fundamental e na previdência, e com a ampliação do seguro desemprego, o primeiro mandato de FHC foi vinculado à imagem de um governo de direita.

Insistindo na hipótese de que a opinião pública seria convencida a aderir aos valores que representava, o Partido dos Trabalhadores forma uma grande aliança para enfrentar a tentativa

---

<sup>53</sup> De 1994 até 2014, PSDB e PT foram os principais partidos a disputar as eleições presidenciais com duas vitórias do PSDB e quatro do PT. Embora o percentual de votação de Lula (e do PT) no primeiro turno tenha estado sempre em ascensão, saindo de 17% em 1989 para atingir o ápice de 48% em 2006, Lula jamais venceu uma eleição no primeiro turno, o que aconteceu com Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, por duas vezes, em 1994 (54%) e 1998 (53%).

de reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998. PT, PDT, PCdoB, PCB e PSB se unem em torno de uma nova candidatura de Lula, que aposta na legitimação desses partidos como representantes da verdadeira ideologia de esquerda, atraindo para si uma espécie de propriedade sobre discursos que envolvessem temas como a responsabilidade do Estado, a divisão dos lucros e a injustiça social. A disputa entre Lula e FHC também passaria a ser representada pela imagem da competição entre a esquerda e direita. Novamente, a confiança nas propostas de governo tucanas é vencedora em primeiro turno: FHC, 53%; Lula, 31%.

Durante os próximos quatro anos, Lula e seu partido rediscutem sua estratégia de campanha e chegam a 2002, com uma mudança de postura. O PT apresenta a “Carta ao Povo brasileiro”, onde, sem deixar de criticar os oito anos de governo do PSDB, esclarece um novo posicionamento, levando em consideração a busca da estabilidade econômica em conjunto com realizações na área social. Mudança, com estabilidade. A figura de Lula também é suavizada e o candidato passa a aparecer sorridente, semblante tranquilo e extremamente confiante. No HGPE, o tom dos discursos também muda, mas a ideia de confrontação ainda perdura. A ideia de polarização política ainda é incentivada por falas de Lula, como quando diz que o Brasil “não será o país dos exploradores, dos agiotas e dos sonegadores que sugam a economia do nosso país” (Muller, 2016).

Por outro lado, o PSDB lutava para superar a falta de carisma, e de conhecimento sobre a história política do seu candidato, José Serra. Ex-Ministro do Planejamento e da Saúde do governo FHC, Serra apostava na continuidade dos programas de governo tucanos, e apresentava propostas de mudanças, especialmente para a educação e segurança, sem entrar em confronto direto com o candidato do PT. No primeiro turno, o PSDB obtém a pior votação, desde 1989, 23% dos votos válidos, contra 46% de Lula. No segundo turno, embalado pela confiança na vitória, Lula vence com uma margem de que 20 milhões de votos, atingindo a maioria em todos os estados do país, à exceção de Alagoas.

O primeiro governo de Lula marca o início de um período de crescimento econômico e de ampliação dos programas de assistência social do governo. O clima de polarização política dos primeiros anos de disputa era quase imperceptível. Até que, em 2005, surge o primeiro caso de corrupção dentro do governo, que ficaria conhecido como o escândalo do Mensalão. Em 2005, a revelação sobre a existência de um esquema de pagamento de mesada para que parlamentares apoiassem o governo, utilizando recursos de caixa 2 de campanha, atingiria o Partido dos Trabalhadores às vésperas de uma nova corrida presidencial. O PSDB lança como candidato a presidente o ex-Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alkmin, que tenta explorar a corrupção no governo para chegar novamente à presidência da república. Do lado do

PT, inaugura-se a retórica de comparações entre o Brasil governado por Fernando Henrique e o governado por Lula.

O primeiro turno encerra com vitória de Lula: 46,6 milhões de votos contra 39,9 milhões para Geraldo Alckmin. E no segundo, Lula obtém a maior vantagem da história, ultrapassando os 20 milhões de votos. Mesmo diante desses números, uma divisão geográfica do eleitorado começaria a ser percebida. Enquanto em 2002, Lula havia perdido apenas em Alagoas; no ano de 2006 a derrota aconteceu em sete Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (Região Sul); São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (Região Sudeste); e Roraima (Região Norte).

Em 2010, o PT lança a ex-ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata a substituir Lula na presidência da República. Sua imagem foi construída com base na sua atuação como gestora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na larga experiência que possuía no setor energético. Através desses atributos, Dilma foi apresentada como possuidora de um talento administrativo nato. Apostando também na força da retórica do gênero, Dilma era a mulher, mãe, e gestora que deveria comandar o país com a saída de Lula. A candidata do governo enfrentaria, José Serra, novamente candidato pelo PSDB. O ex-Governador do estado de São Paulo era o líder das pesquisas no início daquele ano, impulsionado ainda pelo processo contra os envolvidos no escândalo do Mensalão.

Na campanha, o PSDB explora novamente a corrupção e a imoralidade no governo do PT, enquanto a candidatura de Dilma foca nas comparações e na continuidade do seu partido no governo. A eleição é decidida, mais uma vez, no segundo turno, com vitória de Dilma por 55,7 milhões de votos (56%) a 43,7 milhões (43,9%) obtidos por Serra. A diferença de votos entre as duas legendas cai de 20 para 12 milhões, e o número de Estados que dão a vitória ao PSDB aumenta para 11, repetindo os sete de 2006, e somando-se a eles Acre, Rondônia, Goiás e Espírito Santo.

Quando Dilma toma posse, em 2011, depois de oito anos de governo Lula, o Partido dos Trabalhadores já enfrentava os desgastes naturais de uma exposição prolongada à oposição, ao crivo da mídia, e ao novo fenômeno da comunicação, as redes sociais. Se de um lado, Dilma havia sido eleita por conseguira associar ao seu nome o conjunto da obra do governo Lula, de outro, as críticas ao governo do PT também faziam parte de sua herança. Durante os primeiros anos, ainda que tenha sido preciso demitir ministros recém-nomeados de seu gabinete, Dilma conseguiu lutar contra a cicatriz mais profunda do governo Lula, que vinculava o governo do PT à corrupção desde 2005.

Porém, em junho de 2013, quando a baixa qualidade dos serviços básicos de segurança, saúde, educação e infraestrutura contrastava com os altos investimentos do governo em eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas do Rio de Janeiro (2016), e além disso, quando os números divulgados sobre a economia brasileira apontam para o insucesso das políticas de governo, grupos insatisfeitos com os rumos que a política nacional apresentava se encontraram durante os protestos que se realizavam nas principais capitais do país.

A partir do reconhecimento de seu potencial de mobilização, deu-se início um movimento nacional contra a má gestão dos gastos públicos e a corrupção, que escalaria entre 2013 e as eleições de 2014, e continuaria até o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Foi a maior onda de protestos da história brasileira, levando, para as ruas, milhões de opositoristas ao governo do Partido dos Trabalhadores, além de seus apoiadores, em menor número. Foi, também, a primeira vez em que o PT se viu diante de manifestações nacionais contra o partido nas ruas. As manifestações populares, tradicional ferramenta do repertório de atuação política do PT, haviam sido apropriadas pela oposição e abalariam suas lideranças.

Essa também foi uma onda que varreu as redes sociais do país. O ativismo político digital potencializou os já inflamados discursos de quem pregava a polarização nas ruas. Despidos dos constrangimentos físicos, indivíduos se permitiram dar vazão a sentimentos que talvez nunca fossem de outra forma externados. Essas narrativas extremas e intolerantes foram sendo justapostas, construídas umas sobre as outras, provocando reações no mesmo tom, e formando espirais de sequências beligerantes que seriam, inevitavelmente, transportadas para fora do ambiente virtual. Pessoas que não discutiam política foram expostas a narrativas que apresentavam aquele momento como uma luta entre o bem e o mal. Identidades foram criadas e reforçadas. Rótulos, também. O ódio que se tornou moeda corrente nas discussões sobre política, chegou às reuniões de família, escritórios de trabalho e, até mesmo, às salas de aula.

Quando chegamos em 2014, a campanha presidencial tem, como seu público alvo, uma sociedade politicamente dividida e intolerante, que se apresentava, na maioria das vezes, mais disposta a disseminar o ódio do que a reavaliar os seus posicionamentos. O uso da internet e das mídias sociais já havia se estabelecido como uma das principais formas de trocar informação política, ainda que sem a mesma credibilidade da mídia tradicional. As campanhas, naturalmente, procuraram tirar proveito do momento de divisão. E enquanto a mídia tradicional pendia para o lado dos manifestantes que criticavam o governo, a atividade de produção e disseminação de informação na internet se transformou em uma verdadeira batalha campal. Perfis falsos, autoproclamados especialistas e celebridades digitais, blogueiros, muitos deles

pagos pelas campanhas, se ocuparam verdadeiramente de *floddar*<sup>54</sup> o processo eleitoral com notícias imprecisas e, por vezes, falsas, tendo como objetivo atingir, não apenas as campanhas dos principais candidatos, mas a credibilidade da mídia tradicional.

Em 2014, Dilma Rousseff disputa a reeleição enfrentando, além do tradicional adversário político, o PSDB de Aécio Neves, uma chapa encabeçada pelo ex-governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e que trazia, como vice, a terceira colocada na corrida presidencial de 2010, Marina Silva. A menos de dois meses da eleição, um acidente aéreo acaba vitimando fatalmente o candidato do PSB, fazendo com que Marina assuma a candidatura. E durante todo esse tempo, as pesquisas indicaram que haveria um segundo turno entre Marina e Dilma Rousseff, deixando Aécio Neves fora da disputa. Esse cenário se modifica nos últimos cinco dias de campanha e leva, para o segundo turno, Dilma, com 43,2 milhões de votos (41,5%); e Aécio, com 34,8 milhões (33,5%). Marina Silva, com 22,1 milhões de votos (21,3%) fica novamente em terceiro lugar. Ao final do pleito, Dilma seria eleita pela menor margem percentual de votos em toda a história: 51,6% a 48,4%.

---

<sup>54</sup> Expressão adaptada da língua inglesa que significa “inundar” determinada mídia com um tipo de informação.

## 4 METODOLOGIA E ANÁLISE

### 4.1 O Potencial de Ofensividade dos Discursos

O método de análise do potencial de ofensividade dos discursos surgiu de uma contingência imposta pela pesquisa, destinada, originalmente, a identificar expressões e palavras associadas ao discurso do ódio em dois conjuntos extensos de narrativas: os programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). O problema surgiu quando estudamos os casos paradigmáticos, e se confirmou quando revisamos a literatura, no que diz respeito à dificuldade de limitar uma linguagem, de estabelecer as fronteiras para aquilo que seria ou deixaria de ser considerado como discurso de incitação ao ódio. Nem na academia, nem no Direito internacional, encontra-se tal definição. O discurso de ódio, assim como a linguagem, varia de região para região, de idioma para idioma, pois apresenta características fortemente vinculadas à cultura local – e temporal.

Ainda que hoje, a internet tenha acelerado o tempo de disseminação das expressões linguísticas e derrubado as antigas fronteiras de acesso a tais mensagens, o que possibilita o compartilhamento de seus significados, virtualmente em todo o mundo e ao mesmo tempo, isso ainda depende de fatores como o domínio de idiomas, por exemplo. Sem esse domínio, diminui significativamente a possibilidade de que palavras e expressões internacionais sejam amplamente compartilhadas e cheguem a todos os lugares do mundo, carregando o mesmo sentido de incitação ao ódio. Em se tratando de discursos de incitação que têm por objeto identidades políticas, podemos citar algumas poucas expressões internacionalizadas, como é o caso de “fascista”, “nazista” e, dependendo do contexto, “capitalista” ou “comunista”. Além disso, o discurso do ódio é um fenômeno da linguagem, e portanto, está em constante modificação e construção. Expressões que já foram utilizadas com a intenção de ferir a dignidade de pessoas ou grupos, há 80 anos, podem ter adquirido significados completamente diferentes com o passar do tempo.

Assim, chegamos à conclusão que essas três dimensões, espaço, tempo e cultura, conferem características muito próprias para os discursos de incitação ao ódio, o que impossibilita a comparação satisfatória, a partir dos repertórios de expressões de incitação ao ódio utilizados em nossos casos paradigmáticos, de um quadro referencial. A partir da identificação dessa dificuldade, partimos em busca de um conceito geral, que pudesse lidar com os sentidos e as intenções, dessas mensagens, e não apenas com as expressões em si.

Dos estudos sobre o Holocausto, genocídio de Ruanda e ações do Estado Islâmico, absorvemos as referências sobre as intencionalidades por trás dos discursos de ódio, o uso de preconceitos estabelecidos e narrativas históricas como formas de incitação, além do peso e do aproveitamento das tecnologias disponíveis para a propagação dessas mensagens. Elementos que, como veremos a seguir, têm papel fundamental para a sua identificação.

Depois de acessarmos inúmeras referências sobre o que poderia ou não ser considerado discurso de ódio, concluímos que a definição de Jeremy Waldron (2012), além de ser a que mais se apresentava como solução para o nosso problema, era também uma das fontes mais citadas na literatura recente. O acadêmico do Direito americano, advogado pela regulação do discurso do ódio, em contrapartida à interpretação mais fria da Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que garante a liberdade de expressão em qualquer caso; Waldron (2010; 2012) constrói seu conceito de discurso de ódio a partir de sua ocorrência original, em Matsuda (1994), trafegando no sentido da agência da linguagem, utilizada por Judith Butler (1997). O autor também considera que a publicação de mensagens em mídias massivas, é um dos aspectos essenciais para que se configure um discurso de ódio passível de regulação<sup>55</sup>.

O autor sugere alguns critérios para o enquadramento de uma mensagem como de incitação ao ódio: uma primeira alusão especial é feita à intensão do falante em causar mal ao objeto do discurso. Trata-se de um elemento fundamental para Waldron (2012), o desejo de que, através do discurso, um prejuízo recaia sobre o seu objeto. Esse prejuízo, de acordo com o autor, não precisa ser necessariamente uma ordem de extermínio, bastando que demonstre um preconceito, intencione a segregação e prejudique o caráter de dignidade, o sentimento de pertencimento a uma comunidade, ou às garantias que, esse pertencimento, supostamente, oferece ao objeto do discurso. Da mesma forma que as expressões desumanizadoras utilizadas por nazistas, esses discursos derogatórios teriam por objetivo estabelecerem uma relação de superioridade do falante para o objeto, competindo para a criação de uma atmosfera de medo e insegurança que passaria a cercar os alvos dessas mensagens.

Passamos a lidar, portanto, com uma grande variedade de palavras, expressões, figuras de linguagem e ferramentas retóricas, como o uso do humor e do medo, que poderiam ser enquadradas nesse escopo. Além disso, percebemos que grande parte dos discursos, nas campanhas de Dilma Rousseff e Aécio Neves, tinha por objetivo a segregação e o prejuízo da

---

<sup>55</sup> Ainda que não seja esse o nosso interesse direto, a regulação, o potencial de reprodução dos discursos de ódio de caráter político cresceu muito no Brasil, a partir de 2014, quando foi liberado do uso de páginas de perfis dos candidatos nas mídias sociais, o que até então, não era permitido.

dignidade do candidato e seus apoiadores, podendo, dessa forma, se enquadrar em discursos de incitação ao ódio. Outro problema com que nos deparamos dizia respeito ao peso emocional do falante, o *pathos*, incansavelmente referido por Goebbels (Longerich, 2010) como uma das qualidades oratórias mais importantes em um líder. Logo, avaliar apenas a transcrição dos discursos deixaria de fora um elemento fundamental para a construção dos sentidos.

A solução que encontramos foi a criação de um método de análise que, não apenas, tirasse vantagem dos elementos que nos concedia o objeto de estudo, os vídeos do HGPE, mas que também possibilitasse a comparação desses discursos a partir da construção e utilização de uma escala de valores padrão. A esse método, chamamos Análise do Potencial de Ofensividade dos Discursos (APOD), e à escala de valores, Potencial de Ofensividade dos Discursos (POD).

Como foi concebida, a APOD é utilizada para avaliar os discursos críticos que fazem referência ao outro. Sua primeira etapa consiste na divisão das peças a serem analisadas em duas dimensões:

- a) Discurso: compreendido como a soma dos elementos retóricos, *pathos*, *ethos* e *logos*, com os recursos de edição de vídeo, trilha sonora e arte gráfica.
- b) tempo: a repetição ou a duração, no tempo, desses elementos retóricos e recursos de edição.

Depois, separamos, os programas em cortes padrão de tempo, que serão analisados individualmente, e obedecendo à sequência cronológica das peças. Em nosso caso, utilizamos como padrão o espaço de tempo de dez segundos. Assim, os programas do 1º turno de Dilma Rousseff no HGPE de televisão de 2014, que tinham um tempo total de 11 minutos e 24 segundos, apresentavam 68 recortes. Os de Aécio Neves, com 4 minutos e 35 segundos, 27 recortes e, durante o 2º turno, ambos com 10 minutos e 2 segundos, 60 recortes<sup>56</sup>.

Num primeiro momento, é realizada a medição do Potencial Ofensivo Específico, onde a dimensão do plano do discurso, é avaliada. Cada corte de dez segundos recebe um valor, dependendo da presença ou não de ofensividade, conforme os critérios apresentados na Tabela 1.

A tabela foi criada assumindo, como ponto médio, a projeção do sentimento de ruptura na audiência. Além disso, tomamos emprestado, da Teoria Funcional dos Discursos Políticos de Campanha, de Willian Benoit (2007), as categorias de ataques políticos e pessoais. E de

---

<sup>56</sup> Os segundos que sobram são desconsiderados para esse cálculo, mas tem eventuais elementos de ofensividade acrescidos aos cortes anteriores.



Jeremy Waldron (2012, p 117), a categoria “epítetos viciosos” que são as imagens negativas, criadas e reproduzidas com a intenção de designar indivíduos ou grupos.

**Tabela 1** Medição do Potencial Ofensivo dos Discursos

Potencial Ofensivo	Elementos discursivos	Elementos de edição	Grau
Leve	Não projeta sentimento de ruptura Ataques políticos indiretos	-	0 - 3
Moderado	Projeta sentimento de ruptura. Ataques diretos. Políticos e Caráter Epítetos viciosos e narrativas históricas Autoridade do falante	Trilha sonora Arte gráfica	3,1 – 6
Alto	Projeta sentimento de ruptura. Ataques Políticos e Caráter. Epítetos viciosos e narrativas históricas. Figuras de linguagem, simbologias pejorativas, retórica violenta ou ameaçadora. Autoridade do falante	Trilha sonora Arte gráfica	6,1 - 10

Ela começa a atribuir valor para aquelas mensagens que podem ser consideradas com potencial de ofensividade leve. Apesar de críticas, essas mensagens não devem possuir o caráter de incitação à ruptura. Nesse nível de ofensividade, os ataques, quando ocorrem, têm relação apenas com políticas ou programas de governo ou de partido; não podem nomear, pessoalmente ou através de epítetos viciosos, grupos e indivíduos; e ainda, não fazem uso de recursos de edição que potencializem essas críticas. Na próxima faixa de ofensividade, onde o POD será considerado moderado, haverá a projeção do sentimento de ruptura, ou seja, o estabelecimento de identidades de grupo, a partir de discursos derogatório. Os indivíduos ou grupos serão nomeados pessoalmente, através de narrativas construídas historicamente contendo valor negativo ou através de epítetos viciosos, e poderá haver a presença de recursos de edição para potencializar as mensagens. A pontuação mais baixa, nessa faixa de ofensividade, levará em consideração os a políticas. A mais alta, os ataques ao caráter. Por fim, a faixa de ofensividade que será considerada como POD alto, além das características do POD moderado, inclui: figuras de linguagem, simbologias pejorativas, retórica violenta ou ameaçadora.

Assumindo as interpretações de Van Dijk (1997) e Charaudeau (2015) sobre a comunicação política, considerada como um campo de conflito onde certos golpes são permitidos; e também, a de Jeremy Waldron (2012), sobre discurso de ódio, onde a condição, para que ocorra, é a intenção de diminuir a dignidade do indivíduo ou grupo perante a sociedade, a incitação ao ódio, em nossa análise, esteve presente nos três níveis de ofensividade.

Após a identificação do Potencial Ofensivo Específico (*POe*) observa-se o Tempo Relativo (*Tr*), em segundos, da ocorrência de cada “ofensividade”, quando auferire-se o valor conforme o tempo medido. De posse do Potencial Ofensivo Específico e do Tempo Relativo, somamos os resultados obtidos e chegamos ao Potencial Ofensivo Relativo (*POr*), que tem valor máximo 20, para cada quadro de dez segundos.

$$POe + Tr = POr$$

$$(10) + (10) = (20)$$

Os valores de cada *POr* são, então, somados. No caso de um programa de dez minutos, como os do segundo turno, temos 60 (n) intervalos de 10 segundos, cada um com valor máximo de 20. Desta forma:

$$n (60) . 20 = 1200$$

Como estamos comparando programas com tempos totais diferentes, como no caso do primeiro turno, em que os programas de Dilma Rousseff tinham 11’ e, os de Aécio, 4’35”, decidimos que o Potencial de Ofensividade dos Discursos (*POD*) seria dado em função de sua proporção. Assim:

$$POD = \frac{POr . 100}{n (x)}$$

Para complementar a pesquisa, decidimos cruzar os dados encontrados através da análise do *POD*, com os obtidos sobre o engajamento alcançado pelos programas, que eram publicados nas páginas oficiais dos candidatos no Facebook. Através do cruzamento desses dados, seria possível verificar possíveis relações entre o nível de *POD*, visualizações, curtidas, compartilhamentos e comentários dos seguidores dos candidatos.

Durante o processo de desenvolvimento da metodologia, percebemos que a apresentação de um quadro (Tabela 2) onde seriam preenchidos os resultados da análise, possibilitaria uma visão melhor sobre a ocorrência dos discursos ofensivos durante a campanha de 2014. Decidimos que fariam parte desse quadro, além dos dados obtidos na análise do *POD* e do engajamento na rede Facebook, dados que contribuíssem para uma melhor interpretação dos resultados da análise, ainda que em caráter acessório.

**Tabela 2** Quadro de análise

Turno	Aclamação	Ataque	Defesa	POD	Ibope	Facebook
1º T.	Política / Caráter	Política / Caráter			Voto / Rejeição	Views Shares Comments Likes
Prog 1						

Foram incluídos, nesse quadro, os resultados das pesquisas de intenção de voto e rejeição, divulgados pelo Instituto Ibope durante o período de HGPE, para que pudéssemos relacionar possíveis alterações no tom da campanha em função das medições sobre a opinião pública e; de forma mais ampla, os elementos sugeridos pela Teoria Funcional do Discurso Político de Campanha (TFDPC), de Willian Benoit (2007). Essa teoria considera os discursos em campanhas políticas como instrumentais - ou funcionais - porque eles são proferidos com o objetivo inquestionável de vencer a eleição. De acordo com Benoit (2007), os candidatos em campanha irão demonstrar suas preferências por discursos de:

- 1) Aclamações: consideradas como as declarações que apontam para benefícios ou vantagens que o candidato represente. Podem ser atos administrativos, políticas de Estado ou características pessoais.
- 2) Ataques: considerados como os discursos que apontam os atributos indesejados de um oponente ou os seus erros políticos.
- 3) Defesas: consideradas como as respostas aos ataques de outro candidato ou da mídia.

A Teoria Funcional também diz que os discursos ocorrem em dois tópicos: políticas e caráter. E faz algumas previsões, entre elas, as que testaremos ao final da análise: candidatos irão utilizar aclamações com mais frequência que ataques; candidatos irão utilizar ataques mais frequentemente que defesa; e comentários sobre política serão mais frequentes do que sobre caráter.

Dividindo o discurso dos candidatos, de acordo com os elementos propostos por Benoit (2007), e apresentando esses dados em nosso quadro de análise, entendemos que o resultado final oportunizará interpretações ainda mais aguçadas sobre a ocorrência dos discursos ofensivos e de ódio na campanha de 2014.

## 4.2 Análise

Identificamos, nas campanhas dos candidatos Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) e Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira), um total de 80 programas inéditos no HGPE de televisão. Programas que foram reproduzidos nas páginas

oficiais dos candidatos na rede Facebook<sup>57</sup>. Na campanha de Dilma Rousseff encontramos 37 programas inéditos (20 no primeiro turno e 17 no segundo turno), e a de Aécio Neves, 43 (22 no primeiro turno e 21 no segundo turno). Todos os programas foram acessados a partir das páginas oficiais dos candidatos no Facebook.

No mesmo repositório, foi possível encontrar uma série de outros vídeos, realizados com produção profissional e amadora, mas que foram desconsiderados porque delimitamos o objeto de estudo com o critério da produção para o HGPE de televisão. Isso porque, o orçamento para a campanha de televisão costuma representar o maior gasto em publicidade de uma campanha eleitoral. Ou seja, parte-se do pressuposto que é um material elaborado com cuidado e critério, destinado a estabelecer as diferenças entre os candidatos, conquistar votos, manter ou produzir a mobilização da militância e dos simpatizantes.

Quando inicia o ano da eleição, 2014, o Brasil já possuía mais de 100 milhões de usuários das mídias sociais, segundo dados do Ibope (2014) e do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2015), representando 76% dos brasileiros. O Facebook era a rede preferencial para 89 milhões de brasileiros (PBM, 2014), com mais de 59 milhões de acessos diários (Chaia, 2015). Em agosto de 2014, antes do início do HPEG, a página oficial do candidato Aécio Neves no Facebook possuía 1.014.687 seguidores, enquanto a de Dilma Rousseff, 845.907 seguidores<sup>58</sup>. Na semana em que se realizaria o 2º turno, Aécio possuía 3,15 milhões de seguidores, contra 1,76 milhão de Dilma<sup>59</sup>. E quando termina a eleição, a página de Aécio Neves possuía 4 milhões de seguidores, contra 2,1 milhões da página de Dilma Rousseff<sup>60</sup>. Como o número de seguidores de cada candidato era diferente, as comparações entre o engajamento nas postagens dos programas de Dilma Rousseff e Aécio Neves levará em consideração a proporção da audiência. E como o número de seguidores também variou durante a campanha, consideraremos a média entre os dados de antes e depois da votação de primeiro turno; e a média entre os dados de antes e depois da votação do segundo turno. Assim, no primeiro turno, a proporção será calculada sobre: Aécio Neves, 2,1 milhões de seguidores; Dilma 1,3 milhão de seguidores. No segundo turno: Aécio Neves, 3,5 milhões de seguidores; e Dilma Rousseff, 1,9 milhão de seguidores.

O cruzamento dos dados obtidos pela análise do POD e do TFDPC com os fornecidos pelo Facebook sobre número de visualizações, só poderá ser realizado com os programas que foram publicados do dia 9 de setembro em diante, quando a mídia digital passou a disponibilizar

---

<sup>57</sup> Consideramos por inéditos, todos os vídeos que apresentassem algum elemento diferente, fosse na edição dos depoimentos, imagens, áudio, ou discursos dos candidatos.

<sup>58</sup> Portal de notícias R7 (2014).

<sup>59</sup> Estado de São Paulo, 22 de outubro de 2014.

<sup>60</sup> Revista *Exame*, 31 de outubro de 2014.

o serviço. Os demais dados, curtidas, compartilhamentos e comentários, estão presentes desde o primeiro dia do HGPE. O cruzamento dos dados tem a intenção de estabelecer as possíveis relações entre as escolhas discursivas dos candidatos – aclamação, ataque ou defesa, o Potencial de ofensividade desses discursos, e o engajamento gerado entre os seguidores da página dos candidatos na mídia social Facebook, sua audiência.

#### **4.2.1 Primeiro turno (19/08 a 02/10/2014)**

##### **4.2.1.1 HGPE de Dilma Rousseff**

Os discursos utilizados pela campanha de Dilma Rousseff 2014 apresentam duas temáticas fundamentais: a vinculação do governo Dilma aos governos Lula; e a comparação destes com os governos anteriores, especialmente, os de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Frequentemente, os discursos também reforçam narrativas utilizadas, ao longo da história de disputa entre os dois partidos, nas campanhas do Partido dos Trabalhadores.

Essa ideia da disputa entre PT e PSDB como favoritos pela disputa dos votos a Presidente da República, que chegava à sexta edição consecutiva, é a mais relevante no programa que abre o HGPE de televisão de Dilma, no dia 19 de agosto de 2014. Ela é legitimada pela fala do ex-Presidente Lula, figura de maior expressão no Partido dos Trabalhadores, que passou o governo para Dilma Rousseff com mais de 80% de aprovação. O caráter de Lula, um carismático ex-Presidente da República e líder reconhecido internacionalmente; e sua empatia, como falante, serão explorados regularmente durante o 1º turno.

A fala de Lula é o clímax do primeiro programa. Ela vem depois de diversas aclamações, políticas e de caráter, sobre Dilma Rousseff e seu governo, apresentadas tendo, ao fundo, uma trilha sonora épica, que denota grandiosidade e apela para o sentimento de nacionalismo. Em seu depoimento, Lula pergunta se o telespectador faria ideia do “prejuízo que o Brasil teria”, se ele, Lula, não tivesse obtido o segundo mandato. E completa: “se outro qualquer tivesse chegado para inventar a roda”.

Figura 1



Ex-Presidente no HGPE de 21/08/2014

A referência a seus antigos adversários como “outros quaisquer”, uma expressão popular e de valor negativo, aponta para um sentimento de superioridade, de Lula em relação aos derrotados em 2006. O tom utilizado é desdenhoso, como é possível verificar no frame<sup>61</sup> da fala de Lula (Figura 1), o que potencializa o efeito da expressão escolhida pelo ex-presidente. A fala se completa com a metáfora “inventar a roda” - associada à realização de um trabalho que já teria sido feito, e tomar os louros para si - em referência aos projetos de governo que o desafiaram naquela eleição de 2006. A intenção dessas expressões e figuras de linguagem parece ser a mesma: desqualificar adversários e planos de governo que desafiaram Lula em 2006, bem como, fazer o mesmo com os adversários e planos de governo que desafiavam Dilma Rousseff em 2014, o que caracteriza o discurso de ódio. Aparentemente, ela pode ter causado o efeito esperado em parte da audiência, pois um dos comentários postados sob a publicação deste programa na rede Facebook, responde à incitação chamando os opositores de Dilma e Lula de “oposiçãozinha medíocre”.

O segundo programa, veiculado no dia 21 de agosto, repete a fórmula utilizada no dia 19/08 e que seria o formato padrão até o final da campanha. Traz, inicialmente, um momento de aclamações aos anos de governo de Dilma e Lula, apresentado com trilha épica ao fundo, que lista conquistas e objetivos alcançados dos dois governos, além de projetos em andamento e futuros. O gancho para esses discursos é, frequentemente, a comparação com os governos tucanos.

Os elementos narrativos trabalham a ideia de dois países distintos, cuja fronteira é a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. Em uma de suas falas, Dilma afirma, por exemplo, que o Brasil havia esperado “décadas” para voltar a investir nas ferrovias, e que isso haveria causado “graves prejuízos” para o país. Não há especificação sobre o que poderia

---

<sup>61</sup> Captura de tela da fala do ex-Presidente Lula no programa 1 de Dilma Rousseff. Tempo inicial (Ti): 7’38”.

ser considerado grave, nem sobre o prejuízo em si, o que demonstra um esvaziamento do discurso, em termos de conteúdo, mas que, nem por isso, compromete seu efeito emocional. Ao contrário, “grave” e “prejuízo” são palavras que despertam significados e emoções muito rapidamente, sem que seja preciso nenhum esforço de raciocínio. Recurso comum nos discursos políticos, tais hipóteses, não apenas, faziam parte do arsenal retórico de Hitler e Goebbels, como eram incentivadas pelo Ministro da Propaganda nazista, durante palestras sobre propaganda que proferia para os integrantes do seu partido, o NSADP (Longerich, 2010).

Uma outra ideia, que estará entre as mais repetidas durante a campanha de Dilma Rousseff, também aparece nesse programa, novamente, apoiada no capital carismático de Lula. Trata-se do antagonismo de setores da imprensa em relação ao governo do Partido dos Trabalhadores. Por três vezes, o ex-presidente Lula endereça estes setores como inimigos da candidatura de Dilma e, portanto, de seus apoiadores e simpatizantes. Lula afirma que a campanha de 2014 iria “servir para mostrar que certa imprensa gosta mais de fazer política do que de informar bem”, e ainda, que “só consegue falar mal e é capaz de esconder obras fundamentais que estão transformando o Brasil”.

As palavras de Lula encontram referência em narrativas históricas sobre a atuação política da mídia tradicional no Brasil, que fazem parte do repertório discursivo do Partido dos Trabalhadores e, da esquerda brasileira, de modo geral, desde o regime militar. O uso dessas narrativas históricas, consolidadas e carregadas de significado semântico e emocional, foi também uma das formas utilizadas para se incitar o ódio, tanto nos anos que precederam o Holocausto, como o genocídio de Ruanda. Elas estão cristalizadas no imaginário dos grupos, e são aceitas de pronto, como dogmas. Por isso, raramente o seu objetivo se trata de recontar uma história que já foi ouvida muitas vezes; mas sim, em utilizar seus significados para despertar de sentimentos negativos, de repulsão, e por vezes, de ódio. O assunto levantado por Lula, novamente, repercute entre os comentários, gerando respostas com alto teor de incitação ao ódio, como “fiscalize essas pestes” e “elitezinha de merda”.

A primeira semana dos programas do HGPE de televisão de Dilma Rousseff tem foco na já tradicional, e esperada para se repetir, disputa entre PSDB e PT pela presidência da República. Os discursos acessam as narrativas históricas, reforçando divisões como as questões de classe. Uma das estratégias utilizadas para abordar esse assunto específico, foi a dramatização audiovisual. Elas aparecem, logo na primeira semana, quando três spots reproduzem as seguintes situações: uma sala de aula cheia de alunos, um casal interessado em adquirir um imóvel, e um homem simples na fila para o *check in* em um aeroporto, atribuídas aos tempos dos governos passados. Na sequência, o tempo diegético passa a dizer respeito ao

período dos governos de Lula e Dilma, e essas pessoas, então, passam a fazer parte das mesmas narrativas. O programa segue explorando a ideia da de classe, apresentando cases não-ficcionais, onde os governos Lula e Dilma são considerados os provedores de uma nova realidade, onde os menos favorecidos não são mais segregados ou deixados de lado.

Narrativas históricas também são utilizadas para falar da disputa entre PT e PSDB, quando a fala dos narradores sentencia que Dilma não fora eleita “para desempregar trabalhador nem para colocar o nosso país de joelhos diante de quem quer que seja”. Essa fala faz referência a duas narrativas, também exploradas pelo Partido dos Trabalhadores durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A primeira, relacionada à política neoliberal do tucano, responsabilizada pelo desemprego no país, que chegara a crescer, apenas no primeiro mandato de FHC, 38%. A segunda, aos três acordos que o PSDBista fechou com o FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de países da União Europeia, Estados Unidos, Japão e Canadá, em socorro da economia brasileira. Mais uma vez, o uso da figura de linguagem “ficar de joelhos”, relaciona o referencial a um ato de submissão ou humilhação. Essa expressão, que fez parte do repertório da oposição ao governo Fernando Henrique no Congresso Nacional e, nas ruas, na voz de movimentos sociais como o MST, mais uma vez, remete à incitação ao ódio.

Durante a primeira semana de HGPE, o Instituto Ibope indicava a liderança de Dilma Rousseff, com 38% das intenções de voto (também líder na rejeição, com 36%), seguida por Aécio Neves, com 23% das intenções de voto (e 15% na rejeição), e, em terceiro, Eduardo Campos, do PSB, com 9%. Tudo levava a crer que se repetiria a disputa entre PT e PSDB. Porém, o acidente aéreo que tirou a vida do candidato do PSB, Eduardo Campos, dias antes do início da transmissão do HGPE, já vinha alterando o comportamento do eleitorado. E os índices divulgados pelo Ibope na segunda semana de campanha mostram uma mudança drástica de perspectiva, apontando, de um lado, a queda de Dilma, de 38% para 34% das intenções de voto; a de Aécio, de 23% para 19%; e a subida da candidata Marina Silva, substituta de Campos, que agora ocupava o segundo lugar na preferência do eleitorado, com 29%. Mais do que isso, em um eventual cenário de segundo turno com Dilma, Marina era a única que poderia derrotar a candidata à reeleição, segundo o Ibope, por uma, relativamente ampla, margem de votos: 9%.

Essa mudança no cenário acabaria refletindo diretamente nas narrativas dos programas de Dilma, possivelmente preparados para enfrentar a concorrência de Aécio Neves. No terceiro programa inédito veiculado após a divulgação da mudança de cenário, no dia 02 de setembro, o alvo preferencial já passa a ser Marina Silva. O programa utiliza imagens de um dos debates entre os candidatos a presidente, em que Dilma faz uma série de questionamentos à candidata



do PSB. A edição mostra Dilma um tom professoral, explicando conceitos básicos à Marina, e passando a ideia de que Marina está despreparada para assumir as responsabilidades da presidência. Em outro momento, levanta dúvidas sobre o posicionamento de Marina em relação ao pré-sal, para depois fazer uma série de aclamações sobre o programa, e assinar: “Ser contra o pré-sal, é ser contra o futuro do Brasil”.

O programa trabalha a ideia de autoridade de Dilma em contraste com uma de ignorância de Marina Silva, que não estaria preparada para assumir o país e não teria apoio político para tanto. Há a promoção de emoções negativas e de medo, como quando ilustra a dubiedade do posicionamento da substituta de Campos sobre o pré-sal, com o uso de uma trilha sonora que remonta a filmes de terror. Pela terceira vez, Lula ocupa o lugar de mensageiro principal, promovendo, novamente, a ideia de um Brasil que havia modificado sua trajetória com a entrada do PT no governo. Antes dele, diz a fala de Lula, “o Brasil teve 36 Presidentes: fazendeiros, empresários, e ‘até intelectuais’, mas nenhum elegeu a educação como prioridade”. A referência, novamente, ao governo FHC, através de narrativas históricas utilizadas com valor negativo. Intelectual era o epíteto pelo qual Fernando Henrique era chamado quando em comparação com Lula, o metalúrgico, num contexto de luta de classe.

Mas o programa se mostra implacável com Marina. A média de ofensividade obtida pelo POD da programação de Dilma Rousseff durante as duas primeiras semanas do HGPE, portanto, antes de ser divulgada a pesquisa trazendo Marina em segundo lugar nas pesquisas, era de 15,41 pontos. Nos quatro programas inéditos que publica durante a semana seguinte, desde que começa a atacar Marina, a ofensividade média dos seus programas sobe para 24,43 pontos. O mesmo acontece com os ataques, que ocorriam, em média, 2,8/prog. sobre questões políticas, e 0,5/prog. sobre questões de caráter. Depois da pesquisa passaram a ser de 10,7/prog. no quesito políticas, e 5/prog. no quesito caráter.

No dia 03 de setembro, o Ibope publica uma nova pesquisa, onde Dilma e Marina se aproximam ainda mais. Dilma ganha 3 pontos, e vai a 37%, enquanto Marina ganha 4 pontos, e vai a 33%. Aécio fica para trás, e cai para 15%. A rejeição de Marina, é a menor, 10%, contra a de Dilma, que é de 32%. No dia 6 de setembro, um sábado, é registrado o programa de maior Potencial de Ofensividade da campanha de Dilma durante o 1º turno, atingindo 45,29 pontos, de 100 possíveis. Ele explora novamente a transformação ocorrida no Brasil através dos governos do PT, utilizando a metáfora da “maior revolução pacífica de nossa história”. A ideia de “revolução” consolida todos os discursos que sustentavam a ocorrência de uma mudança radical, pelas mãos do PT. Tem valor semântico e romântico. Não reeleger Dilma, significaria sair do que era bom, e voltar para o que era ruim. Dilma também adota, definitivamente, o

posicionamento de Marina sobre o pré-sal como sendo negativo, para atacar a candidata. Nesse programa, diz que vai lutar com todas as suas forças contra os “ataques à Petrobrás e ao pré-sal”, e chega a conchamar “brasileiros e brasileiras” para entrar nessa luta “de corpo e alma”.

Destaca-se aqui, além da figura da “luta”, o chamamento para que se entre “de corpo e alma”, ou seja, física e espiritualmente, numa luta que é, conforme a narrativa sustentada durante os programas que antecederam, contra a Marina Silva e contra a imprensa. Por mais popular que seja a metáfora do “corpo e alma”, ainda que minimamente, ela agenda o conflito. Em seu core, um convite para que se entre “de corpo e alma” em uma “luta” é um convite para prestar “todo” o suporte, inclusive físico. Vale lembrar aqui, que uma das metáforas utilizadas pelos comunicadores da Rádio Mil Colinas (RTLMC) de Ruanda, durante os primeiros dias de genocídio, para incitar o extermínio da minoria Tutsi, foi “está na hora da colheita”. Ou seja, como disse Schumpeter (1963), quando os indivíduos estão com os ânimos propensos para o conflito, mesmo mensagens completamente ambíguas podem levar ao seu desencadeamento.

Uma série de relações metafóricas e hiperbólicas são utilizadas para incitar o medo de uma vitória de Marina ao longo da programação de 1º turno. “O 7 de setembro já foi a luta pela democracia, há 12 anos tem sido a luta contra a desigualdade, e em 2014, é a luta pelo pré-sal, ameaçado pela candidata Marina Silva”. Dilma ainda afirma, por duas vezes, que uma vitória de Marina seria “desperdiçar a maior oportunidade de desenvolvimento que já tivemos em toda a história”. A fala de Lula, novamente, conferindo o clímax do programa, é emblemática. O ex-Presidente afirma, com o semblante indignado: “se for necessário, eu mesmo vou mergulhar, e vou buscar esse petróleo, porque esse petróleo é para a educação”. O gestual e modulação da voz conferem ao momento uma dramaticidade que extrapola o caráter da civilidade. Lula está deliberadamente “falando mais alto” ou “falando grosso”, e a ira que lhe domina a fala é mais do que suficiente, para que ela seja compreendida como uma ameaça. Trata-se de uma das declarações mais teatrais de toda a campanha, mas em se tratando de um discurso que tem, como alvo, Marina Silva, e a ameaça que ela então representava, esse discurso poderia, até mesmo ser considerado machista e misógino. Mas a fala de Lula é elogiada nos comentários postados na rede, enquanto Marina é atacada.

Figura 2



Comentário no dia 06/09/2014.

Os programas seguintes baixariam gradativamente o tom de agressividade, até que a próxima pesquisa do Ibope aponta a recuperação de Dilma. Há menos de um mês da eleição, no dia 12 de setembro, a candidata do PT sobe dois pontos, chegando a 39% da preferência do eleitorado, enquanto Marina perde dois pontos, recuando para 31%, e Aécio mantém os 15%. Esses resultados não apresentariam mais variações significativa para Dilma, e a média do POD do terço final do primeiro turno recua novamente para a faixa dos 20 pontos, em 100 possíveis.

Ainda assim, a estratégia dos programas continua sendo explorar as mesmas narrativas sobre a rivalidade com o PSDB e, agora também, com Marina. Mas de uma forma mais leve. Uma das expressões utilizadas pelos narradores fala que “o Brasil não quer voltar atrás, nem dar um salto no escuro”, fazendo referência aos dois oponentes. O humor é outro elemento que aparece nessa fase. A campanha criou o personagem “Pessimildo”, um boneco de pano que faz referência a Aécio Neves, e às pessoas que acreditavam que o Brasil estava entrando em crise, e faziam previsões negativas sobre o futuro com um governo do PT. O uso do personagem ridicularizava o falante e o discurso da oposição, além de incentivava a própria militância a utilizar o epíteto para se referir aos opositores. O uso do humor, ou chiste, não anula os preconceitos e demais sentidos que são por ele estimulados. Ao contrário, ele permite com que o emissor da mensagem se comporte perante o seu sujeito sempre em caráter de superioridade. Para Freud ([1905] 2017, p.17), “o chiste é o juízo que produz ou contraste cômico”, ou seja, contém nele mesmo um julgamento, que pode, muito bem, ser preconceito.

Os 11’24” da propaganda em televisão de Dilma no 1º turno apresentaram uma estrutura semelhante. Normalmente, iniciavam aclamações a políticas de governo que, confirmando as assunções da Teoria Funcional, representaram o tipo preferido de mensagem transmitido por Dilma. No entanto, as aclamações tinham como característica aparecer em comparação com os governos passados. Em seguida, seguiam-se pontos de tensionamento, onde poderiam ter lugar os problemas que o país enfrentava, as críticas recebidas pelos adversários, mas, principalmente, era o momento do ataque. Esse segmento atingiu o seu clímax, em boa parte do 1º turno, através da fala de Lula, e o encaminhamento final reforçava as mensagens de ataque e aclamação, frequentemente encerrando com as mensagens de esperança contidas nos diferentes jingles de campanha.

O ex-Presidente tinha o papel de apresentar, além das mensagens síntese dos cada programa, as declarações mais polêmicas. Em uma de suas falas, Lula diz que escolhera Dilma para lhe substituir, porque a via como uma pessoa que não fazia parte “desse mundinho da política”. O ex-Presidente, na fala sobre a atividade da qual faz parte, utiliza um tom de repugnância, e colocava-se, junto com Dilma, acima de seus pares. O objetivo de gerar polêmica

com esses discursos se justificaria através da relação positiva entre o tom provocativo e a quantidade de engajamento que gerou em todas suas participações.

As narrativas ofensivas e de ódio mais utilizadas pelos programas promoveram a ideia de um país que, antes dos governos do PT, era mal administrado, estava nas mãos da elite, se ajoelhava diante do poder internacional, não prestava bons serviços básicos de educação e saúde, principalmente, e desrespeitava e não valorizava o trabalhador. Os elementos de classe são, portanto, também trabalhados como fatores de incitação ao ódio. Marina Silva foi o alvo direto da maior parte dos ataques sobre caráter, o PSDB foi alvo da maior parte dos ataques sobre política, e a imprensa e o judiciário também foram colocadas em oposição à candidatura de Dilma.

Entre os comentários mais relevantes encontrados no engajamento obtido pelas postagens dos programas na mídia Facebook<sup>62</sup>, os grupos ou indivíduos atacados com mais frequência foram, pela ordem: “Marina”, “Imprensa” e “Tucanos”. Desses comentários, os de maior potencial ofensivo apresentaram os seguintes epítetos: “elitezinha de merda”, “urubus”, “pestes”, “coxinhas”, “vira-latas”, “corja” e “Aécio Never”.

**Tabela 3** Quadro de análise Dilma Rousseff – 1º Turno

Turno	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Ibope		Facebook			
	Política / Caráter		Política / Caráter				Voto / Rejeição		Views	Shares	Comments	Likes
Prog 1	35	20	1	1	1	11,25	1 (38%) / 1 (36%)		x	4300	1200	8100
Prog 2	38	9	8	1	0	20,22	1 (38%) / 1 (36%)		x	6900	1000	7600
Prog 3	16	15	0	1	0	7,64	1 (38%) / 1 (36%)		x	1800	401	2600
Prog 4	26	2	8	2	2	32,05	1 (38%) / 1 (36%)		x	2400	547	4000
Prog 5	20	13	1	0	1	9,63	1 (34%) / 1 (36%)		x	1200	517	3900
Prog 6	18	10	4	0	0	11,83	1 (34%) / 1 (36%)		x	1700	423	3600
Prog 7	30	9	10	4	1	22,27	1 (34%) / 1 (36%)		x	3800	1152	8600
Prog 8	43	4	6	5	0	16,17	1 (37%) / 1 (32%)		x	1500	444	4500
Prog 9	27	8	24	5	0	45,29	1 (37%) / 1 (32%)		x	6700	1300	7800
Prog 10	34	12	3	6	6	24,85	1 (37%) / 1 (32%)		25000	4500	1100	9500
Prog 11	21	4	5	0	1	13,60	1 (39%) / 1 (42%)		5700	1400	859	2900
Prog 12	31	5	2	0	0	3,38	1 (39%) / 1 (42%)		10000	2400	921	6400
Prog 13	18	3	1	1	0	8,67	1 (39%) / 1 (42%)		9800	2200	648	7300
Prog 14	26	3	4	4	1	17,57	1 (39%) / 1 (42%)		21000	4800	1155	7600
Prog 15	25	7	1	1	0	3,97	1 (37%) / 1 (33%)		8100	2100	470	5300
Prog 16	33	8	5	2	3	10,29	1 (38%) / 1 (31%)		17000	4900	1000	8100
Prog 17	37	10	1	0	2	11,17	1 (38%) / 1 (31%)		14000	3700	882	7800
Prog 18	37	16	0	3	2	10,58	1 (38%) / 1 (31%)		11000	2100	775	6500
Prog 19	31	7	7	7	2	16,91	1 (38%) / 1 (31%)		12000	2200	784	6200
Prog 20	46	16	5	4	2	18,67	1 (39%) / 1 (31%)		12000	2300	700	6500
<b>Total</b>	<b>592</b>	<b>181</b>	<b>96</b>	<b>47</b>	<b>24</b>	<b>316,01</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>145.600*</b>	<b>62.900</b>	<b>16.278</b>	<b>124.800</b>
<b>Média</b>	<b>29,60</b>	<b>9,50</b>	<b>4,8</b>	<b>2,35</b>	<b>1,2</b>	<b>15,80</b>			<b>14.550*</b>	<b>3.145</b>	<b>813,9</b>	<b>6.240</b>

\*Os dados sobre visualizações somente se tornaram disponíveis no dia 08 de setembro de 2014.

Na Tabela 3 apresentamos o quadro de análise do 1º turno para Dilma Rousseff. A análise da tabela nos mostra que onze dos vinte programas veiculados no HGPE de Dilma

<sup>62</sup> De acordo com nossa amostra, o algoritmo do Facebook selecionou entre dez e quinze comentários por publicação, que considerava os mais relevantes para o perfil que acessava a página (o do autor), segundo três critérios: 1) comentários ou reações de amigos. 2) comentários de páginas ou perfis verificados. 3) Comentários com mais curtidas e respostas.

Rousseff, ou seja, mais da metade, atingiram uma faixa entre 0 e 15 no POD. A segunda faixa mais comum, foi a faixa entre 15 e 30 no POD, com sete programas, e a faixa acima de 30 no POD, contabilizou apenas dois programas. Isso mostra que a campanha de Dilma, apesar de trabalhar com frequência elementos que consideramos como discursos de incitação ódio, adotou, por preferência, programas menos ofensivos. Comparando, no entanto, o número de compartilhamentos que esses programas atingiram quando publicados na rede Facebook, notamos uma preferência da audiência pelos programas com maior potencial de ofensividade. Abaixo de 15, a média de compartilhamentos ficou em 2.527 por programa. Entre 15 e 30, a média foi de 3.714 por programa. E acima de 30, a média foi de 4.550 compartilhamentos por programa.

#### **4.2.1.2 HGPE de Aécio Neves**

O primeiro turno do HGPE de televisão de Aécio Neves apresenta, como temática principal, uma percepção de esgotamento do governo Dilma Rousseff. Tratava-se de uma construção já corrente entre os opositores do PT, mas que havia se institucionalizado, perante parte da opinião pública, especialmente a partir das manifestações de 2013 e 2014.

A programação de Aécio Neves no HGPE também iria explorar a suposta ligação de figuras do Partido dos Trabalhadores com escândalos de corrupção, que havia surgido ainda durante o primeiro mandato de Lula, mas havia ganho um capítulo novo naquele ano com a Operação Lava-Jato, que investigava a corrupção dentro da Petrobrás. Desde o princípio, pairava no ar, entre a oposição e parte da opinião pública, a desconfiança sobre a anuência, ou até mesmo, a participação direta de Dilma Rousseff e Lula nos arranjos que teriam permitido o esquema de corrupção, apesar de ambos negarem tal conhecimento ou participação.

Assim como aconteceu com a programação de Dilma Rousseff, durante as duas primeiras semanas de HGPE, a campanha do social democrata tem foco direcionado nos governos de seu tradicional oponente político. Durante o primeiro programa, ocupado quase em sua totalidade pelo discurso do candidato, é contada uma história diferente para os avanços que a sociedade brasileira conquistou, se antepondo à apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, em que o Brasil teria mudado para melhor apenas quando Lula assumiu o poder, em 2003. O discurso de Aécio inclui, no processo de transformação e modernização da sociedade, a participação dos governos Fernando Henrique Cardoso, atribuindo-lhes parte da iniciativa e da responsabilidade sobre as melhorias sociais e econômicas alcançadas até então.

O discurso de Aécio inicia reconhecendo os avanços ocorridos durante os anos de governo do PT, para depois partir para o ataque. Ainda que a ideia da necessidade de substituição do partido que há 12 anos estava no governo tenha sido sustentada durante quase que a totalidade do programa, as críticas são colocadas de uma maneira menos incisiva. Em sua fala, Aécio diz que o Brasil estava pior do que quando Dilma assumiu, e enumera os problemas que via na administração federal: inflação, o país teria parado de crescer, os empregos começavam a diminuir, o país era mal governado e o governo não entregava satisfatoriamente os serviços que eram de sua responsabilidade, as pessoas não tinham mais confiança e, em seu ponto mais incisivo, o candidato utiliza uma narrativa consolidada, tanto entre seus apoiadores, como entre os opositores à candidata do PT, sobre a necessidade de união “em torno de um ousado projeto de país, e não apenas de um projeto de poder”.

A exploração da expressão “projeto de poder” traz consigo a ideia de uma espécie de teoria da conspiração. Um plano, que teria sido articulado pelo PT para se perpetuar no governo, e que seria mais importante para o partido do que os planos que havia para o país. Essa narrativa seria capaz de evocar uma série de sentimentos negativos, que poderiam remontar, até mesmo, ao tempo da Guerra Fria.

Figura 3



Comentário que evoca o medo da esquerda

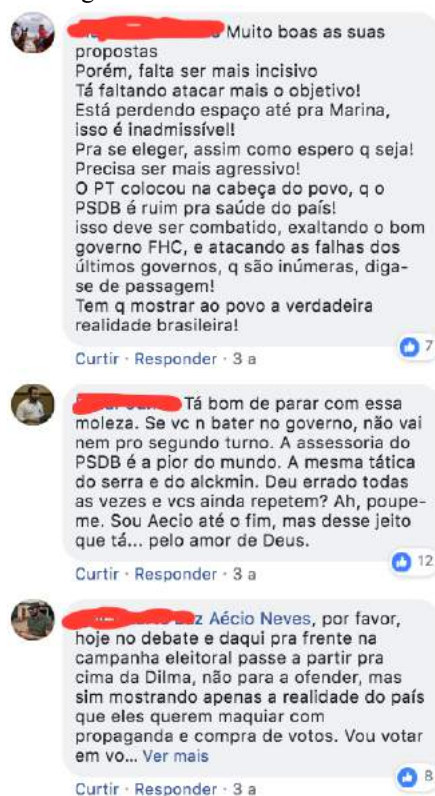
Ela trabalha com o sentimento do medo, e coloca, no Partido dos Trabalhadores a representação do outro antagonista (Gay, 1995), um grupo a ser odiado. No terceiro programa, Aécio afirma que um novo governo deveria agir com “decência e eficiência”. Ao dizer isso, o candidato começa a repetir o tema de seus discursos contra o governo, fazendo referência à alegada falta desses dois elementos durante a gestão de Dilma. Trata-se de um ataque político e de caráter, que encontrava apoio nas reportagens que a mídia vinha publicando sobre os escândalos de corrupção, bem como nas narrativas oposicionistas que haviam gerado a mobilização de parte da sociedade contra o governo do Partido dos Trabalhadores.

O tom dos discursos de Aécio é menos emotivo. O candidato, quando se diz indignado com os escândalos de corrupção, por exemplo, o faz de maneira séria e assertiva, mas passa uma ideia de maior controle sobre suas emoções, de civilidade. Ainda que utilizando uma forma menos direta e suavizada, os programas de Aécio apresentam elementos que remontam para a

incitação ao ódio. Porém, seus discursos podem ter tido mais impacto sobre os indivíduos e grupo alvo (Partido dos Trabalhadores) do que sobre seus apoiadores. Tanto que os comentários sobre os programas postados na sua página da rede Facebook que mais se repetem durante as primeiras semanas, são aqueles pedindo maior agressividade (Figura 6).

Em seu repertório retórico, o uso da ironia, por exemplo, se repete. Da mesma forma que o chiste (Freud, [1905] 2017), o sentimento despertado por essa estratégia linguística confere um caráter de superioridade ao falante em relação ao alvo do discurso. Em uma de suas falas, por exemplo, Aécio diz que “o sonho de consumo dos brasileiros é morar na propaganda do PT, onde não há inflação, não há desemprego e o crescimento é pleno”. Ainda assim, em comparação com alguns discursos de Lula e Dilma Rousseff, mais diretamente críticos e exaltados, os discursos de Aécio parecem ser menos contundentes.

Figura 4



Comentários postados no programa do dia 06 de setembro de 2014

Mas ataques incisivos estão presentes no discurso do candidato tucano. Em um de seus programas, Aécio afirma que o Brasil precisa deixar de ser “um grande corpo, sem um cérebro para governar”. Essa crítica à Dilma, por exemplo, tem alto grau de ofensividade, porque explora representações que a ex-presidente sofria de seus opositores, principalmente, nas redes sociais, sobre as suas qualidades como gestora, bem como, sobre a qualidade de seus próprios discursos.

A partir da segunda semana de HGPE, Aécio passa a dividir sua artilharia entre Dilma e a, agora, segunda colocada nas pesquisas, Marina Silva. No programa da noite do dia 4 de setembro, o candidato tucano enumera críticas ao posicionamento político de Marina, a acusa de ter ficado em silêncio durante o primeiro escândalo que sacudiu o governo Lula, o escândalo do mensalão, e que seu programa de governo apresentaria muitas contradições. Em um determinado momento, Aécio diz que via a candidata do PSB como uma “metamorfose ambulante, que muda ao sabor das circunstâncias”. A referência às alegadas trocas de posicionamento político que Marina teria realizado ao longo de sua carreira tem por objetivo ferir a confiança dos eleitores na candidata. Mas o uso da metáfora cunhada por Raul Seixas, “metamorfose ambulante”, tem um sentido irônico e pejorativo, que a associa à instabilidade e insegurança.

A partir do dia 9 de setembro, a programação de Aécio Neves entre em sua metade mais ofensiva. O candidato abre aquele programa com uma fala de dois minutos (quase metade do programa) sobre a inflação e o escândalo da Petrobrás. Repete a expressão “organização criminosa”, utilizada pela Polícia Federal para se referir ao suposto grupo político que atuava dentro da petrolífera cobrando propinas sobre o valor dos contratos, e no clímax do discurso afirma: “Não dá mais! Não dá mais para aguentar e fingir que isso é razoável! O Brasil não merece esse governo que está tendo!”. O tom desse ataque é de indignação (Figura 5), e a trilha sonora utilizada para cobrir essa parte do discurso contribui para a geração de um sentimento de ansiedade. Na medida em que o candidato altera o objeto do discurso, da indignação com o governo para a esperança, a trilha também acompanha essa mudança.

Figura 5



Aécio Neves ataca governo Dilma no dia 09 de setembro de 2014.

Ao longo desse programa, entram narradores que falam sobre algumas ações de Aécio enquanto fora Governador do Estado de Minas Gerais. Com o uso de recursos gráficos, os



narradores se referem à redução do número de Secretarias e corte de salários dos funcionários da administração pública daquele Estado; à nomeação de gestores qualificados que não eram filiados a partidos políticos; e ao alegado fato de, com isso, ter conseguido gastar “menos com o governo e mais com as pessoas”. A escolha das ações é estratégica, porque atingem a candidatura de Dilma reforçando as críticas que vinham sendo feitas ao longo da campanha de Aécio Neves, representando a cristalização de narrativas derogatórias que se estabeleceram, principalmente, a partir das manifestações de 2013 e 2014. Na sequência do programa, entram depoimentos de políticos proeminentes do PSDB, como José Serra, Geraldo Alkmin, Antônio Anastasia, Álvaro Dias, Beto Richa e Fernando Henrique Cardoso. Ainda que em nenhum momento eles ataquem diretamente a candidatura de Dilma Rousseff, as qualidades que elencam para Aécio são justamente àquelas que a campanha do tucano acusa faltarem à petista.

A campanha de Aécio passa a associar o posicionamento político de Dilma ao de Marina Silva, sugerindo que a segunda colocada estivera ao lado do governo quando durante boa parte de sua vida política e, portanto, não representaria mudança alguma, caso vencesse. Aparentemente, a narrativa gera o efeito desejado, que pode ser verificado no engajamento encontrado entre os usuários da rede Facebook, que apresenta comentários como “chega da cor vermelha suja no poder” em resposta a postagem do programa tucano.

No programa do dia 23 de setembro, é veiculado o programa onde foi verificado o maior potencial de ofensividade no HGPE de Aécio durante o 1º turno. O candidato acusa o Partido dos Trabalhadores de se julgar “o dono do Brasil”, e a então candidata à reeleição, de ter investido 1 bilhão “do dinheiro que você paga” em um porto de Cuba, enquanto o Brasil necessitaria desse investimento em sua própria infraestrutura. A narrativa faz uso de trilha sonora de fundo que confere tom ainda mais grave à denúncia, remontando quase ao fúnebre. Durante todo o programa, candidato e narradores exploram a ideia de não haver projeto para o país, mas sim para uma esquerda radical.

No último dia de HGPE, a campanha de Aécio publicou uma edição do debate transmitido pela rede Record, onde o candidato do PSDB aparece em tela dividida com Dilma, e cobra explicações sobre a existência de um grupo político que teria tomado conta da Petrobrás e estaria fazendo “aquilo que nenhum brasileiro poderia imaginar: negócios há 12 anos” (Figura 6).

Figura 6



Cena do debate na Rede Record

O programa continua com um depoimento de Aloysio Nunes, senador pelo Estado de São Paulo, eleito com a maior votação do país, e candidato a vice-Presidente de Aécio. A fala de Aloysio Nunes conclama os eleitores para uma virada (já que Aécio ainda estava em terceiro lugar nas pesquisas), e utiliza seu caráter de autoridade para dizer, em um tom de repugno, que “a maioria não aguenta mais, nem Dilma, nem o PT”. O penúltimo programa do HGPE do primeiro turno da campanha de Aécio Neves é o que atinge a segunda maior pontuação na medição do POD, conforme apresentado na Tabela 4.

A utilização de sonorização de fundo para os discursos de Aécio difere da estratégia da campanha de Dilma. Os programas do tucano, normalmente, utilizaram músicas que suavizavam o tom crítico. Apenas em alguns casos, essa escolha recaiu sobre faixas que projetavam ansiedade. Enquanto a sonorização de Dilma, como vimos, trabalhava normalmente com a projeção do medo, durante as críticas aos seus adversários. Essas escolhas serão marcadas durante toda a programação do primeiro turno.

A figura de Aécio é explorada constantemente durante a programação. Os discursos do candidato, frequentemente, iniciam com o reconhecimento de avanços que os governos de Lula e Dilma fizeram e, depois, descarregam críticas que se concentram em três narrativas principais: a necessidade de mudança, a alegada falta de decência do governo, e o projeto de poder do Partido dos Trabalhadores.

Analisando o quadro de primeiro turno da campanha de Aécio Neves, percebemos que a metade dos programas do candidato, onze de 22, atingiram a faixa média, entre 15 e 30 pontos no POD. Seis programas ficaram entre 0 e 15; e cinco ultrapassaram os 30 pontos no POD. Comparando com os compartilhamentos desses programas na rede Facebook, da mesma forma, notamos que a preferência foi por programas com potencial mais alto de ofensividade. A faixa acima de 30 teve média de 5.280 compartilhamentos; a entre 15 e 30, 3.927 compartilhamentos, e abaixo de 15, 3.866 compartilhamentos.

**Tabela 4** Quadro de análise Aécio Neves – 1º Turno

Turno	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Ibope	Facebook			
	Política / Caráter		Política / Caráter					Voto / Rejeição	Views	Shares	Comments
Prog 1	1	1	12	1	0	30,37	2 (23%) / 2 (15%)	x	9100	3700	18000
Prog 2	7	5	1	0	0	21,66	2 (23%) / 2 (15%)	x	3300	1215	8700
Prog 3	10	9	1	0	0	15,74	2 (23%) / 2 (15%)	x	4000	914	10000
Prog 4	5	3	4	0	2	6,66	2 (23%) / 2 (15%)	x	1500	663	5500
Prog 5	2	1	0	0	0	6,66	3 (19%) / 2 (18%)	x	1200	339	6200
Prog 6	3	1	4	0	0	20,00	3 (19%) / 2 (18%)	x	1800	424	6800
Prog 7	9	8	3	0	0	20,00	3 (19%) / 2 (18%)	x	1400	451	5800
Prog 8	14	9	9	1	0	24,81	3 (19%) / 2 (18%)	x	7300	1012	9400
Prog 9	14	3	7	1	0	23,33	3 (19%) / 2 (18%)	x	2700	755	9400
Prog 10	13	6	12	3	0	14,52	3 (15%) / 2 (21%)	x	4700	766	5600
Prog 11	9	5	12	2	0	9,07	3 (15%) / 2 (21%)	19000	2900	737	6900
Prog 12	18	18	14	2	0	23,51	3 (15%) / 2 (21%)	25000	5400	975	9600
Prog 13	20	6	3	9	0	33,14	3 (15%) / 2 (35%)	4300	1400	527	4100
Prog 14	10	12	10	1	0	25,00	3 (15%) / 2 (35%)	10000	3200	608	7200
Prog 15	7	20	0	0	1	11,11	3 (15%) / 2 (35%)	14000	5800	984	12000
Prog 16	9	7	5	7	0	26,85	3 (17%) / 3 (21%)	9600	3300	630	6300
Prog 17	5	9	12	11	0	54,62	3 (19%) / 2 (19%)	26000	5300	1062	10000
Prog 18	14	12	4	1	1	15,37	3 (19%) / 2 (19%)	22000	3700	603	9800
Prog 19	2	6	9	5	0	31,11	3 (19%) / 2 (19%)	38000	5900	955	13000
Prog 20	9	7	4	3	0	25,18	3 (19%) / 3 (19%)	51000	7100	865	17000
Prog 21	9	6	11	2	0	36,29	3 (19%) / 3 (19%)	36000	4700	1000	18000
Prog 22	6	8	0	8	0	14,44	3 (19%) / 3 (19%)	47000	7100	1300	26000
<b>Total</b>	<b>196</b>	<b>164</b>	<b>133</b>	<b>59</b>	<b>4</b>	<b>489,44</b>	<b>-</b>	<b>301.900*</b>	<b>92.800</b>	<b>20.485</b>	<b>215.700</b>
<b>Média</b>	<b>8,90</b>	<b>7,45</b>	<b>6,04</b>	<b>2,68</b>	<b>0,18</b>	<b>22,24</b>		<b>25.158*</b>	<b>4.218</b>	<b>931,13</b>	<b>9.804</b>

\*Os dados sobre visualizações somente se tornaram disponíveis no dia 08 de setembro de 2014.

#### 4.2.1.3 Comparativo Dilma x Aécio 1º turno

O primeiro comparativo (tabela 5) mostra que, durante o primeiro turno, as campanhas de Dilma Rousseff e Aécio Neves atenderam às previsões da Teoria Funcional dos Discursos (Benoit, 2007), utilizando, ambas, mais aclamações do que ataques, e mais comentários sobre políticas do que sobre caráter. Dilma Rousseff, a incumbente, atacou menos e se defendeu mais do que Aécio Neves. O quadro também nos mostra que, em média, houve um maior grau de ofensividade na programação de Aécio Neves. E, por fim, que o número de engajamentos é maior, também, na página do candidato do PSDB.

**Tabela 5** Comparativo Dilma Rousseff e Aécio Neves – 1º turno

Dilma R. 1º T.	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Views	Facebook		
	Política / Caráter		Política / Caráter					Shares	Comments	Likes
<b>Total</b>	592	181	96	47	24	316,01	145.600*	62.900	16.278	124.800
<b>Média</b>	29,60	9,50	4,8	2,35	1,2	15,80	14.550*	3.145	813,9	6.240

Aécio N. 1º T.	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Views	Facebook		
	Política / Caráter		Política / Caráter					Shares	Comments	Likes
<b>Total</b>	196	164	133	59	4	489,44	301.900*	92.800	20.485	215.700
<b>Média</b>	8,90	7,45	6,04	2,68	0,18	22,24	25.158*	4.218	931,13	9.804

\*O número de visualizações leva em consideração apenas os programas que foram ao ar a partir do dia 09/09/2014

**Tabela 6** Comparativo do engajamento no Facebook – 1º turno

	Aécio Neves	Dilma Rousseff
POD médio	22,24	15,80
Seguidores Facebook	2.100.000	1.300.000
Shares (%)	0,20	0,24
Comentários (%)	0,04	0,06
Likes (%)	0,46	0,48

Os números obtidos junto à rede Facebook, levando em consideração a quantidade de seguidores que cada candidato possuía em sua página oficial ao final do 1º turno (2,1 milhões para Aécio Neves e 1,3 milhão para Dilma Rousseff), nos possibilitaram a criação da seguinte tabela (tabela 6). Podemos perceber que o engajamento dos seguidores de Aécio Neves, embora tenha sido maior em números totais, quando verificado em termos proporcionais, é menor do que o dos seguidores de Dilma Rousseff. A ordem de preferência desses perfis foi por curtidas (*likes*), compartilhamentos (*shares*) e comentários, para ambos grupos de seguidores.

Em nossa análise, consideramos o engajamento do tipo compartilhamento como o mais relevante. A escolha se baseia em demandar um esforço maior do que o do tipo curtida (dois cliques ao invés de um), além de gerar um comprometimento com o discurso, uma vez que reproduz na íntegra o programa de seu candidato. Presumimos, com isso, que, ao compartilhar, o seguidor assume, como suas, as intenções e os sentidos despertados por aquele programa, diante da sua rede de contatos.

**Tabela 7** Comparativo compartilhamentos/POD – 1º turno

	Aécio Neves			Dilma Rousseff		
	0-15	15-30	30-100	0-15	15-30	30-100
Índice POD						
Nº HGPE	6	11	5	11	8	2
Shares (%)	0,18	0,18	0,25	0,19	0,28	0,35

Na tabela 7, após dividirmos os programas em faixas de POD: 0-15; 15-30; e 30-100, calculamos o percentual médio de compartilhamentos para cada faixa de POD, nos dois grupos de seguidores. O resultado mostrou que ambos preferiram compartilhar programas com maior potencial ofensivo, e que neste caso, o grupo de seguidores de Dilma demonstrou preferência maior por esse tipo de programa.

Entre os seguidores de Dilma Rousseff, o percentual de compartilhamento aumentou regularmente conforme o grau de ofensividade. Já entre os de Aécio Neves, o percentual se

manteve constante para as duas primeiras faixas, aumenta apenas quando alcançou o POD 30 ou mais.

#### **4.2.2 Segundo Turno (9/10 a 24/10/2014):**

##### **4.2.2.1 HGPE de Dilma Rousseff**

O HGPE do segundo turno tem início no dia 9 de outubro com uma mudança de cenário importante. Após a virada de Aécio Neves sobre Marina Silva, o candidato tucano passa a ser, também, o líder nas pesquisas sobre a intenção de voto, com 46% contra 44% de Dilma Rousseff. A rejeição a Dilma também aponta para um cenário negativo em torno de sua candidatura, chegando, novamente aos piores níveis do primeiro turno, 41%, enquanto a de Aécio, mesmo subindo 14 pontos, ficava em 33%.

As campanhas já não dividiriam mais a atenção entre ataques a mais de um candidato. Ao contrário, os 21 anos de disputa pela Presidência da República, entre PT e PSDB, garantiam a Dilma e Aécio a oportunidade de utilizarem um vasto repertório linguístico de combate, reunido longo de, pelo menos, seis eleições presidenciais.

E o primeiro programa de Dilma já dá mostras da extensão desse arsenal. Durante sua fala, a candidata afirma não fazer ataques ao opositor: “mas é fato que ele representa o modelo que quebrou o país três vezes; que abafou todos os escândalos de corrupção; que privatizou o patrimônio público a preço de banana; que causou desemprego altíssimo, arrocho salarial e recessão; que se curvou ao FMI; que esqueceu dos mais pobres; que não investiu nem na área social, nem em infraestrutura”. E ainda, “o Brasil de hoje é muito diferente do Brasil que o meu adversário representa, e que varria tudo para debaixo do tapete. Aquela apatia, aquela distância, aquela insensibilidade, aquele conformismo, ficaram para trás”. O discurso de Dilma enumera referências históricas negativas sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso, quase todas, potencializadas pelo uso de metáforas e hipérboles. Tanto a repetição dos elementos e o uso das figuras de linguagens; como os valores atacados – políticos, de classe e de caráter - que a candidata trabalha em seu discurso, evidenciam a intenção por trás dessa representação, que é a de impor, sobre a candidatura de Aécio Neves, valores negativos que exacerbariam o interesse político.

Ainda durante o primeiro programa, um dos narradores utiliza uma fala do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual teria afirmado que a votação expressiva alcançada pela candidata do PT na região Nordeste não se deveria ao fato dos eleitores serem pobres, mas sim, mal informados. De acordo com o narrador, FHC estaria, dessa forma, chamado os mais pobres

de ignorantes. A fala do narrador foi apresentada com o uso de recursos gráficos que potencializavam sua interpretação. A trilha sonora, ao fundo, denotava gravidade, tensão e medo. Além disso, as palavras de FHC foram reproduzidas em texto, ocupando metade da tela, e entre aspas. Esse tipo de construção, mesmo que apresente um caráter político, tem como alvo principal o objeto de seu discurso, ou seja, a pessoa do ex-presidente. Trata-se de uma forma de produção de sentido que objetiva oferecer interpretações alternativas e, normalmente, negativas do dito. Devido à sua propriedade heurística – superficialidade ou facilidade cognitiva – esses construtos apresentam, como propriedade, a característica de serem consumidos e reproduzidos massivamente, disseminando um sentido já fechado, que dispensaria o esforço do pensamento crítico. No entanto, o fato de uma narrativa se tornar popular ou banal não a isenta de transportar em seu sentido a incitação ao ódio. Ao contrário, é justamente quando isso acontece, que o ódio está em plena atividade.

Essa era a quarta vez consecutiva em que os partidos se enfrentavam no segundo turno, e a primeira em que o PSDB chegava nessa condição como líder das pesquisas de opinião. O segundo turno seria, portanto, ainda mais disputado, e o uso de uma retórica de contraste, neste caso, a tendência de discurso para as duas candidaturas. No segundo programa, a fala de Dilma aponta diferenças entre o que chamou de “dois modelos de país”. Se defendendo de um dos principais argumentos de Aécio, Dilma afirma que, em seu governo, o combate à corrupção havia sido incentivado, enquanto nos governos do PSDB, não. Boa parte desse programa é ocupada por um narrador que cita casos de corrupção supostamente ocorridos em governos do PSDB. O quadro apresentado tem fundo cinza, utiliza manchetes de sites e jornais para legitimar a narrativa, e tem ao fundo, uma trilha sonora de tensão, ansiedade e medo. Por fim, o narrador pergunta, demonstrando uma face e gestos que remetem ao sentimento de ódio (figura 7): “percebeu a diferença entre os dois modelos de governo? Enquanto o modelo tucano varria tudo para baixo do tapete, Dilma defende que tudo se investigue, se apure. Porque quem não deve, não teme”.

Figura 7



Frame do programa exibido na noite de 10/10/2014, aos 5'13”

Assim como o argumento da corrupção, no governo do PT, se repetiria nos ataques de Aécio; a resposta apontando para a corrupção no PSDB seria adotada pela campanha de Dilma durante todo o segundo turno. Ao final do programa, a interpretação sobre a fala de FHC levada ao ar na abertura do HGPE de 2º turno é retomada, quando entram imagens de Dilma em viagem pelo interior de estados nordestinos, e o narrador, em off, afirma que a candidata estivera na região transmitindo sua mensagem “contra o preconceito ao Nordeste”. Corta para o discurso de Dilma: “aqueles que dizem que aqui estão as pessoas que não sabem votar nunca estiveram aqui, nunca conheceram a qualidade desse povo”.

Esse tipo de construção tem por objetivo a consolidação de narrativas que despertam sentimentos negativos sobre grupos ou indivíduos, no caso, o ex-Presidente FHC. Quanto maior for a reprodução dessas narrativas, especialmente por canais oficiais ou autoridades, maior será a sua consolidação como repertório de argumentação e, por consequência, menos serão questionadas. Podemos encontrar esse tipo de elaboração, principalmente, em dois dos três casos paradigmáticos desse trabalho: nas construções sobre o pretenso plano judaico de dominação mundial; e sobre a intenção da *Rwandan Patriotic Front* de submeter a população hutu, novamente, ao julgo dos tutsis. São histórias que foram repetidas com certa regularidade através os meios massivos e que acabaram se consolidando em parte da opinião pública.

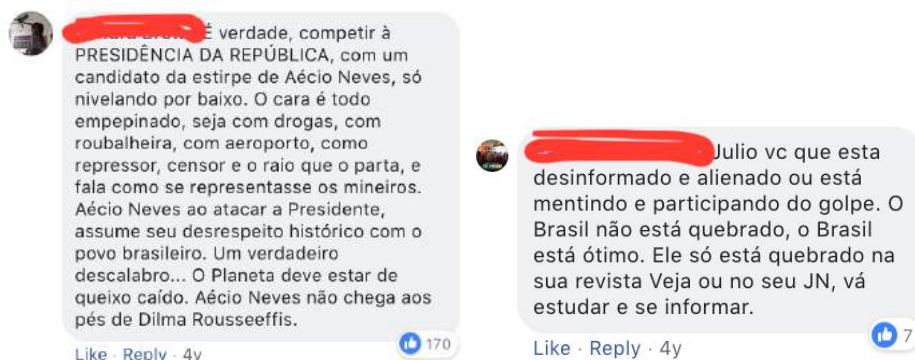
Outra narrativa que é explorada através da mesma estratégia aparece no programa seguinte, veiculado no dia 11 de outubro. A alegada disposição de Aécio Neves para adotar medidas impopulares em socorro à economia, bem como a escolha de Armínio Fraga para ocupar a vaga de Ministro da Fazenda, em caso de vitória, são exploradas como argumento contra os tucanos. A fala do candidato é interpretada pelos narradores do programa de Dilma: “medidas impopulares podem significar cortes na educação, na saúde e em programas sociais”; e apresentada como ameaça, a partir de elementos que projetam o medo, como a trilha sonora tensa e enquadramentos que favorecem expressões faciais que denotam o sentimento de preocupação. O tema é repetido no próximo programa, dessa vez com uma fala de Dilma Rousseff reforçando o discurso: “É muito difícil não se indignar quando meu adversário fala em tomar medidas impopulares. Ora, se são impopulares, é porque são contra o povo. E eu tenho um lado, o lado do povo”. No mesmo programa, mas em outro quadro, a candidata afirma que “não podemos voltar atrás para o Brasil que era governado por uma elite e para uma elite”.

O programa seguinte trabalha novamente com fala de FHC sobre a votação na região Nordeste obtida por Dilma. O “novo Nordeste”, como chama a candidata, e as características das pessoas que moram lá, são exaltadas durante o programa. Ao final do quadro, uma música

é reproduzida, contendo na letra um pedido para que se respeite o Nordeste. De acordo com a narrativa do programa, a região estava esquecida “pela insensibilidade histórica de todos os governantes”, mas foi libertada, pelos governos Lula e Dilma, “de suas mais profundas amarras”.

A figura de Lula também aparece no segundo turno trazendo mensagens divisivas. Em sua fala durante o programa do dia 16 de outubro, o ex-Presidente depois de repetir algumas narrativas sobre o trabalhador ter sido “jogado no desalento”, jovens perderem a esperança no futuro, e andar de avião ser coisa para poucos durante o governo do PSDB, sentencia: “Digo isso para alertar que aqueles mesmos que diziam que isso tudo era impossível, esse Brasil que vocês ajudaram a construir, são os mesmos que tentam voltar agora” e ainda: “qualquer remédio deles tem o gosto amargo do desemprego e do arrocho salarial”. Entre os comentários publicados na rede Facebook depois do programa, ataques a Aécio Neves e à imprensa.

Figura 08



Capturas de Tela dos comentários mais relevantes no programa do dia 16/10/2014

No dia 20 de outubro, outra fala divisiva de Lula contra é publicada no HGPE. Dessa vez, no entanto, é um vídeo de um comício, onde o ex-Presidente faz uma série de ataques à candidatura de Aécio Neves. De forma bastante acintosa, Lula afirma que o tucano é o candidato dos banqueiros: “não vai ser nenhum banqueiro, brasileiro ou estrangeiro, que vai dizer quem é bom para a gente votar” (sic). O discurso de Lula transmite a ideia conspiratória de um vínculo entre a candidatura do PSDB e interesses de banqueiros internacionais. As teorias conspiratórias são exemplos claros da promoção do medo entre a massa. Ao levantar hipóteses que fogem ao alcance do entendimento da audiência, ou até mesmo, são difíceis de serem verificadas ou comprovadas, o que resta aos ouvintes, são as qualidades do falante.

A narrativa sustentada por Lula, sobre a candidatura de Aécio atender aos interesses de banqueiros, também encontra consonância com argumentos previamente agendados na mente da audiência, durante a campanha ou, até mesmo, historicamente, desde o início dos anos 1990.



Trata-se da ação clássica do fenômeno psicológico do *priming*, onde os indivíduos acessam memórias recentes ou passadas, para formarem sentidos sobre os estímulos recebidos. Essa é uma característica que se mostra frequente na programação do HGPE de Dilma Rousseff, onde sentidos são produzidos tendo como apoio, elementos trabalhados em programas anteriores.

Figura 09



Captura de tela do programa exibido no dia 20/10/2014

Na sequência do discurso (figura 09), Lula pergunta, em tom desdenhoso, “onde estava o Aécio” quando Dilma estava presa e lutando pela democracia, e afirma que o comportamento do candidato do PSDB não seria o comportamento de alguém que tem responsabilidade, mas de um “filhinho de papai”. Provavelmente, Lula está se referindo, com essas palavras, aos discursos de Aécio Neves, que estariam, segundo o ex-Presidente, incitando a polarização e o ódio ao Partido dos Trabalhadores. Podemos estar aqui, diante do fenômeno da projeção, já que Lula, isoladamente, foi a figura que produziu os ataques de maior potencial de incitação durante todos os programas analisados do HGPE.

No dia 22 de outubro, o programa do HGPE de Dilma Rousseff inicia com uma narração em off do locutor oficial, em tom emotivo, com trilha de fundo sensível, e coberta com imagens de apoiadores emocionados, que diz: “Uma onda feita de força e amor, de esperança e coragem, tomou conta do Brasil. Há muito, que uma campanha não mexia tão profundamente com as nossas mentes e corações. Há muito, que uma campanha não resgatava o que a política tem de melhor: o poder de mobilizar, mostrando de que lado cada um de nós está nas horas decisivas”. Talvez por ter a intenção de atingir o grupo de indecisos ou aqueles eleitores ainda não convictos de seu voto, esse discurso apresenta essa característica maniqueísta, altamente polarizadora, pois não faz referência a candidato ou partido, mas divide o eleitorado: de um lado estariam aqueles que fazem parte de uma onde feita de amor, esperança e coragem. De outro, os eleitores de Aécio Neves. O mesmo narrador, afirma ainda durante o programa, que “o Brasil que já mudou, o Brasil que quer continuar mudando, o Brasil que não quer voltar atrás, nem abre mão das suas conquistas, este é o Brasil que, nesta reta final de campanha, faz

questão de levar a sua força, o seu carinho, o seu apoio, à Presidenta que garante um país mais justo, inclusivo e participativo.”

No dia 23 de outubro, o programa de Dilma apresenta uma música, interpretada por diversos artistas, e em diferentes estilos, como samba, hip hop, pop, que tem como refrão a ideia de um novo Brasil. Em determinado momento (figura 10) a letra, em tom de hip hop, diz: “caminhamos por mapas que não pisaremos mais/ erradicamos a fome e a miséria ficou para trás/ aeroportos clandestinos, presídios, vamos pensar/ redução da maioria para nos exterminar”.

Figura 10



Captura de tela, programa do dia 23/10/2014.

A estrofe traz elementos de diversas narrativas consolidadas: o governo do PSDB; as conquistas do governo do PT; denúncias contra Aécio Neves; e encerra com uma ideia genocida. Esse clipe seria repetido em todos os programas até o final da campanha, e a associação que faz entre a candidatura de Aécio Neves e o extermínio (sobretudo de moradores da periferia, consumidores do estilo musical e representados na figura dos intérpretes), considerado o crime mais terrível da humanidade, é a que atinge o maior grau de ofensividade em nossa medição. O argumento sobre a intenção de extermínio foi utilizado em Ruanda, e gerou, como resposta natural, um reflexo de autodefesa que vinculou o desejo de morte direcionado o causador da ameaça original.

A força dessa mensagem também cimenta uma ideia de divisão de classe que foi reproduzida em todos quase todos programas do segundo turno. Os ataques à candidatura de Aécio Neves repetiram, principalmente, a temática da ameaça que um eventual governo do PSDB representaria para o trabalhador, e do “modelo tucano” de governar. Entre os principais argumentos de incitação ao ódio, aparecem os que atribuíam ao PSDB um governo “da elite e para a elite”, da insensibilidade histórica, que tinha preconceito com o Nordeste, que esquecera os pobres, que chamara os aposentados de vagabundos e os nordestinos de ignorantes, que se

curvara ao FMI, que varreu a corrupção para baixo do tapete, que preferiu distribuir dividendos a acionistas ao invés de fazer obras necessárias de saneamento em São Paulo, que pouco se importou com o sofrimento das pessoas, que deixou trabalhadores jogados no desalento, e que, andar de avião e frequentar faculdade era privilégio de poucos.

Mas um último capítulo ainda estaria reservado para o HGPE de segundo turno da campanha do Partido dos Trabalhadores. Há três dias da eleição, a revista *Veja* antecipa a publicação de sua edição semanal. Na capa, acusa Dilma Rousseff e Lula de saberem tudo sobre os esquemas de corrupção na Petrobrás, tendo por base o vazamento de uma delação premiada do doleiro Alberto Youssef (figura 11).

Figura 11



Na tarde do dia 24 de outubro, último dia do HGPE e sexta-feira anterior à eleição, o penúltimo programa de Dilma vai ao ar respondendo às acusações da revista. O apresentador abre o programa afirmando que “toda a campanha é a mesma coisa” e que a revista sempre tenta prejudicar os candidatos do PT e interferir no resultado das eleições. Chama a publicação de vergonhosa, pois não haveria provas do que a revista dizia: “mas para *Veja*, isso é o de menos. O que importa mesmo é tentar evitar de todas as maneiras a vitória de Dilma. Mesmo que para isso, todas as regras da ética e da decência jornalística sejam atropeladas”. A edição do programa passa, então, a mostrar uma série de capas que a revista publicara ao longo dos anos em crítica ao Partido dos Trabalhadores, até que o apresentador afirma: “nenhuma dessas supostas denúncias foram capazes de reverter o resultado das urnas. Mas a revista não desiste. Cega pelo ódio ao PT e a tudo que é popular, ela não se importa de insistir no erro de sempre,

e assim, escreve um dos mais tristes e lamentáveis capítulos da história do jornalismo brasileiro”.

O programa dá lugar ao discurso de Dilma Rousseff, dizendo que gostaria de encerrar a campanha de outra forma, mas que não poderia se calar “frente a esse ato de terrorismo eleitoral articulado pela revista *Veja* e seus parceiros ocultos”, e ainda, que “todos os eleitores sabem da campanha sistemática que esta revista move, há anos, contra Lula e contra mim”. Ao longo de sua fala, Dilma ataca a revista através do uso das expressões “maledicência”, “absurdo”, “tremenda injustiça”, “excedeu todos os limites da decência e da falta de ética”. Em seu momento mais exaltado, a fala de Dilma usa os seguintes termos: “a revista comete esta barbaridade, esta infâmia, contra mim e Lula, sem apresentar a mínima prova. Isso é um absurdo. Isso é um crime. É mais do que clara a intenção malévola da *Veja*, de interferir de forma desonesta e desleal nos resultados das eleições”. Ao final de sua fala, que tem duração de quase três minutos (2’52”), Dilma diz que “a consciência livre da nação não pode aceitar que mais uma vez se divulgue falsas denúncias no meio de um processo eleitoral em o que está em jogo é o futuro do Brasil. Os brasileiros darão sua resposta a *Veja* e seus cúmplices nas urnas. E eu, darei a minha resposta a eles na justiça”.

Na sequência do programa, são apresentados os resultados das pesquisas de opinião que passavam a apontar para o crescimento da candidatura de Dilma, retomando a liderança que estava desde o início do segundo turno com Aécio Neves, e então, alternam-se uma série de discursos divisivos, nas falas de Lula e Dilma, que irão acirrar os ânimos e elevar a tensão do programa. As participações de Lula, bastante exaltadas falam em: “a resposta que a gente vai dar para eles é a vitória”, e “o que eu quero é que cada filho de cada trabalhador tenha o direito de fazer uma universidade, de ser chamado de doutor”. Nas falas de Dilma: “somos aqueles que sempre acreditaram no Brasil”, “eu não fui eleita, nem serei reeleita para desempregar trabalhador”, e ainda, “eu não fui eleita, nem serei reeleita para colocar o país de joelhos diante de quem quer que seja”. O programa é o que atinge o maior número de visualizações entre todos os publicados no Facebook de Dilma Rousseff, tendo sido assistido 849 mil vezes. Também é o mais compartilhado, com 31000 reproduções, e o mais comentado, com 6100 interações.

No programa veiculado à noite, a fala do apresentador, respondendo à *Veja*, é reduzida, mas reproduz a mesma abertura. Na sequência, novamente alterna-se discursos de Dilma e Lula. A primeira participação da candidata traz a fala: “o Brasil que queremos e estamos construindo é o Brasil do amor”, faz referência a um Brasil, o do amor, deixando no ar, portanto, a ideia da existência de outro Brasil, diferente. Se apropria de um valor universal, o amor, relegando à candidatura adversária o seu contraponto. É um discurso que reforça, assim, as narrativas

divisivas e maniqueístas que vinham sendo veiculadas durante a campanha. Após Dilma, uma breve fala de Lula: “a gente já sabe o que foi o Brasil dos tucanos”; seguida pela apresentação de cases onde pessoas humildes se formam em medicina, conquistam a casa própria e voltam a estudar graças aos programas do governo do Partido dos Trabalhadores, em todos os casos, fazendo referência a um “novo Brasil” ou a “um tempo onde isso não era possível”, ilustram a divisão que vinha sendo proposta pelo programa. A candidata reaparece, confirma o sentido do programa em três comparativos: “se antes a nossa preocupação era combater a fome, hoje o nosso compromisso é melhorar a qualidade do emprego”; “se antes, o problema era pobreza, hoje o esforço é para melhorar a qualidade dos serviços públicos”; e por fim, “O Brasil mudou. Os tempos e os desejos são outros”.

Na sequência, Lula, em fala novamente acintosa, diz: “a resposta que a gente vai dar para eles é a vitória da Dilma no dia 26 de outubro”. A frase de Lula assume a existência de uma provocação, cuja resposta a ser dada seria a vitória. O tom emocional, seus gestos e a modulação da sua voz, levam a crer que tal provocação o indigna profundamente. E os discursos divisivos continuam até o encerramento. Durante a noite, após a exibição do programa, cerca de 200 manifestantes atacaram o prédio da Editora Abril, que publica a revista *Veja* (Figura 12).

Figura 12



Captura de tela reportagem exibida no Jornal Hoje sobre o ataque à sede da Editora Abril na madrugada do dia 25/10/20

A análise do HGPE do 2º turno de Dilma Rousseff (tabela 8) mostra que mais da metade dos programas (nove de 17) ultrapassaram os 30 pontos na escala do POD. Desses, cinco ultrapassaram os 40 pontos e, três, chegaram próximos aos 50 pontos. Na faixa entre 0 e 15 pontos encontramos quatro programas, e o resultado se repetiu para a faixa entre 15 e 30 pontos. Isso aponta para a preferência, da campanha de Dilma, no segundo turno, por programas que apresentassem um potencial de ofensividade mais alto como mostra a tabela 9. Alguns fatores, como estar atrás nas pesquisas, e a rivalidade histórica entre PSDB e PT, no entanto, podem ter contribuído para essa alteração.

**Tabela 8** Quadro de análise Dilma Rousseff – 2º Turno

Turno	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Ibope		Facebook			
	Política / Caráter		Política / Caráter				Voto / Rejeição		Views	Shares	Comments	Likes
Prog 1	21	30	19	16	6	29,83	2 (44%) / 1 (41%)		383000	19000	3400	19000
Prog 2	30	16	8	20	2	32,83	2 (44%) / 1 (41%)		398000	20000	3600	15000
Prog 3	27	13	19	7	4	10,91	2 (44%) / 1 (41%)		222000	9700	3700	18000
Prog 4	35	19	6	12	0	14,66	2 (44%) / 1 (41%)		89000	4000	1500	10000
Prog 5	34	11	22	6	1	33,58	2 (44%) / 1 (41%)		165000	12000	2900	22000
Prog 6	44	11	8	10	3	31,91	2 (44%) / 1 (41%)		102000	7300	1900	13000
Prog 7	14	10	38	15	1	48,16	2 (49%) / 1 (36%)		113000	8000	2400	14000
Prog 8	34	19	13	7	6	24,91	2 (49%) / 1 (36%)		510000	23000	3500	31000
Prog 9	25	20	24	19	2	44,16	2 (49%) / 1 (36%)		82000	5400	2400	11000
Prog 10	41	10	8	3	2	10,16	2 (49%) / 1 (36%)		89000	4200	1600	13000
Prog 11	25	15	26	16	0	41,66	2 (49%) / 1 (36%)		192000	10000	2300	15000
Prog 12	24	9	29	17	2	49,00	2 (49%) / 1 (36%)		109000	5200	1800	15000
Prog 13	45	6	8	5	2	14,50	2 (49%) / 1 (36%)		203000	9600	1800	16000
Prog 14*	15	10	7	9	0	27,41	2 (49%) / 1 (36%)		426000	19000	3700	25000
Prog 15	19	17	9	8	0	24,50	1 (54%) / 2 (36%)		263000	11000	3000	22000
Prog 16	5	21	11	35	8	49,91	1 (54%) / 2 (36%)		850000	30000	6500	24000
Prog 17	20	29	19	13	3	32,91	1 (54%) / 2 (36%)		468000	20000	5000	34000
<b>Total</b>	<b>458</b>	<b>266</b>	<b>274</b>	<b>218</b>	<b>42</b>	<b>521,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.663.000</b>	<b>218.400</b>	<b>68.300</b>	<b>317.000</b>
<b>Média</b>	<b>26,94</b>	<b>15,64</b>	<b>16,11</b>	<b>12,82</b>	<b>2,47</b>	<b>30,64</b>			<b>274.294</b>	<b>12.847</b>	<b>4.017</b>	<b>18.647</b>

\*O programa 14 de Dilma Rousseff teve 8'10" de duração, por determinação do TER

**Tabela 9** Comparativo Dilma Rousseff - 1º turno (20 prog.) x 2º turno (17 prog.)

Dilma R. 1º T.	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Facebook - 1,3 milhão seguidores			
	Política / Caráter		Política / Caráter				Views	Shares	Comments	Likes
<b>Total</b>	592	181	96	47	24	316,01	145.600*	62.900	16.278	124.800
<b>Média</b>	29,60	9,50	4,8	2,35	1,2	15,80	14.550*	3.145	813,9	6.240

Dilma R. 2º T.	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Facebook - 1,9 milhão seguidores			
	Política / Caráter		Política / Caráter				Views	Shares	Comments	Likes
<b>Total</b>	458	266	274	218	42	521,00	4.663.000	218.400	51.200	317.000
<b>Média</b>	26,94	15,64	16,11	12,82	2,47	30,64	274.294	12.847	3.011	18.647

Comparando o engajamento do tipo compartilhamento por faixa de POD, os programas com potencial menos ofensivo, na faixa de 0 a 15, foram compartilhados, em média, 6,8 mil vezes. Os programas na faixa de 15 a 30, atingiram uma média de 18 mil compartilhamentos. E os programas de potencial mais ofensivo, na faixa acima dos 30 pontos, em média, foram reproduzidos 13,2 mil vezes. A preferência da audiência do Facebook de Dilma pelos programas da faixa intermediária foi confirmada pela média do número total de engajamentos - considerando a soma das curtidas, comentários e compartilhamentos. As médias foram 23,27 mil engajamentos na faixa de potencial entre 0 e 15; 45,65 mil, na faixa entre 15 e 30; e 34, 54 mil, na faixa acima de 30.

Porém o programa que tem o maior potencial de ofensividade, é também o mais visualizado e o que atinge o maior engajamento. Com 49,91 de POD, o programa 16 tem 850

mil visualizações, 30 mil compartilhamentos e 24 mil curtidas. Esse programa é o que apresenta a resposta à publicação da revista *Veja*, ocorrida no dia anterior.

#### **4.4.2.2 HGPE de Aécio Neves**

O primeiro programa do 2º turno de HGPE de Aécio Neves inicia com uma longa fala do candidato sobre o resultado da eleição, afirmando que “o recado das urnas” apontava que a maioria da população queria mudanças. Em primeiro lugar nas pesquisas de opinião, a abertura de sua campanha é de baixo potencial ofensivo. Em seu discurso, realizado em tom pacífico e abordando o tema da união, a ofensividade se manifesta, diretamente, em duas oportunidades. Na primeira, quando afirma serem bem-vindos “os que querem decência e respeito”. Da mesma forma que o discurso de abertura do 2º turno de Dilma Rousseff, o discurso de Aécio representa o seu grupo através de valores positivos, relegando aos opositores, através do não dito, valores que só poderiam ser contrários aos seus. Na segunda, quando diz que seus adversários já teriam demonstrado não ter limites “quando o que está em jogo é o seu projeto de poder”, explorando uma das narrativas que mais se repetiram durante o primeiro turno, não apenas por ele, mas por outras candidaturas, como a de Marina Silva.

Já no segundo programa, Aécio Neves parte para ataques mais contundentes ao governo Dilma. Depois da inserção de depoimentos de populares pedindo a saída do PT do governo, com expressões como “Dilma sai. Chega”, entram imagens do candidato tucano no último debate ocorrido ainda no primeiro turno. Nelas ele afirma ser “uma herança macabra, perversa do atual governo” a alegada desconfiança generalizada em relação às normas econômicas praticadas no país. O uso desses termos é de alto potencial de ofensividade, pois são palavras que estão normalmente associadas ao sentimento de medo e ao mal.

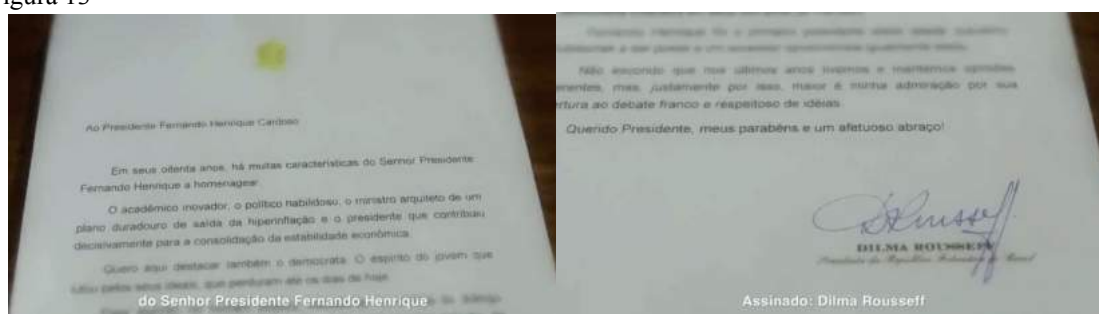
Aécio apresenta sua proposta para aprimorar o programa petista do bolsa-família, e diz que “para o PT interessa administrar a pobreza. O que eu quero é a superação da pobreza”. Até que os ataques chegam na corrupção. O candidato afirma que as instituições e empresas públicas do país haviam sido “tomadas por um grupo político que as utilizam para se manter no poder”, e que “a cada debate que nos encontramos surge uma denúncia nova, como a Petrobrás... talvez o retrato mais visível do descompromisso desse governo com a profissionalização, com resultados”. A edição também repete o trecho onde Aécio afirma que o que teria sido feito pelo partido da Presidente com a petrolífera brasileira “nenhum brasileiro poderia imaginar” e, por fim, o momento em que Aécio cobra Dilma Rousseff, dizendo que mesmo diante de todas as denúncias, ele não via a candidata indignar-se contra o que teria



acontecido “debaixo de suas barbas”. No final do programa, entre um quadro onde a apresentadora repete, por quatro vezes, que “nessa eleição, para o PT, o inimigo é o Aécio” enquanto o apresentador responde a cada uma delas dizendo que, para o Aécio, a inimiga seria a inflação, a incompetência, a falta de crescimento e a corrupção.

No programa veiculado na noite do dia 11, é apresentada uma carta elogiosa ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (figura 13). Lida na íntegra, como uma homenagem, tem o tom da narração alterado quando chega no autor: Dilma Rousseff. O narrador então pergunta: “Quem fala a verdade? A Dilma que ataca para ganhar votos ou a Dilma que escreve e assina embaixo?”

Figura 13



Trecho do programa exibido no dia 11/10/2014

A exposição dessa carta sugere que a candidata não seria digna de confiança, pois estaria mentindo, ou quando escrevera a FHC, ou em seus ataques ao ex-Presidente. Trata-se da apresentação de um elemento que dialoga com aqueles apresentados, ao longo de toda a campanha de Aécio Neves, sobre a alegada indecência, o desrespeito, e a desconfiança que “pairava” sobre o governo Dilma.

Na sequência do programa, uma das apresentadoras (figura 14) critica a sugestão do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de que, o por causa da inflação alta, os consumidores deveriam procurar trocar a carne por aves ou ovos, e afirma: “se precisasse de uma prova definitiva da ineficiência do governo Dilma, agora não precisa mais”.

Figura 14



Trecho do programa exibido no dia 11/10/2014



O quadro é apresentado com uma trilha sonora que remonta ao medo, e a mensagem se completa com a narradora afirmando, em tom de deboche, que “a inflação está alta, mas dessa vez, a culpa não é da crise internacional. A culpa agora, é de quem compra carne”.

O próximo quadro apresenta uma fala do candidato Aécio Neves. Ele discorre sobre a importância do governo do PSDB de Fernando Henrique para o controle da inflação e a estabilização do salário mínimo, afirmando, novamente, que teria sido graças a essa conquista tucana que Lula pode implementar programas como o Bolsa-Família. Até esse momento a fala de Aécio não tem fundo sonoro algum. Então, o candidato passa a falar da inflação, e entra ao fundo uma trilha de tensão e medo. O candidato afirma que o controle da inflação estava agora em risco, e que Dilma não reconhecia isso: “A inflação está aí. Voltou e assusta a todos. E o que o governo faz para combatê-la? Pede a você para deixar de comprar carne, e comprar frango ou ovos. Essa é a política oficial de combate à inflação desse governo?”

O tema continua sendo explorado no momento seguinte, quando entram entrevistas, no estilo fala povo, em que populares se manifestam negativamente sobre a sugestão do Secretário do Ministério da Fazenda. A narrativa, que tripudia a informação oficial sobre o preço da carne, ocupa boa parte do programa, e tem como clímax o quadro seguinte, encena a chegada de uma consumidora ao açougue para comprar carne (figura 15). Ao realizar seu pedido, é surpreendida pelo atendente, que lhe serve ovos ao invés de carne, com a justificativa: “mas o governo está dizendo que a inflação só cai se a senhora parar de comer carne e começar a comer ovo. Então, vai trocar a carne pelo ovo?” Ao que a consumidora responde: “Eu não. Eu vou trocar é de governo”.

Figura 15



Trecho do programa exibido em 11/10/2014

O humor, conforme já vimos, pode ser uma estratégia eficiente para a disseminação de discurso do ódio porque traz consigo uma ideia de julgamento e de superioridade. No caso do quadro apresentado no programa de Aécio Neves, ele não só cumpre esse papel, como dá um fechamento para o tema que foi agendado durante todo o programa.

No dia 14 de outubro, a segunda pesquisa do Ibope sobre o 2º turno é divulgada apontando novamente um empate técnico entre Aécio e Dilma Rousseff. O tucano ainda liderava com 51% das intenções de voto, contra 49% da candidata do PT. Porém, a rejeição de Aécio, que antes era de 33%, havia subido para 35%, enquanto a de Dilma, que era de 41%, caíra para 36%. Há dez dias da eleição, a tendência que esse cenário apresentava era a do crescimento de Dilma Rousseff.

A partir dos próximos programas, a ofensividade média da campanha de Aécio Neves voltaria a subir significativamente. No dia 15 de outubro, um novo quadro é apresentado no programa, dessa vez, simulando conversas ao pé-de-ouvido entre eleitores (figura 16). Na montagem, pessoas repetem, para uma terceira, narrativas que estariam sendo supostamente propostas pela campanha do Partido dos Trabalhadores: “Eles são contra os pobres”; “eles querem acabar com os programas sociais”, “Não vote no Aécio. Não vote no Aécio. Não vote no Aécio”. A eleitora então toma a palavra e olhando para a câmera diz: “É assim que o PT quer amedrontar você. Com fofocas, boatos, mentiras. Mas na verdade quem tem medo são eles. Medo de perder a eleição. Perder os privilégios. Medo que se investigue a corrupção na Petrobrás e as obras superfaturadas. Eles é que estão com medo”.

Figura 16



Trecho do programa veiculado na tarde do dia 15/10/2014

O quadro sugere que a campanha de Dilma Rousseff estaria incitando o medo e o ódio nos eleitores para ganhar a eleição. A narrativa projeta, diretamente, na campanha do PT, um valor negativo, de incitação à divisão, enquanto, ao mesmo tempo, ainda que indiretamente, colhe para si o valor positivo despertado em oposição. Esse quadro continuará sendo utilizado ao longo do HGPE do 2º turno de Aécio Neves.

Já o programa seguinte aproveita a data comemorativa ao dia dos professores, lembrando que, junto dos pais, seriam eles as primeiras referências das pessoas sobre “bons valores”, como a verdade e a honestidade. A deixa permite que a apresentadora comece a atacar a campanha de Dilma através de frases como: “nessa eleição, o PT, mais uma vez, como sempre

fez, vai para cima dos seus adversários inventando e iludindo”; “o PT, assim, está deseducando o Brasil”; e, por fim, “no dia 26, quem vai dar uma lição de Brasil para eles, é você”.

No próximo quadro, são apresentados trechos do debate realizado pela Rede Bandeirantes, onde Aécio critica políticas do governo Dilma com expressões como: “a impressão que eu tenho é que temos aqui, dois partidos de oposição”, que tenta ridicularizar a proposta de um governo novo, por parte da candidata à reeleição; e “tire os olhos do retrovisor”, ao afirmar que Dilma está focando suas críticas no passado e não reconhece os problemas levantados pelo candidato do PSDB, como o Brasil ter ficado em último lugar no crescimento do PIB na América do Sul, ao lado da Venezuela. “A verdade é essa, o seu governo chega ao final de forma melancólica”, diz o candidato. Os ataques a Dilma seguem com expressões como: “a senhora transformou essa campanha eleitoral em um vale tudo”; “eleve o nível desse debate, candidata”; “o seu governo virou um mar de lama”. O candidato também afirma que seus apoiadores têm lhe pedido para que os “liberte desse governo do PT”. Mas mesmo fazendo uma série de ataques ao PT, o discurso de Aécio repete constantemente que seu governo não permitiria a divisão do país “entre nós e eles”.

No dia 17 de outubro, o programa de Aécio Neves acusa a candidatura de Dilma Rousseff de estar promovendo “a campanha mais baixa, agressiva e mentirosa, de toda a história recente democrática do Brasil”. O apresentador afirma que os brasileiros, aos milhões, estariam indignados com essa campanha porque também se sentiam alvos da propaganda negativa do PT.

A sequência do programa apresenta imagens do debate na rede SBT, onde Aécio confirma as acusações feitas anteriormente no programa. Durante o debate, o candidato, indignado, acusa a equipe de Dilma de mentir: manipulando um vídeo sobre a votação na Câmara dos deputados tendo como objeto o valor do salário mínimo; fornecendo dados errados sobre a mortalidade infantil em Minas Gerais; e que teria chegado “ao cúmulo de mandar sua equipe de filmagens para filmar uma obra em uma escola no domingo, quando não havia ninguém trabalhando, para dizer em seu programa que a obra estava parada”.

A edição do programa apresenta o contraponto para as alegadas informações de Dilma, e no caso da obra na escola, mostra os trabalhadores e entrevista o segurança que teria permitido a entrada da equipe de filmagens petista. O desmentido se completa com uma defesa de Aécio sobre uma acusação de nepotismo, ao dizer que sua irmã ter assumido, como voluntária, funções de assistência social em seu governo, enquanto um irmão de Dilma Rousseff fora nomeado em Belo Horizonte pelo prefeito petista Fernando Pimentel, “e nunca apareceu para trabalhar, candidata” (figura 17).

Figura 17



Trechos do programa apresentado no dia 17/10/2014

O candidato então diz: “a diferença entre nós, candidata, é que a minha irmã trabalha muito e não recebe nada. O seu irmão recebe e não trabalha nada.” As acusações sobre a campanha de Dilma Rousseff faltar com a verdade, baixar o nível dos debates, dividir o país, e ainda, sobre a corrupção na Petrobras, se repetem até o final do programa, que atinge o maior POD verificado, até então, em sua campanha de 2º turno.

O tema que mais irá se repetir, durante os próximos programas de Aécio Neves, é o da imoralidade, especialmente através da alegada falta de veracidade nas informações disseminadas pela campanha de Dilma Rousseff. Tanto sobre o candidato do PSDB e seu governo em Minas Gerais, como também, sobre as obras da administração federal. A estratégia de desacreditar a campanha de Dilma Rousseff utiliza, por exemplo, duas falas de Dilma Rousseff, ocorridas no debate da Rede Record, onde a candidata afirmara que as obras da integração do rio São Francisco estariam em “pleno vapor”, e que a Ferrovia Norte-Sul teria sido concluída. A equipe de Aécio Neves enviaria duas repórteres para trechos dessas obras, procurando mostrar que, na realidade, o que a candidata afirmava era mentira.

Figura 18



Figura 19



Trechos dos dois programas reproduzidos, na tarde e noite, do dia 21/10/2014

No primeiro caso, repórteres da campanha tucana denunciam constantes paralizações e adiamentos na entrega do trecho de Cabrobó (figura 18), no Estado de Pernambuco, além de acusarem uma mudança substancial no valor total da obra, que teria supostamente dobrado a

sua previsão original, de R\$ 4 bilhões, para R\$ 8,2 bilhões. No segundo caso, a reportagem vai até a cidade de Jandaia, no Estado de Goiás (figura 19), onde mostra que aquele trecho da ferrovia estaria supostamente incompleto, sofrendo com longas paralisações e já atrasado na sua previsão de entrega.

No programa que vai ao ar no dia 22 de outubro, a pesquisa do Ibope já apontava a liderança de Dilma Rousseff, com 54% da preferência do eleitorado, enquanto Aécio Neves caíra para 46%. O programa apresenta uma fala de quase cinco minutos do candidato tucano, onde ele tece uma série de comentários sobre a disputa eleitoral, em tom de desabafo, e ataca a campanha de Dilma Rousseff.

O tucano afirma ter sido alvo de calúnias, mentiras e covardia, como as que, supostamente, “aterrorizavam” as pessoas com falsas acusações sobre ele acabar com o programa Bolsa-família, privatizar bancos públicos e a Petrobras. Acusa, novamente, a campanha adversária de manipular dados sobre o seu governo em Minas Gerais, além de fotos e vídeos, “de forma criminosa. E continua: “as mesmas pessoas que atacaram Marina Silva de forma cruel, se voltam agora contra mim, e vão se voltar contra qualquer um que ameace a permanência do PT no poder”. O candidato afirma que havia um “exército clandestino, anônimo”, que distribuía mentiras contra ele nas redes sociais, e que “chegaram a insinuar que eu poderia ser desrespeitoso com as mulheres, ofendendo minha esposa, minha filha de 23 anos, minha mãe, e todas as mulheres do Brasil”. Se encaminhando para o final de sua fala, Aécio afirma, desafiador, que “hoje, em função de todas as mentiras, milhões de brasileiros estão com medo do PT. Mas eu digo a vocês: nós não precisamos ter medo do PT. Eu não tenho medo do PT”.

Figura 20



Trecho do programa exibido no dia 22/10/2014

Na noite de 23 de outubro, o programa de Aécio Neves apresenta uma fala de Marina Silva, dizendo que “a vitória na eleição não deve ser um prêmio para quem ataca mais. Para quem espalha mais boatos e provoca mais medo”. No programa seguinte, na tarde do dia 24 de

outubro, a fala de Aécio, afirma que “se o passado nos deu lições de união, de coragem, de luta por aquilo que é certo, o nosso presente tem sido uma coleção de decepções. Valores importantíssimos na vida de todos nós, como justiça, verdade, honestidade e respeito estão se perdendo”.

À noite, no programa que encerra o HGPE do 2º turno de Aécio Neves, a campanha reprisa o vídeo que havia sido veiculado à tarde, com uma diferença. Reserva o minuto final para a apresentação da publicação da revista Veja contra Dilma Rousseff e Lula (figura 21). Utilizando recursos gráficos que enfatizavam as palavras contidas na capa e no interior da publicação, além de uma trilha sonora de fundo que projetava o sentimento de medo, o narrador enfatiza novamente o texto, relendo as manchetes, que ficam no ar até o último segundo da campanha.

Figura 21



Trecho final da campanha de Aécio Neves, veiculado no dia 24/10/2014

**Tabela 10** Quadro de análise Aécio Neves – 2º Turno

Turno	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Ibope		Facebook			
	Política / Caráter		Política / Caráter				Voto / Rejeição		Views	Shares	Comments	Likes
Prog 1	18	25	10	7	0	14,50	1 (46%) / 2 (33%)	349000	18000	3800	41000	
Prog 2	26	29	15	20	2	22,50	1 (46%) / 2 (33%)	213000	8600	2500	26000	
Prog 3	22	27	14	4	3	15,00	1 (46%) / 2 (33%)	263000	13000	2200	31000	
Prog 4	25	30	15	15	0	33,83	1 (46%) / 2 (33%)	489000	20000	2800	32000	
Prog 5	12	15	6	7	1	10,50	1 (46%) / 2 (33%)	979000	38000	3500	46000	
Prog 6	16	16	6	9	1	12,08	1 (46%) / 2 (33%)	310000	10400	2500	29000	
Prog 7	21	19	10	15	4	31,50	1 (46%) / 2 (33%)	651000	33000	4500	48000	
Prog 8	19	18	19	20	2	35,58	1 (51%) / 2 (35%)	340000	12000	4000	36000	
Prog 9	18	20	24	15	3	31,75	1 (51%) / 2 (35%)	286000	14316	5985	48000	
Prog 10	33	20	20	17	0	37,50	1 (51%) / 2 (35%)	233000	8936	2485	28000	
Prog 11	10	22	13	30	3	47,75	1 (51%) / 2 (35%)	282000	16722	3328	35000	
Prog 12	34	16	32	5	2	23,33	1 (51%) / 2 (35%)	349000	14758	3126	40000	
Prog 13	25	10	20	3	1	27,25	1 (51%) / 2 (35%)	183000	9658	1800	26000	
Prog 14	40	16	33	5	2	24,66	1 (51%) / 2 (35%)	295000	14265	4137	44000	
Prog 15	40	16	26	10	2	24,66	1 (51%) / 2 (35%)	150000	6613	1902	26000	
Prog 16	12	9	22	14	1	37,08	1 (51%) / 2 (35%)	302000	15144	3500	41000	
Prog 17	12	10	18	14	1	35,41	1 (51%) / 2 (35%)	306000	18979	4860	38000	
Prog 18	7	31	22	36	7	60,25	2 (46%) / 1 (42%)	1200000	71182	7956	70000	
Prog 19	17	25	29	13	0	38,83	2 (46%) / 1 (42%)	171000	9077	4132	28000	
Prog 20	12	17	10	9	0	21,75	2 (46%) / 1 (42%)	667000	32604	5265	46000	
Prog 21	19	23	16	11	0	31,50	2 (46%) / 1 (42%)	649000	42940	6085	53000	
<b>Total</b>	<b>438</b>	<b>419</b>	<b>384</b>	<b>281</b>	<b>34</b>	<b>626,04</b>	- -	<b>8.667.000</b>	<b>428.194</b>	<b>80.361</b>	<b>812.000</b>	
<b>Média</b>	<b>20,85</b>	<b>19,95</b>	<b>18,28</b>	<b>13,38</b>	<b>1,61</b>	<b>29,81</b>		<b>412.714</b>	<b>20.390</b>	<b>3.826</b>	<b>38.666</b>	



**Tabela 11** Comparativo Aécio Neves - 1º turno (22 progr.) x 2º turno (21 prog.)

Aécio N. 1º T.	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Facebook – 2,1 milhões de seguidores			
	Política / Caráter		Política / Caráter				Views	Shares	Comments	Likes
<b>Total</b>	196	164	133	59	4	489,44	301.900*	92.800	20.485	215.700
<b>Média</b>	8,90	7,45	6,04	2,68	0,18	22,24	25.158*	4.218	931,13	9.804

Aécio N. 2º T.	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Facebook – 3,5 milhões de seguidores			
	Política / Caráter		Política / Caráter				Views	Shares	Comments	Likes
<b>Total</b>	438	419	384	281	34	626,04	8.667.000	428.194	80.361	812.000
<b>Média</b>	20,85	19,95	18,28	13,38	1,61	29,81	412.714	20.390	3.826	38.666

De acordo com o quadro de análise do 2º turno de Aécio Neves (tabela 12), a campanha do candidato escolheu, mais uma vez, por utilizar discursos mais ofensivos durante a disputa eleitoral. Mais da metade dos programas (11 de 21) superaram os 30 pontos no POD, sendo que um atingiu o maior POD em todo o HGPE considerando as campanhas dos dois candidatos: 60,25 pontos em 100 possíveis. Seis programas ficaram na faixa intermediária, entre 15 e 30 pontos; e quatro, na faixa entre 0 e 15 pontos.

Levando em consideração o número de engajamentos do tipo compartilhamento, a audiência da página oficial de Aécio Neves na rede Facebook demonstrou preferência pelos programas com maior potencial de ofensividade, com uma média de 23,7 mil para a faixa acima dos 30 pontos no POD; 14,2 mil para a faixa entre 15 e 30 pontos no POD; e 19,8 mil para a faixa entre 0 e 15 pontos no POD. O programa de maior ofensividade, também foi o mais assistido, com mais de 1,2 milhão de visualizações; e o que obteve o maior número de compartilhamentos, 71 mil, entre todos os programas inéditos publicados pelos dois candidatos. O tipo de argumento (aclamação, ataque ou defesa) mais utilizado pelo HGPE de Aécio, também confirma as previsões da teoria de Benoit (2007) sobre o discurso político de campanha.

Em relação ao POD médio da programação, a variação do 1º para o 2º turno foi positiva, de 32%, aumentando 7,5 pontos e chegando em 29,81. As narrativas dos discursos considerados de incitação ao ódio que mais se repetiram no 2º turno de Aécio Neves exploraram, entre os elementos políticos, a corrupção e a inflação. Mas foram os ataques de caráter que proporcionaram os discursos mais ofensivos. A campanha do tucano procurou enfatizar, principalmente a partir da segunda metade do turno, uma suposta imoralidade e falta de decência da candidata Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores, os acusando frequentemente de faltarem com a verdade, subverterem dados, manipularem informações e, assim, não serem dignos da confiança dos eleitores. Aécio também acusa a campanha de Dilma,

frequentemente, de ser extremamente divisiva e incitar a polarização, apesar de o próprio candidato fazer o mesmo, em sua programação, ainda que em menor intensidade.

#### 4.2.2.3 Comparativo Dilma x Aécio 2º turno

Na tabela 14, apresentamos a comparação entre as campanhas de 2º turno de Aécio Neves e Dilma Rousseff. Novamente, confirmamos a previsão da Teoria Funcional (Benoit, 2007) para os dois candidatos, sobre a preferência por aclamações, em relação a ataques e defesa.

A Análise do Potencial de Ofensividade dos discursos mostra que, no 2º turno, a campanha de Dilma Rousseff foi levemente mais ofensiva que a de Aécio Neves, apesar das médias de ataques políticos e de caráter serem menores que as do candidato tucano. A razão para essa divergência está no tempo dispendido para os ataques; além de, conforme a Tabela 3 (pág. 156) - que explica os critérios para a medição do Potencial de Ofensividade - os elementos linguísticos e de edição que somavam potencial de ofensividade a esses ataques.

Na tabela 15, apresentamos um comparativo entre o percentual de engajamento médio para compartilhamentos, comentários e curtidas de cada candidato. De acordo com essa tabela, os engajamentos do tipo curtida foram maiores entre os seguidores de Aécio Neves, mas os do tipo comentário e compartilhamento, foram maiores entre os seguidores da página de Dilma Rousseff.

**Tabela 12** Comparativo Dilma Rousseff e Aécio Neves – 2º turno

Dilma R. 2º T.	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Facebook – 1,9 milhão seguidores			
	Política / Caráter		Política / Caráter				Views	Shares	Comments	Likes
<b>Total</b>	458	266	274	218	42	521,00	4.663.000	218.400	51.200	317.000
<b>Média</b>	26,94	15,64	16,11	12,82	2,47	30,64	274.294	12.847	3.011	18.647

Aécio N. 2º T.	Aclamação		Ataque		Defesa	POD	Facebook – 3,5 milhões de seguidores			
	Política / Caráter		Política / Caráter				Views	Shares	Comments	Likes
<b>Total</b>	438	419	384	281	34	626,04	8.667.000	428.194	80.361	812.000
<b>Média</b>	20,85	19,95	18,28	13,38	1,61	29,81	412.714	20.390	3.826	38.666



**Tabela 13** Comparativo engajamento médio 2º turno

	Aécio Neves	Dilma Rousseff
POD médio	29,81	30,64
Seguidores Facebook	3.500.000	1.900.000
Shares (%)	0,58	0,67
Comentários (%)	0,10	0,15
Likes (%)	1,10	0,98

**Tabela 14** Comparativo percentual de compartilhamento/POD 2º turno

	Aécio Neves			Dilma Rousseff		
	0-15	15-30	30-100	0-15	15-30	30-100
Índice POD	0-15	15-30	30-100	0-15	15-30	30-100
Nº HGPE	4	6	11	4	4	9
Shares (%)	0,56	0,40	0,67	0,36	1,24	0,69

Já em relação ao percentual de compartilhamentos por faixa de ofensividade, apresentado na tabela 16, percebemos que os seguidores da página de Aécio Neves demonstraram preferência por compartilhar programas de Potencial Ofensivo mais alto, acima de 30 pontos; enquanto os de Dilma Rousseff preferiram compartilhar os de Potencial Ofensivo que ocuparam a faixa intermediária, entre 15 e 30 pontos.

A seguir, apresentamos dois gráficos, que mostram a evolução dos POD medidos durante o 2º turno para os dois candidatos.

Gráfico 1

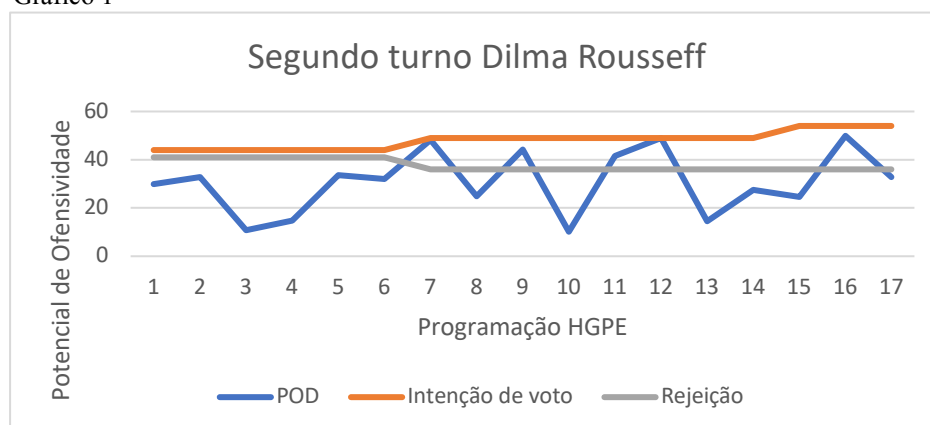
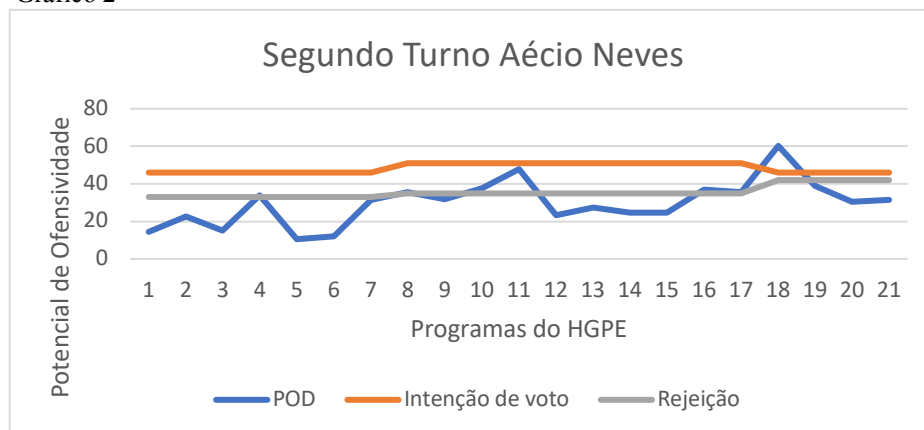


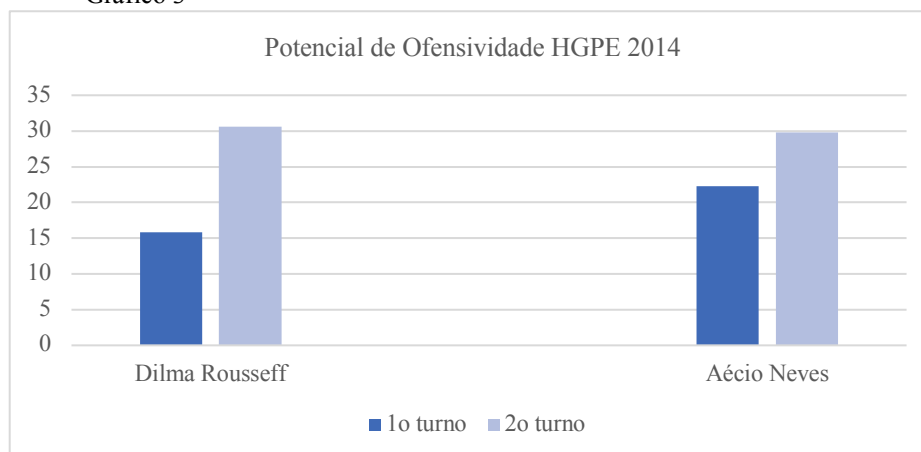
Gráfico 2



Também é possível, através da análise destes gráficos, relacionar os aumentos da rejeição de Aécio Neves, nos dois momentos em que ocorrem, a um POD relativamente estabilizado entre 10 e 30 pontos. Enquanto isso, a campanha de Dilma variou mais a sua ofensividade, colocando no ar peças acima dos 40 pontos, intercaladas com peças abaixo dos 20 e dos 30 pontos, diminuindo e estabilizando a rejeição, e crescendo na intenção de voto. Poderíamos dizer que a estratégia da campanha de Dilma procurou manter mais vivas as paixões do que a de Aécio, que escolheu um caminho mais equilibrado. Se estiver correta essa relação, não o uso da ofensividade e dos discursos de incitação ao ódio, mas a estratégia da campanha de Dilma Rousseff, teria, também, implicado positivamente no resultado final da eleição.

A seguir, apresentamos o gráfico geral da ofensividade medida em primeiro e segundo turno para os dois candidatos. Ambos os discursos demonstraram um aumento significativo no seu potencial de ofensividade. Aécio Neves, que foi mais ofensivo durante o primeiro turno cresce de uma ofensividade média de 22,24 por programa do HGPE para 29,81. Dilma apresenta uma mudança mais drástica, subindo de 15,8 para 30,64.

Gráfico 3



Pelo menos duas razões poderiam estar por trás dessa modificação. Em primeiro lugar, a posição nas pesquisas, que tinha Dilma na frente, durante todo o 1º turno, e Aécio em terceiro desde a segunda semana de programação eleitoral. No segundo turno, Aécio passa a frente de Dilma e mantém essa posição até a última semana. É possível, portanto, que os candidatos tenham modulado seus discursos, também de acordo com os resultados das pesquisas. Em segundo lugar, está a tradicional rivalidade entre PT e PSDB, que dividiu a atenção durante o primeiro turno com um elemento externo, a candidatura de Marina. Apenas no segundo turno é que as duas candidaturas podem partir para o embate franco e aberto, repetindo os últimos três segundos turnos que haviam ocorrido anteriormente.

Também testamos os resultados de nossa tabela através de um método chamado análise de correlação de Pearson. Trata-se de um cálculo estatístico utilizado para medir a relação entre duas variáveis quantitativas, que, ao calcular o coeficiente de correlação, torna possível verificar se a relação entre as variáveis é positiva, negativa ou neutra (Crespo, 2009). O resultado desse coeficiente é sempre um valor entre o intervalo de -1 e 1, onde, quanto mais próximo de 1, mais positiva é a correlação; quanto mais próximo de -1 mais negativa ela é; e quanto mais se aproximar a 0, mais neutra ela será. De acordo com autores que trabalham com esse tipo de análise, como Antônio Gil (2008), valores acima de 0,7 poderiam ser considerados como uma correlação "muito forte". Na tabela a seguir, apresentamos a tabela de análise para a campanha de Aécio Neves:

**Tabela 15** Análise de Correlação de Pearson – Aécio Neves

	turno	acla política	acla carater	ata política	ata carater	defesa	pod	ibope voto	ibope rej	Views	Shares	Comments	Likes
turno	1												
acla política	0,629045	1											
acla carater	0,757326	0,523141	1										
ata política	0,697008	0,682124	0,500234	1									
ata carater	0,662331	0,219008	0,645769	0,461470	1								
defesa	0,506768	0,212038	0,494673	0,399113	0,626817	1							
pod	0,320014	0,061945	0,319104	0,467231	0,716814	0,342323	1						
ibope voto	0,985155	0,624113	0,686184	0,718772	0,643894	0,509936	0,332865	1					
ibope rej	0,840835	0,544551	0,761371	0,621000	0,630759	0,440696	0,382328	0,776686	1				
Views	0,730029	0,231651	0,634026	0,350540	0,645001	0,610550	0,355035	0,678836	0,676547	1			
Shares	0,603972	0,101819	0,581737	0,311447	0,636188	0,625722	0,434751	0,554952	0,602550	0,955647	1		
Comments	0,780484	0,260583	0,626558	0,583171	0,694386	0,592797	0,505652	0,768824	0,719885	0,824502	0,840804	1	
Likes	0,860908	0,381712	0,683604	0,575911	0,690272	0,634241	0,420382	0,843816	0,754764	0,891201	0,858638	0,936215	1

A análise nos mostra que, na campanha de Aécio Neves, houve uma correlação positiva entre o número de ataques de política e a intenção de votos medida pelo Ibope, mas que também houve uma correlação entre o número de aclamações de caráter realizadas pelo candidato, e o

crescimento em sua rejeição, também medida pelas pesquisas do instituto de opinião. Isso mostra que a estratégia correta para o candidato tucano teria sido manter o discurso de ataques políticos e, ao mesmo tempo, reduzir o número de aclamações pessoais a sua figura e de seu partido.

**Tabela 16** Análise de Correlação de Pearson – Dilma Rousseff

	turno	acla politica	acla carater	ata politica	ata carater	defesa	pod	ibope voto	ibope rej	Views	Shares	Comments	Likes
turno	1												
acla politica	-0,138743	1											
acla carater	0,497048	-0,180183	1										
ata politica	0,614080	-0,250200	0,237441	1									
ata carater	<b>0,702073</b>	-0,376952	0,529013	0,561210	1								
defesa	0,308685	-0,049333	0,463582	0,130549	0,500201	1							
pod	0,552670	-0,318754	0,289238	<b>0,801252</b>	<b>0,772468</b>	0,295580	1						
ibope voto	<b>0,893988</b>	-0,249804	0,472702	0,549972	<b>0,700517</b>	0,303197	0,561367	1					
ibope rej	0,358346	-0,220016	0,021612	0,096412	0,140380	-0,047495	0,009036	0,195062	1				
Views	0,694050	-0,382168	0,586429	0,291342	<b>0,752739</b>	0,607332	0,477961	<b>0,749563</b>	0,181322	1			
Shares	0,661819	-0,299582	0,596519	0,338254	<b>0,715073</b>	0,595650	0,527232	0,692998	0,164235	<b>0,969440</b>	1		
Comments	<b>0,764373</b>	-0,378128	0,622415	0,457820	<b>0,791142</b>	0,573832	0,572345	<b>0,799616</b>	0,237221	<b>0,947882</b>	<b>0,935185</b>	1	
Likes	<b>0,785547</b>	-0,180553	0,583551	0,460907	0,561571	0,469999	0,473308	<b>0,825485</b>	0,157102	<b>0,848192</b>	<b>0,862866</b>	<b>0,882275</b>	1

Na tabela 18 notamos que existiu uma tendência diferente para Dilma Rousseff. De acordo com os dados gerados pela análise de correlação, a maior intensidade nos ataques de caráter gerou, para a campanha de Dilma, uma correlação muito baixa em termos de rejeição, mas bastante positiva em termos de intenção de votos. Da mesma forma, como podemos notar na tabela, todos os tipos de interação obtidos com os seus seguidores na mídia Facebook, responderam positivamente ao estímulo do ataque de caráter.

**Tabela 17** Análise de Correlação de Pearson – Geral (Dilma e Aécio)

	turno	candidato	acla politica	acla carater	ata politica	ata carater	defesa	pod	ibope voto	ibope rej	Views	Shares	Comments	Likes
turno	1													
candidato	0,028867	1												
acla politica	0,205631	-0,581107	1											
acla carater	0,647332	0,093775	0,135652	1										
ata politica	0,657068	0,105676	0,134662	0,394276	1									
ata carater	0,679659	0,047647	-0,064471	0,600260	0,507152	1								
defesa	0,372025	-0,262965	0,206530	0,418616	0,210174	0,516358	1							
pod	0,433679	0,130574	-0,177804	0,309767	0,638892	<b>0,738229</b>	0,265850	1						
ibope voto	<b>0,815951</b>	-0,363184	0,491906	0,536215	0,534268	0,555788	0,433188	0,280335	1					
ibope rej	0,553823	-0,514326	0,523284	0,446152	0,324250	0,387982	0,334133	0,144977	<b>0,752287</b>	1				
Views	<b>0,701107</b>	0,159707	-0,092038	0,621803	0,332974	0,675330	0,505268	0,405855	0,562893	0,398164	1			
Shares	0,590025	0,194785	-0,131743	0,580978	0,318108	0,635243	0,470820	0,450718	0,452549	0,347722	<b>0,95332</b>	1		
Comments	<b>0,762851</b>	0,149608	-0,081584	0,629275	0,533719	<b>0,725880</b>	0,493351	0,533175	0,634633	0,430859	<b>0,86562</b>	<b>0,857555</b>	1	
Likes	<b>0,732529</b>	0,414773	-0,087805	0,620945	0,504009	0,589397	0,333808	0,417168	0,561320	0,310374	<b>0,84777</b>	<b>0,846953</b>	<b>0,875445</b>	1

De acordo com o resultado da análise, o quadro geral apresenta uma correlação positiva entre o número de ataques de caráter e o potencial de ofensividade dos discursos, o que é

esperado. Mas também há uma correlação positiva entre o número de ataques de caráter e o número de comentários gerados na rede Facebook. Ou seja, é possível que os ataques de caráter tenham interessado mais aos usuários dessa mídia, servido como principal fonte de estímulo para as interações do tipo comentários. Essa nuance poderia ser projetada, também para as interações fora das redes, o que nos permitiria dizer que, o tema que teria dominado a discussão sobre qual a melhor alternativa para o Brasil em 2014, foi o caráter dos candidatos e não suas políticas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve origem na percepção que se tinha, em 2014, sobre um clima de beligerância que tomava conta da discussão política brasileira. Ao observarmos discursos pró e contra o partido que estava à frente do governo na ocasião, o Partido dos Trabalhadores, especialmente na esfera das mídias sociais, ficava claro que, para grande parte dos agentes, já não havia compromisso com o resultado deliberativo. Os espaços de discussão estavam tomados, cada vez mais, por manifestações de sectarismo político-partidário que escalavam, frequentemente, para o extremismo. E em meio a esse clima de divisão da opinião pública, ocorre a popularização da expressão “discurso de ódio”.

A apropriação da expressão indicativa “discurso de ódio” pela narrativa política corrente acontece de maneira transversal, perpassando alguns dos sentidos salientados naquele contexto sócio-político. Inicialmente, havia uma corrente que desejava utilizá-lo como argumento de acusação, imputando à outra parte a manifestação política através de pregações raivosas, preconceituosas e intolerantes. A recorrência a essa premissa estimulava o estabelecimento de relações de correspondência entre os emissores dos discursos e os criminosos humanitários, como agentes perpetradores de genocídios, por exemplo, numa clara tentativa de constituir os papéis na disputa política que ocorria no Brasil.

Em um segundo momento, o que se considerava “discurso de ódio” passou a ser percebido em ambos os lados da contenda. Mais do que isso, passou a ser reconhecido, também, nas memórias de um passado recente de batalhas pela presidência da República envolvendo PT e PSDB. Com isso, ficava exposta uma característica do cenário político brasileiro que, na verdade, acompanhava nossa cultura já há bastante tempo: havíamos incorporado em nossa retórica política a soberba, o maniqueísmo, o estímulo à polarização e a incitação ao ódio.

O que chama a atenção nesse contexto, é que a apropriação da expressão indicativa do discurso de ódio pela narrativa corrente brasileira, ou seja, o seu surgimento como fenômeno, se dá em meio a uma disputa puramente política. Trata-se de uma situação completamente diferente da que levou países, como Estados Unidos e Alemanha, por exemplo, a estabelecerem a vanguarda do pensamento sobre o que consideramos hoje por discurso de ódio. As clivagens que pautaram esses Estados, há mais de 50 anos, a deliberar sobre o risco e o mal que a linguagem inflamatória representa, foram questões as de raça, etnia, nacionalidade e religião, que levaram indivíduos e nações inteiras a cometerem atos de extrema violência. No Brasil,

ainda que essas divisões fossem amplamente reconhecidas, nenhuma delas foi capaz de colocar em pauta o poder dos discursos de caráter incitatório. O estabelecimento dessa discussão em nossa sociedade só foi possível graças ao ódio político.

O cerco ao termo “discurso de ódio” foi estabelecido partindo de uma abordagem psicanalítica, e nos trouxe, logo de saída, para uma das questões-chave dessa discussão: o ódio, assim como o amor, é uma manifestação natural das pessoas. Apesar dos milhares de anos de processo civilizatório que foram necessários para que aprendêssemos a domar nossos instintos destrutivos, nunca foi possível aliviar-nos completamente do peso de sua presença. Ao contrário, a supressão constante dos estados emocionais caracterizados pela raiva e o ódio, que têm origem, supostamente, na constatação das diferenças e nas frustrações, sempre nos exigiu a sua gradual e constante liberação através de mecanismos de válvula de escape, sob pena de explosões repentinas.

O que, notamos durante a pesquisa, foi que o estranhamento e a frustração, fenômenos também repentinos, não poderiam justificar sozinhos a obstinação de argumentações continuadas em favor da incitação ao ódio, como as encontradas durante os programas do HGPE e nas manifestações em resposta a essas publicações, por parte de seguidores da mídia social Facebook. Se houvesse diferenças, entre as duas correntes políticas que buscavam a presidência da República em 2014, tratavam-se de questões internalizadas, menos aparentes do que fatores raciais, intelectuais, culturais, religiosos, de gênero ou até mesmo de classe social. E uma prova disso está no fato de que, entre os apoiadores de ambas as correntes, era possível encontrar indivíduos pertencentes a todos esses grupos. O fator que possibilitava o alargamento da polarização e a disseminação de tanto ódio político, portanto, estava acomodado na conformação do sistema de crenças e na identificação dos indivíduos como pertencentes a um dos dois grupos políticos.

O reconhecimento da identidade política como fator capaz de levar a processos de cisão, do tipo que geram violência de massa e até mesmo o genocídio, como vimos durante o trabalho, é recente na literatura. Ao relacionarmos as características apresentadas pelo teor discursivo da divisão política brasileira de 2014 com aqueles discursos performatizados em nossos casos paradigmáticos, encontramos elementos suficientes para confirmar que o tipo de ruptura que se incentivou no país, ainda que de ordem político-partidária, apresentava alguns dos elementos que a literatura cita como responsáveis por gerar o clima de divisão que possibilita a eclosão de processos extremamente violentos. O discurso de ódio, a ameaça que representa o grupo externo e sua culpa pelos problemas que o país enfrenta, a simplificação de sua figura, a superioridade do grupo interno, a manipulação de dados e notícias e o sequestro da consciência emocional

dos indivíduos, todos são elementos que se repetiram no Holocausto, em Ruanda, no Estado Islâmico e também na disputa entre PT e PSDB pela presidência da República no Brasil. Através do estudo da dinâmica dos grupos, compreende-se que características desses processos de ruptura, como o ódio e a simplificação do inimigo, têm o poder de reforçar a identidade de grupo, unificando ainda mais os indivíduos que participam desses coletivos. Em estágios avançados dessa ruptura, a interatividade entre os indivíduos de coletividades antagônicas cessa quase que por completo, e o cenário fica assim, definitivamente pronto para o conflito.

Em um processo eleitoral, se há algum benefício na escolha de retratar duas correntes políticas como sendo diametralmente opostas, representando uma o bem e a outra o mal, esse benefício não recairá sobre o eleitor. Em 2014, os dois candidatos, representantes de uma já tradicional arenga política, iniciam o processo como favoritos, chegam ao segundo turno, e seguem até o final da campanha, promovendo a desvalia, a desconfiança e o medo de seus adversários entre sua audiência e seus seguidores, e esse tipo de narrativa foi constatada na absoluta maioria dos programas veiculados pelos dois candidatos. Acostumados a competirem entre si, ambos enfrentaram, durante a primeira parte do processo eleitoral, a ameaça representada pela candidatura alternativa de Marina Silva, do PSB. Ela dividiu a atenção, e os ataques, de PT e PSDB, pois colocava em risco a estabilidade da disputa entre os dois partidos. Em determinado momento, garantir a participação na definição do processo eleitoral, para Aécio Neves, se tornou ainda mais premente do que atacar a candidatura do PT. Com um discurso que procurava não desgastar uma futura aliança, Aécio se ateu a atacar a capacidade política da candidata do PSB. Dilma, por sua vez, que encarava as pesquisas de opinião apontando a derrota num segundo turno disputado entre ela e Marina Silva, atacava, também, as políticas e a integridade moral da candidata do PSB. Como resultado, Marina acabaria se tornando um dos alvos principais da incitação ao ódio no primeiro turno, além de Aécio e Dilma. Apenas quando a eleição chegou em seu período decisivo, PT e PSDB puderam, finalmente, reeditar a disputa para a qual estavam preparados.

A utilização do método de medição do potencial de ofensividade dos discursos possibilitou que se comparassem as mensagens ofensivas veiculadas através da programação do HGPE de Aécio Neves e Dilma Rousseff em termos quantitativos e qualitativos, mas também o tipo de estratégia utilizada para carregar essas mensagens. Aécio procurou diferenciar sua candidatura, principalmente, através de discursos contra a moral e a ética do partido e da candidata Dilma Rousseff. Os ataques políticos, que haviam se concentrado no retorno da inflação, na ineficiência do governo e nos casos de corrupção, no primeiro turno, deram lugar a ataques contra a campanha que a equipe de Dilma colocara no ar, acusando para o uso de



perfis falsos, disseminação de boatos, e também de ações físicas, como a utilização da estrutura da estatal dos Correios para distribuir material de campanha. Na contagem geral, ainda que o resultado seja bastante próximo, como mostramos no gráfico 3 (página 189), o candidato do PSDB é aquele que atua com maior ofensividade. No entanto, há diferenças marcantes em termos de intensidade x tempo que gerou essa ofensividade, bem como do teor e dos alvos das mensagens. Nos discursos de Aécio Neves, o fator principal que contribui para o POD (Potencial de Ofensividade dos Discursos) é o uso do tempo, ao contrário de Dilma Rousseff. O candidato tucano e seus representantes, endereça questões referentes aos governos do Partido dos Trabalhadores extensivamente ao longo dos programas. E a repetição, já afirmava Goebbels, é uma das principais estratégias de convencimento das massas. Essas mensagens, apesar de não carregarem sintaticamente elevados elementos de ofensividade, se estendem por longos trechos dos programas, configurando a incitação ao ódio e exercendo um peso decisivo na fórmula que gera o POD.

A campanha de Dilma Rousseff, por sua vez, utilizou mais o tempo de seus programas para aclamações políticas, exaltando as obras e transformações sociais conquistadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Seus graus de ofensividade foram alcançados através do potencial semântico de suas mensagens, que tiveram como temas dominantes a diferenciação em termos ideológicos e a associação da candidatura de Aécio Neves a interesses do capital, nacional e internacional, à elite e às narrativas negativas historicamente difundidas sobre os governos de Fernando Henrique Cardoso. Dois elementos marcam esses discursos: o primeiro é a virulência demonstrada em algumas das falas, como as que evidenciamos na análise, partindo do ex-presidente Lula. O segundo é a representação constante de uma luta entre desfavorecidos e privilegiados, que deixava vaziar, frequentemente, também para os apoiadores da candidatura tucana, os mesmos ataques que direcionava ao candidato Aécio Neves.

Ambas as campanhas promoveram o ódio, contribuindo para o aumento da polarização política e deixando o país ainda mais dividido do que quando havia começado a eleição. E ambas acusaram seus adversários de tal expediente. O emprego do discurso de incitação ao ódio como ferramenta para conquistar os votos dos eleitores, foi feito, aparentemente, sem as precauções para com os efeitos colaterais que esse tipo de estímulo apresenta num corpo social. Seus efeitos são devastadores sobre a sociedade, especialmente quando emitidos pelos agentes finais da política.

Se é possível dizer que nisso não havia novidade, o mesmo não vale para a caixa de ressonância de tais mensagens. A popularização das mídias sociais e o seu uso para a circulação de mensagens políticas expôs os indivíduos, mais à crueza dos pensamentos políticos, do que à

informação de qualidade. Racionalizações nem sempre baseadas na crítica, raramente estiveram comprometidas com a aproximação dos extremos. É certo que o lugar de fala dos cidadãos, em uma discussão política, nunca foi o mesmo dos políticos. Estes, como agentes emissores de mensagens que denigrem a imagem de indivíduo ou grupo, ou promovem, de alguma outra forma, o ódio contra os seus oponentes, estão falando de um lugar institucionalizado, detentores de um poder de influência sobre um determinado grupo de pessoas também institucionalizado. Em uma campanha presidencial, através do uso do horário gratuito de propaganda eleitoral, de sua veiculação e reprodução em uma mídia utilizada por quase a metade da população brasileira em 2014, como o Facebook, estamos diante de um potencial de audiência ainda mais poderoso. O político, como líder de opinião – também pode ser chamado pelo neologismo, influenciador, como se costuma dizer hoje em dia – tem sua persona chancelada, pelo voto, ou pelo status da ocupação de um cargo público. Há nela uma autoridade intrínseca, que faz de sua opinião algo a ser considerado, por vezes, até mesmo sem a necessidade de verificação ou crítica. Daí que, a disseminação de discursos de incitação ao ódio, através de narrativas de campanha, pode imergir o país inteiro em uma atmosfera belicosa, de divisão, e por vezes, paranoica.

As marcas que campanhas de ódio deixam na sociedade são profundas. O referencial amigo/inimigo leva tempo para desvanecer. Alemanha, Ruanda e Estado Islâmico se beneficiaram do contrário de seu desaparecimento: o que facilitou a violência foi a permanência dessas marcas no íntimo de seus indivíduos, depois de sucessivas campanhas de segregação contra judeus, tutsis e o mundo “infel” e ocidental. Preocupa-nos justamente a recorrência do ódio político brasileiro diante da existência de um ambiente como o das mídias sociais, que nos convida a interagirmos emocionalmente. O ódio contra um indivíduo ou grupo consome menos energia do que o exame de consciência ou a autocrítica, e isso acontece porque os testes aos quais submetemos as nossas ideias, sujeitos ou objetos externos, a fim de trazê-los para próximo de nós, tendem a ser bem mais criteriosos do que aqueles que aplicamos para confirmar nossas desavenças. Porque é mais fácil submeter-se ao ódio, do que exercitar o amor.

E o ódio no ambiente político brasileiro parece estar fora de controle e crescendo em espiral. Ele ganha cada vez mais fôlego através da popularidade que alcança. Ao mesmo tempo, confirma os sistemas de crença, unifica os grupos, e reverbera, calando os sentimentos dos indivíduos menos afeitos ao conflito, e ensina aos mais jovens que a normalidade está no radicalismo, e não na deliberação.

Ao longo dos últimos quatro anos, observamos claramente, a partir de uma perspectiva que teve sempre no primeiro plano a discussão que ocorre na esfera pública, que, apesar de avançada, ainda havia espaço para o recrudescimento da polarização política brasileira. De um

lado, já havia a tendência de descolamento do eleitor do PSDB, diante do surgimento de um movimento maior e mais passional, anti-PT. De outro, o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão de Lula atacaram aquilo que a militância petista tinha por mais sagrado: o voto democrático e o seu grande mito.

A eleição de 2018 nos ofereceu, finalmente, não apenas evidências da divisão política, mas de uma continuada influência do ódio e radicalismo sobre o pensamento social, além da banalização desses sentidos. Os eventos que marcaram a eleição de Jair Bolsonaro, candidato de uma direita reativa e radical, como o atentado que sofrera, são indícios do país ter avançado na agenda da violência política, e apontam, cada vez mais, para o horizonte do conflito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAS, Tahir. The symbiotic relationship between Islamophobia and radicalisation. **Critical Studies on Terrorism**, p. 345-358, v. 5, n. 3, 2012.
- ADORNO, T.W. et al, **The Authoritarian Personality**. New York: Harper, 1950.
- AGGIO, Camilo de Oliveira. Campanhas online e Twitter: a interação entre campanhas e eleitores nas eleições presidenciais brasileiras de 2010. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, v. 23, n. 1, Porto Alegre: EdipucRS, 2016.
- AHRAM, Ariel. The Role of State-Sponsored Militias in Genocide. **Terrorism and Political Violence**, p. 488-503, v. 26, n. 3, 2014.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. **A Batalha pela Presidência: O horário gratuito de propaganda eleitoral na Campanha de 1989**. Tese (Doutorado em Comunicação) ECO – UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.
- ALBUQUERQUE, Afonso de et al, Ciberativismo no Brasil. **Cadernos Adenauer**, n. 3, 2015. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2015.
- ALLPORT, Gordon. **The Nature of Prejudice. 25<sup>th</sup> Anniversary Edition**. New York: Basic Books, 1979.
- ALMEIDA, Valéria Ribeiro da Silva Franklin. **Meios de Comunicação e Mudanças na Política: esses homens poderosos e suas máquinas de comunicar**. Tese (Doutorado em Comunicação) – UNB, Brasília, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. Campinas SP: Editora Autores Associados, 1982.
- ARENDT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. New York: Harcourt, 1976.
- \_\_\_\_\_. **A Condição Humana**. 12<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A Dignidade da Política: Ensaios e Conferências**. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ARREGUIN-TOFT, Ivan. Contemporary Asymmetric Conflict Theory in Historical Perspective. **Terrorism and Political Violence**, p. 635-657, v. 24, n. 4, 2012.
- ATWAN, Abdel B. **Islamic State: The Digital Caliphate**. Oakland: University of California Press, 2015.
- BANKS, James. European regulation of cross-border hate speech in cyberspace: The limits of legislation. **European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice**, v. 19, n. 1, p. 1-13. 2011.
- BARMAN, Roderick J. **Brazil: The Forging of a Nation, 1798–1852**. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825–1891**. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- BARTOLINI, Stefano. **The Political Mobilization of the European Left, 1860-1980: The Class Cleavage**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BEN-DAVID, A.; MATAMOROS-FERNÁNDEZ, A. Hate Speech and Covert Discrimination on Social Media: Monitoring the Facebook Pages of Extreme-Right Political Parties in Spain. **International Journal of Communication**, vol 10. 2016.
- BENESCH, Susan. Words as weapons. **World Policy Journal**, v. 29, n. 1, p. 7-12, 2012.
- BENNETT, W. L. The Uncivic Culture: Communication, Identity, And the Rise of Lifestyle Politics. **Political Science and Politics** (1998) 31(4):740–61.

- BENOIT, William L. **Communication in Political Campaigns**. New York: Peter Lang Publishing, 2007.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio: da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo**. São José, SC: Atual Editora, 1990.
- BERTAZZONI, D.; JUDSON, J. **The Incendiary Internet: Hate Speech and the Public Good**, in David Schultz, *It's Show Time! Media, Politics, and Popular Culture*. New York: P. Lang, 2000
- BIMBER, B. **Digital media and citizenship**. In H. A. Semetko & M. Scammell *The SAGE handbook of political communication* (pp. 115-126). London: SAGE, 2012.
- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BLANCHARD, Christopher M.; HUMUD, Carla E. The Islamic State and U.S. Policy. **Congressional Research Service**. September, 2018. Disponível em <https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43612.pdf> Acessado em 22/12/2018.
- BOLAÑO, C. R. S.; BRITTOS, V. C. Blogosfera, espaço público e campo jornalístico: o caso das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 237-256, jan./jun. 2010.
- BROWN, Katherine E.; SAEED, Tania. Radicalization and counter-radicalization at British universities: Muslim encounters and alternatives. **Ethnic and Racial Studies**, p. 1952-1968, v. 38, n. 11, 2015.
- BROWNLOW, Graham. Towards an Acceptable Level of Violence: Institutional Lessons From Northern Ireland. **Terrorism and Political Violence**, p. 722-742, v. 24, n. 5, 2012.
- BRUGGER, Winfried. Proibição ou proteção do discurso do ódio: algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Direito Público**, Porto Alegre, ano 4, n. 15, p. 117-36, jan/mar. 2007.
- BRUM, Eliane. **Coluna Prestes: o avesso da lenda**. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1994
- BUTLER, Judith. **Excitable speech: A Politics of the Performative**. New York: Routledge, 1997.
- BYMAN, Daniel, **Al Qaeda, the Islamic State, and the Global Jihadist Movement: What Everyone Needs to Know**. New York: Oxford University Press, 2015.
- CALVERT, Clay. Hate Speech and its Harms: A Communication Theory Perspective. **Journal of Communication** 47 (1), 1997.
- CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma reflexão linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 201-223. São Paulo, 2016.
- CARVALHO, José Murilo de D. **Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CHAIA, V.; BRUGNAGO, F., A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 7, n. 21, p. 99-129. São Paulo, 2014/2015.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, São Paulo, abr. 1995.
- CHARAUDEAU, Patrick. **O Discurso Político**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- COLE, James. Radicalisation in virtual worlds: Second Life through the eyes of an avatar. **Journal of Policing, Intelligence and Counter Terrorism**, p. 66-79, v. 7, n. 1, 2012.
- CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto. A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CONVERSE, Philip. The nature of belief systems in mass publics. In: **Ideology and Discontent**. Ed. David Apter, 1964.

COSER, Lewis. **The Functions of Social Conflict**. New York: The Free Press, 1964.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CRIGLER, A. & JUST, M. (2012). **Measuring affect, emotion and mood in political communication**. In H. A. Semetko & M. Scammell *The SAGE handbook of political communication* (pp. 211-224). London: SAGE, 2012.

DALGAARD-NIELSEN, Anja. Violent Radicalization in Europe: What We Know and What We Do Not Know. **Studies in Conflict & Terrorism**, p. 797-814, v. 33, n. 9, 2010.

DALTON, R. **The Good Citizen: How a Younger Generation Is Reshaping American Politics**. Washington, DC: CQ Press, 2008

DAVIS, J. **Social Media**. In Gianpietro Mazzoleni *The International Encyclopedia of Political Communication*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015.

DAVISON, Joan. The Politics of Hate: Ultranationalist and Fundamentalist Tactics and Goals. **Journal of Hate Studies**, p. 37-60, v. 5, n. 1, 2006.

DELGADO, Richard. Words that Wound: A Tort Action for Racial Insults, Epithets, and Name-Calling. **Harvard Civil Rights – Civil Liberties Law Review**, Vol 17, p. 133, 1982.

DIAZ, Alvaro Paul. La penalización de la incitación al odio a la luz de la jurisprudencia comparada. **Revista Chilena de Derecho**, v. 38, n. 2, p. 503-609. 2011.

DIXON, Rod. “Hate Speech (US)”. **Encyclopedia of Race and Racism**, edited by Patrick L. Mason, 2nd ed., vol. 2, Macmillan Reference USA, 2013, pp. 289-293. Gale Virtual Reference Library, accessed 23, May, 2017.

DONSKIS, Leonidas. **Forms of Hatred. The Troubled Imagination in Modern Philosophy and Literature**. Amsterdam: Rodopi, 2003.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

EBERWEIN, T.; PORLEZZA, C.; SPLENDORES, S. **Media as Political Actors**. In Gianpietro Mazzoleni *The International Encyclopedia of Political Communication*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015.

EDWARDS, Charlie; GRIBBON, Luke. Pathways to Violent Extremism in the Digital Era. **The RUSI Journal**, p. 40-47, v. 158, n. 5, 2013.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. Paris: Grove/Atlantic, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, J.; DELGADO, Lucilia D., **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2003): 56-275.

FLEURDORGE, D. Prolegômenos das formas contemporâneas das representações do político: do simbólico do poder ao poder da simbolização. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. v. 21, n. 3, p. 791-806, Porto Alegre: EdipucRS, 2014.

FRIDKIN, K. & KENNEDY, P. **The impact of negative campaigning on citizens' actions and attitudes**. In H. A. Semetko & M. Scammell *The SAGE handbook of political communication* (pp. 173-185). London: SAGE, 2012.

FRIEDLÄNDER, Saul. **A Alemanha Nazista e os Judeus. Vol. 1. Os anos de perseguição, 1933-1939**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Alemanha Nazista e os Judeus. Vol. 2. Os anos de extermínio, 1939-1945**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

FREITAS, Ricardo Ferreira. Sobre Simmel e a guerra: escritos na imprensa alemã. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 23, n. 3, set. /out./nov./dez. 2016.

- FREUD, Sigmund. **Primeiras Publicações Psicanalíticas (1893-1899)**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Primeiras Publicações Psicanalíticas (1930-1936)**. Vol XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O Mal-estar na civilização e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FULTON H. Anderson, *Francis Bacon: His Career and His Thought* (Los Angeles: University of Southern California Press, 1962), 348, <http://www.uestia.com/read/1048552/francis-bacon-his-career-and-his-thought>.
- GAMBHIR, Harleen K. Dabiq: The Strategic Messaging of The Islamic State. Backrounder. Aug, 2014. **Institute of the Study of War**. Disponível em: [https://islamspring2012.voices.wooster.edu/wp-content/uploads/sites/192/2018/09/Gambhir\\_Dabiq-Backrounder.pdf](https://islamspring2012.voices.wooster.edu/wp-content/uploads/sites/192/2018/09/Gambhir_Dabiq-Backrounder.pdf) Acessado em 21/02/2019.
- GARCÊZ, R. L.; CAL, D. G. R. Deslizes morais na cena midiática: reprodução da intolerância ou oportunidade para novas gramáticas morais? **Revista E-compós**, Brasília, v. 16, n. 2, maio/ago. 2013.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- \_\_\_\_\_. **A Ditadura Encurralada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GATES, Scott; PODDER, Sukanya. Social Media, Recruitment, Allegiance and the Islamic State. **Perspectives on Terror**. Vol. 9, No 4. University of Leiden, NE. Agosto/2015.
- GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GELBER, Katharine. **Speaking back: The free speech versus hate speech debate**. Vol. 1. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2002.
- GEORGE, Cherian. Regulating “Hate Spin”: The Limits of Law in Managing Religious Incitement and Offense. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 2955-2972, 2016.
- GERSTENFELD, P. B.; GRANT, D.; CHIANG, C. Hate Online: A Content Analysis of Extremist Internet Sites. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, v. 3, n. 1, 2003.
- GIBSON, R. **Online Elections** in Gianpietro Mazzoleni The International Encyclopedia of Political Communication. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015.
- GIDDENS, Anthony. **Para além da Esquerda e Direita: O Futuro da Política Radical**. São Paulo: Unesp, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A Terceira Via**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLAUSSER, Wayne. *Locke and Blake: A Conversation across the Eighteenth Century* (Gainesville, FL: University Press of Florida, 1998), 52, <http://www.uestia.com/read/35356337/locke-and-blake-a-conversation-across-the-eighteenth>.
- GOFFMAN, Erwin. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 19. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GOLDSMITH, Arthur A. Electoral Violence in Africa Revisited. **Terrorism and Political Violence**, p. 818-837, v. 27, n. 5, 2015.
- GOLIN, T. e BOEIRA, N. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- GOMES, Gislene Moreira. Meme War: Contribuições para o debate sobre os novos movimentos sociais. **Revista E-compós**, Brasília, v. 17, n. 2, mai./ago., 2014.
- GOMES, Marcelo Bolshaw. Em conflito: conhecimento e confrontação. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 20, n. 3, pp. 618-633, setembro/dezembro 2013.

- GONÇALVES, Felipe Canova. **A TV dos Sandinistas; identidade nacional e televisão na Revolução Nicaraguense (1979-1990)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UNB, Brasília, 2015.
- GUARESCHI, P., LOPES, M. I. N. Mídia e Política: estratégias para a construção do “capital simbólico” dos políticos. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, v. 21, n. 3. Porto Alegre: EdipucRS, 2014.
- GUERRING, John. Ideology: A Definitional Analysis. In: **Political Research Quarterly**, pp. 957-994. vol. 50, n. 04, December 1997.
- GUIDDENS, Anthony. **A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. São Paulo: Record, 1998.
- GUIORA, Amos. **Tolarating Intolerance: the price of protecting extremism**. Oxford: Oxford Univeristy Press, 2014.
- HAMANN, Fernanda Passarelli. **Violência, Guerra e Política Segundo o Pensamento Freudiano**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- HAMELINK, Cees J. **Media and conflict: escalating evil**. Boulder, CO: Pardigm, 2011.
- HARFF, Barbara. No lessons learned from the Holocaust: Assessing risks of genocide and political mass murder since 1955. **American Political Science Review**, vol. 97, n. 1, 2003.
- HÄSLER, Alfred A. **El ódio em el mundo actual**. Madrid: Alianza, 1973.
- HARRISON, Ross, **Hobbes, Locke, and Confusion's Masterpiece: An Examination of Seventeenth-Century Political Philosophy** (New York: Cambridge University Press, 2003), 93, <http://www.questia.com/read/107371312/hobbes-locke-and-confusion-s-masterpiece-an-examination>.
- HART, James Morgan. **German Universities: A Narrative of Personal Experiences** (New York: Putnam, 1874), i, <http://www.questia.com/read/55464258/german-universities-a-narrative-of-personal-experiences>.
- HATZFELD, Jean. **A Time for Machetes. The Rwandan Genocide: The Killers Speak**. London: Serpent's Tail, 2008.
- HEGER, L.; JUNG, D.; WONG, W. Organizing for Resistance: How Group Structure Impacts the Character of Violence. **Terrorism and Political Violence**, p. 743-768, v. 24, n. 5, 2012.
- HJARVARD, Stig. Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Revista Matrizes**, São Paulo, n. 2, p. 53-91, jan./jun. 2012.
- HOBBS, Thomas. **Leviathan**. London: Penguin Books, 1982 [1651].
- HOROWITZ, I. **Genocide: State, Power and Mass Murder**. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1976.
- HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.
- INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.
- ITUASSU, Arthur. e-Representação como comunicação política: Internet e democracia representativa. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, v. 22, n. 2. Porto Alegre: EdipucRS, 2015.
- JENKINS, Henry. **Convergence culture: Where old and new media collide**. NYU press, 2006.
- JOHNSON, Thomas J.; KAYE, Barbara K. **Democracy's Rebirth or Demise? The Influence of the Internet on Political Attitudes** – in David Schultz, It's Show Time! Media, Politics, and Popular Culture. New York: P. Lang, 2000.
- JOHNSTON, Patrick B. et al., **Foundations of the Islamic State: Management, Money, and Terror in Iraq, 2005-2010, Rand Corporation Research Report Series** (Santa Monica, CA: Rand, 2016), 250, <http://www.questia.com/read/125656355/foundations-of-the-islamic-state-management-money>.



JOSEPH, John E. **Language and Politics**. Edinburgh: Edinburg University Press, 2006.

JOST, J., FEDERICO, C. NAPIER, J. Political Ideology: Its Structure, Functions and Elective Affinities. **The Annual Review of Psychology**, pp 307-337. v. 60. New York, 2009.

JUNG, Carl Gustav. **Os Arquétipos e o Inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

KAATI, L. et al. Detecting Linguistic Markers for Radical Violence in Social Media. **Terrorism and Political Violence**, p. 246-256, v. 26, n. 1, 2014.

KEANE, Fergal. **Season of Blood. A Rwandan Journey**. London: Penguin Books, 1995.

KEPEL, Gilles. **Jihad**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

KERCKHOVE, Derrick De E-motividade: o impacto social da Internet como um sistema límbico. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 53-65, jan./jun. 2015.

KERNBERG, Otto F. *in* **Rage, Power, and Aggression**. Glick, Robert A.; Rosse, Seteven P. (editors). Yale University Press: Chelsea, Mi. 1993.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.

KING, Michael; TAYLOR, Donald M. The Radicalization of Homegrown Jihadists: A Review of Theoretical Models and Social Psychological Evidence. **Terrorism and Political Violence**, p. 602-622, v. 23, n. 4, 2011.

KIRCHHEIMER, Otto. El camino hacia el partido de todo el mundo. In: **Teoría y sociología críticas de los partidos políticos**. Barcelona: Anagrama, 1980.

KLEIN, Adam. Slipping Racism into the Mainstream: a Theory of Information Laundering. **Communication Theory**, v. 22, n. 4, p. 427-448, 2012.

KNIGHT, Kathleen. Transformations of the Concept of Ideology in the Twentieth Century. **American Political Science Review**, vol 100, n. 04. November, 2006;

KNOX, Israel, *The Aesthetic Theories of Kant, Hegel, and Schopenhauer* (New York: Humanities Press, 1958), 115, <http://www.questia.com/read/33906272/the-aesthetic-theories-of-kant-hegel-and-schopenhauer>.

KOROSTELINA, Karina V. **Political Insults: How Offenses Escalate Conflict**. New York: Oxford University Press, 2014.

LACAN, Jacques. **O Seminário. Livro 1. Escritos técnicos de Freud. 1953 – 1954**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

LANNING, Robert. Irrationalism: The Foundation of Hate Propaganda. **Journal of Hate Studies**, v. 10, n. 1, 2012.

LEAL, Leila Salim. **Comunicação, Cultura e Política: A questão do sujeito nos movimentos sociais contemporâneos**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

LEITE, Aureliano. "Causas e objetivos da Revolução de 1932." **Revista de História** 25.51 (2016): 139-146.

LIEBERMAN, A.C. Terrorism, the Internet, and Propaganda: A Deadly Combination, **Journal of National Security Law & Policy** 9, no. 1 (2017). Disponível em <http://www.questia.com/read/1P3-4315088481/terrorism-the-internet-and-propaganda-a-deadly> Acessado em 15/01/2019.

LILLEKER, Darren G. **Key Concepts in Political Communication**. London: SAGE Publications Ltd, 2006.

LIMA, Marco Antônio Assis. Interferência cultural: ativismo, mídia e arte. **Revista E-compós**, Brasília, v. 17, n. 1, jan./abr. 2014.

LIPSET, Seymour-Martin. **Consenso e Conflito**. Lisboa: Gradiva [1985] 1992.

LIRA, H. **História de Dom Pedro II (1825–1891): Ascensão (1825–1870)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

LONGERICH, Peter. **Joseph Goebbels. Uma Biografia**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

- LUSTOSA, I. D. **Pedro I.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LUKACS, John. **Democracy and Populism.** London: Yale University Press, 2005.
- LYNCH, Orla. British Muslim youth: radicalisation, terrorism and the construction of the “other”. **Critical Studies on Terrorism**, p. 241-261, v. 6, n. 2, 2013.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua. Ciberativismo e Mobilização nas redes sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MALINI, Fábio. A opinião pública distribuída: blogs e jornalismo nas Eleições Brasileiras de 2006. **Revista E-compós**, Brasília, vol. 9, 2007.
- MAMDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.
- MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. Cobertura da greve paranaense no Facebook: engajamento dos leitores na página da Gazeta do Povo. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia.** V. 23, n. 2, Porto Alegre: EdipucRS, 2014.
- MARCELINO, Daniel; BRAGA, S.; COSTA, L.D. "Parlamentares na Constituinte de 1987/88: uma contribuição à solução do “enigma do Centrão”." **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 2, 2010.
- MARCUS, Laurence R. **Fighting Words. The Politics of Hateful Speech.** London: Praeger, 1996.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Sobre a comunicação político-partidária na Internet: um estudo dos informativos digitais do PT e do PSDB. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 10, p. 129-146, dez. 2005.
- MATSUDA, Mari J. Public Response to Racist Speech: Considering the Victim’s Story. **Michigan Law Review**, Vol. 87, No 8. Legal Storytelling. The Michigan Law Review Association: Michigan, 1989. Disponível em <http://fs2.american.edu/dfagel/www/Class%20Readings/Matsuda/Response%20To%20Racist%20Speech.pdf> Acessado em: 02/02/2019.
- MAYNARD, Jonathan L. Rethinking the Role of Ideology in Mass Atrocities. **Terrorism and Political Violence**, p. 821-841, v. 26, n. 5, 2014.
- \_\_\_\_\_. Preventin Mass Atrocities: Ideological Strategies and Interventions. **Politics and Governance**, v. 3, n. 3, p. 67-84, 2015.
- MAYNARD, Jonathan; BENESCH, Susan. Dangerous Speech and Dangerous Ideology: An Integrated Model for Monitoring and Prevention. **Genocide Studies and Prevention: An International Journal**, v. 9, n. 3, p. 8, 2016.
- MAZOWER, Mark. **O Império de Hitler. A Europa sob o Domínio Nazista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- McCAULEY, Clark; MOSKALENKO, Sophia. Mechanism of Political Radicalization: Pathways Toward Terrorism. **Terrorism and Political Violence**, p. 415-433, v. 20, n. 3, 2008.
- McGONAGLE, T. **The Council of Europe against online hate speech: Conundrums and challenges.** (MCM; No. 2013(005)). Belgrade: Republic of Serbia, Ministry of Culture and Information, 2013
- McKNIGHT, Stephen A., *The Religious Foundations of Francis Bacon's Thought*, Eric Voegelin Institute Series in Political Philosophy (Columbia, MO: University of Missouri Press, 2006), 148, <http://www.questia.com/read/120221582/the-religious-foundations-of-francis-bacon-s-thought>.
- MEI, Danielle Scheffelmeier. **Comunicação e Mobilização social: O caso do Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UFP, Curitiba, 2013.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o Invisível.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

- MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- MICHELS, Robert. **Os Partidos Políticos**. Tradução de Hamilton Trevisan. São Paulo: Editora Senzala, 1949.
- MICHENER, Willa. The Individual Psychology of Group Hate. **Journal of Hate Studies**, v. 10, n. 1, 2012.
- MILL, John S. **Sobre a Liberdade**. São Paulo: Hedra, 2010.
- MILLER, C.; BARTLETT, J. The Edge of Violence: Towards Telling the Difference Between Violent and Non-Violent Radicalization. **Terrorism and Political Violence**, p. 1-21, v. 24, n. 1, 2012.
- MORRISON, John F. Fighting Talk: The Statements of “The IRA/New IRA”. **Terrorism and Political Violence**, p. 598-619, v. 28, n. 3, 2016.
- MÜLLER, Angelo. A Ruptura Entre PT e PSDB: uma análise da evolução dos discursos no horário eleitoral entre 1994 e 2014. In **Janelas para o Mundo: Telas do Imaginário**. Carlos Gerbase e Juliana Tonin (org). Porto Alegre: Saraiva, 2016.
- MULLINS, Willard. On concept of ideology in Political Science. **The American Political Science Review**, vol. 66, n. 2, pp. 498-510, June, 1972.
- MURESAN, Smaranda *et al.* Identification of nonliteral language in social media: A case study on sarcasm. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 67, n. 11, novembro de 2016.
- NABUCO, J. **Um Estadista do Império**. 4th ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.
- NEFTALI, A.C.O. Representação Programática em 16 Democracias Presidencialistas: América Latina, 2000-2010. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de pós-graduação em Ciência Política (tese de doutorado), 2014.
- NETO, Lira. Getúlio (1930-1945): **Do governo provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NEUMANN, Peter R. Options and Strategies for Countering Online Radicalization in the United States. **Studies in Conflict & Terrorism**, p. 431-459, v. 36, n. 6, 2013.
- NEWMAN, Lindsay S. Do Terrorist Attacks Increase Closer to Elections? **Terrorism and Political Violence**, p. 8-28, v. 25, n. 1, 2013.
- NEWMAN, Edwin S. **The Hate reader**. New York: Oceana, 1964.
- O’HALLORAN, K. *et al.* Interpreting text and image relations in violent extremist discourse: A mixed methods approach for big data analytics. **Terrorism and Political Violence**, p. 1-21, v. 28, n. 5, 2016.
- PALHA, Cássia Rita Louro. Telejornalismo e formação de consenso: o Repórter, “o Caçador de Marajás” e o dito “Estado Parasitário”. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia (48): 127-154, jan./jun. 2013
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: Organização e Poder nos Partidos Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PAULY, Mirele Dourado. **O discurso do ódio: a cultura do medo e a influência midiática sobre a (in)efetividade dos direitos fundamentais**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Unesp, Franca/SP, 2015.
- PEREZ Zagorin, **Hobbes and the Law of Nature** (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009), iii, <http://www.questia.com/read/118188917/hobbes-and-the-law-of-nature>.
- PÉRSIGO, P. M.; FOSSÁ, M. I. T. A midiatização da comunicação pública: um olhar sobre a discutibilidade dos escândalos políticos. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 229-241, jan./jun 2015.
- PERRY, B.; OLSSON, P. Cyberhate: the globalization of hate. **Information & Communications Technology Law**. v. 18, n. 2. London, 2009.

- POST, Jerrold M. **Leaders and Their Followers in a Dangerous World**. New York: Cornell University Press, 2004.
- RAJADHYAKSHA, Meghna. Genocide on the Airwaves: An Analysis of the International Law Concerning Radio Jamming. **Journal of Hate Studies**, p. 99-118, v. 5, n. 1, 2006.
- RASHAD Hussain, "Countering ISIL's Propaganda," **Hampton Roads International Security Quarterly**, January 1, 2016, 30, <http://www.questia.com/read/1P2-39163544/countering-isil-s-propaganda>.
- RECUERO, Raquel et al. **Análise de Redes para Mídia Social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- RENARD, Jean-Bruno. Rumores e violência. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 13, n. 29, 2006.
- RIEDER, B. Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. In **WebSci '13 Proceedings of the 5<sup>th</sup> Annual ACM Web Science Conference** (pp. 346-355). New York: ACM. 2013.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas, Já: o grito preso na garganta**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ROKEACH, M. **The Open and Closed Mind**. Oxford, UK: Basic Books, 1960.
- ROSSIGNOLI, Letícia Rafaela. **Narrativas Jornalísticas em Tempos de Perseguição: A construção discursiva do Judeu no Jornal Folha da Manhã (1933-1945)**. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, UFF, Rio de Janeiro, 2014.
- ROST, Nicolas. Will it happen again? On the possibility of forecasting the risk of genocide. **Journal of Genocide Research**, p. 41-67, v. 15, n. 1, 2013.
- RÜDIGER, Francisco. Eugen Hadamovsky e a teoria da propaganda totalitária na Alemanha nazista. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 27, p. 48-60, jun. 2014.
- SANTOS, Marco Aurelio Moura. **O Discurso do Ódio na Sociedade da Informação: intolerância nas redes sociais**. 123 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Sociedade da Informação) – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2015.
- SARTORI, Giovanni. Politics, Ideology, and Belief Systems. **American Political Science Review**. v.63, n.2, pp. 398-411, June 1969.
- SCHÄFER, G.; LEIVAS, P.G.C.; DOS SANTOS, R.H., Discurso do ódio. **Revista de Informação Legislativa**. n. 207, julho a setembro de 2015, p. 143.
- SCHERRER, Christian. Towards a theory of modern genocide. Comparative genocide research: Definitions, criteria, typologies, cases, key elements, patterns and voids. **Journal of Genocide Research**, p. 13-23, v. 1, n. 1, [2007 online] 1999.
- SCHILS, N.; PAUWELS, L. Differential Online Exposure to Extremist Content and Political Violence: Testing the Relative Strength of Social Learning and Competing Perspectives. **Terrorism and Political Violence**, p. 1-29, v. 28, n. 1, 2016.
- SCHITTINO, Renata Torres. **Terrorismo: a violência política como espetáculo**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SCHLEE, Günther. **Imagined Differences. Hatred and the construction of identity**. Hamburg: LIT, 2002.
- SCHOENBACH, K.; de Waal, E.; Lauf, E. Research Note: Online and print newspapers. Their Impact on the extent of the perceived public agenda. **European Journal of Communication** 20:245-258. 2005.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Cultura, 1961.

- SCHWARCZ, L.M. **As Barbas do Imperador. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SERRANO-PUCHE, Javier. Internet and Emotions: New Trends in an Emerging Field of Research. **Revista Comunicar**, vol. XXIV, n. 46, 1º trimestre, janeiro, 2016.
- SEKULOW, Jay. **Rise of Isis. A threat we can't ignore.** New York: Howard Books, 2014.
- SEMETKO, Holli A. **Media-Politics Relations** In Gianpietro Mazzoleni The International Encyclopedia of Political Communication. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015.
- SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.** São Paulo: Edusp, 1999.
- SOKOLON, Marlene K. **Political Emotions. Aristotle and the Symphony of Reason and Emotion.** Northern Illinois University Press: Illinois, 2006.
- SORENSEN, David S. Priming Strategic Communications: Countering the Appeal of ISIS. **US Army War College Quarterly: Parameters** V. 44, no. 3 (Autumn, 2014).
- STERN, J.; BERGER, M. **ISIS: The State of Terror.** London: Harper Colins, 2015.
- STOCKER, P. C.; DALMASO, S. C. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, 2016.
- STONE, Marla. Italian Fascism's Soviet Enemy and the Propaganda of Hate, 1941-1943. **Journal of Hate Studies**, v. 10, n. 1, 2012.
- STRAUSS, Scott. **The Order of Genocide: Race, Power, and War in Rwanda.** New York: Cornell University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. "Destroy Them to Save Us": Theories of Genocide and the Logics of Political Violence. **Terrorism and Political Violence**, p. 544-560, v. 24, n. 4, 2012.
- TAÏEB, Emmanuel. **Spectacle, Political.** In Gianpietro Mazzoleni The International Encyclopedia of Political Communication. New Jersey: John Wiley & Sons, 2015.
- TEIXEIRA, Gustavo Leal. **AOS AMIGOS: PÃO; AOS INIMIGOS; PAU: uma análise da relação político polêmica dos jornais Gazeta do Norte e Folha do Norte de Montes Claros-MG em 1930. 2013.** 159 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, PUCMG, Belo Horizonte, 2013.
- TEDEIA, Gilberto. **Quando a violência política entra em cena.** 108 f. Tese (Doutorado em Filosofia) USP, São Paulo, 2011.
- THELWALL, M. et al. Sentiment strength detection in short informal text. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 61, n. 12, p. 2544-2558, 2010.
- THELWALL, M.; BUCKLEY, K.; PALTOGLOU, G. Sentiment in Twitter events. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 62, n. 2, p. 406-418, 2011.
- \_\_\_\_\_. Sentiment strength detection for the social web. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 63, n. 1, p. 163-173, 2012.
- TOMKINS, SS. Left and right: a basic dimension of ideology and personality. **In The Study of Lives**, ed. RW White, pp. 388–411. New York: Atherton, 1963.
- TRIVINHO, Eugênio. Visibilidade mediática, melancolia do único e violência invisível na cibercultura. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 111-125, jan./jun. 2011.
- TSAI, Robert L. Introduction: The Politics of Hate. **Journal of Hate Studies**, v. 10. N. 1, 2012.
- VALENTINO, Benjamin. Final solutions: The causes of mass killing and genocide. **Security Studies**, p. 1-59, v. 9, n. 3, [2007 online] 2000.
- VAN DIJK, Teun A. What is political discourse analysis. **Belgian journal of linguistics** 11.1 (1997): 11-52.
- VARGAS, Getúlio, **A nova política do Brasil**, Volume 8, São Paulo: José Olympio Editora, 1940.
- VERDEJA, Ernesto. On Genocide: Five contributing factors. **Contemporary Politics**. P. 37-54, v. 8, n. 1, [2010 online] 2002.

- VIANA, Mário Gonçalves. **Psicologia do ódio**. Porto: Porto Editora, 1945?
- VILLA, M.A. **História das Constituições Brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio**. São Paulo: Leya, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014.
- VILLIGER, Carole. Political Violence: Switzerland, A Special Case? **Terrorism and Political Violence**, p. 672-687, v. 25, n. 5, 2013.
- VOLLHARDT, Johanna *et al.* Deconstructing Hate Speech in the DRC: A Psychological Media Sensitization Campaign. **Journal of Hate Studies**, p. 15-35, v. 5, n. 1, 2006.
- VOWE, Gerhard; HENN, Philipp (Ed.). **Political Communication in the Online World: Theoretical Approaches and Research Designs**. Routledge, 2015.
- WAINBERG, Jacques A. O dilema do rebelde: persuasão ou sectarismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 26, p. 34-47, dez. 2013.
- \_\_\_\_\_. A revolução, a luta, a resistência e o povo: os marcadores retóricos dos anos 60. **Intercom – Revista brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 205-231, jan./jun. 2012.
- \_\_\_\_\_. As Utopias e a Guerra Comunicacional. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 3-31. 2015.
- \_\_\_\_\_. O Discurso Divisivo e as Emoções Humanas.???
- WALDRON, Jeremy. Dignity and Defamation: The Visibility of Hate, **Harvard Law Review**. V. 123, no. 7 (2010).
- \_\_\_\_\_. **The Harm in Hate Speech**. Cambridge: The Harvard University Press, 2012.
- WALKER, Samuel. **The History of an American Controversy**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.
- WALTER, N. *et al.* Je Suis Charlie? The Framing of In-group Transgression and the Attribution of Responsibility for the Charlie Hebdo Attack. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 3956-3974, 2016.
- WHILLOCK, Rita K.; SLAYDEN, David (editores). **Hate Speech**. Thousand Oaks: SAGE, 1995.
- WILLIAMS, Christine B., Girish J.G. Digital Advertising Expenditures in the 2016 Presidential Election. **Social Science Computer Review**. V. 36 n. 4 (2018): 406-421.
- WILSON, GD. **The Psychology of Conservatism**. New York: Academic, 1973.
- WOLFE, Joel. Anarchist Ideology, Worker Practice: The 1917 General Strike and the Formation of Sao Paulo's Working Class. **The Hispanic American Historical Review**, v. 71, n. 4, pp. 809-846, Durham, NC: Duke University Press, 1991.
- XENAKIS, Sappho. A New Dawn? Change and Continuity in Political Violence in Greece. **Terrorism and Political Violence**, p. 437-464, v. 24, n. 3, 2012.
- YANAY, Niza. **The Ideology of Hatred: The Psychic Power of Discourse**. New York: Fordham University Press, 2013.
- YANAY, Niza; DEUTSCH, David. The politics of intimacy: Nazi and Hutu propaganda as case studies. **Journal of Genocide Research**, p. 21-39, v. 18, n. 1, 2016.
- YANAGIZAWA-DROTT, David. Propaganda and Conflict: Evidence from the Rwandan Genocide. **The Quarterly Journal of Economics**, p. 1-48, 2014.



## JORNAIS E REVISTAS

- Revista Istoé, Especial 25 anos de Eleições. Abril de 1989. Disponível em  
<[http://istoe.com.br/385070\\_BRIZOLA+VAI+PELA+SOMBRA/](http://istoe.com.br/385070_BRIZOLA+VAI+PELA+SOMBRA/)> Acesso em 02/11/2016.
- Revista Veja, 28/06/ 1989. Disponível em  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/33461?page=48&section=1>> Acesso em 03/11/2016.
- Revista Veja, 16/08/1989. “O Veneno de Niterói” Disponível em:  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/33454?page=1&section=1>> Acesso em 04/11/2016.
- Fonte: Revista Istoé, Especial 25 anos de Eleições. Disponível em  
<[http://istoe.com.br/384863\\_COM+QUERCIA+O+PMDB+CRESCE/](http://istoe.com.br/384863_COM+QUERCIA+O+PMDB+CRESCE/)> Acesso em 07/11/2016.
- Revista Veja, disponível em  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33448?page=1&section=1>> Acesso em 05/11/2016.
- Revista Veja, disponível em  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33445?page=44&section=1>> Acesso em 05/11/2016.
- Revista Veja, 25/10/1989. Disponível em  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33444?page=46&section=1>> Acesso em 05/11/2016.
- Revista Veja, 15/11/1989. Disponível em  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33441?page=48&section=1>> Acesso em 05/11/2016.
- Revista Veja, 22/11/1989. Disponível em  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33440?page=52&section=1>> Acesso em 06/11/2016.
- Revista Veja, 29/11/1989. Disponível em  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33439?page=48&section=1>> Acesso em 06/11/2016.
- Revista Veja, 06/12/1989. Disponível em  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33438?page=48&section=1>> Acesso em 07/11/2016.
- Revista Veja, 06/12/1989. Disponível em  
<<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33438?page=48&section=1>> Acesso em 07/11/2016.
- Acervo Estadão. Disponível em  
<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19850627-33840-nac-0005-999-5-not>> Acesso em 08/11/2016.
- Acervo Estadão. Disponível em  
<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19850821-33887-nac-0005-999-5-not>> Acesso em 08/11/2016.
- Acervo Estadão. Disponível em  
<<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,quando-lula-e-fhc-dividiram-um-palanque,11484,0.htm>> Acesso em 07/11/2016.
- Estadão: Campanhas gastaram 5 bilhões em 2014. Disponível em  
<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,campanhas-gastaram-r-5-bilhoes-em-2014-imp-,1600362>> Acesso em 12/11/2016

## SITES CONSULTADOS

**Oxford English Dictionary.** Disponível em [www.oed.com](http://www.oed.com). Acessado em 18-julho-2017.

**Yad Vashem World Holocaust Remembrance Center** <<http://www.yadvashem.org/>>

**Fundação Getúlio Vargas.** Disponível em  
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11682>> acesso em 12/11/2016.

**Tribunal Superior Eleitoral.** Disponível em  
<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>> acesso em 12/11/2016.

**United States Holocaust Memorial Museum** <https://www.ushmm.org/ptbr>  
*B. Rieder (2013). Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. In WebSci '13 Proceedings of the 5th Annual ACM Web Science Conference (pp. 346-355). New York: ACM.*

**IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014.**  
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>> Acesso em 06/12/2016.

**Online Etymology Dictionary** <<http://www.etymonline.com/index.php?term=hate>> Acesso em 06/12/2016.

**IBGE Biblioteca pública.** Disponível em  
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>> acesso em 13/11/2016.

**Globse.** <<https://pt.glosbe.com/>> Acesso em 24/06/2016.

## DOCUMENTOS ONLINE

**Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância**  
Disponível em: [https://www.oas.org/en/sla/dil/docs/inter\\_american\\_treaties\\_A-69\\_Convencao\\_Interamericana\\_disciminacao\\_intolerancia\\_POR.pdf](https://www.oas.org/en/sla/dil/docs/inter_american_treaties_A-69_Convencao_Interamericana_disciminacao_intolerancia_POR.pdf) Acesso em: 30/01/2019.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos**  
Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> Acesso em 30/01/2019.

**Violent Crime Control and Law Enforcement Act of 1994.** Disponível em:  
<https://www.congress.gov/bill/103rd-congress/house-bill/3355/text> Acessado em 30/01/2019.

**Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos.** Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm) Acessado em 30/01/2019.